

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
UNESP FRANCA

EH

COMPÊNDIO

2 0 1 3
2 0 1 7



v. XVIII

ISBN 1414-8854

ENSAIOS DE HISTÓRIA

ENSAIOS DE HISTÓRIA

@UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

SÃO PAULO STATE UNIVERSITY

REITOR

PROF. DR. SANDRO ROBERTO VALENTINI

VICE-REITOR

PROF. DR. SÉRGIO ROBERTO NOBRE

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

DIRETOR

PROF. DR.^a CÉLIA MARIA DAVID

VICE-DIRETOR

PROF. DR.^a MÁRCIA PEREIRA DA SILVA

CURSO DE GRADUAÇÃO

COORDENADOR

PROF.^a DR.^a KARINA ANHEZINI DE ARAÚJO

VICE-COORDENADOR

PROF. DR RICARDO ALEXANDRE FERREIRA

UNESP – Universidade Estadual Paulista
UNESP – São Paulo State University

ENSAIOS DE HISTÓRIA
Revista do Curso de Graduação em História

ISSN 1414-8854

Ensaio de História	Franca	v. XVIII, n. 1/1	p. 211	2013-2017
--------------------	--------	------------------	--------	-----------

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UNESP – São Paulo State University

ENSAIOS DE HISTÓRIA

Revista do Curso de Graduação em História

ENSAIOS DE HISTÓRIA

Comissão Editorial

Presidente

Prof. Dr. Marcos Alves de Souza

Prof. Dr. Pedro Geraldo Tosi

Antônio Felipe Xavier Moraes

Arthur Jorge Dias de Moraes Coelho

Carolina Defensor Ribeiro

César de Paula Vasconcelos

Diego Correia da Silva

Elvis Almeida Diana

Filipe Augusto Portes

Guilherme Alvares Alves

Isabela Bracalente Infanger

Jaqueline Stafani Andrade

João Marcos Terra

Jorge Silva de Andrade

Julia Souza Oliveira

Kátia Lima de Oliveira

Marco Antônio Lourenço

Marcos Felipe Godoy

Marisa Fernandes Barros

Matheus Rodrigues Ramalho

Murilo Giannini Nogueira Pires

Olinda Cristina Pacheco Scalabrin

Patrícia Carvalho

Patrícia Monique Silva

Renan Rozada

Tatiana Rodrigues Milanello

Welton Johny Dilio de Sousa

Willena de Jesus Bispo Celestino

Publicação Anual / Annual Publication
Solicita-se permuta / Exchanged desired

Endereço / Adress

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Contato: Av. Eufrásia Monteiro Petrágia, 900, Jardim Doutor Antônio Petrágia,
CEP 14409-160, Franca/SP, Brasil
ensaiosdehistoria@gmail.com

Ensaio de História (Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP) Franca,
SP, Brasil, 1996-2017, 1-18
ISSN 1414-8854

Capa: Pintura de Johann Moritz Rugendas (1802-1858) realizada no século XIX e intitulada “Igreja do Hospício de N. S. da Piedade da Bahia”.

Desenho e arte final:

[https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/69/Rugendas -
Igreja do Hospício de N. S. da Piedade da Bahia.jpg](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/69/Rugendas-_Igreja_do_Hospício_de_N._S._da_Piedade_da_Bahia.jpg)

SUMÁRIO

A CONSTRUÇÃO DO DESCOBRIMENTO: O DINHEIRO E A REPRESENTAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA (SÉCULOS XIX E XX)

Nicolas MARCOS 11

NAÇÃO E NACIONALISMO: ENTRE A RAZÃO E A SUBJETIVIDADE

Izabella Cardoso da SILVA

Joabe Nunes Bernardo MANOEL 27

A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE PUNK NO BRASIL E O COMEÇO DO FIM DO MUNDO (1976-1982)

Pedro Felipe MINHONI 39

“FADOS BRASILEIROS”: A MÚSICA E A IDENTIDADE BRASIL-PORTUGAL (1974)

Thales Reis ALECRIM 51

OLHARES HISTÓRICOS: A CLEÓPATRA DO SÉCULO XXI

Ediana Cionara Antunes BRACIAK

Rovian Schenatto PALAVICINI

Caroline de Mello KLEIN 61

OS CIGANOS ESCRITOS NA HISTÓRIA

Milena Zahr 79

COLETORES, BATEDORES E LEAIS SOLDADOS: A FUNÇÃO DOS ÍNDIOS BRASILEIROS NA GUERRA LUSO-NEERLANDESA EM ÁFRICA (1641-1664)

Pedro Augusto Balieiro BARBOSA 99

A VILA DE ITU SOBRE O OLHAR DA DEMOGRAFIA HISTÓRICA: LISTA NOMINATIVA DE HABITANTES DE 1836

Carlos Eduardo NICOLETTE 111

A RADICALIZAÇÃO LUTERANA DA HERANÇA ESCOTISTA E NOMINALISTA

Carolina PEGORARO..... 143

CRISTÃOS NOVOS E OS CÂNTAROS DE ÁGUAS JUDAIZANTES

Carolina Menegatto STOCK 153

A ORIGEM DO HIV/AIDS: ASPECTOS HISTÓRICOS, POLÍTICOS E SOCIAIS DA EPIDEMIA NO BRASIL E NO MUNDO

Marlon Vinícius dos Santos dos ANJOS..... 173

A PENÍNSULA COREANA NO PÓS-GUERRA FRIA (1991-2001)

Rafaela Schuindt SANTOS..... 205

ENTRE A PRÁTICA E A DOCTRINA: UM BALANÇO CRÍTICO. DE PESTALOZZI ÀS EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS DE MATRIZ KARDECISTA NO BRASIL NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Gabriel Cavalari CORTILHO..... 217

**A CONSTRUÇÃO DO DESCOBRIMENTO: O DINHEIRO E A
REPRESENTAÇÃO
DA IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA (SÉCULOS XIX E XX).**

**THE CONSTRUCTION OF DISCOVERY: MONEY AND
REPRESENTATION OF THE BRAZILIAN NATIONAL IDENTITY (XIX AND XX
CENTURIES).**

*Nicolas MARCOS**

Resumo:

Este artigo demonstra como a representação do Descobrimento do Brasil é utilizada nas emissões monetárias brasileiras para construir e reconstruir a identidade nacional em diferentes momentos da história nacional. Propõe-se neste trabalho ir adiante na narrativa histórica ao utilizar o dinheiro como uma fonte propagadora de um determinado discurso. Com esse intuito, investigam-se elementos iconográficos em emissões de três momentos distintos da história do Brasil (o Segundo Reinado, a Primeira República e a Nova República), com vistas a compreender a apropriação das imagens nos diferentes momentos de construção da identidade nacional.

Palavras-chave: Numismática; dinheiro; identidade nacional.

Abstract:

* Graduando 4º ano em História pela UNIVILLE – Joinville/SC, orientando do Prof. Dr. Wilson de Oliveira Neto – E-mail para contato: nicolasmarcos.contato@gmail.com

This article demonstrates how the representation of the Brazilian Discovery is used in Brazilian monetary issues to build and rebuild national identity at different moments in national history. It is proposed in this paper to go further in the historical narrative by using money as a propagating source of a specific speech. Therefore, iconographic elements are investigated in printing from three distinct moments in Brazilian history (the Second Reign, the First Republic and the New Republic), in order to understand the appropriation of images in different moments of the construction of the national identity.

Keywords: Numismatics; Money; National identity.

1. INTRODUÇÃO

A celebração de datas comemorativas permite ao presente, o contato com a memória de eventos históricos distantes. Heróis, fatos marcantes e marcos de origem compreendem algumas das celebrações que constituem o calendário das festividades de um país. Para as histórias nacionais, tais celebrações são fundamentais para a construção de identidades e da memória coletiva daquela nação. A memória, como ensina Le Goff (1996), é a propriedade de preservar certas informações a respeito de um passado próximo ou distante. Embora ela esteja, inicialmente, ligada às funções psíquicas, ela envolve dimensões políticas e socioculturais.

As efemérides são extremamente representativas da subjetividade das reconstituições históricas, pois envolvem a necessidade de uma reconstrução do passado que justifique tal comemoração ou evento cívico ou festivo, conforme explica KÜHN (2000). Mesmo com as mudanças no tempo e no espaço, valores simbólicos relacionados a essas efemérides permanecem na memória coletiva. O mesmo fenômeno ocorre também com o mito fundador que, como Marilena Chauí (2000) coloca, configura-se como uma narrativa imaginária com intenções de justificar uma posição no presente através de um vínculo interno com um passado de origem. A partir das efemérides, portanto, a memória nacional é refundada e

reatualizada a cada nova celebração. Neste cenário, as comemorações ao Descobrimento do Brasil servem de instrumento para afirmar discursos de identidades competentes à formação histórica do país.

Para Jacques Le Goff (1996) a memória nacional não é natural, mas sim o resultado de um trabalho de grupos e pessoas que implica as atividades de produção, circulação e consumo de sentidos e valores. Pois, vale frisar que, historicamente, classes sociais e grupos políticos têm no controle da memória e do esquecimento alicerces para suas relações de poder. Grupos distintos da sociedade disputam entre si, as suas visões de mito, memória e identidade. Uma disputa simbólica, que visa sobrepor uma visão de um grupo em detrimento da coletividade. Nesta disputa, o mito fundador será reconstruído e reinventado, para assim estabelecer o que e quem fazia parte ou estava fora do conjunto, quem participou da construção do país.

Segundo Oliven (1998 *apud* OLIVEIRA, 2000, p.185) “*os mitos não desaparecem nas sociedades históricas e seu princípio de lógica, o de transformar a história em natureza e a contingência em eternidade, permanece atuante*”. Sua existência permite conferir um significado a realidade presente, para assim, estabelecerem-se valores de solidariedade social e a construção de projetos coletivos. O mito do “Descobrimento” configura-se, portanto, como uma efeméride que se estabelece a partir do conflito de visões particulares sobre o passado e que estabelece orientações para o presente.

Estes embates muitas vezes se realizam por via simbólica. Neste caso, os grupos que buscam estabelecer suas visões de mito, memória e identidade apresentam suas visões a partir de alusões, dentre as quais se destacam as representações alegóricas.

As alegorias, conforme Kluckert (2004 *apud* OLIVEIRA, 2014) são imagens que apresentam ideias. São visões idealizadas de mundo que se constroem em uma representação pictórica que busca conferir um significado a uma determinada memória. Estas representações, por sua vez, configuram-se como imagens complexas, que vivem de alusões, alegorias e símbolos, construídos por meio de indicações de sentido referentes a um determinado código de amplo domínio, de modo a fazer-se entendido assim que observado.

O mito fundador, apresentado aqui pelas visões acerca do Descobrimento do Brasil será representado em diferentes épocas, por diferentes alegorias. Grupos em disputa construíram suas visões alegorizadas de mito fundador e de identidade

nacional. Nesse contexto, para Oliveira (2014) as imagens dizem muito mais sobre o meio e a cultura que as produziram do que sobre aquilo que pretendiam representar.

O dinheiro é patrimônio público e bem comum circulante a toda a população. Sua emissão se dá pelo Estado, o que garante sua soberania e legitima seus governantes. Portanto, sua função econômica também lhe assegura uma atribuição política. Segundo Pierre Bourdieu (1989), os sistemas simbólicos enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e conhecimento cumprem uma função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação de uma classe sobre a outra. As alegorias representadas nas cédulas e moedas veiculam discursos dos grupos que detém os meios de produção destes numerários, neste caso, o Estado. Assim, o dinheiro configura-se como um elemento central para a afirmação de visões de mundo, dentro do campo das disputas simbólicas.

Este trabalho procura demonstrar, portanto, como a representação do Descobrimento do Brasil foi utilizada nas emissões monetárias brasileiras para construir e reconstruir a identidade nacional em diferentes momentos. A partir de conhecimentos metodológicos da ciência de cédulas e moedas – a Numismática -, foram investigados elementos iconográficos em emissões de três momentos distintos da história do Brasil – o Segundo Reinado (1840 – 1889), a Primeira República (1889 – 1930) e a Nova República (1985...), com vistas a compreender a apropriação das imagens nos diferentes momentos de construção da identidade nacional.

2. AS VISÕES DO DESCOBRIMENTO

O material utilizado para a realização desta pesquisa compreende todas as representações alegóricas do Descobrimento do Brasil, presentes em emissões monetárias desde a independência do país. Durante o período colonial as moedas apresentavam na sua iconografia, em geral, elementos que atestavam a procedência dos numerários, bem como a soberania do Império Ultramarino. Efigies

de soberanos, brasões e coroas contemplam boa parte da iconografia das moedas coloniais. Não há representações do Descobrimento nestas amoedações.

As representações alegóricas iniciaram-se no Império, em um processo de construção da imagem nacional, em que um dos elementos alegorizados foi o Descobrimento. Tal evento histórico, aliás, fora exaustivamente representado durante a história do Brasil independente. O objetivo deste trabalho, portanto, não se restringe a um recorte temporal, mas sim, visa apresentar as idealizações do mito fundador do país através da iconografia de cédulas e moedas emitidas e que alegorizem de alguma maneira este fato. Assim, foram analisadas cédulas de 10, 20, 50 e 100 mil réis, que circularam durante o reinado de D. Pedro II, a série de 400, 1.000, 2.000 e 4.000 réis, cunhadas em celebração ao IV Centenário da Independência, além da cédula de 10 reais e as moedas em prata, de 5 reais e, em ouro de 20 reais, todas lançadas em comemoração aos 500 anos do Brasil.

3.1 Império: O Descobrimento como elemento necessário à gênese da Nação.

A Independência do Brasil não consolidou de imediato uma unidade nacional, com elementos comuns a todos. A falta de união entre as províncias requisitou primeiro um Estado para depois se desenvolver a nacionalidade. A partir de um Estado forte e centralizado na figura do Imperador, pode se construir uma imagem para o país independente, em que fatos históricos e elementos da sociedade foram entrelaçados em um processo de formação de identidade nacional. Neste sentido, a chegada dos portugueses às Américas, em 1500, compreendeu uma parte do projeto “Nação brasileira”.

O mito de origem da nação a qual se pretendia desenvolver era fundamental para delimitar a base que alicerçaria a identidade deste país. Tratava-se, para Guimarães (1988), de precisar com clareza como se definiria a Nação brasileira, dando-lhe uma identidade própria capaz de atuar tanto externa quanto internamente. No movimento de construção da gênese desta nação, durante o Segundo Reinado, grande fora o esforço para delimitar a identidade nacional, onde os agentes presentes no Descobrimento foram continuamente explorados.

Para Guimarães (1988), ao definir a Nação brasileira como representante da ideia de civilização no Novo Mundo, se define aqueles que internamente ficarão excluídos deste projeto por não serem portadores da noção de civilização. A Nação construída durante o Segundo Reinado tinha como ideal, uma civilização branca e europeia nos trópicos. Negros e índios não possuíam papel ativo nesta construção da história nacional. O conceito de Nação operado é eminentemente restrito aos brancos, sem ter abrangência. Construída no campo limitado da academia dos letrados, a Nação brasileira traz consigo forte marca excludente, carregada de imagens depreciativas do “outro”.

Imagem 1: Cédula de cem mil réis, emitida durante o reinado de D. Pedro II.

1



A cédula que delimita esta parte do trabalho é um exemplar de 100 mil réis, emitido em 1852, na sua quarta estampa. A imagem que está ao centro do numerário representa uma alegoria do Descobrimento do Brasil. Esta mesma imagem também aparece nas cédulas de menor valor, referentes a este período e que foram analisadas neste estudo. Nela, temos um casal de indígenas: a mulher

¹ **Fonte:** Autor desconhecido. *Cédula de cem mil réis*. 1852. Papel-moeda, impresso pela Perkins, Bacon & Company, Inglaterra. Colnect. Cédulas. Disponível em: <http://colnect.com/br/banknotes/list/series/99655-1852-867_Estampa_4/country/3981-Brasil/face_value/314-100000>. Acesso em: 31 out. 2015.

sentada segurando um bebê e um homem portando uma lança, em pé. À direita deles, a cruz de Cristo, o elemento português na representação do Descobrimento.

A alegoria do Descobrimento retratada na cédula de 100 mil réis apresenta o viés que compreendia o projeto de Nação brasileira estabelecido no Segundo Reinado. O encontro é representado por elementos das duas culturas que se colidiam. Os indígenas, em sua representação idealizada de bom selvagem, sem cultura ou civilização e o português. Entretanto, o representante branco não é retratado, mas sim, o seu legado para o território que se forjou após o Descobrimento. A cruz é o elemento civilizatório, necessário para englobar as populações indígenas ao projeto de Nação que se desenhava no Segundo Reinado. A identidade nacional se mostrava assim, centrada no branco civilizado, acompanhado de um indígena, entretanto, já previamente aculturado. Negros em nenhum momento são lembrados.

Esta representação alegórica, dentro do contexto de construção da identidade nacional durante o Segundo Reinado, retrata também, um elemento-chave no projeto Nação: o mito das três raças que constituem a sociedade e a cultura brasileiras. Tal ideia, que defende a tríade europeus (portugueses), africanos e indígenas como a base da identidade nacional, já fora representado em outra obra fundamental ao Império: o pano de boca executado por Jean- Baptiste Debret para a coroação de D. Pedro I como Imperador do Brasil. Nela, as três raças se convergem ao elemento branco, central na constituição do Império.

Debret, como um dos primeiros defensores da teoria das três raças, construiu a alegoria que compreende o pano de boca tal qual seus sucessores o fizeram com a iconografia da cédula de 100 mil réis. Assim, como na imagem que representa a gênese do Império, a alegoria do Descobrimento retratada, compreende a formação da identidade nacional a partir das três raças, onde o elemento europeu se sobressaiu às demais.

3.2 Primeira República: O Descobrimento como legitimador da República.

A comemoração do IV Centenário do Descobrimento, conforme coloca Oliveira (2000), foi a primeira a acontecer no Brasil independente. Além disso, acontecia após a afirmação da República como modelo político. O Brasil de 1900 estava às voltas com crises, econômica e política, bem como um profundo desalento frente à experiência republicana após uma década de lutas e conflitos. Assim, as comemorações não poderiam deixar de discutir a viabilidade do Brasil como nação moderna.

Os 400 anos foram celebrados com o projeto de identidade nacional desenhado durante o Segundo Reinado já estabelecido. Entretanto, a Proclamação da República derrubou um monarca da família Bragança, o elemento português, central no projeto Nação construído no Império e que entrou em choque com a mudança do modelo de governo. Com a Proclamação da República, a cultura portuguesa e o Império dos Braganças, passaram a ser atacados como representantes de um passado a ser esquecido. De acordo com Oliveira (2000), os conflitos entre monarquistas e republicanos na última década do século XIX e início do XX aumentaram as tensões entre portugueses e brasileiros. Assim, o IV Centenário ficou dividido entre a versão europeia e portuguesa e a versão americana e brasileira.

Como a Proclamação da República fora realizada sem o apoio popular, a afirmação do modelo republicano precisava se legitimar perante a população. Tal processo se deu por vias simbólicas, que visavam atingir todos os setores da população. A comemoração ao IV Centenário do Descobrimento não foi exceção. Segundo Oliveira (2000), as celebrações voltaram-se para dois públicos distintos. De um lado, o público letrado foi agraciado com os atos organizados e realizados pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. De outro, o público popular dos festejos através de uma série de atos que visavam a estimular sua adesão à pátria.

Imagem 02: Moeda de quatro mil réis, cunhada em 1900, para o IV Centenário do Descobrimento.²

² **Fonte:** Autor desconhecido. *Moeda de quatro mil réis comemorativa ao IV Centenário do Descobrimento*. 1900. Moeda, cunhada pela Casa da Moeda do Brasil, Rio de Janeiro. Moedas do Brasil. Catálogo das moedas brasileiras. Disponível em: <<http://www.moedasdobrasil.com.br/catalogo.asp?s=161&xm=1316>>. Acesso em: 31 out. 2015.



No conjunto de festejos referentes ao IV Centenário do Descobrimento, foi lançada uma série de quatro moedas de prata cujo exemplar de maior valor, é retratado acima. Moedas de 400, 1.000, 2.000 e 4.000 réis constroem a visão moderna e republicana do Descobrimento, através de elementos iconográficos dos mais variados. Representações que retratam uma economia forte, além de símbolos portugueses e republicanos, preenchem as amoedações da série. A moeda de 4.000 réis está em destaque, pois sintetiza o discurso que permeia toda a série. Na imagem temos, de um lado, o brasão português com o seu homônimo brasileiro, além das datas de 1500, abaixo do primeiro e de 1900, do segundo. No outro lado, Pedro Álvares Cabral em destaque ao centro, empunha uma bandeira, em claro sinal de conquista.

Para Oliveira (2000), o Brasil, ao comemorar o passado, celebrava o futuro e a possibilidade de construção de uma sociedade moderna. A predominância do elemento português nas celebrações do IV Centenário do Descobrimento contradiz, à primeira vista, o contexto de disputa entre monarquistas e republicanos que predominava as festividades. Entretanto, o Descobrimento é utilizado como um meio para veicular um discurso, tal qual já vimos na cédula do Segundo Reinado. Aqui, Cabral é conquistador, civilizador, aquele que estabelece a ordem e o progresso para uma nação atrasada, que sucumbia ao Império. A relação entre o conquistador português e a família imperial é deixada de lado para impulsionar um discurso que legitimava o modelo político da República. Por ela, o Brasil se modernizava e se desenvolvia em direção a um progresso possível apenas por conta do legado português, iniciado com o Descobrimento.

3.3. Os 500 anos: o Descobrimento como instrumento de cidadania.

Os 500 anos foram comemorados em um contexto ímpar da história brasileira. O Brasil já desenvolvera seu projeto de nação, estabelecera seu modelo político de governo e celebrava o segundo mandato do primeiro presidente eleito por voto direto, após vinte e um anos de Regime Militar. De acordo com Oliveira (2000) se, em 1900, a reforma urbana e o saneamento eram questões centrais da vida nacional, em 2000 a questão básica da sociedade brasileira passa pela cidadania e pelas reformas do Judiciário.

Conforme expõe Oliveira (2000), observando as comemorações do V Centenário, podemos dizer que dois grandes mitos dão conta do imaginário sobre o Brasil em seus 500 anos. O primeiro, no tempo e em longevidade, é o da natureza. A visão e a noção de descobrimento, e não de fundação, produzem essa naturalização da história. O segundo mito é o que representa a sociedade brasileira como fruto da fusão das três raças, e se faz presente nas celebrações populares. Ainda se almeja o futuro, a partir do progresso, porém, não mais o discurso de modernidade, aplicado 100 anos antes, mas sim por um viés democrático e plural.

Imagem 3: Cédula de dez reais, emitida em 2000, para o V Centenário do Descobrimento.³



A Casa da Moeda do Brasil emitiu três exemplares que celebravam as festividades do V Centenário. Duas moedas comemorativas com tiragem limitada: a primeira, em prata, no valor de 5 reais, apresenta a logomarca das comemorações, onde uma rosa dos ventos é formada com penas em alusão às populações indígenas, além de uma representação do encontro, onde uma caravela portuguesa vem de encontro a um índio. A outra moeda, cunhada em ouro, no valor de 20 reais, se utiliza novamente da logomarca do V Centenário, além de apresentar uma representação do Brasil estilizada. A imagem acima está em destaque por retratar de maneira mais ampla o discurso que permeou as festividades em torno dos 500 anos, além de ser familiar à população em geral, visto que a cédula de 10 reais circulou diferentemente dos dois primeiros exemplares mencionados.

No material selecionado temos, na imagem de cima, uma série de elementos que compreendem a participação portuguesa no encontro. Ao centro estão a efígie de Pedro Álvares Cabral e o mapa "Terra Brasilis", uma das primeiras representações das terras encontradas. À esquerda é apresentado um trecho da carta de Pero Vaz de Caminha - primeiro documento a relatar informações sobre a

³ **Fonte:** Autor desconhecido. *Cédula de dez reais comemorativa ao V Centenário do Descobrimento*. 2000. Papel-moeda, impresso pela Casa da Moeda do Brasil, Rio de Janeiro. Colnect. Cédulas. Disponível em: <https://colnect.com/br/banknotes/banknote/1799-10_Reais-ND_2000_500_anos_do_descobrimento_do_Brasil_emiss%C3%A3o_Com-Brasil>. Acesso em: 31 out. 2015.

terra e seus aspectos gerais -, além de uma rosa dos ventos. À direita, se veem cinco naus da esquadra de Cabral e ao fundo, atrás da efígie, aparecem azulejos portugueses. Ao fundo ainda, mas nas extremidades, temos representações da Cruz da ordem de Cristo, símbolo presente nas embarcações portuguesas da época.

Na imagem de baixo os elementos retratam a população brasileira. Ao centro, temos uma representação quadriculada do mapa brasileiro atual, onde estão centralizados, um casal indígena em maior projeção e, do qual se projetam outros quadros com várias fisionomias e etnias, de modo que formam em sua completude um mosaico, representando o mapa do país. À direita novamente a rosa dos ventos e, como pano de fundo, tanto à esquerda quanto à direita, elementos alusivos à Brasília, como o Congresso Nacional e o Palácio do Planalto.

A cédula de 10 reais apresenta em suas duas faces diferentes discursos sobre o Descobrimento em que ambos se unem para formar a mensagem geral do numerário. De um lado, a versão histórica, com os elementos que remontam ao encontro em sua versão oficial. As naus portuguesas em direção à terra desconhecida, habitada por populações nativas. Pedro Álvares Cabral se sobressai como o representante português, aquele que possibilitou o encontro. Do outro lado, o legado iniciado por tal encontro. O Brasil se forma a partir de sua população. A identidade nacional se pluralizou, em relação às representações anteriores. O acesso à cidadania em uma sociedade democrática se faz presente ao retratar diferentes etnias, além de elementos alusivos à Brasília, a capital federal e o centro do Estado Democrático de Direito. Na complexidade alegórica da cédula, se constrói a representação de uma sociedade plural.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O dinheiro é um elemento comum a toda a sociedade. Por ele, veiculam-se discursos dos mais variados. As efemérides também assumem esta função. Por elas, rememora-se o passado, compreende-se o presente e orienta-se o futuro. A representação do Descobrimento do Brasil em cédulas e moedas permite disseminar discursos de identidade nacional em larga escala. Tal movimento,

iniciado durante o Segundo Reinado, em meio ao processo de construção da Nação, foi prosseguido e transformado, restaurado e reinventado, em um complexo processo que continua atualmente.

O objetivo deste trabalho foi apresentar o dinheiro como um meio de analisar como as efemérides podem veicular discursos contemporâneos aos seus contextos de celebração. Por elas, grupos disputam suas visões idealizadas de Nação e identidade nacional, das quais se representam de maneira alegorizada em cédulas e moedas. No Segundo Reinado, o Descobrimento fez-se necessário ao projeto Nação. Nele, continuou-se o já perpetuado mito das três raças e reforçou-se a predominância do elemento europeu no conjunto. Na Primeira República, as alegorias defenderam o modelo político recém-instaurado. A República levaria o Brasil ao progresso, iniciado com a chegada de Pedro Álvares Cabral. Por fim, os 500 anos celebraram uma nação democrática, que reconstruiu sua cidadania após o Regime Militar.

O dinheiro abordou em sua iconografia várias visões de Descobrimento, que representavam contextos e grupos em disputa. O conflito simbólico delineou os caminhos que estabeleceram os elementos que formam a Nação e a identidade nacional atualmente. Neste cenário, o mito das três raças permeia aspectos iconográficos dos três recortes analisados e permanece forte. Entretanto, de uma forma ou de outra, a compreensão do processo de construção e reconstrução da Nação através do dinheiro, permite novas formas de se contemplar noções de identidade nacional.

REFERÊNCIAS

Bibliografia:

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989, 315 p.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000, 110 p.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, vol. 1, 1988, p. 5-27.

KÜHN, Fábio. A reinvenção do Brasil: considerações em torno dos 500 anos. *Anos 90*. Porto Alegre: UFRGS, vol. 13, 2000, p. 58-62.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4. ed. Campinas: Unicamp, 1996 (Coleção Repertórios).

OLIVEIRA, Carla Mary. *A América alegorizada: imagens e visões do Novo Mundo na iconografia europeia dos séculos XVI a XVIII*. 1ª edição. João Pessoa: UFPB, 2014, 115 p.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Imaginário histórico e poder cultural: as comemorações do Descobrimento. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, v. 14, n. 26, 2000, p. 183-202.

Fontes:

Imagem 01: Autor desconhecido. *Cédula de cem mil réis*. 1852. Papel-moeda, impresso pela Perkins, Bacon & Company, Inglaterra. Colnect. Cédulas. Disponível em: <http://colnect.com/br/banknotes/list/series/99655-1852-867_Estampa_4/country/3981-Brasil/face_value/314-100000>. Acesso em: 31 out. 2015.

Imagem 02: Autor desconhecido. *Moeda de quatro mil réis comemorativa ao IV Centenário do Descobrimento*. 1900. Moeda, cunhada pela Casa da Moeda do Brasil, Rio de Janeiro. Moedas do Brasil. Catálogo das moedas brasileiras. Disponível em: <<http://www.moedasdobrasil.com.br/catalogo.asp?s=161&xm=1316>>. Acesso em: 31 out. 2015.

Imagem 03: Autor desconhecido. *Cédula de dez reais comemorativa ao V Centenário do Descobrimento*. 2000. Papel-moeda, impresso pela Casa da Moeda do Brasil, Rio de Janeiro. Colnect. Cédulas. Disponível em: <https://colnect.com/br/banknotes/banknote/1799-10_Reais-

ND_2000_500_anos_do_descobrimento_do_Brasil_emiss%C3%A3o_Com-
Brasil>. Acesso em: 31 out. 2015.

NAÇÃO E NACIONALISMO: ENTRE A RAZÃO E A SUBJETIVIDADE

NATION AND NATIONALISM: BETWEEN REASON AND SUBJECTIVITY

*Izabella Cardoso DA SILVA**

*Joabe Nunes Bernardo MANOEL**

Resumo: O presente artigo procura problematizar e discutir algumas concepções historiográficas sobre a ideia de nação e sua construção histórica. Confrontando ideias e procurando problematizar as formas como a ideia do nacional foi construída no Brasil na segunda metade do século XIX e refletindo sobre as possíveis dificuldades de ser implantada na jovem nação certa ideia do que deveria ser o “nacional” no Brasil.

Palavras-chave: nação, historiografia, ideia de nação

Abstract: This article seeks for discuss some conception of historiography about the idea of nation and its historical construction. Confronting ideas and looking for problematize the forms that the national ideia was built in Brazil on the second decade of XIX century. Reflecting about possible troubles of it being implanted on the young nation a ideia of what must be the national.

Keywords: nation, historiography, ideia of nation

A nação adquire importância fundamental na segunda metade do século XIX, quando os Estados já estão consolidados e delimitados territorialmente, na Europa ocidental e em parte da América Latina. Para Hobsbawm, para que a nação passasse a existir, foi primeiramente necessário que houvesse uma grande

•
•

extensão territorial passível de anexar demais territórios. Não era importante que neste território os que ali viviam partilhassem dos mesmos valores culturais e costumes. Pelo contrário, na Europa do século XIX, os Estados-nação contavam com uma infinidade de dialetos e línguas que disputavam espaço e que, só depois de todo o processo de formação nacional, foram tomadas como línguas oficiais. Elas eram eleitas oficiais por uma elite administrativa que alçava à qualidade de oficial a sua própria língua, de modo a afastar de cargos públicos o grosso da população.

Esses critérios dizem respeito à formação da nação para o autor supracitado. Já para outro importante estudioso do tema, o historiador Benedict Anderson, a formação da nação não depende desses critérios selecionados por Hobsbawm. A nação se formaria primeiramente através de pontos subjetivos, tais como os valores culturais, costumes, ideias, responsáveis por sua vez, por fazer presente nos membros o que ele chamou de “consciência nacional”. E o que seria tal consciência? A percepção de que não se está sozinho, que se é parte de uma comunidade ampla e existente mesmo que não se conheça individualmente cada um dos membros da comunidade. Há certa impressão de pertencimento, o qual se intui. Para que isso ocorra algumas ferramentas são importantes, a citar, a imprensa e o romance, por exemplo.

Esses elementos separadamente contribuem para criar a ideia de uma comunidade a qual pertencem os membros da nação. Isso é possível porque eles falam, cada qual a sua maneira, das pessoas e coisas que a integram. Por exemplo, o romance, ao usar a língua oficial contando uma determinada história fictícia envolvendo lugares específicos do território conhecido, contribui para que os outros membros da chamada nação, embora não conheçam pessoalmente o outro que mora na cidade vizinha, possa perceber que ele existe. Estes elementos contribuem para que se crie então certa comunidade. No caso, Anderson a chama de “comunidade imaginada”.

Como vemos, os dois historiadores explicam o surgimento da nação de modos diferentes. E parecem até expor interpretações antagônicas. De que maneira? Parecem arrastar uma discussão historiográfica que vem do século XIX para o século XX, qual seja, a da nação como criação do povo ou das elites. Hobsbawm enxerga a nação de modo menos maleável, como se o processo de formação estivesse já predeterminado a priori, e não fosse um processo a se completar no tempo, que dá espaço para o imponderável. Sendo algo imposto de cima para baixo (povo), os que não tem como resistir às ações das elites governantes, que por sua vez, possuem muito mais ferramentas para se impor.

Enquanto para Anderson o processo de construção nacional parece dar mais abertura para o restante da ação da sociedade civil. Não tendo um critério dado

politicamente de pertencimento a priori para a formação. Para que a nação exista, é preciso que seus membros se reconheçam como partícipes do todo nacional. Para tanto, precisam entender que há outras pessoas a seu lado, vivendo de modo semelhante, falando a mesma língua, com hábitos parecidos. Para o autor, o fator cultural/subjetivo é especialmente importante para dar conta de explicar o processo da criação do nacional.

Bernardo Ricupero em *O romantismo e a ideia de nação no Brasil*, na primeira parte da obra, faz uma retomada dos conceitos e teorias de nação, alguns da teoria política, desde o final do sec. XVIII como Rousseau, Montesquieu, filósofos que pensaram a organização do Estado, base por sobre a qual seria construída a ideia de nação. Como o título da obra sugere, o romance do século XIX prestaria utilidade neste sentido, o de inculcar tal ideia nos indivíduos.

Neste sentido, propomos analisar um documento da teoria política francesa, cuja concepção de nação, segundo Ricupero, é eminentemente política. Afinal foi na França que ocorreu a Revolução que inaugura os Estados nacionais que passaram a ser conhecidos enquanto tais a partir do sec. XIX⁴. Nesse período, os filósofos franceses se preocuparam sobremaneira com a questão do Estado nacional e com as formas de organização da sociedade civil. Assim, escolhemos como fonte histórica a obra de Jean Jacques Rousseau - *Do contrato social* - de modo a entendermos mais facilmente o processo de formação da nação francesa, usada como parâmetro para a construção da ideia de nação no Brasil na segunda metade do século XIX. Também se faz pertinente o uso da referida fonte para entendermos melhor a afirmação de Ricupero de que

“Para os franceses [...] o pertencer à nação estaria, assim, primordialmente no domínio da política; qualquer homem que aceitasse os princípios jurídicos da nação poderia ser francês.” (RICUPERO, 2004, p.14).

Para o filósofo, o Estado é a união da vontade geral, reunião das vontades individuais que se conjugam para formar um Estado do qual dependem; o todo desses membros corresponde à vontade civil, do povo.

O povo é soberano e dele depende a estabilidade do Estado, transferindo a ele sua vontade. No entanto, para que isso ocorra, faz-se necessário que o povo

⁴ RICUPERO, B. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. P. 12

seja representado por um corpo político, o qual deve se curvar à soberania nacional, formando o contrato entre os governantes e a sociedade civil, elementos para o funcionamento do Estado. A nação, neste caso, é vista como uma escolha dos homens. ⁵Esta ideia expressa no livro do iluminista teve grande repercussão na França do período, tanto que o artigo terceiro da declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 expressa esta afirmação da soberania da nação⁶.

No entanto, pode haver dissensões entre a soma das vontades individuais. Sendo este o caso, a vontade predominante deve ser a da maioria e a qual deve prevalecer. É aí que pode haver acordos entre um lado a ser representado e o outro a representar politicamente através do estabelecimento de um contrato entre ambas as partes. Rousseau também foi referência para os filósofos chamados de contratualistas.

Todos os membros do Estado são iguais perante a lei, uma vez que são dotados de razão e são, portanto, dotados dos mesmos direitos, sem que privilégios concedidos a uns sejam privados de outros. É por isso também que o peso da decisão dos contratantes tem o mesmo peso.

Exposta em termos gerais a nossa fonte, retomemos Ricupero. Ele diz que a concepção de Estado e posteriormente a de nação francesa é marcadamente política. O que quer dizer que em sua abordagem, o cientista político entende que tal concepção vem de cima, quer dizer, é sobretudo construída a partir do poder público, através das instituições, através dos aparatos estatais, como o Direito, que formam o Estado francês racional iluminista e que se põe contrário a sociedade de privilégios do Antigo Regime.

De modo geral, podemos afirmar que Ricupero valoriza este tipo de construção para analisar o processo de criação da nação, deixando muitas vezes de lado um aspecto que pensamos ser importante para tal análise: o da perspectiva da comunidade nacional. Como impor arbitrariamente determinada concepção do nacional aos indivíduos que nem sempre nascem sob um Estado já reconhecido enquanto tal, parece ser uma questão importante para entender como se dá este movimento que se arrasta ao longo da segunda metade do século XIX.

Também é parte da nossa reflexão neste trabalho levar em consideração as duas diferentes concepções de nação para os historiadores utilizados anteriormente, de modo a perceber o papel da subjetividade das pessoas nessa construção do nacional. Tendo em vista, o texto de Ricupero, problematizando sua perspectiva, já que pensamos que ele deixa de lado um aspecto da formação da

⁵ Idem, p. 14.

⁶ Idem, ibidem.

ideia de nação, qual seja, o papel dado à individualidade, a particularidade implicada nesse processo.

De acordo com Roger Chartier (1990), o ato intelectual de ouvir e olhar implica desvio, desconfiança e resistência. Não é porque há esforço para a imposição que há também acatamento passivo por parte daqueles que tem menos facilidade, por uma série de fatores, a não impor ideias. Ele utiliza a palavra apropriação como sendo mais adequada para explicar as relações políticas do que coerção, imposição. Nesta relação, o povo, a gente comum, teria mais autonomia para receber e lidar com as mensagens vindas “de cima”, das elites. Para ele,

“a aceitação das mensagens e dos modelos opera-se sempre através de ordenamentos, de desvios de reempregos singulares”. (1990:136-137).

A rigor, pensemos que é alvo de pertinente preocupação ao tratar este assunto o ato de inculcar sentimentos nas pessoas. Como esse complicado processo ocorreria? Como é possível que as pessoas acatem determinadas ordens em detrimento de outras? Trazendo a discussão para nosso tema, como foi possível que um francês do séc. XIX nascido na Bélgica fosse morar na França, esquecendo sua família belga, e ficando novos laços no seu novo país, e não regressando ao antigo? Se, hipoteticamente, ele tivesse se casado com uma francesa, isso teria sido suficiente para que abandonasse terminantemente a antiga nação? Se ele se sentisse francês, independentemente de ter nascido na França ou não, segundo a lei ele poderia lá permanecer.

Consideramos importante destacar a cautela que devemos aplicar à leitura da fonte do ponto de vista historiográfico, uma vez que falamos dum texto de teoria política, que por sua vez possui métodos e referencial próprio. Nesse sentido, a obra de Rousseau deve ser interpretada em consonância com os movimentos políticos e sociais vivenciados no final do século XVIII, sobretudo as sucessivas crises econômicas que se tornaram contundentes às balizas sobre as quais se sustentavam o Antigo Regime, outrossim, o movimento Iluminista que lançou as principais bases do novo Estado liberal francês, iniciada iniciado na Revolução Francesa de 1789.

Tal revolução representou um marco e um ponto de inflexão entre a tradição absolutista e aristocrática face o mundo moderno, com bases liberais e que possuía

bem mais clara o delineamento entre as esferas públicas e privadas, ainda borradas ou nulas no *Ancien Régime*. O monarca⁷, figura proeminente na vida da nação e da política, concentrava poderes quase ilimitados sobre a economia, a vida social e o direito. Assim, não era possível vislumbrar a sociedade francesa como um corpo político unificado e ativo, com direitos legítimos e representantes legais.

O movimento iluminista teve significativa importância na construção de um pensamento políticopositor ao tradicional absolutismo moderno francês. Inserido nessa querela, Rousseau lança a tese do contrato social que analisa a passagem do que ele chama de estado de natureza para o estado social. A relação entre natureza e sociedade implica uma reflexão mais complexa. A primeira frase do capítulo inicial da obra diz que “o ser humano nasce livre e em toda parte está a ferros”⁸, ou seja, o homem nasce livre, no entanto, ao se inserir na sociedade - passagem do estado natural para o estado civil -, precisa de leis que normatizem a vida em conjunto, por isso a necessidade do pacto social. Portanto, a liberdade que caracteriza o estado natural, dentro do pacto social dá lugar à liberdade moral do estado civil no qual todos os cidadãos são iguais, pois “na medida em que homens reunidos se consideram como um só corpo, não têm senão uma vontade que se vincula à conservação comum e ao bem-estar geral”⁹

A passagem do estado natural para o estado civil ocorre de maneira tácita, à medida em que os indivíduos optam por transferir o direito de defesa de seus bens e, sobretudo, de sua liberdade à uma sociedade organizada por preceitos e leis determinadas. O objetivo do contrato social é:

Encontrar uma forma de associação que defenda e proteja de toda a força comum a pessoa e os bens de cada associado e pela qual cada um se unindo a todos obedeça, todavia, apenas a si mesmo e permaneça tão livre como antes. Eis o problema fundamental para o qual o contrato social oferece solução¹⁰.

⁷ Podemos trazer à baila a questão de terras no Brasil imperial no século XIX do ponto de vista da historiadora Emília Viotti, que apontou o caráter pessoal da administração das terras, uma vez que eram patrimônio do rei e poderiam ser adquiridas apenas por doações “(...) baseada na avaliação do pretendente, o que implicava em considerar seus *status* social, suas qualidades pessoais e seus serviços prestados à Coroa.” [p.129]

⁸ *Idem*.p. 11.

⁹ *Idem*.p. 11.

¹⁰ *Idem*.p. 21.

Segundo a perspectiva de Rousseau, o estado civil é o marco do nascimento do Estado soberano¹¹, regulado por leis racionais que representam a unidade da nação e a garantia de seus direitos. Para o filósofo, o indivíduo deve prescindir de seus direitos que poderiam ser usufruídos somente no estado de natureza para alcançar o estado de pleno desenvolvimento humano possível pela vida em sociedade contratual.

Esse processo de alienação de seus instintos de forma alguma seria prejudicial para sua formação ou identificação enquanto indivíduo. A sociedade civil organizada tem como principal escopo sua preservação e desenvolvimento. Portanto, à medida em que se supera o estado natural, ampliam-se os pensamentos e as ideias, a moralidade torna-se o princípio norteador desse novo estado, o civil, possibilitando maiores e melhores condições de desenvolvimento, sobretudo, intelectual.

Especificamente sobre o tema do Estado soberano, elencamos esse pequeno excerto:

Imediatamente, esse ato de associação produz, em lugar da pessoa particular de cada contratante, um corpo moral e coletivo, composto de tantos membros quantos são os votos da assembleia, e que, por esse mesmo ato, ganha sua unidade, seu *eu* comum, sua vida e sua vontade. Essa pessoa pública, que se forma, desse modo, pela união de todas as outras, (...) o qual é chamado por seus membros de Estado¹².

Na leitura, não encontramos nenhuma evidência que aponta a unidade da nação do ponto de vista cultural ou identitário. Prevalece o contrato social, ou seja, a iniciativa do “eu particular” de renunciar suas ações individuais vivenciadas no estado de natureza para se inserir na vida civil. A unidade dá origem, ao partir dessa perspectiva, ao Estado soberano, não a nação calcada no nacionalismo, numa população que se organiza para sustentar uma cultura comum.

A fonte pode também ser tomada como um importante exemplo de como os filósofos franceses pensaram o que deveria ser o Estado. Rousseau, nesse sentido, parece ser um material rico. No entanto, podemos dizer que ele representa apenas um lado do processo de formação da nação. Voltando à nossa indagação inicial, como foi possível que as populações residentes no que hoje é tido como território

¹¹ ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do Contrato Social. São Paulo, SP. Nova Cultural, 1999. p. 71. IN. OS PENSADORES.

¹² ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do Contrato Social. São Paulo, SP. Nova Cultural, 1999. p. 71. IN. OS PENSADORES.

francês se sentissem francesas? Este sentimento em relação ao nacional e a sua ideia precisou ser trabalhado, vivenciado, experienciado pelos franceses. O papel desempenhado pelos símbolos e pela cultura nacional construída por diversos meios e veículos insere-se, então, nessas experiências acumuladas pelos franceses, através, primordialmente, da imprensa, do romance e da teoria política.

Nesse sentido, compreendemos a cultura tal como Carlo Ginzburg (1987), segundo o qual ela corresponderia a códigos de comportamento e representações sociais que constituem crenças, atitudes, valores mutuamente reconhecidos pela comunidade. Pensemos naquele mundo vivido pelos homens que abandonavam a cultura do Antigo Regime, onde predominavam valores considerados arcaicos, religiosos, histórias orais, próprias das pequenas comunidades regionais. Pois bem. Este mundo seria facilmente e de maneira automática substituído pelo novo mundo, da racionalidade europeia, iluminista e racional?

Nestes termos vale a pena citar Peter Gay em *O século de Schnitzler*. Neste livro, o autor argumenta que a substituição de uma cultura do Antigo Regime não foi facilmente abandonada pelos vitorianos do século XIX. Ele diz:

(...) a afirmação amplamente divulgada, de que a era vitoriana tivesse sido um período de secularização exige que o historiador faça algumas distinções cuidadosas. A estrada de Damasco, que podia constitui uma experiência tão devastadora quanto a epifania cega da descoberta de Deus, não era reta e nela não se podia viajar a uma velocidade uniforme. A clássica autobiografia do prolífico crítico literário e historiador inglês. E. Grosse, *Fatherandson*, de 1907, costuma ser citada, e com justiça, como demonstração lúcida e emocionante do sofrimento que representa separar-se da devoção dos pais, neste caso, um casal protestante rígido. Houve muitas mudanças no sentido durante o século XIX, com muitas almas recapturadas para Cristo, o que demonstra que os obturários de Deus eram em parte fantasiosos (PETER GAY, 2002)

Embora Peter Gay esteja falando da cultura inglesa vitoriana no século XIX, sua reflexão pode ser referenciada por nós para pensarmos as persistências de laços de pertencimentos anteriores àqueles laços colocados a partir do advento da nação nos países europeus. Se no excerto citado, o autor fala da persistência da imagem de Deus e da devoção a ele ao longo do século XIX, que era para ser o da racionalidade e do progresso, ainda persiste sobremaneira tal sentimento religioso nas populações, não seria pertinente afirmar que toda a cultura do Antigo Regime teria sido substituída automaticamente pela cultura racional europeia, das cidades, do iluminismo deísta, etc.

Sendo assim, podemos levar essa persistência dos valores tradicionais e religiosos também a questão do nacional. Teria sido fácil substituir sentimentos de pertinência a pequenas comunidades locais, regionais, pastorais para laços a serem fincados nas cidades longínquas ou metropolitanas como Paris, impondo ou fazendo com que os homens e mulheres habitantes das “nações modernas” se sentissem parte do todo nacional, o que implicaria dizer que elas deveriam reconhecer que as pessoas que vivessem a cinquenta quilômetros da sua cidade guardariam algo em comum com elas próprias: integravam a mesma nação, o mesmo todo nacional.

Obviamente, a escassez de fontes primárias dificulta o acesso ao vínculo estabelecido entre a gente comum, o povo, e o sentimento nacional. Tal escassez limita, mas não impossibilita, a análise do historiador em relação a essa possível ligação que a população tecia com os princípios de nacionalidade, também em contínua construção. Em comunidades longínquas da França do século XIX talvez não houvesse presente, de maneira relevante, a consciência nacional referida por Anderson. Dada esta dificuldade, escolhemos incorporar ao trabalho o texto do filósofo Rousseau, o que permitiu de um lado entender como este novo mundo estava sendo pensado pelos governantes e pelas elites francesas. Ideias estas que seriam posteriormente incorporadas à política de Estado e colocadas em prática pelas Repúblicas nacionais. No século XX, novos meios de comunicação se prestaram a inculcar nas populações sentimentos de nacionalidade: a televisão, o rádio, a música, o cinema, dentre outros. Entretanto, o entrave principal reside em entender como esses sentimentos foram recebidos e apropriados pela maioria da população. O fato de haver pessoas preocupadas em impor determinados valores não quer dizer necessariamente que outras, as classes subalternas, acatem passivamente e sem crítica estes mesmos valores.

Conclusão

Assim, encontramos uma aproximação entre a ideia de nação de Hobsbawm e a formação do Estado para Rousseau. Embora possuam referenciais teóricos diferentes, podemos compreender que para o processo do surgimento do Estado-nação é primordial a organização burocrática, racional e legal do Estado, para que então se crie a noção de pertencimento baseada no reconhecimento cultural guiado por uma classe dominante, que se articula dentro das instituições de poder com o intuito de validar sua cultura sobre as demais. No entanto, parcialmente de Hobsbawm, quando ele considera eminentemente a ação das elites dominantes como determinante para a formação nacional, nos deparamos com um debate historiográfico que expõe a complexa relação que há entre as classes dominantes e as subalternas.

Ao considerarmos uma das hipóteses lançadas por Ricupero sobre a possibilidade de perceber a identidade nacional como “mediação ideológica” que concede o sentimento de pertencimento a comunidade política, ou seja, as elites consolidadas ou emergentes através de aparatos materiais e legais podem dar as diretrizes do que seria a história e a cultura oficial de uma nação, validando-a sobre a variedade de povos e culturas que a compõe, desconsideraríamos o caráter subjetivo da construção identitária evidenciado por Anderson na construção desse processo, uma vez que a formulação da noção de pertencimento parte dum lugar comum, as elites encasteladas nas instituições do Estado. Ademais, seria prescindido também, o indivíduo sujeito histórico, dotado de linguagem, racionalidade e escolha.

Nesse sentido, a proposta de um Estado Liberal rousseauiano nos faz entender que a aceitação mutua entre os cidadãos é ordenada por uma razão universalizante que abrange todos os membros que aderem ao contrato social para a formação de uma burocracia de Estado. A reflexão proposta implica na discussão sobre a capacidade do Estado de validar uma nova estrutura de pensamento sobre toda uma população que reproduziu historicamente através de mitos, ritos e símbolos sua identidade circunscrita a grupos menores, como famílias, vilas, regiões e religiões que não possuía nenhuma ligação com o pensamento racional. Então, o pensamento iluminista racional do século XIX estendeu seus tentáculos sobre todos os indivíduos a ponto de induzirem a escolha consciente de pertencimento ao Estado moderno liberal Francês?

Retidos nesse impasse, trazemos à baila novamente a dificuldade face qual nos deparamos ao analisar uma fonte com fundamentos filosóficos, do ponto de vista histórico. O referencial teórico de ambas as disciplinas se distanciam, sobretudo em relação a escolha de objeto. O trabalho de Rousseau, embora seja calcado em algumas experiências e com profundas bases racionais, ainda circula majoritariamente pelo campo da epistemologia e das teorias políticas de sua época. Enquanto que o historiador, após sucessivas guinadas teóricas e metodológicas ao longo do século XX, passou a dar prioridade ao vestígios, discursos e objetos produzidos pelos grupos subalternos e que não participavam ativamente da vida política, como mulheres, pobres, escravos etc. Portanto, a questão abre um amplo debate historiográfico que além de necessitar definir adequadamente os métodos de análise sobre o tema nação, terá que superar também o desafio da escolha da fonte, por ser ela quando problematizada que contribuirá significativamente com informações sobre o processo de construção identitária. A partir da consulta de arquivos, poderá dimensionar as proporções mais próximas das participações de ambos os grupos envolvidos, de um lado as elites e o Estado, do outro as diferentes culturas e povos que formam uma nação.

Embora os referenciais metodológicos da disciplina histórica se distingam substancialmente dos princípios filosóficos, o historiador é capaz de elencar a obra de Rousseau enquanto um valioso documento, uma vez que seu texto constitui testemunho fundamental sobre uma época caracterizada por constantes debates e mudanças no campo do político. Assim, conscientes de certas diferenciações entre o discurso do filósofo' e o discurso do historiador, sua obra não deve ser desconsiderada pelo olhar historiográfico. Nesse sentido, reiteramos nossa escolha em analisa-la em consonância com a discussão que propomos entre autores divergentes, a saber, Benedict Anderson e Eric Hobsbawm, no sentido de localizar e contextualizar o documento elencado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

RICUPERO, Bernardo. A nação como problema. In O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870). São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

HOBSBAWN, Eric J. - ***Nações e Nacionalismo desde 1780***: programa, mito e realidade/ E.J. Hosbsbawm: [tradução Maria Celia Paoll, Anna Maria Quirino] Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

CHARTIER, Roger. A história cultural; entre práticas e representações. Lisboa, Difel, 1990.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do Contrato Social. São Paulo, SP. Nova Cultural, 1999. p. 71. IN. OS PENSADORES.

GAY, Peter. O século de Schnitzler. A formação da cultura de classe média 1815-1914. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

GINZBURG, C. O queijo e os vermes. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE PUNK NO BRASIL E O COMEÇO DO FIM DO MUNDO (1976 – 1982)

THE FORMATION OF PUNK IDENTITY IN BRAZIL AND THE BEGINNING OF THE END OF THE WORLD (1976 - 1982)

*Pedro Felipe MINHONI**

RESUMO: Buscando entender um pouco mais sobre o processo de formação da identidade do movimento punk rock nacional, a investigação ocorre através de materiais oriundos tanto de dentro do movimento punk, como fanzines, documentários e produções das próprias bandas, até á matérias de revistas de larga escala, jornais e programas de televisão. É durante o período das primeiras inserções do assunto através da revista POP, por volta de 1976, e o percurso do movimento até o festival O Começo do Fim do Mundo, em 1982, que se constrói a relação entre os dois possíveis sistemas classificatórios relacionados ao movimento punk: um de dentro e outro de fora. Não uniformes e com especificidades, são de necessária compreensão para o entendimento da relação e do jogo de sentidos e significações que envolveu o período e o próprio punk no país.

PALAVRAS-CHAVE: história, Brasil, movimento punk, O Começo do Fim do Mundo.

ABSTRACT: This article aims to understand the formation of the national punk movement's identity, based on the study of magazines, television programs, newspapers, fanzines and the band's production. It focus on two different classificatory systems: one from the outside and the other from the inside. Itch one has its own individuality that are necessary for the comprehension of the symbols and senses that involved this time and the punk in our country.

KEYWORDS: history, Brazil, punk movement, O Começo do Fim do Mundo Festival.

INTRODUÇÃO

Nos dias onze e doze de novembro de 1982, na cidade de São Paulo, mais precisamente nas instalações do SESC, acontecia um dos maiores festivais de música punk já vistos em território nacional. Idealizado por Bivar¹³ e de aderência de quase toda a comunidade punk da época, ao todo 20 bandas se juntaram ao longo de dois dias de festival, que levou milhares de pessoas, ditas punks ou não, para a celebração da identidade punk, além da gravação e prensagem do disco homônimo. A noção de ordem e fluência, em um evento desse tamanho e vindo de um público jovem e latente, é interrompida assim que, ao final da última banda, a

¹³ BIVAR, Antonio. *O que é punk*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
Revista Ensaios de História, v. XVIII, n. 1/1, 2013-2017

polícia militar entra em cena e coloca um fim, no já eminente, Começo do Fim do Mundo.

Esse conflito, mesmo que não exclusivo do movimento punk – o país encontrava-se em plena ditadura militar e repressões eram mais comuns e validadas do que se espera como o normal – tem durante o festival um clímax, contando com matérias, entrevistas e reportagens por parte de grandes redes de comunicação denigrando e subvertendo a imagem punk como agressiva, marginal e violenta.

Partindo da premissa de uma possível crise de identidade durante o ocorrido no festival aonde, além do mesmo, poder ser tido como uma representação vinda diretamente do movimento punk, tem seu lado midiático exposto e cristalizado. Sendo assim, o texto vai discorrer desde as primeiras “entradas” do termo punk em território nacional, e da maneira que foram entregues ao público, até o que foi produzido diretamente pelo movimento, de certa maneira já estruturado, como as próprias bandas, entrevistas e fanzines. Trabalhar a maneira como essa possível negociação ocorreu pode nos esclarecer como as partes se portavam perante tal e, se o festival é exclusivamente uma representação do que foi o movimento punk no país.

BOTAS, FUZIS E CAPACETES

Pensar essa relação de tudo que podia envolver o termo punk nos leva a, pelo menos, uma pequena contextualização de como surgiu o movimento. Essa é uma problemática recorrente quando se pensa o local exato de nascimento tanto em âmbito internacional – a argumentação sem fim entre a criação da revista *punk* por McNeil¹⁴ e o celeiro CBGB¹⁵ em contrapartida com toda a estética¹⁶ e

¹⁴ A revista Punk, por muitos citadas como um fanzine devido ao ser formato cheio de colagens, foi fundada por John Holmstrom, Legs McNeil e Ged Gunn. Sem alguma explicação maior em torno do surgimento da mesma, a utiliza como constante argumento de seu pioneirismo. in McNEILL, L., McGAIN, G. *Mate-me, por favor: uma história sem censura do punk*, Porto Alegre: L&PM, 1997

¹⁵ Constantemente lembrado como celeiro de diversas bandas “fundadoras” do movimento e que teve muito dos relatos de shows discorridos nos livros e nas edições da Punk. MCNEILL, L., McGAIN, G. *Mate-me, por favor: uma história sem censura do punk*, Porto Alegre: L&PM, 1997

¹⁶ McLaren, mentor do grupo Sex Pistol's, é constantemente associado a criação da estética punk por sua afinidade com o movimento situacionista francês como pelos seus experimentos estilísticos (e de sua esposa também) em sua loja, a SEX. in. SIMONELLI, David. *Working Class Heroes Rock Music and British Society in the 1960s and 1970s*. Lexington Books. 2013

amplificação¹⁷ de McLaren, Jhonny Rotten, Sid Vicious e companhia – como quando pensado em terras tupiniquins aonde o “embate” fica em âmbito mais regional, em grande parte sobre uma discussão de quem ouviu primeiro alguns álbuns chave¹⁸.

Desse primeiro momento de contato, para o prosseguimento do raciocínio, é necessário o ressaltar sobre dois pontos: o que veio pra cá e, de que maneira esse material foi entregue e recebido pelo público. O primeiro ponto de acesso com quase toda a nomenclatura e material visual (estética, vestimentas) que tocava a alcunha punk veio através de grandes revistas e meios de comunicação da época, como demonstra Essinger em entrevista com João Benedan, o João Gordo do Ratos de Porão:

Mas tive que voltar ao dentista e o filho da uta demorou pra me atender. Sem ter o que fazer, reli a matéria (revista Veja). Curti tanto que acabei arrancando as páginas e levando pra casa. Na mesma época, passou um clipe dos Pistols no Fantástico. Quer dizer, o principal agente por eu ter me transformado em um punk foi o próprio sistema, foi a revista Veja e a Rede Globo.¹⁹

Já em um segundo momento, com o fim dos anos 70 e a chegada dos anos 80 juntos da segunda “onda” punk – o *hardcore*²⁰- a informação perde seu vínculo de exclusividade e já não mais vinha, necessariamente, dos mesmos meios e outras fontes começavam a exercer negociações sobre o que era ser punk e o que não era, além tencionar sobre possíveis caminhos que o movimento deveria tomar²¹. Dentre essas produções, um nicho que tomou para si grande relevância e poder argumentativo foi a confecção e distribuição de fanzines. Oriundos de próprios

¹⁷ Famosa cena em que, no programa THAMES, o vocalista pronuncia a palavra “Fuck” em pleno horário de pico da programação e que foi considerada uma ofensa absurda as famílias que assistiam ao programa. In. SIMONELLI, David. *Working Class Heroes Rock Music and British Society in the 1960s and 1970s*. Lexington Books. 2013

¹⁸ Quando perguntado aos entrevistados sobre a “origem” do movimento, a briga entre eles, principalmente do povo de Brasília que teve um acesso mais rápido aos álbuns lançados fora do país. MOREIRA, Gastão Botinada: *A origem do punk no Brasil*. 110 minutos, 2006 – Brasil.

¹⁹ ESSINGER, Silvio. *Punk: anarquia planetária e a cena brasileira*. São Paulo: Editora 34, 1999, p. 98-100. Trata-se do depoimento de João Gordo, vocalista da banda paulista Ratos de Porão, surgida em 1981 e ainda ativa.

²⁰ Um termo constantemente utilizado como separação, quase como um antes e um depois da cena punk mundial. Comumente associado ao surgimento de bandas como Discharge, Black Flag, Dead Kennedys, dentre outras. Em tradução direta, núcleo duro, se refere ao núcleo dos ideais punk, a crítica e o posicionamento político o que divergia, entre outras coisas, com atitudes de bandas como The Clash, Pistols que firmaram contrato com grandes gravadoras.

²¹ MORAES, Everton de Oliveira: “Deslocados e desnecessários”: O ódio e a ética nos fanzines punks (Curitiba, 1990-2000)

integrantes do movimento, salvo algumas exceções, continham argumentos, posições, indicações de bandas e matérias com novidades e outras coisas de interesse do movimento. Como argumenta Milani:

A prática era corrente desde os primeiros punks e se fortaleceu mais tarde com o hardcore, sob a denominação da expressão *do it yourself* – faça você mesmo. Assim, os punks dos mais diversos rincões do país poderiam se utilizar de camisetas e fitas K7 de suas bandas tão logo as formassem. E não demorou para que começasse a se constituir um mercado próprio para o consumo de estilo punk no Brasil, fazendo circular essas mesmas camisetas e fitas, mas também *buttons*, pôsteres e discos através dos correios ou de algumas poucas lojas físicas, tendo nos fanzines o principal veículo de divulgação²².

Ao lado de costumes como as gravações de fita k7, feitos em grande parte para a “distribuição” de músicas novas ou raras, como as transações que ocorriam no grupo ou os próprios shows de fita, delimitavam uma rede de informação dentro do próprio movimento e que desde cedo, contava com colecionadores ávidos por qualquer tipo de recorte, imagem ou matéria que carregasse o nome punk²³.

É nesse mesmo espaço de tempo que começam a surgir as primeiras bandas punkrock/hardcore na cena nacional e que, mais tarde, viriam a compor a lista de participantes do festival. Inocentes, Restos de Nada, Cólera, AI-5, Ratos de Porão, Olho Seco, em tempos distintos – alguns já iniciavam sua carreira por volta de 79 e outros no começo dos 80 - dentre outros, já se organizavam nos poucos espaços disponibilizados para os punks em São Paulo além das primeiras empreitadas de gravação²⁴.

A noção de identidade e de formação do sujeito pós-moderno é, em grande parte aqui no texto, oriunda das reflexões e debates feitos por Stuart Hall em seu livro “A Identidade cultural na pós-modernidade”²⁵. O trabalho ajuda a perceber que diferentes ações, fatores e situações estão em constante negociação dentro do sujeito – que, obviamente, já se encontra descentralizado e não mais preso a algum

²² Sobre o mercado de consumo de estilo punk no Brasil ver: MILANI, Marco A. *Os Fanzines nadvulgação do punk rock brasileiro – 1981 a 1995*. In. Congresso de Estudos do Rock, 1., 2013

²³ MILANI, Marco Uma Leitura Vertiginosa: Os Fanzines punks no Brasil e o discurso da união e conscientização (1981-1995)

²⁴ Constantemente citado nos documentários, a dificuldade para a gravação e prensagem era recorrente, mas não exclusiva do movimento. O período é congruente com a atividade do selo Barato e Afins. Aqui, no caso, grande parte das gravações conta com a presença da figura do Fabião, dono da então Punk Rock Discos.

²⁵ HALL, Stuart. *A identidade Cultural na Pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

tipo de estrutura estável – e que pode clarear nossa visão sobre a co-relação entre os movimentos, deixa-la menos estática, passiva, e tornar possível articular o que e se algo foi traduzido para a realidade do Brasil além de fatores que, de alguma forma, já aconteciam em paralelo com o movimento punk fora do país²⁶. A formação dessas identidades é histórica e só faz sentido quando analisada perante um sistema classificatório da época, quando se tenciona os agentes da prática social e sua relação com a significação de símbolos e costumes.

O próprio material aqui selecionado, já sustenta um possível bipartidarismo de origem aonde, uma parte do que era informação/produção vinha do “sistema” e outra, oriunda do próprio movimento. Essa divisão é um dos “requisitos básicos” para que se possa perceber e demarcar uma possível identidade²⁷. É justamente esse jogo binário, essa relação de poder que embasa a ótica aqui proposta, como argumenta Tomas:

“Questionar a identidade e a diferença como relações de poder significa problematizar os binarismos em torno dos quais as mesmas se organizam”²⁸.

Sendo assim, essa passagem dos anos 70 para os 80, a crise econômica, o caminhar para o fim da ditadura militar, insatisfação popular e, principalmente, essa negociação sobre a identidade punk – até então nova – aonde convergiam às representações de uma prática social que fica a pergunta: O que era ser punk?

PÂNICO EM SP!

O contato inicial com o termo punk - dentre outros fatores que “tocam” o assunto - foi muito rarefeito e dificultado. Se não pelo teor das matérias da revista POP, que na maioria das vezes trazia o punk com festa e tudo²⁹a dificuldade em

²⁶ Muito da noção de descentralização do sujeito o diálogo contemporâneo entre as identidades pode ser entendido, de maneira geográfica, dentro dos argumentos sobre globalização bem como as noções de diáspora, sincretismo e hibridismo em: HALL, Stuart. *Da Diáspora – Identidades e Mediações Culturais*. Org. Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

²⁷ “As afirmações sobre diferença também dependem de uma cadeia, em geral, oculta, de declarações negativas sobre (outras) identidades. Assim como a identidade depende da diferença, assim como a diferença depende da identidade.” SILVA, Thomas Tadeu (organizador). *Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 75.

²⁸ Tomaz Tadeu SILVA (organizador). *Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

²⁹ REVISTA POP °70. São Paulo: Abril, 1977.

adquirir qualquer disco, tanto pelo preço como pela pouca importação³⁰, tornavam o processo de consumo muito complicado além nas possíveis associações e apropriações referentes ao assunto distorcidas:

A partir dos anos 80, os punks não cessaram de dizer que essa explosão discursiva estaria criando uma imagem “distorcida” em relação ao que eles seriam verdadeiramente(...)A televisão, os jornais, as revistas, o rádio e, posteriormente, o mercado, tentavam *colonizar* o punk dando-lhe um lugar previamente codificado, onde ele não representaria um incômodo ou uma possibilidade de questionamento dos modos de vida padronizados³¹

O Brasil, na condição de estado nação, obviamente, se encontra em um contexto globalizado e interconectado, latente a inferências de outros países, ainda mais dos que se encontram na condição de fundadores do movimento³². Esperar que nunca alguma notícia sobre o movimento ou que as mesmas seriam passivas de qualquer espécie de filtro ou exercício de opinião – com o país em plena ditadura militar – é, de certa forma, até ingênuo, exemplo dessa ação pode ser vista nos relatos da matéria feita pelo Fantástico logo após o O começo do fim do mundo.

Os “sentimentos” de estandarte do movimento punk: o faça você mesmo, a atitude, a quebra das antigas estruturas, morte aos ídolos, o “derrubar com tudo, para depois, reconstruir com dignidade”³³, mesmo não sendo unanimidade em atitude de quem participa, são elementos inseridos nessas representações, se não pelas roupas, pelo cabelo, pela atitude ou pela simples ausência de solo de guitarra em uma música curta e agitada. Esses sentimentos faziam “sentido” na conjuntura desses jovens e explica o respaldo na significação de tudo que era representado, mesmo que deturpado, por essas reportagens. A parte sonora, por exemplo, sendo um dos principais atrativos do punk rock com sua descomplicação do rock progressivo, simplicidade e a necessidade de muito pouco (tanto teoricamente como material de estrutura) para que seja possível montar sua própria banda, tem facilmente respaldo na realidade nacional. O faça você mesmo é justificável e necessário em um movimento de, em sua maioria, adeptos jovens e de situação econômica modesta além de no próprio fomento de grupos interessados em

³⁰ Como visto no documentário, além do preço, grande parte dos integrantes do movimento eram jovens e contavam com empregos mal remunerados, indo assim, quase todo o salário para adquirir algum exemplar. MOREIRA, Gastão Botinada: A origem do punk no Brasil. 110 minutos, 2006 – Brasil.

³¹ MORAES, Everton de Oliveira: “Deslocados, Desnecessários’: O ódio e a ética nos fanzines punks (Curitiba 1990 – 2000) p. 22.

³² Entenda-se por Estados Unidos e Inglaterra – Londres, mais especificamente – embora a real definição da origem não agregue em nada a proposta da discussão.

³³ Frase proferida por Zorro, da banda M-19 em MOREIRA, Gastão Botinada: A origem do punk no Brasil. 110 minutos, 2006 – Brasil.

reproduzir e até produzir suas próprias canções. Salvo as devidas proporções – a juventude inglesa e a população moradores de albergues³⁴ - a crise econômica já não era mais uma dúvida e influenciou diretamente esse processo.

Essa mudança de olhar é crucial. A passagem de uma atitude de consumo, para se tornar parte do processo de produção, exercendo força sobre a concepção do próprio significado de punk, pelo menos em território nacional, é o que separa essa espécie de “segunda” fase da análise. Uma demonstração dessa vertente “produtora” pode ser encontrada na produção de fanzines. Não sendo exclusivos do movimento punk – surgiram através de interessados em ficção científica, mas podem ser submetidos em relação a qualquer assunto – é uma das ferramentas mais claras de que começa a ocorrer uma negociação de sentido; A mesma ruptura proposta por sonoridade e vestuário para com seus respectivos paradigmas, vem de forma escrita e colada nos fanzines: os mesmos serviam como, principalmente, disseminação de opinião, curiosidade sobre as bandas, explicação sobre conceitos, regulação e represálias perante algumas atitudes que fossem avessas as propostas pelo movimento³⁵, tudo isso em um formato possível para a realidade do fanzineiro e de quem mais quisesse produzir.

Além da estampada diferença com os grandes meios de veiculação que se dão tanto em teor como estrutura da publicação, os fanzines acabavam por caracterizar, ou se encaixar muito bem, na prática de comunicação interna do movimento. Essa rede continha outros meios, como shows e gravações de fita k7, a intercomunicação com membros de fora do país, troca de discos, enfim, mas é uma das marcas diferenciais dessa fase “produtora” do movimento, como observa Milani:

Fica claro, portanto, que o consumo de estilo dos punks, como um meio de obtenção da *união e conscientização*, deveria estar restrito a esse mercado específico constituído no início da década de 1980 pelos próprios punks. Um mercado que funcionasse com baixíssimas margens de lucro, e circulasse seus produtos dentro de uma rede de socialização restrita, mantida pelos punks por sua própria iniciativa. Essa rede se baseava em um grande número de indivíduos que divulgavam os produtos – camisetas, discos, shows e etc. – motivados por relações afetivas e pelo discurso de *união e conscientização*. Os fanzines, por sua vez, eram

³⁴ SIMONELLI, David. *Working Class Heroes Rock Music and British Society in the 1960s and 1970s*. Lexington Books. 2013

³⁵ O lucro é uma delas. Para tal a “repressão” acontecia tanto para outros fanzines que geravam lucro – aonde o mesmo só era justificável se fosse para cobrir os gastos de impressão – como também para com as bandas do movimento (não só nacional). Muito das famosas argumentações de “traição do movimento” surgem de fanzines: dentre os acusados podemos encontrar Ratos, Cólera, Exploited, entre outros. MILANI, Marco Uma Leitura Vertiginosa: Os Fanzines punks no Brasil e o discurso da união e conscientização (1981-1995) pg 36-50.

o meio de excelência para estabelecer as relações necessárias entre os membros dessa rede.³⁶

A música oriunda do movimento também demonstra um grande viés de mudança na lógica do círculo, desde a chegada da informação até a data do festival. Se, em um primeiro momento, o punk rock oriundo das ruas de Londres e ou de Nova York dominava o mundo com calças rasgadas e quatro acordes por música, as manchetes nacionais buscavam achar o equivalente tupiniquim: grupos como Banda do Lixo, Joelho de Porco³⁷ e a Made in Brazil³⁸ são constantemente citadas para assumir posições “punk” com o respaldo de matérias dessas mesmas revistas. Além da ruptura com o padrão musical que caminhava o país³⁹, as primeiras bandas oriundas de dentro do movimento queriam expor a sua realidade, a sua regionalidade – o bairro da Carolina, a rivalidade São Paulo ABC – dar um sentido a própria experiência do que era ser punk em São Paulo. Nessa passagem para os anos 80, passada a onda inicial e, coma aproximação do festival, já não se nota mais reportagens sobre quais bandas pertenciam ao movimento punk nacional, “função” essa que ficava ao cargo de fanzines, pontos de encontro, enfim, uma rede de informações mais centrada e de fácil acesso para quem estava dentro do movimento.

Como que separados anteriormente, esse embate entre os dois significantes do movimento punk rock nacional seguem em um processo de afunilamento. O começo do fim do mundo sintetiza e demonstra isso de forma clara: se de início, o punk era farra, moda, Sid Vicious e uma simples resposta ao rock progressivo, tem o teor de suas matérias modificadomeios de comunicação – passa delimitar, justamente o que teria de ser combatido e o deteriora, da mesma maneira em que uma juventude, desgostosa da situação do país e suplantada pelo faça você mesmo começa se estruturar e reagir a sua própria maneira, produzindo de dentro para dentro opiniões e assuntos relevantes ao tema.

AGRESSÃO E REPRESSÃO!

³⁶ MILANI, Marco Uma Leitura Vertiginosa: Os Fanzines punks no Brasil e o discurso da união e conscientização (1981-1995) pg. 40.

³⁷ Considera por “muitos” a primeira banda de punk nacional. ESSINGER, Silvio. *Punk: anarquia planetária e a cena brasileira*. São Paulo. Editora 34. 1999, p. 30-55

³⁸ A revista POP, por sua vez atrela aos mesmos o “surgimento” do punk em terras nacionais.

³⁹ Grande parte da revolução associada ao punk rock foi a sua simplificação do rock progressivo, a volta da juventude e da rebeldia ao rock. Se em território internacional, os alvos de tal crítica podem ser associados a grupos como Deep Purple, Led Zeppling, no Brasil, a música, ou pelo menos grande parte, era cristalizado nas vozes da MPB, sem contar a iminente ameaça da discoteca.

Da criação da ideia de movimento punk, muitas semelhanças podem ser notadas em diversos âmbitos, como: o social, na crise econômica, insatisfação com o governo vigente, a crítica musical. O que fica em questão aqui é a consolidação dessa identidade e a maneira que ela foi construída através das manifestações que representavam o próprio movimento.

Fica clara uma diferença ao tomarmos como ponto de partida o que se era produzido pela mídia, ou o que era exterior de origem do movimento: percebe-se uma intenção de se estabelecer a diferença perante o que era “bom” e o que era punk, preparar o cidadão que, em teoria, não teria contato com o movimento sobre como seria a experiência de ser um punk, como eram suas atitudes, seu modo de vida, tornar essencial o significado do termo. Se pelo interesse político, estético ou moral, essa marginalização punk – ou pelo menos uma tentativa – é, em sua maioria, homogeneizadora e prejudicial quando se pensado a noção de identidade do movimento como argumenta Hall:

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente, é uma fantasia. Ao invés disso á medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente.⁴⁰

Observar o que era oriundo do movimento punk, por sua vez, nos mostra uma mudança nessa relação de significado/experiência; o movimento começa a negociar o que julgava o que seria relevante perante os valores ou significados que lhe interessavam. É a partir do momento em que o movimento punk nacional toma posição através de bandas, fanzines, festivais, que se constitui o embate, o binarismo dessas fontes:

A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes.⁴¹

Sendo assim, perante esse processo nacional de criação/estabelecimento de uma identidade para o movimento punk o que se nota é a possibilidade da convergência de dois sistemas classificatórios distintos, cada um exercendo sua intenção sobre o significado escolhido. Ao passo que a Revista POP fala em Festa/moda, bandas suburbanas e periféricas surgem com nomes agressivos; Da mesma maneira que matérias de jornal incriminam e caracterizam o punk

⁴⁰ HALL, Stuart. *A identidade Cultural na Pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006. Pg. 13.

⁴¹ Tomaz Tadeu SILVA (organizador). *Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. Pg 81

encrenqueiro e vândalo, o mesmo tem direito de resposta e fala perante o grupo, perante ideais⁴², ou seja, constitui-se o confronto, a partir do momento em que o próprio movimento começa a articular seus significados, suas diferenças, seu próprio sistema classificatório e essa inserção é que pode ser o principal vetor dessa discrepância, pois:

Nossa compreensão dos conceitos depende da nossa capacidade de vê-los como fazendo parte de uma sequência. Aplicar esses conceitos à vida prática, ou organizar a vida cotidiana de acordo com esses princípios de acordo e diferença, envolve, muito frequentemente, um comportamento social repetido, isto é, um conjunto de práticas simbólicas partilhadas.

Essa noção de ordem, que ironicamente, é completamente oposta ao movimento punk, é o cenário aonde mais acontece o conflito entre firmamento/desestabilização de significados, por ambos os lados. É nesse cenário que o exterior do grupo, busca o essencial, a violência e o marginal e o movimento punk, se posiciona, se estabelecer como fonte de diversas opiniões possíveis.

Contudo, essa proposta conta com algumas frestas que, se preenchidas, poderiam fornecer uma visão mais próxima do ocorrido. Muito do material aqui, foi, é de origem do movimento punk e, tamanha a diversidade de fanzines, bandas e manifestações, tentar “impor” um sistema classificatório uno e coeso seria, no mínimo, desagradável. Mesmo com o demonstrado aqui já se é possível notar que diferentes “tribos” participavam da mesma cena : os carecas, o regionalismo ABCxCity, as gangues, o contato com o movimento para fora do país, enfm, são possibilidades que deixariam o debate mais complexo e aproximado. Tratamento esse que, sensatamente, também deveria ser aplicado ao que vinha de fora do movimento, como os fatores que influenciaram – além da ditadura – o teor dessa publicações e uma pesquisa sobre quais “tipos” de pessoas conseguiram transitar entre esses meios. No caso do texto, Bivar (idealizador do festival), por exemplo, não tem uma relação muito definida perante o movimento; assume normalmente uma postura de intelectual sobre artes e movimentos sociais e estudioso sobre o grupo.

Muitas vezes, durante o texto, foram utilizados termos com o sentido de sentimento e de coexistência com o que acontecia fora do país⁴³. Uma análise sobre possíveis estruturas que fossem concomitantes, se não para tornar o país um

⁴² Carta de resposta de Clemente em resposta a matéria de Luiz Fernando Emediato, no Estadão.

⁴³ Como sugere Clemente : “ o visual da galera da Carolina era igualzinho o visual dos Ramones ... Se *eles* não tivessem inventado o movimento lá, nós tínhamos inventado ele aqui!” MOREIRA, Gastão Botinada: A origem do punk no Brasil. 110 minutos, 2006 – Brasil.

possível foco para o surgimento do movimento punk – seriam três, então, nessa briga -, poderia nos esclarecer o que foi absorvido/traduzido de cada um deles, que tipo de filtros e processos cada uma das informações sofreu ou teve que passar para chegar até o usuário. No mínimo, nos ajudaria a ter uma base mais sólida no debate estético, musical, tanto de influência como de comparativo, de diferença e demarcação da identidade do movimento nacional.

A GERAÇÃO ABANDONADA

O começo do fim do mundo foi uma representação da identidade punk nacional. Na mesma proporção em que é possível observar uma organização nunca vista antes dentro do movimento punk – com demonstrações de posicionamento político do grupo, a quantidade de bandas participantes, a “paz” entre a city/ABC, a cobertura e divulgação do festival, material relacionado ao grupo além do prensado das bandas que participaram do festival – o grupo tem, de outro lado, o encontro com sua representação cristalizada – a concepção de movimento um agressivo, desorganizado e nocivo a sociedade – através das lentes de uma mídia e de uma ditadura militar pouco interessadas e tais manifestações.

Desse embate, o que sobrou, em grande parte, foi à dispersão ou um amortecimento da onda punk no país e que, muitas vezes, tem seu estereótipo de violência, marginalidade levado em conta muito antes de qualquer outro questionamento pregado pelo movimento. Olhar as convergências entre esses dois, possíveis, sistemas classificatórios pode nos revelar muito mais do que foi a experiência, as angústias, os anseios da época. Como disse Clemente Nascimento em uma entrevista durante o festival em resposta a pergunta O que é punk?? E que pode nos indicar não só o caminho para futuros estudos, como o olhar necessário para a análise e percepção de grande parte do que é oriundo do movimento sem cair nas armadilhas da essencialização: “*Você quer saber o que é punk?? Então afunda aí no meio que você vai saber!!*”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAFAIA, Janice. *Movimento punk na cidade: a invasão das bandas SUB*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

SILVA, Tomaz Tadeu (organizador). *Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MILANI, Marco A. *A Bricolagem nos fanzines punks*. Simpósio Nacional de História Cultural; Escritas, Circulação, Leituras e Recepção. 7. São Paulo, 2014. Anais Eletrônicos. São Paulo, USP.

MILANI, Marco A. *Os Fanzines na divulgação do punk rock brasileiro – 1981 a 1995*. In: Congresso de Estudos do Rock, 1., 2013, Cascavel. Anais eletrônicos

ESSINGER, Silvio. *Punk: anarquia planetária e a cena brasileira*. São Paulo. Editora 34. 1999,

McNEILL, L., McGAIN, G. *Mate-me, por favor: uma história sem censura do punk*, Porto Alegre: L&PM, 1997 Vol.1

McNEILL, L., McGAIN, G. *Mate-me, por favor: uma história sem censura do punk*, Porto Alegre: L&PM, 1997 Vol.2

SIMONELLI, David. *Working Class Heroes Rock Music and British Society in the 1960s and 1970s*. Lexington Books. 2013

MOREIRA, Gastão Botinada: *A origem do punk no Brasil*. 110 minutos, 2006 – Brasil.

MORAES, Everton de Oliveira: “Deslocados e desnecessários”: O ódio e a ética nos fanzines punks (Curitiba, 1990-2000)

BIVAR, Antonio. *O que é punk*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

HALL, Stuart. *Da Diáspora – Identidades e Mediações Culturais*. Org. Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

_____. *A identidade Cultural na Pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

“FADOS BRASILEIROS”: A MÚSICA E A IDENTIDADE BRASIL-PORTUGAL (1974)

"FADOS BRASILEIROS": THE MUSIC AND IDENTITY BRAZIL-PORTUGAL (1974)

Thales Reis ALECRIM*

Resumo

O presente artigo resulta de uma investigação sobre o disco *Fados Brasileiros*, fonograma produzido pela “Discos Marcus Pereira” e interpretado pela voz da portuguesa Paula Ribas, contando com arranjos de Luis N’Gambi. *Fados Brasileiros* contém “uma dúzia de fados à moda dos trópicos”, assim como descrito na contracapa, ou seja, o repertório é composto por canções líricas que possuem determinada conexão com Portugal ou com o fado. A “Discos Marcus Pereira” exercia um projeto que estava preocupado com a identidade nacional brasileira, assim, ela só gravava e difundia gêneros considerados folclóricos ou autenticamente nacionais. Contudo, nesse disco, foram narrados determinados elementos constituintes de uma identidade cultural que une Brasil e Portugal. Através da mobilização da música, a gravadora e os intérpretes abriram novas perspectivas de leitura sobre a herança portuguesa durante o período mais enrijecido do regime militar.

Palavras-chaves: Brasil-Portugal. Identidade Cultural. Fado.

Abstract

This article is the result of an investigation about the disc *Fados Brasileiros*, a phonogram produced by “Discos Marcus Pereira” and performed by the voice of the portuguese Paula Ribas, with arrangements by Luis N’Gambi. *Fados Brasileiros* contains “a dozen fados in the fashion of the tropics”, as described on the back cover, that is, the repertoire is composed of lyrical songs that have a certain connection with Portugal or with fado. “Discos Marcus Pereira” was a project that was concerned with the brazilian national identity, so it only recorded and disseminated genres considered authentically national or folkloric. However, in this disc, certain elements were selected to narrate a cultural identity between Brazil and Portugal. Through the mobilization of music, the label and the interpreters opened new perspectives of reading about the portuguese heritage.

Key-words: Brazil-Portugal. Cultural Identity. Fado.

A “Discos Marcus Pereira” (1973-1981) foi uma gravadora alternativa no seio do mercado fonográfico brasileiro. Seu projeto, que produziu cerca de 144 discos de vinil, consistia em preservar e divulgar gêneros musicais folclóricos na materialidade fonográfica. Esse projeto foi fortemente influenciado por Mário de Andrade. O modernista pregava que a verdadeira nacionalidade brasileira residia no folclore. Dentro de sua vasta produção, ao longo da graduação, nos

* Graduando em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP. E-mail para contato: thales.alecrim@gmail.com

interessamos pelos discos Fados Brasileiros e Portugal Hoje (1974). Os dois discos foram gravados e editados em meio à ditadura militar brasileira (1964-1985), no seu período mais enrijecido e, também, na altura da Revolução dos Cravos em Portugal (1974). Os discos chamam atenção pela forma como representam determinada perspectiva sobre a herança portuguesa no Brasil – essa perspectiva pode ser testemunhada tanto pelos textos nas capas dos discos quanto pela seleção do repertório. Ambos os discos foram interpretados pela voz da portuguesa Paula Ribas com os arranjos de seu esposo, o angolano Luis N’Gambi.

No presente artigo, trataremos especificamente de demonstrar quais ideias circularam durante a produção do disco Fados Brasileiros. Nesse sentido, faremos um balanço das ideias sobre o fado para demonstrar como uma suposta herança portuguesa foi representada no período. Assim, fecharemos o artigo com uma análise dos sentidos de leituras (e escuta) desferidos pelo disco, pois a “Discos Marcus Pereira” e os intérpretes, se valendo das ideias correntes, realizaram uma nova valorização dessa “nítida influência portuguesa” no Brasil.

A “Discos Marcus Pereira” e as narrativas sobre a música popular brasileira

Primeiramente, esclareceremos o ambiente político brasileiro e o projeto da “Discos Marcus Pereira”. Após essa contextualização, delinearemos as ideias correntes sobre o fado e a herança portuguesa no Brasil.

No Brasil, a ditadura militar (1964-1985) começou com a ascensão dos militares ao poder, o golpe tinha o objetivo histórico de inserir o país nas demandas do capitalismo global. Também representou o alinhamento do Brasil no bloco estadunidense durante a Guerra Fria. A partir de 1968, com o Ato Institucional 5, o regime adentrou os “anos de chumbo”. A cúpula ditatorial, amparada por uma complexa engenharia burocrática, objetivava acelerar o desenvolvimento e a modernização do Brasil por uma via autoritária, conservadora e repressiva (NAPOLITANO, 2014).

Durante a ditadura militar foram empreendidos progressos tecnológicos, tais como o desenvolvimento da indústria, criação de estradas, e, o que mais nos interessa apontar, o desenvolvimento e integração dos meios de comunicação. Tal progresso permitiu a emergência de editoras, gravadoras e emissoras de rádio e televisão que integraram o Brasil. Contudo, a censura da ditadura ainda permeava o desenvolvimento dos meios de comunicação.

Compreender tais mudanças políticas e culturais são de capital importância para atingirmos nosso objeto. Pois como veremos, a “Discos Marcus Pereira” se valeu dos avanços da modernidade conservadora, entretanto, a partir de uma estratégia, ela disferiu leituras críticas sobre esse projeto de sociedade através da valorização do popular na música popular.

Nos atuais estudos sobre a história da música popular aqui no Brasil, entram em cena perspectivas que enfocam os narradores da tradição musical. Até os anos 1970 a produção de estudos sobre música popular não possuía formatação acadêmica e vinha à público pelas mãos de jornalistas, cronistas, folcloristas e musicólogos. Esses narradores imprimiram determinada leitura sobre a música popular brasileira, o que influenciaria diretamente a produção da “Discos Marcus Pereira”, principalmente no que tange ao debate sobre “autêntico” e “folclore”.

A historiadora Tânia Garcia, em seu artigo “A folclorização do popular: uma operação de resistência à mundialização da cultura, no Brasil dos anos 50”, demonstra como a preocupação com o folclore se tornou um movimento relevante para o pensamento sobre a identidade nacional brasileira. Nesse contexto, a valorização e preocupação com a preservação do folclore partiam de uma estratégia contra a suposta ameaça que as influências estrangeiras, advindas dos modernos meios de comunicação, causavam à cultura popular brasileira:

“A folclorização do popular, isto é, sua transformação em tradição foi a estratégia encontrada para reagir às transformações impostas pelo presente. Nesse sentido, seria selecionado do passado um repertório a ser monumentalizado. ‘Museificar’ o popular, obstruir sua perenidade foi a estratégia adotada a fim de evitar fusões e hibridismos que pudessem comprometer sua autenticidade. O morto preservado seria fixado em suportes e exposto em museus e arquivos, para que as gerações vindouras pudessem conhecer a nossa ‘verdadeira cultura’.” (GARCIA, 2010, p9).

Essas perspectivas foram difundidas pelas mãos de intelectuais que orbitavam o circuito musical. Sua preocupação com a música era assunto de crônicas diárias, no caso do artigo, Garcia demonstra suas conclusões através da análise da *Revista da Música Popular*, editada por Lúcio Rangel e seus colaboradores.

Nos anos 1960, a perspectiva *nacional-popular* foi contundentemente mobilizada pelos movimentos culturais brasileiros. Como bem analisa Tânia Garcia, em meio à luta ideológica, a representação da nacionalidade deveria ser alicerçada pelo povo:

“Na valorização do popular pelas ideologias de esquerda, caberia ao mundo das artes revigorar, reatualizar a cultura pertencente às camadas populares, num discurso capaz de mobilizar a sociedade para a necessidade de mudança e, sobretudo conscientizar esse segmento de seu lugar de sujeito da história” (GARCIA, 2014, p242).

Essa perspectiva norteou as ações do Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE no início dos anos 1960, e encontrou larga repercussão entre os setores da juventude universitária e de artistas engajados. O objetivo desses grupos era reorientar a busca pela identidade nacional através das manifestações populares.

Tais narrativas sobre a cultura popular brasileira orientaram posturas preocupadas com uma idealizada música popular autêntica e nacional, baseada no folclore e nas manifestações do povo. Os estudiosos procuravam a nacionalidade brasileira que supostamente estava contida no patrimônio cultural da nação. Esse pensamento emergiu com o modernismo de Mário de Andrade nos anos 1920 e 1930, se rearticulou com as tendências folcloristas dos anos 1950 e com o paradigma *nacional-popular* dos anos 1960.

A “Discos Marcus Pereira” recebia financiamento da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), empresa pública criada pelo governo militar em 1967. Eduardo Cruz, em sua dissertação de mestrado, demonstra que o projeto da gravadora estava em consonância com as políticas culturais do regime, no sentido de estar preocupada com a preservação e divulgação do patrimônio cultural do país. Cruz parte da hipótese que a gravadora norteou seu repertório a partir do que era considerado autêntico ou nacional, em consonância com a tradição musical construída ao longo do século XX.

“Na sua atuação à frente da gravadora, Marcus Pereira, adotou convenientemente parcelas destes discursos, podendo ser verificadas em suas concepções, elos de ligação às ideologias do pensamento *nacional-popular*, dos anos 60 e 70, mesclada a uma mentalidade folclorista, dos debatedores dos anos 40 e 50 e, ainda, às proposições de Mário de Andrade. nos anos 20 e 30” (CRUZ, 2016, p13).

Nesse sentido, a gravadora se dedicou à gêneros considerados autênticos e nacionais, e que, até certo ponto, eram relegados pela indústria fonográfica. Os membros da gravadora levaram a cabo o projeto de mapeamento musical Brasil, priorizando manifestações de músicos com orientação folclorista, ao mesmo que tempo que se preocupou em difundir determinada representação da nacionalidade brasileira utilizando a música como base.

Aluísio Falcão, diretor artístico da gravadora e um de seus principais articuladores, foi integrante do Movimento de Cultura Popular (MPC), em Pernambuco, durante o governo de Miguel Arraes (1963-1964). Nesse período, ele realizou um levantamento de música folclórica. Aluísio foi quem deu forma ao projeto da gravadora, ele se apropriou do discurso dos folcloristas e concretizou as diretrizes pragmáticas do projeto da gravadora. Os textos introdutórios das contracapas dos discos eram enriquecidos com citações de Câmara Cascudo, Mário de Andrade e Renato Almeida.

Agora, tendo em mente o repertório de ideias que circulava a produção da “Discos Marcus Pereira”, lancemos um olhar sobre as narrativas sobre o fado que tinham voz aqui no Brasil. Pois, como veremos, o gênero “autenticamente português” tem origens controversas. Não nos interessa aqui debater a paternidade do fado, mas sim compreender quais ideias imperavam durante o nosso recorte.

“... nascido na Cochinchina ou na Groenlandia...”: as narrativas sobre o fado

Desde os anos 1930 foram elaboradas diversas narrativas sobre o fado, tanto por jornalistas quanto por folcloristas. Porém, nesse artigo privilegiaremos as perspectivas que ecoaram mais contundentemente na sociedade brasileira.

Mario de Andrade, em “As Origens do Fado” 10 (1930), não estava necessariamente preocupado com a determinação exata do nascimento do fado. A partir de ampla leitura de musicólogos portugueses e documentos brasileiros, Mario deduziu que o gênero musical havia nascido no Brasil como uma dança, mesclada com o lundu, e que após diversos cruzamentos havia se fixado em Portugal. É importante esclarecer que Mario ainda assim considerava o fado como expressão legítima dos portugueses, pois mesmo que “*nascido na Cochinchina ou na Groenlandia*”(ANDRADE, 1936, p111), o gênero musical “*se integralizou como expressão de nacionalidade*” (ibid. p111).

Corroborando com o Mario de Andrade, Luís Câmara Cascudo, no primeiro volume de seu “Dicionário do Folclore Brasileiro”, também infere que o fado havia nascido no Brasil, mesclado com o lundu. Para tal, ele parte para citações do romance “Memórias de um Sargento de Milícias”, pois, segundo o folclorista, Manuel Antônio de Almeida em 1848, já descrevia a existência de uma dança brasileira denominada fado.

O polêmico José Ramos Tinhorão, renomado cronista e narrador da música popular brasileira desde os anos 1960, também se aventurou pela história do fado. Em “Fado Dança do Brasil, Cantar de Lisboa”, o autor rastreia a trajetória do gênero musical desde o século XVIII. A partir de um método dialético marxista, com foco nas tensões sociais que circundam a música, Tinhorão infere que o fado, nascido como dança no Brasil, sofreu diversas mestiçagens até se condensar em forma de canção no Portugal do século XIX.

Os três autores aqui citados não vacilaram em relacionar o Fado à “*mala-vita*” (dito por Mário de Andrade, na tradução literal significa “má vida” em italiano), ou seja, o gênero musical estava intimamente relacionado com as tabernas e bebedeiras encenados na vida noturna.

Contudo, tal discussão sobre as origens do fado passou despercebida, pois o gênero foi identificado como português e estrangeiro. Adalberto Paranhos,

em seu artigo demonstra como o samba foi erigido à expressão legítima da nacionalidade brasileira enquanto oposição aos estrangeirismos. Paranhos, em sua leitura das críticas proclamadas pelo sambista e poeta Orestes Barbosa ao fado, destaca que “*Ele detectava a existência, por assim dizer, de uma linha de continuidade entre Portugal, atraso e fado*” (PARANHOS, 2012, p24). O fado foi percebido e narrado como “coisa de português” e “atraso de vida”, em oposição ao samba, exaltado como expressão da mestiçagem multirracial, ou seja, brasileiro.

Nesse sentido, foram erigidas narrativas que consideravam o fado como dança nascida no Brasil e consolidada canção em Portugal, ao mesmo tempo que era considerado um gênero ligado às farras noturnas e expressão do “atraso de vida” legado pelos portugueses.

“Ainda vai tornar-se um imenso Portugal! ”: a identidade cultural Brasil-Portugal

Lembrando que em nossa análise estamos tratando de material fonográfico comercial, em que pese a intenção da gravadora de preservação da memória da música popular brasileira, analisaremos o disco nas dimensões produção, circulação e consumo, com enfoque sobre o discurso estético-ideológico.

Dessa forma, dedicamos nossa

“atenção às estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ‘ser-percebido’ constitutivo de sua identidade” (CHARTIER, 2002, p73).

Isso significou reduzir o recorte entre produção e recepção, a fim de focarmos os atores sociais e suas leituras de mundo. Também, nos valem da metodologia que visa produzir uma história cultural da música. Nessa perspectiva, realizamos a análise das canções constituintes do repertório, assim como seu suporte material e as características musicais das faixas (NAPOLITANO, 2002).

A partir de nossa leitura, podemos perceber que *Fados Brasileiros* (1974) difundiu uma perspectiva crítica ao processo político vigente por meio de uma mobilização estratégica de determinadas narrativas. Vale ressaltar que a identidade entre Brasil e Portugal foi valorizada de forma positiva a partir de matrizes culturais e cotidianas. Nesse sentido, de acordo com a composição do disco, existia uma cumplicidade entre os países que ultrapassa as fronteiras nacionais e reside no íntimo da identidade, assim como no refrão de “Fado tropical” de Chico Buarque e Ruy Guerra: “Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal:/ Ainda vai tornar-se um imenso Portugal! ”.

Fados Brasileiros reúne “uma dúzia de fados à moda dos trópicos”, assim assinala o diretor artístico Aluizio Falcão na contracapa do disco. A capa

frontal conta com os nomes dos compositores: Vinicius de Moraes, Chico Buarque de Holanda, Caetano Veloso, Dorival Caimmy, Eduardo Gudim, Cecília Meireles, Chico Alves, Marcus Calazans, Carlos Pena Filho, Caco Velho e Walter Marques. Os nomes são organizados de acordo com o grau de prestígio dos músicos perante à sociedade dos anos 1970. Os nomes encadeados faziam parte de uma faixa privilegiada do mercado fonográfico. Faixa legitimada tanto pelo consumo quanto pelas narrativas dos defensores da tradição musical brasileira. Nesse sentido, a preocupação de encadear tais nomes na capa faz valer a argumentação do diretor artístico: “fadados compostos pelos maiores gênios da música brasileira”. Tal preocupação também traça o perfil do público consumidor que a gravadora visava atingir: elementos ligados a classe média com interesse em signos de distinção, assim como circuitos preocupados com a autenticidade da música brasileira.

Em *Fados Brasileiros* a interpretação de Paula Ribas confirmava o tom lírico, sua voz forte contrapunha a suavidade da guitarra portuguesa (instrumento símbolo do fado e presente em todas as faixas) e do violão de sete cordas. Paula Ribas participou do Festival Internacional da Canção (FIC) no Rio de Janeiro, em 1970. Entre 1971 e 1974 seu nome era frequente nos anúncios do *Jornal do Brasil* e da *Folha de São Paulo*, suas apresentações eram divulgadas pelos restaurantes e clubes patrocinadores (principalmente pelos clubes paulistas *Harmonia* e *Abril em Portugal*).

No texto da contracapa, Aluizio Falcão afirma que “também cá sabemos compor o fado”, ou seja, segundo a narrativa da gravadora, para além da colonização e da língua, Brasil e Portugal estavam unidos por outros fios que também tecem a identidade cultural de ambos os países. Segundo o texto, a herança portuguesa se manifesta nessa face mais sentimental da identidade brasileira, esse sujeito distante da razão, apaixonado e lírico. No mesmo texto, Aluizio contrapõem as narrativas de Eça de Queiroz (o “escritor elegante” afirmava que o Fado havia nascido em Portugal) e de Mário de Andrade (por sua vez, este defendia que o gênero nasceu no Brasil e, após 1840, havia sido exportado para Portugal). Contudo, ambos rechaçavam o Fado e o consideravam um gênero farrista, debochado e chafurdado na “mala-vita”. Segundo Aluizio, isso era “o fado cumprindo seu fardo: ser amaldiçoado por intelectuais”. Dentro dessa leitura, podemos ver que a herança portuguesa também era “amaldiçoada” pelos intelectuais brasileiros.

Ao longo do século XX, determinada perspectiva orientou os debates intelectuais sobre as características impressas no Brasil devido à colonização portuguesa. De modo geral, era lugar comum afirmar que o componente português na formação nacional equivalia à um fardo para uma nação em vias de modernização, pois resultavam em características que não eram consideradas propriamente capitalistas ou modernas: maior tendência para o emocional, para o

irracional, para a indisciplina, para o lirismo e que isso era intrínseco à vários âmbitos da vida cotidiana e cultural dos brasileiros.

Assim como vimos acima com Adalberto Paranhos, Orestes Barbosa, nos anos 1930, também corroborava com essa visão que considerava Portugal um “atraso de vida”. Aluísio, em seu texto, evocou elementos que supostamente se referem à Portugal, porém, realizou um balanço positivo sobre o legado lusitano. Ele buscou legitimar essa identidade pelo cotidiano, por exemplo, ao dizer que o fado “Foi contrabandeado no assovio dos marinheiros”, ou que somos herdeiros de “rapazes plebeus, cheios de sentimento” que “gemiam canções malditas”. Nesse sentido, a edição desses discos buscou mobilizar tais ideias e demonstrá-las como integrantes da vida brasileira por meio de uma narrativa sobre a música popular que movimentava as identidades culturais, aceita tanto pela tradição, quanto pelo mercado.

Dentro das lutas de representações que marcam os campos culturais, a leitura estratégica da “Discos Marcus Pereira”, ao se valer de narrativas sobre o fado, disferiu uma nova leitura sobre a herança portuguesa no Brasil. O fado foi apropriado e expresso pela gravadora como vínculo com a herança portuguesa, e ao destacar determinados valores – em especial o “lirismo” – os membros do projeto se posicionaram criticamente ao processo de modernização autoritária levada a cabo pela ditadura militar. Em uma palavra, a herança portuguesa foi mobilizada em perspectiva crítica à modernização conservadora.

Conclusão

O estudo da cultura material é um desafio intenso, pois demanda o mapeamento das múltiplas camadas de sentido, tanto da produção quanto da recepção. A temática proposta neste artigo requiriu a análise das diferentes classes de ideias que cerceavam o projeto da “Discos Marcus Pereira”, pois o nosso objetivo consistia em compreender os termos que levavam à cabo a representação de determinada identidade cultural.

Durante a gravação de *Fados Brasileiros*, Paula Ribas e Luis N’Gambi propuseram à Marcus Pereira a gravação do segundo disco: *Portugal Hoje*. Por sua vez, esse disco consistia em composições do músico português José Afonso. Nesse segundo disco a identidade Brasil-Portugal foi exaltada devido à Revolução dos Cravos, pois ela havia estourado logo após a gravação de *Fados Brasileiros*. Contudo, nesse artigo nos propusemos à falar apenas sobre o primeiro disco.

Por fim, ressaltamos que a “Discos Marcus Pereira”, mesmo que alinhada com as políticas culturais do regime militar, se apropriou das ideias e leituras correntes para representar um sentido próprio. Assim, junto com os interpretes, a gravadora negociou uma identidade cultural que unia Brasil e Portugal

por intermédio da música. Consequentemente se postularam criticamente ao regime militar brasileiro.

Bibliografia

ANDRADE, Mario. As Origens do Fado. In: Música, doce música. Martins: São Paulo; INL: Brasília, 1934.

CASCUDO, Luís Câmara. Dicionário do Folclore. Volume 1. Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultural 1962.

CHARTIER, Roger. À beira da falésia: entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CRUZ, Eduardo F. C. “Discos Marcus Pereira”: Disco finalmente é cultura!— indústria fonográfica, música popular e memória social do choro (1974-1978). Dissertação – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Franca, 2016.

GARCIA, Tânia da C. A folclorização do popular: uma operação de resistência à mundialização da cultura, no Brasil dos anos 50. Uberlândia: ArtCultura, Volume 12, n, 20, p. 7-22, 2010.

_____. O Nacional-Popular e a Militância de Esquerda no Brasil e na Argentina nos Anos de 1960. In: EGG, A. FREITAS, A. KAMINSKI, R. (org). Arte e Política no Brasil: modernidades. São Paulo: Perspectiva, 2014.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

NAPOLITANO, Marcos. História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014. _____ . História e Música – história cultural da música popular. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

PARANHOS, Adalberto. Nacionalismo musical: o samba como arma de combate ao fado no Brasil dos anos 1930. Uberlândia: ArtCultura, Volume 14, n. 24, p.19-32, 2012.

TINHORÃO, J. FADO DANÇA DO BRASIL, CANTAR DE LISBOA. Editorial Caminho: Lisboa, 1994.

OLHARES HISTÓRICOS: A CLEÓPATRA DO SÉCULO XXI HISTORICAL LOOKS: CLEOPATRA IN THE XXI CENTURY

Ediana Cionara Antunes BRACIAK*

Rovian Schenatto PALAVICINI*

Caroline de Mello KLEIN*

Resumo

O século XX ficou marcado pelas mudanças na forma de se pensar e fazer o saber histórico. Propondo uma nova modelagem, a Escola dos *Annales* surge no contexto em que a historiografia era vista pelo lado do “vencedor”, assim como era voltada para os grandes acontecimentos, grandes homens e os grandes fatos, ignorando qualquer tipo de envolvimento do historiador com o fato a ser analisado. Tendo em vista a importância que a história da historiografia possui, e as mudanças em que sofreu com o passar dos tempos, este trabalho tem como finalidade analisar o formato do saber histórico da Escola Metódica - século XIX - e da Escola dos *Annales*. Para uma melhor compreensão do todo e em forma de exemplo, faz-se presente uma análise comparativa aos escritos de Plutarco de como a figura de Cleópatra é representada na contemporaneidade a partir do videoclipe da música *Dark Horse*, ano de 2013, da cantora norte-americana Katy Perry. O vídeo clipe, que foi amplamente visualizado no cenário mundial, perpassa a visão de uma

* Graduanda do curso de História – Licenciatura pela Universidade Federal da Fronteira Sul - *Campus* Erechim & na condição de bolsista FNDE no Grupo PET Práxis Conexões de Saberes (FNDE). E-mail: edianabraciak@gmail.com

* Graduando do curso de História – Licenciatura pela Universidade Federal da Fronteira Sul - *Campus* Erechim & na condição de bolsista FNDE no Grupo PET Práxis Conexões de Saberes (FNDE). E-mail: rovia_palavicini@hotmail.com

* Docente da Universidade Federal da Fronteira Sul – *Campus* Erechim. E-mail: caroline.klein@uffs.edu.br

mulher promíscua, insaciável, ambiciosa e que faz de tudo, inclusive o uso de feitiçaria, para atingir seus objetivos, isto é, uma visão estereotipada do primeiro século que Plutarco, assim como os demais greco-romanos de sua época, compartilhava. Portanto, é possível observar que, mesmo após quase 90 anos da implementação de uma história total e imparcial, a figura de Cleópatra aparece estereotipada, reproduzida aos moldes de como Plutarco escreve sobre ela em “Vidas Paralelas”, sem existir uma análise para além do fato, ou seja, aos moldes da Escola Metódica.

Palavras-chave: Historiografia; Contemporaneidade; Cleópatra.

Abstract

The twentieth century was marked by changes in thinking and historical knowledge. Proposing a new modeling, the Annales School arises in the context in which historiography was seen on the side of the "conqueror," as it was directed at great events, great men and the great facts, ignoring any kind of involvement of the historian with the fact to be analyzed. Considering the importance of the history of historiography and the changes it has undergone over time, this work aims to analyze the format of the historical knowledge of the Methodist School - 19th century - and the School of the Annales. For a better understanding of the whole and by way of example, a comparative analysis is made of Plutarch's writings of how the figure of Cleopatra is represented in contemporary times from the music video for the song Dark Horse, year 2013, American actress Katy Perry. The video clip, which was widely seen on the world scene, runs through the vision of a promiscuous, insatiable, ambitious woman who does everything, including the use of witchcraft, to achieve her goals, that is, a stereotyped vision of the first century Plutarch, like the other Greco-Romans of his day, shared. Therefore, it is possible to observe that, even

after almost 90 years of the implementation of a total and impartial history, the figure of Cleopatra appears stereotyped, reproduced in the molds of how Plutarch writes about it in "Parallel Lives", without analyzing beyond fact, that is, to the mold of the Methodical School.

Keywords: Historiography; Contemporaneity; Cleópatra.

Introdução

O século XX ficou marcado pelas mudanças na forma de se pensar e fazer o saber histórico. Propondo uma nova modelagem, a Escola dos *Annales* surge em um contexto em que a historiografia era vista pelo lado do “vencedor”, assim como era voltada para os grandes acontecimentos, grandes homens e os grandes fatos, ignorando qualquer tipo de envolvimento do historiador com o fato a ser analisado.

Tendo em vista a importância que a história da historiografia possui, e as mudanças em que sofreu com o passar dos tempos, este artigo busca comparar o formato do saber histórico antes - Escola Metódica - e depois do surgimento da Escola dos *Annales*. Mas, não caberá a este artigo adentrar em todas as correntes existentes da história.

Para uma melhor compreensão do todo e em forma de exemplo, faz-se presente uma análise comparativa aos escritos de Plutarco de como a figura de Cleópatra é representada na contemporaneidade a partir do videoclipe da música *Dark Horse*, ano de 2013, da cantora norte-americana Katy Perry.

Contudo, será possível averiguar se a figura de Cleópatra está ou não sendo estereotipada, isto é, se ela está sendo analisada a partir do ponto de vista histórico

proposto pela Escola dos Annales ou se a figura de Cleópatra aparece na contemporaneidade aos moldes da chamada Escola Metódica.

A Escola Metódica

Durante o século XIX a história deixa para trás as abordagens romanesca de Jules Michelet e de Augustin Thierry, a historiografia então passa por uma profissionalização dando ao historiador o título de cientista. E com a derrota da França na Guerra Franco Prussiana (1870) ficou ainda mais notório que o nacionalismo deveria ser ratificado, onde o ensino de história seria um grande influenciador para a formação de bons cidadãos e com amor pela sua nação.

Neste contexto surge a Escola Metódica, criada “em torno de um axioma, o da história como ‘ciência positiva” (DOSSE, p. 39-40) buscando delinear métodos de abordagens documentais mais claras. O historiador desse método deveria seguir o formato frio e calculista sem expressar nenhum resquício de personalidade, contando apenas com os dados já postos da fonte, ignorando qualquer tipo de subjetivismo.

Para Júlio Aróstegui (2006), a historiografia positivista é a dos "fatos" postos mediante os documentos, indutivista, narrativa, mas também sujeita a um "método". Segundo François Dosse (2003, p. 40), os historiadores metódicos aderem a um olhar político e progressivo da história, na qual o historiador trabalha e, está a ofício do progresso humano.

O historiador Leopoldo Von Ranke (1795-1886), foi um dos principais influenciadores do século XIX, sua apreensão estava em revelar como as coisas se produziam. A chamada história crítica, dita por Ranke, tinha como bases a neutralidade, a objetividade e a lealdade aos documentos. Segue, abaixo, alguns métodos defendidos pelos seguidores da escola metódica, dita - positivista:

- (a) o historiador não é juiz do passado, não deve instruir os contemporâneos, mas apenas dar conta do que realmente se passou;
- (b) não há nenhuma interdependência entre historiador, sujeito do conhecimento, e o seu objeto, os eventos históricos passados. O historiador seria capaz de escapar a todo condicionamento social, cultural, religioso, filosófico, etc. em sua relação com o objeto, procurando a –neutralidade;
- (c) a história – **resgatada** – existe em si, objetivamente, e se oferece através dos acontecimentos;
- (d) a tarefa do historiador consiste em reunir um número significativo de fatos, que são –substâncias dadas através dos documentos - purificados, restituídos à sua autenticidade externa e interna;
- (e) os fatos, extraídos dos documentos rigorosamente criticados, devem ser organizados em uma sequência cronológica, na ordem de uma narrativa; toda reflexão teórica é nociva, pois introduz a especulação filosófica, elementos a priori subjetivistas;
- (f) a história-ciência pode atingir a objetividade e conhecer a verdade histórica objetiva, se o historiador observar as recomendações anteriores. (**grifo nosso**) (BURDÉ e MARTIN, apud REIS, 2004, p. 17)

Os historiadores ditos metódicos discerniam os documentos como os retentores da verdade absoluta acreditando serem os possuidores da história verdadeira e tradicional, através deles, a História poderia ser escrita por um traço categórico. Os seguidores dessa corrente se voltavam aos estudos das ações de figuras elitistas e suas vidas, contando apenas as histórias de grandes personagens – reis, imperadores, militares, presidentes, governantes.

Primeira geração da Escola dos Annales

Na França, no ano de 1929 nascia um novo formato de pesquisa histórica, denominada de Escola dos *Annales*, que, inicialmente na primeira geração da escola, contou com Lucien Febvre e Marc Bloch como uns de seus líderes. Com as pesquisas oriundas da corrente da Escola dos *Annales* a história passa a ser interpretada com outra visão, e não mais pelo prisma da Escola Metódica positivista.

A Escola dos *Annales* revolucionou a historiografia rompendo com a história baseada em fatos e na política que era, principalmente, influenciada pelo positivismo. Cabe salientar que os historiadores dos *Annales* não recusaram a história política, assim como Duby juntamente com Le Goff, “consideram que a política não é mais a ‘espinha-dorsal’ da história, no sentido de que ‘ela não pode aspirar à autonomia’.” (BURKE, 1997, p. 101).

Com um grupo multidisciplinar os *Annalistas* propõem novas abordagens, novos objetos e métodos, abordando a natureza, a população, a paisagem, e a demografia, as trocas, os costumes trazendo problemas e elevando hipóteses, chegando a um melhor entendimento do objeto de estudo comum às ciências sociais. Então esta nova corrente se firma a partir da censura a história de seu tempo, assim como lembra Barros (2011) do que era necessário para o movimento dos *Annales* de fato se firmar:

Para se firmar como corrente historiográfica dominante na França, e estender posteriormente sua influência a outros países da Europa e também da América, os fundadores e consolidadores dos *Annales* precisaram estabelecer uma arguta e impiedosa crítica da historiografia de seu tempo – particularmente daquela historiografia que epitetaram de História Historizante ou de História Eventual – buscando combater mais especialmente a Escola Metódica Francesa e certos setores mais conservadores do Historicismo. Os *Annales*, em busca de sua conquista territorial da História, precisavam enfrentar as tendências historiográficas então dominantes, mas também se afirmar contra uma força nova que começava a trazer métodos e aportes teóricos

inovadores para o campo do conhecimento humano: as nascentes Ciências Sociais. É contra o pano de fundo deste duplo desafio que o movimento inicia a sua aventura historiográfica. (BARROS, 2010, p. 5).

Os estudiosos que seguiam as ideias propostas pelos *Annales*, acreditavam que a História deveria ser formada pela construção do passado, tendo que ser analisada e interrogada e não como a Escola Metódica defendia que a história estava pronta e acabada nos documentos. O historiador deveria usar de seus conhecimentos em diferentes documentos de diferentes fatos, lugares e tempos e, a escola também proporcionou ampliação das fontes históricas dando amplitude para trabalhos em diversas áreas.

A Escola dos *Annales* proporcionaram mudanças importantes para o âmbito da História que podem ser melhores observadas no quadro a seguir:

Escola Metódica	Escola dos <i>Annales</i>
Análise dos fatos: história que trabalha as ilusões de cada época.	Análise dos fatos: história crítica, que trabalha na dissolução de evidências mostrando os supostos ocultos, questionando as visões comuns.
Objeto de estudo: o passado escrito, registrado em texto, documentações oficiais.	Objeto de estudo: não mais só o estudo do passado, abre-se portas para o estudo do presente, e da - pré-história do homem.
Resultados esperados: história essencialmente descritiva, narrativa, imparcial e objetiva.	Resultados esperados: história que explora todo o espaço e dimensões possíveis de seu caráter interpretativo, agindo na criação de modelos, hipóteses e explicações globalizadas que rompam com o limite da história nacional.
Noção de tempo: estudo do tempo curto (<i>èvenementelle</i>), com a ideia do progresso simples (linear) e acumulativo.	Noção de tempo: degeneração dos múltiplos tempos, criação de uma nova noção do tempo e da duração. Análise das

conjunturas e processos longa duração. Rechaçando a ideia linear simplista de progresso.

Relação com as fontes: procura, consciente ou inconscientemente, neutralidade máxima no trato da fonte, uma objetividade incondicional.

Relação com as fontes: história que assume como consciente dando total esclarecimento dos seus pressupostos e pontos de partida

Técnicas de apoio: crítica interna e externa do documento através das - ciências auxiliares (Diplomática, Numismática e Paleografia).

Técnicas de apoio: iconografia, fotografia aérea, carbono 14, dendrocronologia e o estudo das séries.

Domínios: história que já estabeleceu seus temas de estudo limitados pela definição de seu objeto e fechados em torno de seu objetivo. História que isola seus problemas e encerra em rígidos limites cronológicos, espaciais e temáticos

Domínios: tudo o que é humano pertence à história; de perspectivas globalizantes, que usa o método comparativo, que transcende permanentemente as barreiras cronológicas, espaciais, temáticas do objeto.

Fontes: documentos escritos

Definição: a ciência do passado

Definição: ciência dos homens no tempo.

Relação com as ciências sociais: história como disciplina estanque, autônoma e sem ligações interdisciplinares.

Relação com as ciências sociais: história aberta para diálogos e intercâmbios com as ciências sociais.

Fonte: FONSECA (2006, p.7)

Cleópatra: a sétima de sua linhagem

Cleópatra é a mulher mais famosa da antiguidade e encontra-se presente no imaginário contemporâneo através de vários longas-metragens. Toda sua fama deveu-se basicamente por ser a última mulher a governar o Egito na condição de Faraó, da mesma forma as suas relações de amor e poder com dois imperadores romanos – Júlio César e Marco Antônio.

A rainha egípcia é herdeira de uma dinastia Greco-macedônica – a dinastia Ptolemaica - que governou o Egito Faraônico dentre os períodos 305 A. C. a 30 A. C. Historicamente, com a invasão e conquista do Egito por parte de Alexandre Magno da Macedônia, popularmente conhecido como Alexandre O Grande, o mesmo ficou tão admirado com a cultura egípcia que, ao invés de exercer seu domínio direto perante os egípcios, nomeou um general Greco-macedônico para que este comandasse o Egito como seu representante na condição de Faraó.

Por muitos anos o Egito Antigo foi um influenciador cultural, isto é, possuía uma cultura admirável. Sabe-se que cada povo tem sua cultura e é impossível de quantificá-la para saber se existe uma cultura melhor em detrimento de outras, mas é notório que os povos, através de acordos ou conflitos, tentavam impor suas culturas. As diferenças culturais são visíveis na antiguidade e isto se reflete até a contemporaneidade, faz-se necessário esse diálogo sobre cultura devido ao fato de que muito do que se soube sobre a Cleópatra durante o fim da antiguidade e toda a medievalidade e modernidade, com a decifração dos hieróglifos em 1822, foi basicamente o que Plutarco escreveu sobre ela em sua obra intitulada “Vidas Paralelas”, isto é, um olhar greco-romano sobre outra cultura da qual estes primeiros julgavam inferior.

Gregory da Silva Balthazar, ao realizar uma leitura de Lucy Hallet acerca dos escritos de Plutarco, afirma que:

A obra plutarquiana se constituiu como uma consequência da propaganda romana sobre Cleópatra, identificando seu projeto intelectual como fruto da política de romanização do Império, ou seja, as biografias plutarquianas teriam sido escritas como um discurso laudatório a Roma. (BALTHAZAR, 2013, pág. 55).

A relação de Júlio César com a rainha egípcia rendeu várias obras literárias romancistas, mas, pelo que aponta a historiografia, o mesmo pode ter sido morto por conta dessa relação. Sabe-se que os romanos não apoiavam e sequer gostavam dessa relação entre seu imperador e uma estrangeira. Começou-se então um processo para denegrir a imagem de Cleópatra.

Com o assassinato de Júlio César o império romano ficou dividido entre Ocidente e Oriente e, mais uma vez, a rainha viria a relacionar-se com o herdeiro do império oriental, Marco Antônio. Por sua vez, o herdeiro do Ocidente, Otávio Augusto, se apoiou na elite romana e começou a utilizar-se da sua ideia propagandística para denegrir a imagem de Marco Antônio utilizando a figura de Cleópatra. Já na antiguidade conheciam o poder midiático.

Roma sobre Cleópatra

Plutarco, em seus escritos, relata que Cleópatra não era nem mais bela e nem mais “moça” do que as esposas de Júlio César e de Marco Antônio de forma que não conseguia entender como ambos caíram aos seus encantos, retratando, de forma direta, que tratava-se, nas palavras dele, do “veneno do amor”, como se ela os havia envenenado ou enfeitiçado.

Segundo Stacy Schiff, no livro *Cleópatra uma Biografia*, é posto que:

Em um contrato de casamento do século I a.C., uma noiva prometia ser fiel e afetuosa. E, então, jurava não colocar **poções amorosas** na comida ou na bebida do marido. Não se sabe se Cleópatra amava Antônio ou César, mas sabemos que conseguiu que os dois fizessem o que ela queria. Do ponto de vista romano, ela “**escravizou**” ambos. (grifo nosso. Pág. 14).

Mais uma vez a relação entre Cleópatra e os dois imperadores romanos é associada à uma espécie de feitiçaria, a qual utilizaria de poções mágicas para controlar Júlio César e Marco Antônio e assim fazer com que estes servissem às suas vontades. Tais associações estão ligadas à uma visão antiga de confundibilidade entre história e mitologia. Complementa ainda no mesmo parágrafo que “[...] a autoridade da mulher significava enganar o homem” (pág. 14), ou seja, uma mulher só teria autoridade se conseguisse enganar o homem.

Ainda nos escritos de Plutarco, Cleópatra aparece fazendo parte do dia-a-dia da vida de um homem, acompanhando Marco Antônio, por exemplo, nos lugares de caça, pesca e até mesmo nos bares – frequentados exclusivamente por homens – traçando, dessa forma, uma imagem de promiscuidade por parte da rainha egípcia.

[...] Platão escreve que a arte e a ciência de adular é tratada de quatro modos; todavia ela inventou muitas outras maneiras para isso: pois, quer por divertimento, quer em assunto de relevo, ela achava sempre alguma nova modalidade de prazer, pela qual conservava Antônio em seu poder e o dominava, não o abandonando absolutamente, nunca perdendo-o de vista, nem de dia, nem de noite: às vezes divertia-se jogando dados com ele ou bebiam juntos, ou caçavam: ela estava sempre presente quando ele se dava a exercícios físicos: quando ele então se disfarçava em servo, para, durante a noite, andar pela cidade e divertir-se pelas portas das tavernas e nas vizinhanças das mesmas com homens do povo, discutindo e gracejando com os que lá estavam, ela disfarçava-se também em camareira ou mulher do povo e ia em seu seguimento pelas ruas; de onde ele voltava sempre com algum escárnio e, bem frequentemente, com pancadas, que lhe davam; e embora isso desagradasse à maior parte, todavia comumente os de Alexandria apreciavam muito essa jovialidade, e a- tomavam em bom sentido, dizendo elegante e engenhosamente que Antônio lhes apresentava um

rosto cômico, isto é, jovial, e, para os romanos, trágico, isto é, austero. Seria muito grande simplicidade querer reunir e narrar todos os passatempos a que eles se entregaram, divertindo-se: contarei, porém, apenas um, dentre tantos. (QUERONÉIA, século I, conto de número XXXV).

Estudando mais afundo a relação entre Cleópatra com os dois imperadores romanos, Natália Frazão José em conjunto com a orientação da Dr. Margarida Maria de Carvalho expõe que os relatos de Plutarco, que refletia a uma ideia generalizada entre os romanos, partiam também do pressuposto de inferioridade de gênero por parte da mulher na cultura romana, o que não acontecia no Egito. Em outras palavras, a inferiorização de Cleópatra estava associado também à uma questão de gênero.

Para além de apenas autores greco-romanos escreverem sobre a vida e história de Cleópatra, vale lembrar que esses autores não eram contemporâneos à ela. Como resultado disso, por exemplo, tem-se a “vida de Napoleão escrita por britânicos no século XIX ou uma história dos Estados Unidos escrita no século XX por Mao Tsé-tung”.

A Cleópatra de Plutarco

Dark Horse é uma música do gênero pop/hip-hop da cantora norte-americana Katy Perry com parceria do rapper Juicy J. É de composição de Katy Perry, Jordan Houston, Sarah Theresa Hudson, Lukasz Gottwald, Max Martin, Henry Walter e conta com a produção de Dr. Luke, Max Martin e Cirkut.

Foi lançada oficialmente em 2013, mas só veio a ser lançado o videoclipe da música alguns meses depois, já em 2014 e, em pouco tempo, bateu recordes de visualizações (até setembro de 2017 se encontrava com 2.094.054.858 visualizações no YouTube) ocupando a lista de vídeos mais vistos do mundo.

Em entrevista para a revista *"Rap-Up"* em 2013, Katy Perry, ao ser questionada acerca da letra de sua canção, descreve os versos como *"enfeitiçados e obscuros, como se uma bruxa estivesse a avisar um homem para que 'não se apaixonar por mim', mas que caso aconteça, eu serei a última"*. Até então o videoclipe ainda não havia sido lançado e, em fevereiro de 2014, dez dias antes do lançamento oficial do vídeo, uma prévia foi lançada em seu canal Vevo no YouTube *"revealing the Egyptian setting of the video. Perry played a character named 'Katy Pätra', a takeoff on the Egyptian queen Cleópatra"* (YOUTUBE, 2014).

Pode-se observar que, em um primeiro momento, faz-se presente uma explanação sobre a letra, da qual, segundo Katy Perry, fala sobre um amor baseado na feitiçaria e, num segundo momento, a divulgação de que o videoclipe seria ambientalizado no Egito Antigo e associado à figura de Cleópatra.

Na trama do videoclipe observa-se que "Katy Pätra", figura associada à Cleópatra, está sentada em um trono - ao fundo do cenário vislumbra-se pinturas egípcias de deuses por toda a parte, o que geralmente se encontra também nas tumbas de Faraós caracterizando, destarte, que se tratava de um cenário faraônico - e, do início ao fim do clipe, vários homens vêm ao seu encontro oferecendo-lhe riquezas e especiarias, mas ela, visivelmente insaciável, sempre queria mais utilizando, sobretudo, de "magia" à seu favor.

As roupas utilizadas por Katy Pätra em seu videoclipe são associadas, segundo David Silverman e Robert K. Ritner (docentes nas universidades da Pensilvânia e na de Chicago, respectivamente), a uma vestimenta grega. Sabe-se

que Cleópatra é descendente de Alexandre Magno, um Greco-Macedônio, fazendo jus, dessa forma, à uma herança cultural do mesmo.

É visível também que a personagem principal convive o tempo todo com serpentes, inclusive aparece nua em meio a deuses da mitologia egípcia enrolada por uma serpente. Vale lembrar que segundo a historiografia greco-romana acerca de Cleópatra os mesmos afirmam que ela fazia vários experimentos com venenos de serpentes em pessoas sentenciadas à morte, verificando assim a letalidade e utilidade dos mesmos.

[...] Cleópatra fazia uma lista de todos os venenos que têm o poder de matar os homens: e para conhecer os que faziam morrer com o mínimo de dor, ela os experimentava nos criminosos de morte que estavam nas prisões: mas, quando ela viu, que aqueles que eram rápidos, traziam logo a morte com dores e tormentos atrozes, e ao contrário, os mais suaves não tinham a força de causar a morte imediatamente, ela se pôs a experimentar as mordidas de serpentes, e fazia diante dela várias provas, aplicando a uns e outros os mais variados venenos: e embora fizesse todos os dias novas experiências, não encontrou nenhum, de todos os que experimentou, mais próprio do que a mordedura de uma serpente, que sem gemido ou estertor, causa somente um peso na cabeça e uma grande vontade de dormir, com um pouco de suor no rosto; e pouco a pouco amortece os sentidos, sem que os pacientes sintam grandes dores, pois ficam quase fora de si, como adormecidos, ou atordoados, como quem desperta do sono, e ainda tem grande vontade de novamente dormir. (QUERONÉIA, século I, conto de número XCIII).



Fig. 1. Katy Pättra enrolada por serpentes em meio a deuses. (fonte: Youtube)

Encaminhando ao fim do vídeo, Katy Pättra incorpora a deusa Ísis. Por sua vez, Ísis, na mitologia egípcia, era uma deusa que dominava a magia/feitiçaria e, com o objetivo de descobrir seu “nome secreto” – na mitologia os deuses, com exceção de Rá, não sabiam seus “nomes secretos” – fez com que uma serpente egípcia picasse Rá, pois somente ela tinha poderes para curá-lo. Cleópatra geralmente aparecia em público vestida como Ísis.

Cleópatra, porém, não somente então, mas sempre que saía em público, diante do povo, vestia-se de trajes sagrados, como a deusa Ísis, e dava audiência aos seus súditos, como uma nova Ísis. (QUERONÉIA, século I, conto de número LXXI)

Considerações finais

Com o surgimento da Escola dos Annales o modo do pensar e do fazer histórico fora repensado. A ciência que pregava uma história contada pelo lado vencedor veio a esfacelar em detrimento de uma história mais humanística, onde os fatos seriam analisados para além dos documentos existentes, seria uma história analisada a partir do seu tempo e local, concretizando assim uma história total e completa.

A figura de Cleópatra, utilizada como exemplo nesse artigo, ao ser analisada a partir do videoclipe *Dark Horse* de Katy Perry, que por sinal teve grande abrangência mundial em visualizações, perpassa a visão de uma mulher promíscua, insaciável, ambiciosa e que faz de tudo, inclusive utilizando de feitiçaria, para atingir seus objetivos, isto é, uma visão estereotipada do primeiro século que Plutarco, assim como os demais greco-romanos de sua época, compartilhava.

Destarte, é possível observar que, mesmo após quase 90 anos da implementação de uma história total e imparcial, a figura de Cleópatra aparece estereotipada, reproduzida aos moldes de como Plutarco escreve sobre ela em “Vidas Paralelas”, ou seja, aos moldes da Escola Metódica.

Referencias Bibliográficas

BALTHAZAR, G. S. A(S) Cleópatra(S) de Plutarco: As Múltiplas Faces da Última Monarca do Antigo Egito nas Vidas Paralelas. Curitiba. UFPR, 2013.

BARROS, José D'Assunção. Teoria da História. 5 volumes. Petrópolis: Vozes, 2011.

BURKE, Peter(org): A Escrita da História. São Paulo. Editora UNESP, 1992.

DARK HORSE. Los Angeles: Wonderbox Studios, 2013. P&B. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0KSOMA3QBU0>>. Acesso em: 03 jun. 2017.

DOSSE, François. A História. Tradução: Maria Elena Ortiz Assumpção. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2003.

FONSECA, André Dionei;; FARIAS, Marcilene Nascimento de. A “nova história” e a escola: o caso da escola Coronel Felipe de Brum. VIII Encontro de História de Mato Grosso do Sul História e Historiografia no século XXI: ações e representações. Dourados (ANPUH/MS), 2006.

QUERONÉIA, Plutarco. Vidas Paralelas. V.7 e 8. São Paulo: Paumape, 1992.

REIS, José Carlos. A História entre a Filosofia e Ciência. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SCHIFF, Stacy. AQUELA MULHER EGÍPCIA. In: SCHIFF, Stacy. CLEÓPATRA: UMA BIOGRAFIA. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. p. 7-12.

SCHWENTZEL, C. G. Cleópatra. São Paulo. LPM, 2009.

VIEIRA, R. C. de M. A Propaganda Augustana e a Imagem De Cleópatra VII: Poesia e Ideologia No Século I a.C. Rio de Janeiro. UERJ, 2012.

OS CIGANOS ESCRITOS NA HISTÓRIA

THE GYPSIES WRITTEN IN HISTORY

*Milena ZAHR**

RESUMO: O objetivo deste artigo é analisar fontes históricas escritas portuguesas sobre ciganos, produzidas entre 1462-1562 - período importante para entender a chegada desse povo no território e a sua sequente expulsão dele. A análise dessas fontes é um dos passos para se entender o imaginário cigano ocidental e a perseguição que eles sofreram através dos séculos.

PALAVRAS-CHAVE: ciganos; fontes históricas; imaginário ocidental.

ABSTRACT: The objective in writing this article is to analyze Portuguese written historical sources about gypsies produced between 1462 and 1562 - an important period to understand the arrival of this people in the territory and their subsequent expulsion from it. The analysis of these sources is one of the steps to understand the western imaginary about the gypsies and the persecution they have suffered through the centuries.

KEYWORDS: gypsies; historical sources; Western imaginary.

Introdução

O movimento migratório cigano entre os séculos XI e XV os levou a se espalhar por todo o continente europeu e resultou, para eles, em um longo período de perseguição e exclusão. Chegaram ao extremo oeste da Europa, na Península Ibérica, por volta do final do século XV: o novo campo da história genética sugere que eles tenham entrado no território em 1462 (NORONHA, 2016, p. 4), o que é

* Graduada em História pela Universidade Federal de Uberlândia – milenazahr@gmail.com
Revista Ensaios de História, v. XVIII, n. 1/1, 2013-2017

plausível quando confrontado com os dados encontrados em fontes históricas escritas, pois existem documentos que dão notícia de sua presença na Espanha já em 1425 (COSTA, 1998, p. 35) e não demoraria muito para adentrarem Portugal. Explorando fontes históricas escritas dos anos posteriores à chegada dos ciganos em Portugal, é possível compreender, até o ponto em que a interpretação das fontes permite, como os naturais do reino reagiram a entrada desse exótico⁴⁴ povo em seu território e os desdobramentos que esse encontro teve para ambos: ciganos e portugueses. Mais do que entender a situação cigana em Portugal, pretende-se visualizar a *imagem ocidental sobre os ciganos*, ou o imaginário sobre os ciganos, uma vez que essas fontes são vestígios de como os pensavam e imaginavam e como essa visão sobre eles se transformou em ações persecutórias. O termo imaginário, aqui, é usado para associar as formas de nomeação, adjetivação e representação que os ciganos receberam dos não-ciganos (NORONHA, 2017, p. 3).

Além do ano de 1462, outro importante marco temporal para a pesquisa foi 1562, considerado o ano da chegada do primeiro cigano no território que hoje é o Brasil. O recorte proposto, da segunda metade do século XV até a primeira do século XVI, abrange os contatos iniciais entre esses dois povos e o começo das tensões entre eles. Em alguns momentos da pesquisa, este recorte necessitou ser estendido, pois olhar adiante desse século possibilitou uma melhor compreensão do que as fontes escritas nos revelam da situação cigana em Portugal e, depois, no Brasil.

Os ciganos, de quem se conhece muito pouco a história antes do seu contato com os europeus, têm uma provável origem indiana {essa é a teoria mais aceita para a sua origem, embasada em estudos linguísticos divulgados na Alemanha por Christian Büttner em 1771, por Johann Rüdiger em 1782, e por Heinrich Grellmann

⁴⁴ Exótico, do grego eksōtikós, significa algo “de fora, exterior”, como estrangeiros, mas passou a designar também algo estranho ou diferente.

em 1783, que comprovaram as semelhanças de seus dialetos com o hindi, uma língua indiana derivada do sânscrito (MOONEN, 2011, p. 10)} e começaram a migrar para outros países há cerca de mil anos atrás. Evidências mostram que em 1050 já estariam em Constantinopla⁴⁵, atual Istambul na Turquia, e de lá grupos se dirigiram para a Grécia, onde permaneceram durante um tempo razoável até voltar a migrar, se dirigindo a Europa Ocidental. Na Europa, esses povos passaram a afirmar que vinham do Pequeno Egito, por isso a associação do Egito à sua origem, mas hoje se sabe que eles se referiam a uma região grega conhecida por esse nome, no entanto,

Por causa desta suposta origem egípcia passaram a ser chamados “egípcios” ou “egitanos”, ou gypsy (inglês), egyptier (holandês), gitan (francês), gitano (espanhol), etc. Mas sabemos que alguns grupos se apresentaram também como gregos e atsinganos, pelo que também ficaram conhecidos como grecianos (espanhol antigo), tsiganes (francês), ciganos (português), zingaros (italiano). (MOONEN, 2011, p. 9-10)

Na sua trajetória europeia, eles se ramificaram entre três grupos principais: os *rons*, ou *roma*, falantes do dialeto *romani*; os *sinti*, falantes do *sintó*; e os *calons*, falantes do *caló*. Cada um desses grupos se “estabeleceu” em regiões distintas: os rons no leste europeu, os sinti principalmente na Alemanha, França e Itália e os calons foram os que chegaram mais longe, até a Península Ibérica – Portugal e Espanha - e essa ramificação é que chegou primeiro ao Brasil, podendo ser considerada uma das pioneiras da ocupação territorial da colônia. O ano hoje aceito para a chegada do primeiro cigano a colônia é 1562, quando teria chegado à Bahia o degredado João Giciano, apesar de, até recentemente, considerar-se o ano de 1574, com o degredo

⁴⁵ De acordo com Frans Moonen um dos registros mais antigos sobre os ciganos encontrado “é de um monge grego segundo o qual, no ano de 1050, o imperador de Constantinopla (hoje Istambul, na Turquia), para matar uns animais ferozes, solicitou a ajuda de adivinhos e feiticeiros chamados Adsincani”, e seriam esses Adsincani os ancestrais dos povos que hoje são conhecidos como ciganos (2011, p. 9).

do cigano João Torres e sua família. Em ambos os casos, para além da datação, importa reconhecer que os primeiros ciganos que tiveram registro de sua vinda para o Brasil eram degredados expulsos de Portugal condenados a passar um período na colônia, ainda então um território pouco desbravado pelos portugueses e com condições muito precárias para o estabelecimento do modo de vida europeu.

Semelhante ao que ocorria na Europa Central, a reação dos portugueses aos ciganos não foi destoante, assim, embora os primeiros contatos possam ter sido amistosos, muito rapidamente, a aversão a eles em Portugal se tornou um fato recorrente, como nos mostram as fontes escritas. Se num primeiro momento eles tiveram certa liberdade de movimento e foram acolhidos, se não com hospitalidade, mas também não com hostilidade; em algumas décadas a situação mudou radicalmente:

Eles foram recebidos com certo entusiasmo e curiosidade, pois eram indivíduos exóticos, provenientes de terras distantes, que aguçavam a imaginação do povo em geral e dos intelectuais. Contudo, não demorou muito para que fossem identificados com a bruxaria, o paganismo e o banditismo. Logo, os rumores e boatos sobre a origem herética e selvagem desses peregrinos se difundiram pelos quatro cantos da Europa, fundamentando os primeiros estereótipos sobre os ciganos. (FAZITO, 2006)

Os portugueses começaram a proibir e coibir a movimentação cigana pelo território e logo a legislação também acolheu tais apelos pela restrição: decretos, alvarás, ordenações e outros documentos passaram a proibir ciganos no território, e os que lá já estivessem “naturalizados” ou vivendo há algumas gerações deveriam abandonar seus hábitos ciganos, sua língua, se sedentarizar e arranjar um ofício. De maneira geral, é isso que as fontes encontradas desse período nos revelam. Quando enviar os ciganos para longe não funcionava, a segunda opção era adaptá-los aos modelos ocidentais modernos: sedentarização, trabalho regulado,

pagamento de impostos, cristianização, e mais importante de tudo, obediência ao Estado nascente, assim;

Implementam as primeiras políticas persecutórias em relação aos ciganos – eles serão perseguidos simplesmente por serem ciganos. Considerados, inicialmente, vagabundos, avessos ao trabalho, exploradores da boa-fé e ladrões violentos e perigosos com suas bruxarias, e, posteriormente, indivíduos racialmente impuros e degenerados, tornou-se possível a plena justificação das perseguições e expulsões, a assimilação ou o extermínio desses indivíduos indesejáveis pelas autoridades públicas. (FAZITO, 2006)

A punição mais comum para os ciganos que não se adaptaram aos padrões sociais europeus foi o degredo, uma forma especial de expulsão penal (PIERONI, 1991, p. 16). Foi uma maneira eficaz que Portugal encontrou para se distanciar dos indesejados e ao mesmo tempo garantir que eles lhe fossem úteis, enviando-os para as suas possessões ultramarinas (ilhas atlânticas e colônias na costa da África e da América do Sul), dessa maneira garantindo que suas colônias fossem povoadas. Em se tratando de Portugal, o papel desempenhado pela pena de degredo foi se tornando cada vez maior à medida que avançava a construção dos impérios coloniais (TOMA, 2002, p. 5). O que se percebe é que a pena de degredo vai adquirindo novos contornos à medida que se estende por uma gama cada vez maior de crimes e territórios compulsados como destinos.

Dessa maneira, o degredo se tornou uma pena utilizada pelas autoridades portuguesas para banir do reino os indesejados, criminosos e perigosos à manutenção da ordem e da disciplina moral e católica, mas também funcionou a favor da colonização dos novos territórios portugueses. Portugal foi o primeiro país a usar sistematicamente essa pena regulada pela legislação, e a partir do século XV ela foi recorrentemente aplicada pelo país (MENINI, 2014, p. 1). Não apenas

crimes como furtos, homicídio, falsificação de moedas e outros atentados à ordem social eram condenados ao degredo, uma outra categoria de desajustados sociais também recebeu a pena: os considerados “vadios”, “vagabundos”, “desordeiros”, e foi nessa categoria que os reinóis encaixaram os ciganos, quando “supunham que os ciganos na realidade faziam parte de uma classe de seres degenerados socialmente, misturados a mendigos, vagabundos, pequenos ladrões, loucos e tantos outros marginais sociais produzidos pela sociedade medieval e pré-capitalista” (FAZITO, 2006).

Outras maneiras que os portugueses encontraram de punir os ciganos foram com prisões, trabalho forçado nas galés, e tentativas de uma assimilação compulsória (muito próxima do etnocídio), com os não ciganos exigindo dos ciganos que abandonassem sua cultura e língua e se incorporassem à sociedade majoritária, proibindo-os assim de viver de acordo com a sua cultura e seus valores.

Fontes históricas sobre os ciganos

O levantamento de fontes escritas que retratam os ciganos entre 1462-1562, apesar de resultados escassos - além da quantidade limitada delas o acesso também é restrito, pois a maioria, preservada em arquivos portugueses como o Arquivo Nacional e a Torre do Tombo, não está disponível online – é revelador, pois mostra abertamente a visão que se tinha sobre os ciganos, e como estes eram tratados em Portugal. Separando alguns exemplos transcritos a seguir, evidencia-se as penas sofridas pelos ciganos e as queixas frequentes contra eles.

Como foi escrito por Adolpho Coelho, ainda no século XIX, em comunicação com o sr. Antônio Francisco Barata, da Biblioteca pública de Évora, que lhe informou do seguinte;

Existem na Câmara (de Évora) documentos acerca de ciganos desde 1549, nos Livros dos originaes a fl. 137 do II; fl. 285 do XII; fl. 315 do Livro de José Lopes de Mira e a fl. 100 v., fl. 174 v., 175 e 176 do Livro VI de Registo, com datas de 8 de outubro de 1549; 17 de agosto de 1557; 16 de setembro de 1566; 20 de maio de 1587; 15 de julho de 1686; 15 de maio de 1694 (diversos); 22 de maio de 1694 e 23 de janeiro de 1699. Tratam da expulsão dos ciganos estrangeiros e da proibição aos nacionais de trajarem a seu uso e de não trabalharem; ordenam que os façam trabalhar e aprender ofícios. Citam o art. 24º das côrtes de Evora de 1535, feitas por D. João III. ” (COELHO, 1892, p. 229)

Esse pequeno inventário de fontes já exemplifica duas das principais maneiras pelas quais os ciganos eram tratados em Portugal: os ciganos estrangeiros (recém-chegados ao reino) deveriam ir embora; os ciganos nacionais (que já viviam lá a algumas gerações) deveriam abandonar seus costumes e arranjar trabalhos e ofícios. O teor desses documentos pode ser encontrado em inúmeros outros dos séculos seguintes, a estratégia é repetitiva: expulsar os ciganos recém-chegados e obrigar os que estão lá há mais tempo a assimilar a cultura local e abandonar a cultura cigana, ou seja, ou ser cigano e ir embora ou deixar de ser cigano para poder permanecer.

Antes mesmo do termo “cigano” ser utilizado em documentos portugueses já se encontra pistas de como eles eram tratados. As Cortes⁴⁶ de Coimbra e Évora realizadas entre 1472-1473 discutiram algumas questões relacionadas a “estrangeiros” e outros “tratantes de fora do reino”. Apesar de que só se possa supor que ali estivessem se referindo também a ciganos, algumas pistas reforçam nossa hipótese, sobretudo quando o documento associa aos “tratantes fora do reino” as

⁴⁶ As Cortes, precursoras do Parlamento, eram reuniões onde representantes das três ordens sociais, nobreza, clero e povo, se reuniam para discutir inúmeros assuntos referentes a Portugal e a vida pública, além de fazer petições ao rei. De acordo com Diogo Dias, “a autoridade das Cortes está consagrada na sua existência que, apesar da falta de um regimento escrito, constitui um poder de pressão sobre o monarca” além de, só as Cortes poderem desmanchar o que Cortes conceberam” (DIAS, 2014, p. 31).

atividades praticadas comumente pelos ciganos. Esse exemplo está transcrito a seguir, num requerimento das Cortes onde alguém pede ao rei que tome providências acerca de *mouros e a outros trautamees de fora de regnno*, que estariam negociando mercadorias para semear moedas falsas e enganando aos naturais do reino:

“Sennhor Vosa Alteza da lugar aos mouros e a outros trautamees de fora do regnno que posam comprar cera e aver de peso e outras muytas mercadorias, metemdo se por o reinno a fazer as ditas compras semeamdo muita moeda falsa fazemdo outras muytas bulrras e emguanos a vosos naturaees. Pedimos vos Sennhor por merce que mandees e defemdaaes que taaes compras e vemdas não posam fazer se nam em feiras ou nas cidades, scilicet, em Coimbra, no Porto, Evora e asy no Alguarve porque Lixboa de seu o tem. E nesto nos farees merce e proveiro gramde de vosas remdas. Respomde El Rey que asy por o tracto das pazes damtre estes seus reynnos e os de Castela domde sam os mouros apomtados em este capitollo não darem lugar a semelhante defesa como por outros respeitos alguus ha por bem e serviço seu que acerca dos ditos mouros e outros tractamtes se não faça innovação alguua sobre o requerido e apontado no capitolo. E manda que se use como se ataa ora usou e praticou.” (PORTUGAL, Capítulos gerais das Cortes de Coimbra e Évora, 1472-1471 apud DIAS, 2014, p. 220)

Comércio, ourivesaria e engodos são atividades que os tratantes de fora do reino estariam fazendo; atividades conhecidamente praticadas por ciganos, sendo significativo o fato de que, segundo a fonte, esses tratantes referidos não possuíam uma nacionalidade, ou qualquer indício de sua origem ou elemento de identificação até então conhecido, eles são apenas *de fora do reino*, e apesar de em várias partes da transcrição dessa Corte se encontrar o termo “estrangeiro” e menções a algumas nacionalidades, nesse trecho analisado são descritos muito vagamente. Isto nos leva a considerar que os sujeitos referidos como “de fora do reino” fossem ciganos - que naquele momento, não poderiam ser associados a nomeações existentes

(como mouros e judeus) e que ainda não tinham para si uma nomeação própria, talvez pelo fato de sua recente presença no reino.

Outro bom exemplo para entender como os ciganos eram vistos pela sociedade portuguesa no século XVI é o título LXXII do quinto livro as Ordenações Manuelinas⁴⁷, organizadas em 1521, onde são expostas as penas para os chamados “vadios”, homens sem Senhor ou trabalho, categoria esta já existente à época de sua chegada a Portugal, em que os ciganos foram prontamente encaixados:

Dos vaadios

Mandamos, que qualquer homem que nom viuer com fenhor, ou com amo, nem teuer Officio, nem outro metter em que trabalhe, e ganhe fua vida, ou nom andar neguocendo alguu neguocio feu, ou alheio, paffados vinte dias do dia que chegar a qualquer Cidade, Villa, ou Lugar, nom tomando dentro nos ditos vinte dias amo, ou fenhor, com que viua, ou metter em que trabalhe, e ganhe fua vida; ou fe o tomar, e delpois o deixar, e nom continuar, fera prefo, e açoutado pubricamente; e fe for peffoa em que nom caiba açoutes, feja degradado para as partes d’Alem por huu anno. (PORTUGAL, Ordenações Manuelinas, 1603, p.224)

Em 1526, o termo “cigano” já aparece escrito no Alvará de 13 de Março, que proíbe sua entrada no Reino e determina que “ se saião os que nelle estiverem”.

⁴⁷ As Ordenações, ou Leis Gerais do Reino, eram compilações de leis, frutos da unificação do sistema jurídico e parte de um processo de centralização de poder nas mãos do monarca. Levavam o nome dos reis que mandaram elaborá-las, foram três: Ordenações Afonsinas, que vigorou entre 1446-1521, Ordenações Manuelinas, 1521-1603 e Ordenações Filipinas, 1603-1916. Sempre incorporando e revogando a legislação extravagante anterior, elas eram invariavelmente compostas por cinco “livros” divididos em títulos e parágrafos, o Livro I abrangia as leis referentes aos cargos de administração e justiça, o Livro II, ocupava-se das relações entre Igreja e Estado, dos bens e privilégios da Igreja, dos direitos régios e sua cobrança, legislação especial para judeus e mouros, o Livro III; trata sobre processos civis, o Livro IV; trata do direito civil, como regras para contratos, testamentos, tutelas, formas de distribuição e aforamento de terras, etc. e o Livro V trata do direito penal; os crimes e suas respectivas penas. Eram instrumentos de poder essenciais à Coroa, no contexto de expansão marítima do Império Português na África, Ásia e América, num processo em que a garantia de autenticidade e a capacidade de multiplicação do livro impresso foram fundamentais. (MACEDO, 2014, p. 2)

Encontramos algo muito semelhante em obra de 1538 intitulada “Capitulos de cortes e leys que se sobre alguus deles fizeram”:

Capitolo CXXXVIII

“Item, senhor, pedem a vossa alteza aja por bem que nunca em tempo alguu entre ciganos em vossos reynos; porque deles não resulta outro proveito se não muytos furtos que faze: e muytas feytyçarias que finge saber: em que o pouo recebe muyta perda e fadiga. ”

Respota: “Ey por bem que não entrem ciganos em meus reynos daqui por diante como neste capitolo me depis e disso farey ley. ”

Ley XXVIII. Que os ciganos não entrem no reyno.

“Vendo eu o prejuízo que se segue de virem a meus reynos e senhorios cigano (grifo nossos): e neles andarem vagando pelos furtos e outros malefícios que cometem e fazem em muyto dano dos moradores de meus reynos e senhorios. Mando que daqui em diante nenhos ciganos assi homes como molheres entrem em meus reynos e senhorios: e entrando sejam presos e publicamente açoutados com baraço e pregam: e despoys de feita nelles a dita execução lhe sera assinado termo conveniente em que se sayã dos ditos reynos e senhorios. E se despoys de passado o dito termo for mais achada alguma das ditas pessoas por não se sayr dentro do dito termo; ou posto que se saísse tornar outra vez a entrar no ditos reynos e senhorios: sera outra vez açoutado publicamente com baraço e pregam: e perdera todo o mouel que teuer e lhe for achado: a metade pera quem o accusar: e a outra metade pera a misericórdia do lugar onde for preso O que auera lugar assi nos ciganos como em quaisquer outras pessoas de qualquer naçam que forem que andarem como ciganos: posto que ho não sejam. Porem sendo alguu natural de meus reynos não sera lançado fora deles: e sera degradado dous anos pera cada huu dos lugares dafrica: além das sobreditas penas. ” (PORTUGAL, 1538, apud COELHO, 1892, p. 230)

São descritos vagamente os problemas causados pelos ciganos: o que seriam o “prejuízo” e “malefícios” referidos na lei? Além dos “furtos” mencionados, só podemos supor que os reinóis estivessem se referindo a algumas de suas práticas culturais consideradas subversivas e heréticas, como a leitura de mãos (*buena-dicha*) feita pelas mulheres, os “engodos” nas suas negociações ambulantes, sua movimentação pelo território, a mendicância sem autorização, suas feitiçarias e falarem geringonça (como ficou conhecido o dialeto caló). Ou seja, muitas vezes o

crime cometido era tão somente *ser cigano*. Nessa lei também se encontra diferentes penas para os ciganos, além do degredo eles serão condenados ao “baraço e pregão” e a açoites públicos. Baraço era um laço posto em volta do pescoço, para apertá-lo, enquanto se fazia o pregão, a leitura da acusação e da pena.

Em 1557, novamente é criada uma lei para proibir a entrada de ciganos em Portugal, praticamente idêntica às outras duas reescritas anteriormente;

“Lei de 17 de Agosto de 1557, que não entrem Ciganos nestes Reinos, em que além do que he mandado no Cap. 138. das Cortes de 1525, e 1535, se acrescentão as penas até galés, a cuja execução se procederá, como for de justiça, dando appellação, e agravo. ”
(PORTUGAL, 1557, apud COELHO, 1892, p. 231)

A insistência na criação de leis reiterando a expulsão de ciganos do território português nos faz questionar como estavam sendo aplicados estes dispositivos e sua eficácia, visto que os ciganos continuaram a entrar no reino. Devido talvez a ineficiência delas é que as penas se agravam, pois, avançando um pouco para além do recorte de 1462-1562, encontramos uma lei de 1592 em que a perseguição aos ciganos é intensificada, e a condenação a pena de morte é instaurada:

Lei de 28 de Agosto de 1592, em que se exasperão mais as penas contra os Ciganos, que dentro de quatro meses não sahisses de Portugal, ou se não avizinhassem nos Lugares sem andarem vagabundos, não podendo andar, nem estar, ou viver mais em ranchos, ou Quadrilhas; tudo sob pena de morte natural, que se faria executar, fazendo-os para isso prender os Ministros das terras, e procedendo contra eles até a execução sem appellação, nem agravo. (PORTUGAL, 1592, apud COELHO, 1892, p. 234)

Em 1603, as Ordenações Manuelinas são substituídas pelas Filipinas, mas a perseguição permanece, como visto no Título LXIX do Livro V (ampliando o escopo de indesejados no reino):

TITULO LXIX

Que não entrem no Reino Ciganos, Armenios, Arabios, Persas, nem Mouriscos de Granada.

Mandamos, que os Ciganos, assi homens, como mulheres, nem outras pessoas, de qualquer nação que sejam, que com elles andarem, não entrem em nosso Reinos e Senhorios. E entrando, sejam presos e açoutados com baraço e pregão.

E feita nelles a dita execução, lhes seja assinado termo conveniente, em que se saiam fora delles.

E não se saindo dentro do dito termo, ou tornando outra vez entrar nelles, sejam outras vez açoutados, e percão o movel, que tiverem, e lhes for achado, a metade para quem dos accusar, e a outra para a Misericordia do lugar, onde forem presos; e sendo algumas das ditas pessoas, que com os Ciganos andarem, naturaes destes Reinos, não serão lançados delles, mas serão além das sobreditas penas degradados dous annos para Africa. (PORTUGAL, Ordenações Filipinas, 1603, p. 1217)

Esses registros escritos, os mais antigos sobre ciganos encontrados em Portugal, fazem parte principalmente da legislação, como leis, ordenações, decretos, alvarás, todos de alguma maneira punindo os ciganos, geralmente sem esclarecer qual exatamente eram os crimes que eles cometiam para precisarem de punições. As primeiras fontes, ao mesmo tempo em que são o reflexo do preconceito que já se manifestava para com os ciganos, ajudaram a fortalecê-lo, já que implementaram uma política persecutória ininterrupta, excluindo os ciganos da sociedade e tornando sempre tensa a relações entre eles e os portugueses. Não é somente nesse período (1462-1562) que fontes desse mesmo teor se repetem, nos séculos posteriores também se encontram semelhantes, se não a reafirmação das antigas, que trouxeram ao Brasil e a América todo o estigma negativo que acompanhava os ciganos. Quando estes foram continuamente degradados para cá, as leis os

acompanharam, e logo os próprios colonos não-ciganos reivindicavam junto com a Metrópole motivos para persegui-los, criando leis que restringiam seus movimentos e interferissem em sua cultura, em termos semelhantes ao que ocorreu nesse período inicial de contato.

Essa amostra exhibe a maneira como o Ocidente enxergava, e de certa maneira até hoje enxerga, os ciganos. O imaginário sobre eles se revela, se confirma e se dissemina em leis, documentos, obras literárias e até na conceituação evocada, pois a própria nomeação “cigano” já carrega as visões que se tinham deles e a ignorância quanto à sua história e cultura, além de ser uma generalização de diferentes grupos, que apesar das muitas semelhanças não necessariamente se reconhecia como um mesmo povo. A população portuguesa estabelecida nesse período não buscou, ou se buscou não deixou registros, saber como eles se autodenominavam ou se autoidentificavam. O que existe nestas fontes é sempre a visão do não-cigano, que possui um olhar etnocêntrico para com o cigano.

A exclusão e inclusão no imaginário ocidental

Apesar da ignorância sobre os primeiros contatos entre ciganos e portugueses, e do número limitado de fontes produzidas posteriores a esse primeiro momento, elas ajudam a compreender os termos em que se estabelecia a perseguição e estereotipia que cerca os ciganos. Nesse momento é que a identidade cigana foi construída, no estranhamento e na confrontação com a identificação que os europeus deram a eles. Devido ao fato de serem extremamente fechados e por um desinteresse geral que a História mostrou para com eles, são poucos os trabalhos feitos com os ciganos e que mostram a sua visão de mundo e questões relacionadas à identidade e história, pois, apesar de conhecidas, suas migrações e sua história

não foram documentadas, uma vez que têm uma cultura ágrafa e uma memória de algumas gerações.

A imagem cigana cristalizada no Ocidente é uma imagem negativa, ou quanto menos hostil é sempre associada a elementos místicos e sobrenaturais (devido a uma clara ignorância que se tem da sua história e cultura), podendo, de maneira simplista, resumir esse imaginário em adjetivações ofensivas e recorrentes; tais como indesejados, ladrões, vagabundos, vadios, ressaltando que o cigano é sempre representado como o estrangeiro, o outro, o diferente, o estranho. O Ocidente o interpretou e formulou suas representações de acordo com as diferenças para com a sua própria identidade (uma imagem negativa a partir de sua concepção hegemônica de trabalho, sedentarismo, atividades comerciais reguladas, hierarquias sociais, leis, códigos de conduta, matrimônio, família, religião). O nomadismo dos povos ciganos tem sido visto historicamente como sua característica definidora, em contraposição à formação do Estados e identidades nacionais (fundamentada na fixação espacial, necessidades de terras, de se especializar, ordenamento jurídico e fiscal), mas não sabemos até que ponto esse nomadismo é voluntário e até que ponto é uma movimentação forçada pelas condições e hostilidade que encontram por onde passam.

As fontes expostas anteriormente revelam que o maior crime dos ciganos parece ter sido sobretudo *ser cigano*, já que o Alvará de 1526 proíbe em Portugal *todos os ciganos*, independente de terem cometido crime ou não, podendo ser observado que não era uma punição imposta apenas para os indivíduos criminosos, mas sim imposta a um povo inteiro, principalmente por não se adequarem aos padrões sociais em construção no período dos séculos XV-XVI, quando se instituíam os elementos característicos dos Estados nacionais, fronteiras consolidadas e o trabalho regulado juntamente com a burocratização e o controle do Estado sobre o povo.

Nesse contexto, podemos dizer que os ciganos não se adaptaram aos moldes modernos, onde o trabalho é o maior valor do homem, e aqueles que não trabalham e não produzem regulados pelos códigos das corporações, são renegados à margem da sociedade, como indigentes, mendigos e vagabundos. O crime cigano tem sido ser diferente.

Em um Estado que se formava, se territorializava, onde as pessoas se fixavam e que a noção de espaço e propriedade privada era cada vez mais onipresente, um povo que não conhecia limites territoriais ou não tinha propriedades ou ofícios não era bem visto. Como eles não podiam ser controlados, a opção foi expulsá-los. Surge daí um movimento histórico de longa duração: o anticiganismo com doutrinas ou atitudes hostis aos ciganos e que contra eles propõem medidas discriminatórias ou então: atitudes, atos ou políticas contrárias aos interesses e direitos ciganos (MOONEN, 2011, p. 6)

É na alteridade que o imaginário ocidental do cigano surge, o próprio fato de colocá-los como uma categoria completamente separada de povo; se eles têm viajado e interagido por séculos com os povos da Europa, não poderiam ser considerados europeus? No entanto, eles são ainda hoje vistos como os estrangeiros, os estranhos, os de fora. Até no Brasil, onde sua presença já ultrapassa quatro séculos eles ainda são vistos como um povo estrangeiro e exótico que não compõe os discursos identitários da formação nacional.

O imaginário cigano revela mais de nós do que eles, construímos sua imagem a partir da oposição com a nossa, e ela mostra o modelo considerado ideal pelo Ocidente e como são excluídos os que não se encaixam nesse padrão. A caracterização da "ciganidade" no mito do nomadismo é exemplar, pois nos mostra o complexo processo de construção da identidade cigana. Isto é, nas representações sobre o cigano e em sua tradição cultural, nas quais o nomadismo aparece como símbolo determinante e atuante, não podemos deixar de notar as ambiguidades e imprecisões das quais esse termo se alimenta. (FAZITO, 2006)

Pode se questionar em que medida as migrações ciganas são nômades e em que medida elas são compulsórias. As políticas de perseguição que inúmeros Reinos e Estados nacionais impuseram aos ciganos não lhe deixaram opção, como em Portugal, em 1592, onde foi instituída a pena de morte para os ciganos que não deixassem o reino em até quatro meses. Mas o imaginário ocidental faz-se acreditar que os ciganos "sempre" vagaram por "desejo próprio", como se as constantes perseguições e ameaças à vida que sofreram ao longo da história não os obrigassem a isso.

Ora o nomadismo se apresenta como uma instituição cultural – como a família ou a religião – ora se transforma em atributo e, como qualquer traço cultural, torna-se um artefato catalogável, observável e manipulável, como as vestimentas que o cigano carrega consigo. Ainda nesse oceano de nomes e significados, muitas vezes o nomadismo é identificado como uma ideologia, como atributo genético (instinto) ou como "estado de espírito" (LIÉGEOIS, 1988, apud FAZITO, 2006).

A romantização que faz com que o nomadismo seja visto como uma característica aventureira e libertadora, não permite enxergar que esse hábito foi utilizado para construir uma identidade que pode estar dissonante da realidade, o que se chama hoje de "identidade cigana" é nada mais é do que um "papel" que a sociedade ocidental impôs a eles, feito para marcar a divisão entre "nós" e "eles", divisão no mundo social e na origem (FAZITO, 2006).

O imaginário cigano – colocado aqui como um conjunto de representações coletivas e ideias formuladas socialmente - coloca "algo no lugar de", ou seja, simula uma presença, não uma simples presença, mas uma presença dotada de significado simbólico. Os símbolos que acompanham a palavra "cigano" são muitos; tanto a imagem a eles associada (homens cheios de ouro, belos cavalos, mulheres vestidas

de vermelho e dourado lendo a buena-dicha e fazendo diversas outras magias) quanto os preconceitos que os acompanham.

O imaginário não pode ser visto apenas como um conservador da ordem social, já que pode contribuir também para a alteração da ordem vigente. Cria a realidade e é criado por ela (imaginário e realidade objetiva não devem ser colocados como diretamente opostos), ele é produto e produtor da história, e ajudou a moldar a trajetória cigana. Aonde quer que chegassem os ciganos, o estigma “cigano” adiantava-se a eles, e eram recebidos com hostilidade e desconfiança, devido a todos os significados que esse termo carrega. Como as fontes evidenciam, o imaginário atua no real, uma vez que movimentou a produção de políticas persecutórias contra os ciganos. Como colocado por Espig:

Os imaginários sociais proporcionam a um grupo a designação de uma identidade e de uma representação sobre si próprio, auxiliando ainda na distribuição de papéis e funções sociais, expressão de crenças comuns e modelos. Neste sentido, o imaginário pode possuir a virtualidade de criar uma “ordem social” - daí sua importância como dispositivo de controle da vida coletiva e de exercício do poder. (ESPIG, 2003, p. 54)

Portanto, através dos imaginários sociais, um grupo não apenas designa sua identidade e elabora uma representação sobre si mesmo, como também distribui papéis e funções sociais, expressa crenças comuns e fixa modelos. Nesse contexto, o imaginário sobre o cigano foi um canalizador de ação social: agiu e tem agido continuamente em oposição e perseguição a eles. E entender o imaginário sobre o cigano construído séculos atrás, o qual se manteve inalterado até a atualidade, é entender os efeitos sociais dessas representações e a própria ação dos grupos ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes:

Portugal. *Capítulos Gerais das Cortes de Coimbra e Évora de 1472-73*. Lisboa, ANTT, Aclamações e Cortes, Cortes, M. 2, nº14, fs. 57-127v. Transcritas por DIAS, Diogo José Teixeira, in: *As Cortes de Coimbra e Évora de 1472-73: Subsídios para o estudo da política parlamentar portuguesa*. Dissertação de mestrado, História, Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 2014.

PORTUGAL. *Ordenações do Senhor Rey Dom Manuel (Ordenações Manuelinas)*. 1512. Coimbra: Real Imprensa da Universidade de Coimbra, 1797 (fac-simile pela Fundação Calouste Gulbenkian). Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/manuelinas/>>. Acesso em: 17/08/2017.

PORTUGAL. *Ordenações do Senhor Rey Dom Filipe (Ordenações Filipinas)*. 1603. Coimbra: Real Imprensa da Universidade de Coimbra, 1797 (fac-simile pela Fundação Calouste Gulbenkian). Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/>>. Acesso em:17/08/2017.

PORTUGAL. *Lei de 29 de novembro de 1538*. 1538. In: COELHO, Francisco Adolpho. *Os ciganos de Portugal: com um estudo sobre o calão*. 1ª Edição. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892, p. 230.

PORTUGAL. *Lei de 17 de Agosto de 1557*. 1557. In: COELHO, Francisco Adolpho. *Os ciganos de Portugal: com um estudo sobre o calão*. 1ª Edição. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892, p. 231.

PORTUGAL. *Lei de 28 de agosto de 1592*. 1592. In: COELHO, Francisco Adolpho. *Os ciganos de Portugal: com um estudo sobre o calão*. 1ª Edição. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892, p. 234.

Bibliografia

- ANDRADE JÚNIOR, Lourival. Os ciganos e os processos de exclusão. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 33, nº 66, 2013, p. 95-112.
- COELHO, Francisco Adolpho. Os ciganos de Portugal: com um estudo sobre o calão. 1ª Edição. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892, 302 p.
- COSTA, Elisa Maria Lopes da. O povo cigano e o degredo: contributo povoador para o Brasil. *Revista Textos de História*. Brasília, vol. 6, nº 1 e 2, 1998, p. 35-56.
- COSTA, Emília Viotti da. “Primeiros povoadores do Brasil: o problema dos degredados”. *Revista Textos de História*. Brasília, vol. 6, nº 1 e 2, 1998, p. 77-100.
- DIAS, Diogo José Teixeira. *As Cortes de Coimbra e Évora de 1472-73: Subsídios para o estudo da política parlamentar portuguesa*. Dissertação de mestrado, História, Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 2014.
- ESPIG, Márcia Janete. O conceito de imaginário: reflexões acerca de sua utilização pela História. *Revista Textura*. Vol. 5, nº 9, 2003, p. 49-56.
- FAZITO, Dimitri. A identidade cigana e o efeito da “nomeação”: deslocamento das representações numa teia de discurso mitológico-científicos e práticas sociais. *Rev. Antropol.* São Paulo, vol.49, nº2, 2006.
- FERRARI, Florencia. *Um olhar oblíquo contribuições para o imaginário ocidental sobre o cigano*. Dissertação de mestrado, Antropologia Social, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2002.
- MACEDO, Danilo Matoso. A urbanização das “Ordenações do Reino”. In: PEIXOTO, Elane Ribeiro; DERNTL, Maria Fernanda; PALAZZO, Pedro Paulo; TREVISAN, Ricardo (Orgs.) *Tempos e escalas da cidade e do urbanismo: Anais do XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. Brasília, DF: Universidade

Brasília- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2014. Disponível em: <<http://www.shcu2014.com.br/content/urbanizacao-das-ordenacoes-do-reino>>.

MOONEN, Frans. *Anticiganismo: os Ciganos na Europa e no Brasil*. 3ª Edição digital. Recife: 2011, 228 p.

MENINI, Natally Chris da Rocha. Do Reino para o ultramar: o degredo dos ciganos no Império Português. In: *Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas*, 2014, 10 p.

NERY, Inalva Bezerra; NASCIMENTO, Uelba Alexandre do. Os ciganos e a exclusão social. In: *XVI Encontro Estadual de História – Poder, memória e resistência: 50 anos do golpe de 1964*. Campina Grande. 25 a 29 de agosto de 2014. p. 912-923.

NORONHA, Gilberto César de, *Ciganos em Portugal e no Brasil: Composições Modernas*. Uberlândia: Inhis-UFU. 2016. 29 p. (Projeto de Pesquisa, mimeo).

NORONHA, Gilberto. A semântica da exclusão: notícias ciganas segundo os jornais mineiros (séculos XIX/XX). *Anais do XXIX Simpósio Nacional de História Contra os preconceitos: História e Democracia*. Brasília, DF, 24 a 28 de julho 2017. Brasília: ANPUH, 2017. p.-13.

PIERONI, Geraldo. *Vadios, Heréticos e Bruxas: os degredados portugueses no Brasil-Colônia*. Dissertação de mestrado, Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 1991.

TOMA, Maristela. *Imagens do degredo. História, legislação e imaginário*. Dissertação de Mestrado, História, Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2002.

**COLETORES, BATEDORES E LEAIS SOLDADOS: A FUNÇÃO DOS ÍNDIOS
BRASILEIROS NA GUERRA LUSO-NEERLANDESA EM ÁFRICA (1641-1664)**
**COLLECTORS, SCOUTS AND LOYAL SOLDIERS: THE DUTY OF BRAZILIAN
INDIANS IN THE DUTCH–PORTUGUESE WAR IN AFRICA (1641-1664)**

Pedro Augusto Balieiro BARBOSA *

Resumo: No século XVII, especificamente no período da presença neerlandesa no norte e nordeste do Brasil o açúcar foi uma importante fonte de lucro e para sua produção fez-se necessário também a conquista das regiões escravagistas da África. A historiografia menciona que diversos índios do Brasil foram levados juntamente com as expedições europeias à África, mas até o momento não pesquisou mais profundamente sobre este assunto. Embora a pesquisa sobre a história dos índios no Brasil tenha avançado muito no sentido de destacar o seu protagonismo, ainda prevalecem problemáticas que enfatizam o confronto com o colonizador, a catequese ou os aldeamentos indígenas. A participação transatlântica dos índios na história do Brasil ainda carece de investigação e é este aspecto que será tratado neste artigo.

Palavras-chave: Brasil Holandês – Índios – África

Abstract: In the 17th century, specifically in the period of Dutch presence in Brazil's North and Northeast, the sugar was an important source of profit and for its production it was also necessary to conquer the slavery trade regions in Africa. The Historiography mentions that a large number of Brazilian Indians were taken along with the European in expeditions to Africa, but until now did not investigate further on this topic. Although the research about the Brazilian Indians' History has advanced a lot in sense to stands out his protagonism, it still prevails the focus on the confrontation with the colonizer, wars, catechesis or indigenous settlements. The transatlantic participation of the Indians in the History of Brazil still requires more serious research and this is what will be treated in this article.

Keywords: Dutch Brazil – Indians – Africa

Ao ler importantes obras consideradas clássicas sobre o Brasil Holandês e obras sobre a constituição do Atlântico Sul, como *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil*

* Graduando em História pela UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. E-mail para contato: pedro96barbosa@gmail.com

e Angola, Os holandeses no Brasil, ambos de autoria de Charles Boxer; *O trato dos viventes*, de Luiz Felipe de Alencastro; *Olinda restaurada*, de Evaldo Cabral de Mello entre outras obras do tema. Percebe-se em todos estes autores a menção à ida de índios do Brasil para África, sendo levados juntos às expedições europeias, tanto do lado português quanto do holandês. A grande questão aqui, é que há uma lacuna na historiografia, já que estes autores por terem como alvo de pesquisa outras questões, deixaram de lado ou não se aprofundaram este detalhe sobre os índios, estes que historiograficamente receberam uma abordagem de outro tipo pelos pesquisadores, sendo muitas vezes vistos somente como populações que resistiam à colonização ou o oposto, que viviam sob aldeamentos e catequese. Percebendo isso, procurei analisar o indígena como um ator ativo neste recorte histórico e entendê-lo como um protagonista, tanto para o sucesso das expedições europeias do século XVII no continente africano, como para a formação do Sistema Atlântico. Buscando sanar esta lacuna historiográfica, foi necessário “mergulhar” totalmente no tema. Em uma pesquisa maior – da qual nasceu este artigo – procurei entender os motivos que levaram os europeus a usarem índios nas expedições que rumaram em direção à África, como foi sua aclimatação em um continente totalmente novo – porém com semelhanças, muito pelo fato de serem regiões de florestas tropicais –, se permaneceram lá ou não, sua participação em meio às guerras, o contato com os nativo-africanos e quais eram suas obrigações e deveres junto aos europeus. Este último tópico será, portanto, o foco do artigo. Essa análise de sua função em meio às expedições servem também para entender seu papel na formação de um sistema colonial Atlântico e seu papel nas guerras coloniais africanas do século XVII.

Não pode-se dar início ao tema sem antes mencionar as fontes que usei e a dificuldade para encontra-las. Mesmo o Brasil tendo recebido uma enorme influência africana, a História daquele continente somente há pelos menos três décadas vem sendo estudada com mais cuidado, mas ainda assim existem inúmeras dificuldades de acesso aos acervos dos arquivos africanos. Por este motivo, as fontes ainda estão sofrendo análise, sendo que muitas delas não se encontram disponíveis ou acessíveis no Brasil, sendo essa a maior dificuldade encontrada na minha pesquisa. Apesar de ter localizado muito material que considere interessante e gostaria, sem dúvidas, de analisar, não pude pela inacessibilidade destes, o que com certeza fez com que encontrasse menos relatos do que gostaria. Apesar disso, foi possível fazer um bom trabalho e chegar à algumas conclusões. As fontes analisadas em todo o trabalho foram quase que em sua totalidade de origem portuguesa e holandesa, sendo elas oriundas de relatos de clérigos, soldados e governantes. Estas narrativas são de homens que viveram o período do Brasil Holandês, vivenciaram as guerras de perto e até mesmo que

participaram delas ativamente, acabando por narrarem o que viam ou por vezes, o que ouviam, sendo por isso, riquíssimas em detalhes e tornam-se indispensáveis ao tema. Algumas dessas fontes são: *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil no governo de Nassau*, *Monumenta Missionária Africana*, *O valeroso lucideno e o triunfo da liberdade* e *Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*, entre outras. Dando início ao tema, uma breve introdução ao contexto se mostra necessária.

Durante o período de formação e afirmação do sistema comercial do atlântico sul, precisamente no século XVII, o território português hoje correspondente ao Brasil era um importante produtor das mais diversas mercadorias, sendo o açúcar o principal produto, já que rendia altos lucros nos mercados europeus. Além do papel comercial do Brasil, este território se destacava aos olhos das potências marítimas europeias, também, pelo fato de estar em uma posição privilegiada no globo para a navegação e pelo seu enorme valor geopolítico, exatamente por proporcionar uma base estrategicamente localizada para operações militares e comerciais em todo o Caribe, África Ocidental, Atlântico e navegações com destino às Índias, além de estar localizado próximo à correntes marítimas importantes e ser de fácil aportamento, ou seja, do ponto de vista das grandes empresas marítimas, ancorar em Pernambuco era essencial para continuar qualquer viagem no Atlântico Sul.⁴⁹ Esse local de extrema importância atrairá a atenção de todas as nações europeias envolvidas com a navegação, entre elas é claro, a maior potência marítima e comercial do período: a Holanda.

A oportunidade para o início das operações militares holandesas no Brasil apareceu quando o Atlântico passou a ter um maior espaço na política mercantilista holandesa com a criação da WIC⁵⁰ em 1621. Outro fator importante para a intensificação das ações militares no Brasil é a guerra em que os Países Baixos travavam com a Coroa Espanhola pela sua independência política. Como as duas coroas ibéricas estavam unificadas, o Brasil também se tornou um alvo dos neerlandeses.

A primeira investida neerlandesa contra o Brasil ocorreu três anos após a criação da WIC, em 1624 através de uma frota de 26 navios e mais de 3000 homens, chefiada pelo almirante Jacob Willekens apareceu na costa brasileira com a missão de conquistar a Bahia e Pernambuco.⁵¹ A grandiosa frota neerlandesa não

⁴⁹ MELLO, Evaldo Cabral de. - O Brasil holandês (1630-1654) - São Paulo: Penguin Classics, 2010. Pg.29-33

⁵⁰ Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais (em holandês: West-Indische Compagnie ou WIC)

⁵¹ MELLO, Evaldo Cabral de. - O Brasil holandês (1630-1654) - São Paulo: Penguin Classics, 2010. Pg.40

conseguiu expandir suas conquistas para além dos muros de Salvador, por mais que a tomada da capital da colônia tenha sido relativamente fácil, a expansão das conquistas e a manutenção do território recentemente conquistado ficava cada vez mais difícil, já que a forte resistência local impedia qualquer ação mais gananciosa dos holandeses. Em 1625, porém, Salvador já havia sido retomada pelos espanhóis e portugueses, que enviam uma grande frota com este objetivo. Em 1628 é tomada a decisão de enviar uma nova frota ao Brasil tendo como alvo Pernambuco. Uma armada ainda maior, com 67 navios e 7000 homens embarcou rumo ao Brasil, desembarcando no ano de 1630 em Olinda e Pernambuco que após um breve período de lutas cai em mãos holandesas.

Desde o início dessas ocupações e da guerra travada no Brasil via-se que não seria fácil manter as atividades militares da mesma forma que na Europa, muito por conta de um inimigo em comum à ambas nações: o clima e ambiente tropical. O ambiente tropical trazia certas dificuldades para os europeus, seja pela vegetação úmida e fechada ou pelo clima, muito quente para padrões europeus, mesmo para os padrões ibéricos. Essas dificuldades se davam em razão da alta temperatura, do desconhecido do território, da obscura fauna e flora, da própria movimentação em meio àquele terreno além dos perigos externos à geografia, como tribos indígenas hostis, bandidos e doenças. Isso impossibilitava a prática de guerra aos modos europeus e obrigava a prática da guerra nos matos.⁵² Esse modo de luta, conhecido como “guerra dos matos” tinha peculiaridades muito próprias, descritas muito bem por Pedro Puntoni, que compara essa tática de guerra às guerrilhas. A guerra dos matos é um modo de luta característico das regiões tropicais do Brasil, principalmente onde hoje intitula-se como o Nordeste brasileiro, uma tática que mistura a guerra indígena – uma luta desorganizada, feita através de emboscadas, nas selvas, com armas silenciosas como os arcos e flechas trabalhando em conjunto com os tacapes, em que tem como objetivo matar o maior número de inimigos possíveis, sejam eles militares ou não e em seguida voltar rapidamente à mata e desaparecer, deixando o inimigo fora de posição e sem meios de fuga, por conta da agilidade indígena, já que ficavam nus e carregavam pouco material. Isso fazia com que alcançassem velocidades incríveis, não dando chance de fuga ou perseguição aos inimigos e podia ser usada tanto para defesa quanto para ataque – com algumas características também europeias, como o uso das armas de fogo (mosquetes e canhões leves, para facilitar a locomoção). Esse modo de luta foi inicialmente muito custoso aos holandeses, que ao chegar ao Brasil, estavam aclimatados aos modos de luta europeu e por não terem táticas de defesa à guerra

⁵² PUNTONI, Pedro. A mísera sorte: A escravidão africana no Brasil holandês e as guerras do tráfico no atlântico sul, 1621-1648. São Paulo: Hucitec, 1999. Pg.59

dos matos, perdiam centenas de homens em meio às florestas, muitas vezes em batalhas com um número de inimigos muito menor.⁵³

A solução encontrada pelos holandeses foi aliar-se ao Tapuias⁵⁴ da região, aliança esta que foi de grande efetividade a ponto de conquistarem nos anos seguintes diversas capitânicas vizinhas⁵⁵ e até mesmo a ponto dos próprios holandeses estarem integrados à forma de guerra indígena, a chamada guerra dos matos.⁵⁶

A medida em que o Brasil funcionava cada vez mais articulado com a África, passa a haver uma necessidade holandesa de ocupar também o continente africano, especialmente os locais onde estavam situadas as bases fornecedoras de escravos, como Luanda e São Tomé.⁵⁷

Em 1637 a WIC captura o castelo de São Jorge da Mina, na Guiné, um importante ponto estratégico para ter acesso aos mercados de escravos, que será mais tarde renomeado como “Elmina” e fica nas mãos neerlandesas até 1873 após ser conquistado pelos britânicos. Em 1641 a cidade de São Paulo de Luanda, em Angola, é capturada pela WIC.

Ao que parece, muitas foram os fatos que pesaram na decisão dos Europeus de levarem indígenas junto às expedições, o que aconteceu costumeiramente desde o início das mesmas, como o fato de sempre haver carência de número de homens suficientes para guerrear ou ainda por serem bons e leais soldados. A lealdade é um importante fator a ser considerado. Lealdade que muitas vezes era mantida sob ameaças, que faziam com que os índios aliados dos portugueses lutassem sob um “sentimento” muito peculiar. Ao pegarem em armas lutavam por suas mulheres e filhos, já que os portugueses em sua maioria o obrigavam a lutarem a seu lado em troca da vida destes⁵⁸, garantiam assim a aliança de soldados que

⁵³ Ibid. Pg. 58-61

⁵⁴ Nome genérico dado aos índios com base linguística diferente do Tupi. Os Tapuias viviam da caça, pesca e coleta de alimentos, viviam pelo sertão nordestino de forma nômade. Eram guerreiros temidos por serem extremamente brutais e tendo no canibalismo a principal fonte de proteínas. CUNHA, Manuela Carneiro da. (ORG) – História dos índios no Brasil Editora: Cia das Letras. São Paulo. 1992. Pg.152

⁵⁵ PUNTONI, Pedro. A mísera sorte: A escravidão africana no Brasil holandês e as guerras do tráfico no atlântico sul, 1621-1648. São Paulo: Hucitec, 1999. Pg. 60

⁵⁶ MELLO, Evaldo Cabral de. - O Brasil holandês (1630-1654) - São Paulo: Penguin Classics, 2010. Pg. 82

⁵⁷ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das letras, 2000. Pg. 304

⁵⁸ BOXER, C. R. - Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola 1602-1686; tradução de Olivério de Oliveira Pinto. São Paulo. 1973. Pg. 108

jamais os deixariam em batalha, o que seria de grande valor em campanhas militares. Enquanto a lealdade dos tupis no lado português foi mantida em grande parte por ameaças, no lado holandês era o oposto. Os Tapuias se aliavam aos holandeses por vontade própria, movidos por sentimentos de ódio ao português e por esperança de liberdade.⁵⁹ A boa relação dos tapuias com os neerlandeses aconteceu porque estes lhes ofereciam a liberdade que não encontravam com os portugueses, como por exemplo, a livre prática religiosa.

A dificuldade de sobreviver em um ambiente tão hostil como o da floresta tropical obrigou os europeus a aliar-se aos índios para que conseguissem no mínimo encontrar água e alimento em meio àquele inóspito ambiente. O índio teve um papel fundamental na sobrevivência dos europeus. Há relatos em fontes que nos dizem muito acerca da importância que estes tinham para o sustento dos homens do velho continente:

Veio também ao nosso navio uma canoa com 8 selvagens, que subiram a bordo trazendo toda a sorte de magníficas frutas para trocar, como fossem ananases, bananas, batatas, e algumas galinhas, pelo que lhes demos umas mercadorias velhas.⁶⁰

Porque os capitães de emboscada e os índios que os acompanhavam lhes davam ração todos os dias.⁶¹

Estes trechos mostram que os europeus quase que dependiam dos índios para suprir necessidades básicas como a própria alimentação neste território hostil, como é o caso das florestas tropicais brasileiras. Sendo este mais um dos motivos que foram relevantes para levar índios para África, pois estes eram extremamente necessários para os soldados europeus.

Essa necessidade do trabalho indígena para buscar até mesmo o alimento em meio à mata foi transportada também para Angola em meio às guerras pelo mercado de escravos:

Os portugueses não deixariam de sentir alguns calafrios perante aquele macabro noturno, mas os nossos indígenas responderam

⁵⁹ BARLEUS, Gaspar. - História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil no governo de Nassau. Rio de Janeiro, 1940. (Original publicado em 1647) Pg.202

⁶⁰ RICHSOFFER, Ambrósio - Diário de um Soldado da Companhia das Índias Ocidentais. Traduzido por Alfredo de Carvalho. Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco. Recife. 1897 (Original Publicado em 1677). Pg. 146

⁶¹ ALBUQUERQUE, Duarte de. - Memórias diárias da guerra do Brasil. Typographia de M. Barreto. Rio de Janeiro. 1855 (Original publicado em 1654). Pg.72

condignamente: de manhã cedo, eles se encarregariam de lhes levar o desejado manjar.⁶²

Além de leais e necessários trabalhadores, os indígenas eram exímios soldados, já que eram experientes na guerra em território tropical e ainda contribuíram culturalmente para a evolução da guerra praticada pelos europeus, permitindo um fazer guerra mais eficaz em um território de floresta tropical.

Estes homens naturais da terra, como eram chamados, eram soldados muito úteis aos europeus e temidos pela brutalidade. Sua violência se equiparava à de bestas e feras:

O gentio do sertão e todo aquele que conserva os costumes pátrios aproximam-se, na crueldade, mais das feras que dos homens. São avidíssimos de vingança e de sangue humano, temerários e pressurosos para os combates singulares e para as batalhas.⁶³

Foram úteis em trabalhos que os europeus não seriam capazes de fazer, seja em África ou no Brasil:

Esta gente é mui própria para perseguir o inimigo em fuga, pois todos sem distinção são mui fortes no correr, venceriam um cavalo e na ocasião da vitória são mui propensos a matar indistintamente.

⁶⁴

Difícilmente os europeus, sejam portugueses ou holandeses seriam capazes de perseguir um inimigo como os índios faziam. Essas habilidades indígenas os tornavam soldados insubstituíveis para se ter ao lado nessas regiões tropicais.

A função dos índios ia para além de soldado, e não só no Brasil, mas também em Angola, onde foram utilizados nas mais diversas funções:

⁶² REGO, Antônio da Silva. - A dupla restauração de Angola. Pg. 142

⁶³ BARLEUS, Gaspar. - História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil no governo de Nassau. Rio de Janeiro, 1940. (Original publicado em 1647) Pg. 26

⁶⁴ Herckman, Elias. 1886. Descrição geral da Capitania da Paraíba. Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, tomo V, n. 31, p. 239-288. Recife: Tipografia Industrial. (Original publicado em 1639). Pg. 281

Ao mesmo tempo, mandou Pedro César de Meneses alguns escutas indígenas a fim de saberem os desígnios dos Holandeses. Estes, embora tivessem encontrado tanta facilidade na conquista, não se atreviam ainda a sair fora das fortificações. Os escutas penetraram na cidade e conseguiram até trazer alguns objetos de casas particulares, desertas ainda. ⁶⁵

Seria fácil entusiasmar bastantes portugueses residentes no Brasil a conduzir à mesma empresa, à sua custa, os índios necessários não só para o serviço de carregadores, mas também para a guerra. ⁶⁶

Além dos portugueses, aproveitar-se-iam 100 índios para o serviço de carregadores, caso fosse necessário transportar as munições por terra, Estes índios poderiam ser chefiados por Martim A. de Sousa, capitão-mor índio que vivia no Rio de Janeiro. ⁶⁷

CONCLUSÕES

Todos estes trechos acima nos indicam de forma bem clara que o índio foi, em África, um “soldado multifunção”, tendo não só o dever de fazer guerra, que por sinal, faziam com maestria. Algumas de suas características os colocavam como os mais temidos guerreiros naqueles campos de batalha, como sua inabalável lealdade, ferocidade, crueldade, habilidades de fuga e perseguição e claro, sua maestria com as duas principais armas usadas por estes, o tacape e o arco e flecha, ambos sendo armas silenciosas e mortais, perfeitas para a guerra noturna. Todas estas competências, aliadas às suas práticas únicas de guerra – a guerra dos matos – faziam deles o verdadeiro terror de seus inimigos, sejam eles europeus ou africanos, sendo confrontados em capacidades de guerra somente à outros indígenas, por isso a necessidade de ambos os lados de levarem índios à África. Para além do papel de guerra, agiram também como batedores, sem dúvidas pelas habilidades que possuíam em andar velozmente e furtivamente em meio à mata (a semelhança das regiões tropicais da costa ocidental africana com a costa brasileira, seja em fauna, flora e características das densas e úmidas florestas os tornavam aptos para agir também ali). Por último, foram também os responsáveis pelas tarefas de carregadores, coletores de alimentos e surpreendentemente de

⁶⁵ REGO, Antônio da Silva. - A dupla restauração de Angola. Pg.36

⁶⁶ Ibid. Pg.106

⁶⁷ Idem. Pg.113

marcenaria, sendo famosos pela qualidade dos barcos e outros materiais que construía⁶⁸.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes:

ALBUQUERQUE, Duarte de. – Memórias diárias da guerra do Brasil. Typographia de M. Barreto. Rio de Janeiro. 1855 (Original publicado em 1654). 164p.

ALDENGURGK, Johan Gregor. - Relação da Conquista e Perda da Cidade do Salvador Pelos Holandeses. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1961.

BARLEUS, Gaspar. - História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil no governo de Nassau Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1940. (Original publicado em 1647) 425p.

BRÁSIO, Antônio. Monumenta Missionária Africana. Lisboa: Agência Geral do Ultramar. 1960. Volume VIII. África Ocidental (1631-1642)

BRÁSIO, Antônio. Monumenta Missionária Africana. Lisboa: Agência Geral do Ultramar. 1960. Volume IX. África Ocidental (1643-1646)

HERCKMAN, Elias. - Descrição geral da Capitania da Paraíba. Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, tomo V, n. 31, p. 239-288. Recife: Tipografia Industrial. 1889. (Original publicado em 1639)

MOREAU, Pierre e BARO, Roulox - História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses e relação da viagem ao país dos tapuias; tradução e notas Lêda Boechat Rodrigues; nota introdutória José Honório Rodrigues. - Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979. 128p.

NIEUHOF, Joan. Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil. Tradução Moacir N. Vasconcelos. Confronto com a edição holandesa de 1682,

⁶⁸ COSTA E SILVA, Alberto da. - A Manilha e o Libambo - A África e a Escravidão - De 1500 a 1700 2.ed. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. Pg.230

introdução, notas, crítica bibliográfica e bibliografia por José Honório Rodrigues. São Paulo, Livraria Martins, 1682.

RICHSOFFER, Ambrósio - Diário de um Soldado da Companhia das Índias Ocidentais. Traduzido por Alfredo de Carvalho. Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco. Recife. 1897 (Original Publicado em 1677). 189p.

REGO, Antônio da Silva. - A dupla restauração de Angola.

Bibliografia:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das letras, 2000. 525 p.

BOXER, C. R. - Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola 1602-1686; tradução de Olivério de Oliveira Pinto. São Paulo, Editora Nacional, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1973

BOXER, C. R. OS holandeses no Brasil 1624-1654. São Paulo: São Paulo Editora S.A., 1961. 465 p.

COSTA E SILVA, Alberto da. - A Manilha e o Libambo - A África e a Escravidão - De 1500 a 1700 2.ed. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. 1088p.

CUNHA, Manuela Carneiro da. (ORG) – História dos índios no Brasil Editora: Cia das Letras. São Paulo. 1992. 648 p.

HOLANDA, Sergio Buarque. Caminhos e fronteiras. São Paulo, Cia das Letras, 1994. 328 p.

MELLO, Evaldo Cabral de. - O Brasil holandês (1630-1654) - São Paulo: Penguin Classics, 2010.

MELLO, Evaldo Cabral de. Olinda restaurada: Guerra e açúcar no Nordeste 1630/1654. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 1975.

MONTEIRO, John M. Negros da terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo, Cia das Letras, 1994. 320 p.

NOVAIS, Fernando. Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777- 1808). São Paulo: Hucitec, 1995

PUNTONI, Pedro. A mísera sorte: A escravidão africana no Brasil holandês e as guerras do tráfico no atlântico sul, 1621-1648. São Paulo: Hucitec, 1999. 209 p.

VAINFAS, Ronaldo - A Heresia dos Índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das letras, 1995, 275 p

A VILA DE ITU SOB O OLHAR DA DEMOGRAFIA HISTÓRICA: LISTA NOMINATIVA DE HABITANTES DE 1836

THE VILLAGE OF ITU THROUGH THE PERSPECTIVE OF HISTORICAL DEMOGRAPHY: NOMINATIVE LIST OF INHABITANTS IN 1836

*Carlos Eduardo NICOLETTE**

Resumo: Este artigo está inserido no projeto que pretende estudar as famílias e domicílios na história de Itu, a partir do uso das listas nominativas de habitantes entre 1765 e 1836. Esta pesquisa estuda, especificamente, a lista de 1836 e possui três objetivos. O primeiro é compreender as características e especificidades da lista nominativa perante as anteriores. O segundo é inserir a história da vila de Itu no contexto da província de São Paulo, compreendendo, assim, a importância do chamado quadrilátero paulista na transformação da província numa potência econômica ao longo século XIX. O terceiro e último objetivo é utilizar os dados obtidos pela lista de Itu de 1836 para traçar o perfil demográfico da população de Itu, com foco na posse de escravos. Deve-se ressaltar a importância da utilização das listas nominativas como fontes históricas, ainda mais considerando a possibilidade de estudos longitudinais para o passado paulista. Este trabalho buscou compreender o perfil demográfico da vila de Itu no ano de 1836, através da lista feita sob os olhares de Daniel Pedro Müller, contratado pela província de São Paulo para realizar o recenseamento. A análise da lista possibilitou para este trabalho compreender o novo molde implementado por Müller, proporcionou a compreensão da nova divisão na organização do espaço municipal, bem como a realização do perfil demográfico da posse de escravos na vila de Itu em 1836.

Palavras-chave: Vila de Itu; Demografia Histórica; Lista Nominativa

Abstract: This paper is part of a project that intends to study the families and residences in the history of Itu, using nominative lists of inhabitants between 1765 and 1836. This research specifically studies the list from 1836 and has three aims. The first one is to understand the characteristics and specificities of the nominative list compared to the previous ones. The second aim is to introduce the history of the village of Itu inside the context of the province of São Paulo, in order to understand the importance of the quadrilátero paulista in the change of the province into an economical potency throughout the 19th century. The third and last aim is to use the

* Graduando em História na FFLCH-USP. E-mail para contato: carlos_eduardo0808@hotmail.com
Revista Ensaios de História, v. XVIII, n. 1/1, 2013-2017

data in the list of Itu in 1836 to design the demographic profile of Itu population, focusing in the possession of slaves. It is necessary to highlight the importance of the use of nominative lists as historical sources, especially when considering the possibility of longitudinal studies about the past of São Paulo. This paper aimed to understand the demographic profile of the village of Itu in 1836, with a list made by the perspective of Daniel Pedro Müller, hired by the province of São Paulo to the census. With the analysis of the list it was possible to understand the new model used by Müller, to comprehend the new division in the organization of the city space, as well as to design the demographic profile related to the possession of slaves in the village of Itu in 1836

Keywords: Village of Itu; Historical Demography; Nominative List

Ao historiador, cabe separar o joio do trigo, detectar os problemas, as falsificações, o trabalho descuidado e, principalmente, as intenções por trás da descrição oferecida aos superiores. O que se pretendia exibir, e o que se desejava ocultar? Carlos Bacellar (2008, p. 115)

1 INTRODUÇÃO

Este artigo está inserido no projeto “História da família e regimes demográficos em uma vila colonial paulista: Itu, 1684-1890”, sob a orientação de Carlos de Almeida Prado Bacellar. Para o desenvolvimento do projeto, as fontes utilizadas são, dentre outras, as listas nominativas de habitantes, sendo que aqui trabalhou-se, especificamente, com a lista de Itu de 1836. Dessa forma, este texto procura contribuir de forma concisa para a compreensão de um quadro geral do perfil demográfico daquele que foi maior centro açucareiro paulista do período.

As dissertações e teses acerca da história de São Paulo têm crescido em número considerável nas últimas duas décadas (JESUS, 2006; MONT SERRATH, 2007; TORRÃO FILHO, 2007; SILVA, 2009; MEDICCI 2010; COSTA, 2012). Os temas abordados, também, em muito têm variado, assim como as perspectivas e o

uso de fontes. As máximas históricas existentes sobre o passado de São Paulo têm sido reexaminadas. Como exemplo, existe a tese a respeito de uma decadência econômica de São Paulo ocorrida após o descobrimento do ouro em Minas, a qual tem sofrido contundentes críticas historiográficas.

A Demografia Histórica tem contribuído desde a década de 1970 para o avanço dos estudos sobre a população livre e sobre a população escrava no passado brasileiro – a existência da família escrava no cativo, das sociabilidades entre os cativos e a formação de redes de parentesco. E é esse enfoque teórico-metodológico que mais contribuiu para a análise de listas nominativas e o que será aqui utilizado.

A partir do exposto acima, este trabalho possui três objetivos. O primeiro é compreender as características e especificidades da lista nominativa de habitantes de 1836 da vila de Itu. O segundo, inserir a história da vila de Itu no contexto da província de São Paulo, compreendendo, assim, a importância do chamado quadrilátero paulista na transformação da província numa potência econômica ao longo do século XIX. E o terceiro, utilizar os dados obtidos pela lista de Itu de 1836 e traçar algumas características do perfil demográfico daqueles que tinham grandes planteis escravistas.

Para cumprir o primeiro objetivo, se criará um quadro geral acerca da utilização das listas nominativas de habitantes pelos pesquisadores, bem como seu contexto de produção. Já para o segundo objetivo, será necessário explorar o quadro histórico no qual se insere o quadrilátero do açúcar e compreender, à luz de Mont Serrath (2007), a importância econômica de Itu no período. Para o último objetivo, elaborar-se-á tabelas que ajudem a traçar o perfil demográfico dos grandes senhores de escravos, bem como da população escrava.

2 LISTA NOMINATIVA OU MAÇO DE POPULAÇÃO: UM BREVE DEBATE

2.1 Histórico e uso pelos historiadores

A utilização de listas nominativas para a pesquisa histórica encontra hoje bastante adesão nas universidades paulistas, com grupos de pesquisa espalhados nas três Universidades estaduais, cujo foco se dá sobre demografia histórica. Entretanto, foi o trabalho pioneiro de Maria Luiza Marcílio, ainda na década de 1970, que abriu espaço para a utilização destes documentos por parte dos historiadores. Em seu texto acerca do crescimento demográfico e econômico de São Paulo, a autora debateu com as teses que afirmavam existir uma decadência demográfica paulista após a descoberta do ouro na capitania de Minas Gerais. Ao final de seu escrito, ela mostra serem equivocadas tais afirmações pois houve um razoável crescimento da população paulista e de sua economia no mesmo período.

As listas, também chamadas de maços de população, têm sua origem em São Paulo bastante evidenciada pelos pesquisadores. Após o reestabelecimento administrativo da capitania de São Paulo, a qual tinha sido rebaixada à administração do Rio de Janeiro entre 1748 e 1765, chegou naquela região o capitão general Dom Luís Antônio de Sousa Botelho, o Morgado de Mateus, para administrar, reformar e adequar a capitania aos modelos administrativos nos moldes da ilustração portuguesa.

Segundo Bacellar (2015, p. 315), o novo capitão de São Paulo considerou crucial conhecer e contabilizar a população da capitania, pois era “informação essencial para a organização de novas tropas de milícias, necessárias para enfrentar o desafio castelhano no Brasil meridional”. E não era só o caso de São Paulo: toda a população da América portuguesa carecia de dados sobre sua população e, desta forma, fizeram-se pedidos de confecção das listas nominativas

de habitantes, sendo o primeiro passo para implementar mudanças significativas na administração de toda colônia.

Maria Luiza Marcílio (2000, p. 33-43) circunscreve a elaboração das listas nominativas de habitantes em duas fases distintas. As listas da primeira fase, de 1765 a 1797, foram feitas, a grosso modo, para atender a objetivos militares e defender o território português. De 1797 até 1836, as listas apresentam transformações bastante significativas: os fins militares já não eram a principal razão de sua elaboração, seus objetivos então estavam voltados para o desenvolvimento econômico e um maior controle por parte da administração local. Sendo assim, estes documentos são mais detalhados e completos, não se limitando apenas à contagem da população, registrando também variáveis econômicas. Os recenseadores também recebiam como orientação práticas mais sistemáticas e detalhadas, assegurando uma maior confiabilidade das informações, requerendo, ainda assim, grandes cuidados para o pesquisador. É importante lembrar que a lista ainda era elaborada sob a orientação de uma estrutura militar, as Companhias de ordenança, porém, sua finalidade já não era apenas atender às demandas da Bacia do Prata.

O levantamento de dados da população deveria ser feito anualmente pelas milícias constituídas por Companhias de ordenanças de terra, através dos capitães-mores, sargentos de milícias e cabos de esquadra. As listas nominativas eram divididas, em primeiro lugar, pelas companhias e algumas delas possuíam divisões por bairros. Sua confecção buscou trazer a quantidade de fogos existentes na vila, assim como o nome dos moradores: nomes do chefe de família e sua esposa, geralmente os nomes acompanhados dos sobrenomes com indicação da patente militar daquele (quando existente), e idade de ambos; quanto aos filhos, apenas primeiro nome, idade e naturalidade. No que diz respeito aos agregados, às vezes apareciam com nome completo, idade e naturalidade. Com relação aos escravos, por

sua vez, indicava-se apenas quantidade total em alguns casos; em outros poucos, os nomes, idade, estado civil e naturalidade.⁷⁰

A listagem era, então, elaborada de acordo com as esquadras militares da qual faziam parte cada morador e dividida em bairros e, muitas vezes, como o caso da região central de Itu, organizadas por rua. O fogo, primeira base de ocupação da terra, pode ser considerado como uma unidade econômica e de trabalho, pois todos ali estavam em torno de atividades organizadas que visavam a manutenção do grupo doméstico, ou seja, não é necessariamente uma residência, podendo ser um local de várias casas. Em cada fogo poderiam estar presentes, além do núcleo familiar básico, agregados e escravos, isto é, todos de uma unidade residencial. Também não é incomum encontrar mulheres solteiras nos centros urbanos ou viúvas que administravam uma fazenda⁷¹.

2.2 Questões metodológicas e a lista de 1836

Para a realização de uma pesquisa historiográfica, é imprescindível a utilização de documentos, sendo que a crítica a estes é igualmente o primeiro passo de qualquer estudo. O caso dos maços de população não é diferente, pois além de fornecerem um vasto potencial para o pesquisador, também necessitam de um consistente olhar criterioso. O historiador precisa considerar a sociedade que produziu o documento e, assim, entender seu contexto de criação e circulação. Exemplo é a necessidade de se atentar ao recenseamento da profissão dos indivíduos, pois existe um perigo de simplificação ao acreditar fielmente que o

⁷⁰ Para o aprofundamento no tema das listas nominativas de habitantes, sugere-se a leitura de Carlos de Almeida Prado Bacellar (2013)

⁷¹ Sobre mulheres em São Paulo colonial, sugere-se Bacellar (1990).

sujeito era apenas um lavrador ou comerciante, uma vez que as profissões não se excluem; entretanto, dificilmente aparecem associadas nas listas nominativas.

Deve-se refletir em como aquela sociedade caracterizava preto e pardos, e até mesmo as razões de nomear alguns de negros e outros de pretos. Como diferenciá-los? Segundo Bacellar (2015, p. 326-327), é uma questão de difícil resposta, mas que nas listas o “fenômeno do branqueamento é mais facilmente detectável, graças à possibilidade de se acompanhar suas possíveis mudanças de estatuto econômico social”, ou seja, é possível encontrar sujeitos definidos como pretos em uma lista e, após passarem por um processo de enriquecimento, serem denominados numa lista posterior como pardos.

Outro importante cuidado com este tipo de fonte diz respeito ao possível sub-registro de pessoas e da própria produção de gêneros de cada fogo. Sobre isso, Marcílio (2000) alertou que havia um contingente baixo de homens jovens em algumas listas, fato associado por ela ao medo dos impostos e à fuga do registro militar – este último poderia levá-los ao conflito com castelhanos na Bacia do Prata. Para resolver tal problema das listas, seria ideal o seu cruzamento com fontes paroquiais, por exemplo. Outra possibilidade de estudo para se detectar a mesma questão se dá através da construção de pirâmides de idade dessa população ou até mesmo pesquisa longitudinal, ou seja, que acompanhe os indivíduos por várias listas (MARCÍLIO, 2000, p. 78-79).

Deve-se reiterar, também, as dificuldades que os sujeitos do século XIX tiveram para fazer o levantamento populacional, “vilas com territórios bastante alargados, com vias de comunicação precárias e segmentos da população internados em áreas ermas do sertão não constituíam exatamente um panorama facilitador” (BACELLAR, 2008, p. 115). Desta forma, cabe ao historiador enfrentar esses problemas, quantitativos e qualitativos, não acreditando que as listas dão

conta de toda a realidade sobre o passado e utilizá-las de variadas formas para construir sua pesquisa.

A lista nominativa de habitantes transcrita para este projeto, como dito anteriormente, pertence à vila de Itu do ano de 1836. Apesar da data, o recenseamento se iniciou nesta vila no ano de 1835 pelas mãos de Daniel Pedro Müller⁷², contratado pelo governo da província de São Paulo para organizar o

Figura 1 – Cabeçalho do Quarteirão n.º 1 do Distrito de Capivari de Cima da vila de Itu

Distrito de Juiz de Paz de Capivari de Cima do Município da Villa de Itu. Anno de 1835 Quarteirão N.º 1.º desta Freg. e seus Suburbios															
A															
B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N			
Nome	Sexo	Idade	Profissão	Estado	Naturalidade	Religião	Estado	Profissão	Estado	Profissão	Estado	Profissão	Estado	Profissão	Observações

Fonte: Lista nominativa de habitantes de 1836.

levantamento estatístico de toda a população paulista. Entretanto, ele tinha ordens para seguir uma nova formatação para o recenseamento (BACELLAR, 2015, p. 317). O molde então recriado se manteve em grande parte das listas nominativas das várias vilas paulistas. Na Figura 1, a seguir, temos o cabeçalho usado em 1836 para a vila de Itu, a qual tem presente no quadrante “A”⁷³, em geral, o nome do distrito, seguido do nome da vila ou município, o ano de elaboração e, por fim, o número do quarteirão.

⁷² Autor do texto *Ensaio d’um quadro estatístico da Província de S. Paulo, ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837.*

⁷³ As letras encontradas na imagem foram colocadas digitalmente pelo autor deste para facilitar a descrição do cabeçalho.

A grande novidade dessa primeira parte foi a separação dos fogos em distritos, pois como mostra Eni de Mesquita Samara (2005, p. 76-78), as divisões das listas anteriores de Itu tinham como base as Companhias de Ordenanças da vila, as quais ficavam responsáveis pela elaboração das listas. Segundo a autora, em 1829 existiam oito Companhias em Itu dividindo o território em bairros e quarteirões⁷⁴. Essa mudança adveio de transformações na estrutura política do Império do Brasil realizada pelos governos regentes, os quais perceberam que a estrutura de divisão das vilas e municípios era bastante heterogênea e confusa.

Com a reforma iniciada pelo Ato Adicional de 1834⁷⁵, houve uma reestruturação da administração municipal (PIETRO, 2002, p. 9), bem como da organização de seu espaço. Entretanto, a confusão persistiu, pois alternam-se em 1836 a designação antiga (freguesia) e a nova (distrito). A hipótese para tal problema é que, apesar das ordens vindas do Rio de Janeiro, a realidade da qual partilhavam esses homens de meados do século XIX dificultava uma informação unívoca entre eles, permanecendo dificuldades nas anotações e da compreensão das novas divisões administrativas da vila, tornando o recenseamento uma tarefa ainda mais complicada.

A segunda fileira de informações do cabeçalho contém 13 tipos diferentes de informação que deveriam ser preenchidas para cada membro do fogo. Os tópicos “B” a “H”, são relacionados às características pessoais de cada sujeito, sendo que no primeiro o recenseador deveria indicar um número do fogo daquele quarteirão. Na letra “C” estão presentes os nomes dos sujeitos, sendo que em 1836 todas as pessoas do fogo tinham seu nome escrito, tanto escravos como agregados. No quadrante “D” estavam as idades; em “E”, a categoria de cor das pessoas. “F” foi a coluna para mostrar a relação com a pessoa que capitaneava a casa, por exemplo,

⁷⁴ Para uma interessante definição de bairro rural, consultar Souza (1971, p. 62)

⁷⁵ Posteriormente recriado pela Lei nº 234, de 29/11/1841.

se eram filhos, escravos ou agregados naquele fogo. Na letra “G”, a informação encontrada é sobre sua naturalidade, enquanto que em “H” encontra-se seu estado civil e, por último deste trecho sobre características pessoais, a letra “I”, a qual designa a profissão do sujeito, em geral, apenas do chefe do fogo.

Após a coluna marcada com a letra “J”, encontram-se questões ligadas aos aspectos socioeconômicos daquele fogo, como esse primeiro que era para anotar a espécie de estabelecimento que ali havia, por exemplo, um engenho de açúcar. Na coluna seguinte, “K”, o recenseador anotava informações sobre os rendimentos que, em geral, apenas as grandes fazendas tinham os dados sobre o quanto produziam em contos de réis. Sobre isso, não se sabe se os valores anotados eram do último ano ou do ano corrente, uma vez que apenas se tem nota do número de réis. Estão anotados em “L” e “M”, respectivamente, os gêneros ali cultivados e também sua quantidade. Na última coluna, “N”, encontram-se observações que o recenseador poderia considerar relevante, como em alguns casos nos quais há informações sobre a alfabetização do chefe do fogo e até mesmo a existência de animais (bois, porcos ou cavalos) pertencentes ao local.

Todas as informações da lista foram divididas por fogo, sendo que, em geral, os nomes dos chefes vinham no topo, seguidos pela esposa⁷⁶, posteriormente os filhos, seus escravos e, quando havia, os agregados, tendo sido esse o padrão adotado na lista de Itu de 1836. Sabe-se, todavia, que Müller orientou todas as vilas a seguirem esse molde bastante informativo e regular, que conseguiu trazer informações quantitativas e qualitativas significativas às informações sobre a população da província de São Paulo. O historiador que desejar usar a lista tem

⁷⁶ No caso das mulheres como cabeça de fogo, em geral eram viúvas ou o marido estava em viagem. Alguns outros fogos continham pessoas sem o estabelecimento de uma relação, pela lista, umas com as outras.

nesse período excelentes documentos para analisar o perfil demográfico de toda a região.

Para finalizar este trecho, é importante ressaltar que a lista de 1836 transcrita para esta pesquisa apesar de conter dados qualitativos importantes sobre a população de Itu, não se encontra completa no acervo, pois lhe faltam páginas. É plausível afirmar que tenha sido feito o recenseamento completo da vila, mas no Arquivo do Estado de São Paulo existem apenas as páginas referentes aos distritos de Itu e não sobre seu centro. Como afirma Bacellar (2008, p. 114), existe “a possibilidade de que a ausência de um maior volume de listas nominativas remanescentes nos arquivos seja, infelizmente, a prova concreta da incúria na guarda da documentação pública”.

Dessa forma, a região do centro político-administrativo⁷⁷ não está presente, fato que foi observado não apenas pelos cabeçalhos, como também devido às profissões liberais e urbanas encontradas em baixo número. Olhando a lista nominativa de habitantes de 1818, a qual tem presente o centro da vila, nota-se um grande número de profissões urbanas, como fiandeiro, vendedor, sapateiro, jornaleiro, entre outras. Percebeu-se, também, a falta de muitos fazendeiros ainda jovens em 1818 e que não constam em 1836.

3 A VILA DE ITU NO CONTEXTO DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO: QUADRO ECONÔMICO E POLÍTICO EM 1836

A formação inicial do chamado Oeste Paulista, no século XVII, se deu com a criação das vilas de Itu (1654), Jundiaí (1665) e Sorocaba (1661), a partir de seus desmembramentos de Santana do Parnaíba e São Paulo. A vila de Itu pertencia, em 1836, à região da capitania de São Paulo, que tem sido nomeada por

⁷⁷ Local onde hoje é o centro da cidade de Itu.

historiadores como quadrilátero do açúcar. Essa região, segundo Maria Thereza Schorer Petrone (1968, p. 41-42), era formada pelos limites de Sorocaba, Piracicaba, Mogi Guaçu e Jundiaí, possuindo em sua área as vilas de Itu e de Campinas. No mapa 1, feito pelo historiador Pablo Oller Mont Serrath (2007), encontra-se a região citada.

No mapa, é possível apontar, na Província de São Paulo, onde está localizado o quadrilátero do açúcar, delimitado pelo pontilhado azul. Esta é a região que se manteve do fim do século XIX até boa parte do XX como a maior produtora de açúcar de toda a província, sendo em boa parte responsável pela acelerada expansão das exportações de São Paulo para o mercado externo. O mapa trazido por Mont Serrath representa São Paulo no ano de 1799, mas o cenário encontrado 30 anos depois é bem parecido com aquele, visto a produção de açúcar em Itu e Campinas ter continuado a se destacar frente a outros centros produtores.

Mapa 1 – Geografia da produção açucareira na capitania de São Paulo (1799)



Fonte: *Mont Serrath, 2007, p. 115.*

O crescimento da produção de açúcar no Oeste Paulista, segundo Eni de Mesquita Samara, foi constante durante o século XIX e não é arriscado afirmar que esse produto foi o principal motor do crescimento econômico de São Paulo naquele

Revista Ensaios de História, v. XVIII, n. 1/1, 2013-2017

momento, bem como a “base econômica da região de Itu e que grande parte da população tinha suas atividades vinculadas à produção e comércio desse produto” (SAMARA, 2005, p. 72). Luna e Klein (2006, p. 65-66), afirmam que a vila de Itu⁷⁸ produziu em 1836 cerca de 1.911 toneladas de açúcar, o que corresponde a um quarto do açúcar produzido em toda a província de São Paulo. A produção de milho e feijão, segundo os autores, também tiveram extraordinária importância, sendo a vila responsável pela produção de 3.474 toneladas e 446 toneladas, respectivamente.

A partir da lista de 1836, pode-se observar que os grandes engenhos também continham números consideráveis de milho, sendo importante ressaltar que boa parte desse milho foi produzido nas próprias unidades açucareiras. A título de exemplo, João Tibiriçá, lavrador e morador do quarteirão três do distrito de Indaiatuba, possuía em sua fazenda 84 escravos – maior plantel da vila. Sua fazenda produziu, em 1836, 3.000 arrobas de açúcar, enquanto possuía 1000 alqueires de milho, 300 alqueires de feijão e 80 alqueires de arroz. Seu caso é um exemplo das grandes fazendas de Itu, as quais tinham enormes plantéis de escravos e uma alta produção de açúcar, mas não deixavam de reservar grandes alqueires para produção de alimentos. Estes, no caso, não seriam apenas para o consumo próprio, o que levanta a hipótese da existência de um comércio bastante elaborado de alimentos.

4 PERFIL DEMOGRÁFICO DA VILA DE ITU EM 1836

⁷⁸ Importante ressaltar que Capivari de Cima se tornou uma vila separada de Itu em 1832, entretanto aparece como sendo da mesma vila na lista de 1836. Como será discutido a frente, esse embaralhamento político-administrativo pode ter acontecido devido às novas regras impostas pelos governos regentes. Assim como este trabalho, Luna e Klein consideram os dados de Capivari juntos com os de Itu.

4.1 Distribuição da população e faixa etária por categoria de cor

Aqui procurar-se-á trazer alguns dados gerais obtidos na lista nominativa de habitantes de Itu de 1836, fazendo uma discussão acerca de sua organização espacial e, posteriormente, sobre a distribuição etária e etnográfica dos habitantes. Na tabela 1 encontra-se o levantamento total da população de todos os distritos de Itu: Indaiatuba, Cabreúva e Capivari de Cima. Estes, divididos por quarteirões⁷⁹ e posteriormente por fogos, possuem tamanhos populacionais bastante distintos. São 18 quarteirões e 676 fogos, totalizando 4986 pessoas. Segundo o trabalho de Eni de Mesquita Samara (2000, p. 90-91), a população da vila de Itu somava 8.577 pessoas em 1829, o que reafirma a hipótese da falta de dados da região central da vila de Itu em 1836.

O menor quarteirão, número seis de Cabreúva, continha 95 pessoas, enquanto que o maior, número seis de Indaiatuba, continha 828 pessoas, verificando-se, portanto, que a lógica de divisão territorial ali existente não está ligada ao número de pessoas. Isso também se verifica pelo distrito de Indaiatuba, o qual possui apenas 3 quarteirões, mas possui o maior número de sujeitos entre os distritos, totalizando 2128 pessoas. É importante ressaltar que os limites geográficos desses quarteirões não são bem estabelecidos em nenhum momento pela lista nominativa e a dificuldade de compreensão de como eram formados é significativa. O cruzamento com as listas de terras de 1817 e de 1850 pode se tornar um método interessante de análise, mas para isso é necessário um estudo longitudinal desses fogos.

É interessante notar que apesar de existirem 676 fogos nos três distritos, é certo que esse número não corresponde ao total de donos de terras na vila. Pode-

⁷⁹ Por vezes os quarteirões foram chamados de bairros durante a lista nominativa. Como foi visto no tópico anterior, houve dificuldade na padronização das novas divisões territoriais.

se observar essa questão a partir da listagem de terras de 1817, pois nela estão os dados de toda a vila de Itu, e encontram-se apenas 362 proprietários. Dessa maneira, levanta-se a hipótese de que muitos dos fogos encontrados na lista nominativa de habitantes de 1836 estavam, na verdade, em terras de outrem.

Tabela 1 – Distribuição de habitantes segundo os quarteirões e distritos da vila de Itu em 1836

Distritos	N.º dos quarteirões	N.º de fogos	Habitantes
Indaiatuba	1	93	572
	2	94	728
	3	55	828
Cabreúva	1	29	201
	2	26	128
	3	25	192
	4	29	137
	5	27	167
	6	22	95
	7	27	116
	8	23	240
Capivari de Cima	1	36	137
	2	35	294
	3	29	431
	4	25	146
	5	26	159
	6	32	207
	7	34	208
Total	18	676	4986

Fonte: Lista nominativa de habitantes da vila de Itu de 1836

O perfil etnográfico da população de Itu traz considerações importantes. A lista aqui trabalhada, como visto anteriormente, traz a característica de “cor” para os habitantes. Em geral, cada quarteirão teve um recenseador diferente e a lista possui, assim, diferenças com relação aos tons nas anotações. Não existia, assim, uma regra ou clareza na definição de cor dos indivíduos, não sendo possível

identificar nem se aquele que julgava o sujeito era o recenseador ou se o próprio sujeito definia suas características.

Essas diferenças se tornam mais relevantes na comparação entre os distritos, variando em muito as definições. Para a categoria de cor, então, alguns recenseadores usavam “preto”, já outros a palavra “negro”. O mesmo acontece no caso de “mulato” e “pardo”. Como, em geral, o recenseador usava apenas uma dessas definições, entendeu-se aqui que poderiam ser interpretadas como sinônimos, de forma que pardo pode ser entendido também como mulato. Adotou-se, para a tabela 2, o padrão mais utilizado durante a lista: branco, preto e pardo.

Tabela 2 – Distribuição de habitantes de por cor e idade

Idade (anos)	Branco	Pretos	Pardos
0-15	1114	577	138
16-30	717	967	86
31-50	480	526	68
51 ou mais	204	77	25
Sem informação	4	2	1
Total	2519	2149	318

Fonte: Lista nominativa de habitantes da vila de Itu de 1836

Todas as pessoas da categoria brancos, como se esperava, eram livres, enquanto 95,6%⁸⁰ dos sujeitos da categoria pretos e 25,4% de pardos listados na tabela 2 eram escravos. O primeiro ponto a se destacar é que o número de brancos é superior à soma de pretos e pardos. Logo, não se tem na vila de Itu o perfil demográfico afirmado pela historiografia clássica: um número muito maior de negros e escravos do que de brancos e livres, além da existência exclusiva de escravos em grandes plantations.

⁸⁰ No total de 2054 e 81 escravos, respectivamente.
Revista Ensaios de História, v. XVIII, n. 1/1, 2013-2017

A partir da lista nominativa, observou-se a existência de muitas famílias pobres e sem escravos, além de muitas outras com a posse de um ou dois escravos – esses, por vezes, muito jovens ou velhos, logo, fora da idade e capacidade da alta exploração de seu trabalho. Dessa forma, constata-se a existência de uma sociedade escravista, de uma vila líder em produção de açúcar na província de São Paulo e com grandes engenhos, onde o número de livres e brancos é superior ao de escravos.

O segundo ponto a ser destacado, a partir da tabela 2, é que se observou na vila de Itu de 1836 a existência de uma maior proporção de jovens até 15 anos entre brancos, sugerindo que apenas estes tinham um crescimento vegetativo naquela sociedade. Nesse quesito, a faixa de idosos – nessa sociedade acima de 50 anos – também é maior entre brancos (no caso, todos livres), o que nos indica uma mortalidade mais alta e prematura entre negros e pardos, justamente pelo trabalho escravo e suas decorrentes doenças.

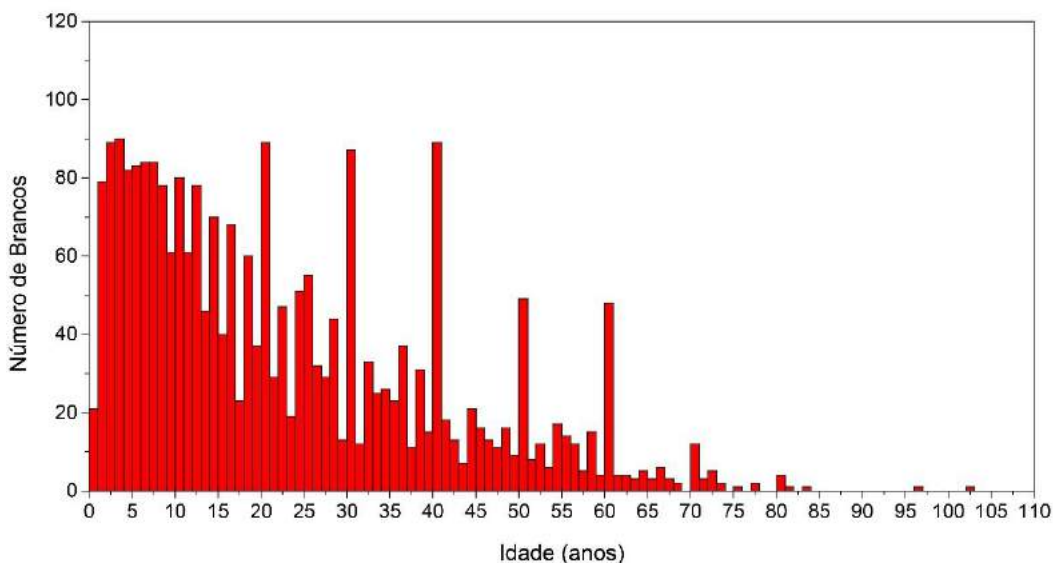
A concentração da categoria pretos nas idades entre 16 e 30 anos⁸¹ deve-se, principalmente, a ser essa faixa a que mais interessa aos senhores de escravos. Jovens abaixo dos 15 anos seriam para os donos de fazendas uma mão de obra voltada para grande exploração futura, e acima dos 30 anos um escravo pode ser considerado velho, levando-se em consideração as possíveis doenças e problemas físicos derivados da exploração extrema do trabalho.

Levanta-se a hipótese de que a porcentagem de pardos escravizados em 1836, 25,4%, advém de uma política social de branqueamento dos livres. Como discutido anteriormente, o recenseador é quem julgava a pessoa como preta, branca ou parda, podendo descrevê-la, ao encontrá-la enquanto livre, como branca ou parda, mais em função de sua condição social do que de sua etnia.

⁸¹ Essa faixa de idade representa 45% de todos a categoria pretos.
Revista Ensaios de História, v. XVIII, n. 1/1, 2013-2017

A lista nominativa de 1836 também apresenta informações que precisam ter seu teor qualitativo problematizado. Distribuindo os dados das idades dos habitantes nos gráficos 1, 2, e 3⁸², observam-se linhas que não parecem corresponder com a realidade de uma sociedade comum. Isso porque as idades estão, em geral, muito concentradas em torno dos decimais múltiplos de cinco.

Gráfico 1 – Distribuição de brancos por idade em 1836 na vila de Itu

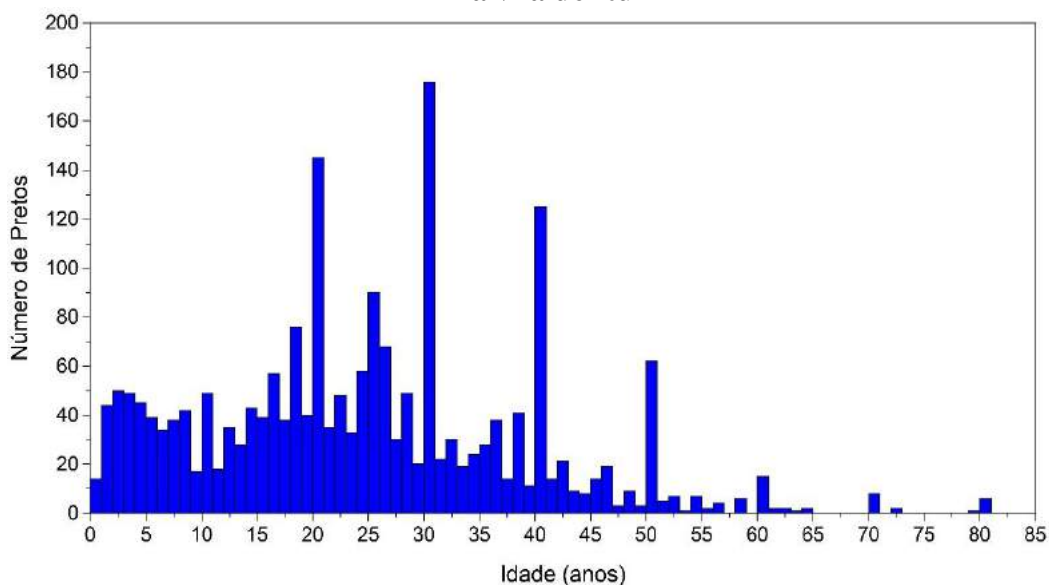


Fonte: Lista nominativa de habitantes da vila de Itu de 1836

A distribuição das idades ao longo da lista tem picos em 20, 25, 30, 35 e 40 anos, principalmente no caso dos recenseados como da categoria de pretos, no

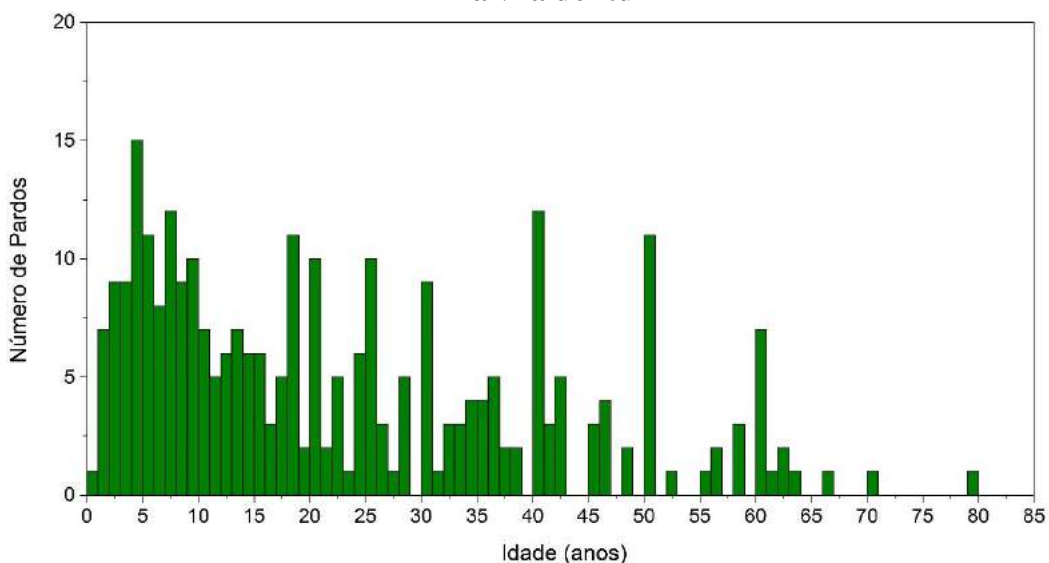
⁸² Deve-se reiterar que, para melhor visualização dos gráficos, eles estão com eixos diferentes entre si em relação ao número de pessoas.

Gráfico 2 – Distribuição de pretos por idade em 1836 na vila de Itu



Fonte: Lista nominativa de habitantes da vila de Itu de 1836

Gráfico 3 – Distribuição de pardos por idade em 1836 na vila de Itu



Fonte: Lista nominativa de habitantes da vila de Itu de 1836

gráfico 2. A resposta para tal problema é que, naquele quadro histórico, saber a idade com precisão era algo desconhecido e cuja relevância é bastante discutível. Segundo Bacellar (2015, p. 326):

Comumente as idades eram declaradas nos documentos coevos segundo a fórmula «tem tantos anos pouco mais ou menos», ou então se recorrendo aos chamados números redondos, 20, 25, 30, e assim por

diante, fórmula corriqueira nas próprias listas. Em consequência, as declarações de idade eram bastante frágeis, no máximo sugerindo uma faixa etária, mas jamais uma idade precisa.

Como as idades eram mal conhecidas, é grande a possibilidade que a mesma pessoa — o chefe de domicílio, por exemplo — informasse números aproximados ou mesmo esquecesse de indicar a presença de alguém. Desta forma, não se pode cobrar das listas nominativas de habitantes, quando observados de forma longitudinal, que sejam precisas e coesas quanto às idades, principalmente a partir da maioridade penal. Isso pode ser observado no gráfico 1, em que até os 20 anos existe uma distribuição coerente da população entre as idades.

Os picos das idades terminadas em zero e cinco são encontrados em pessoas de todas as categorias de cor, sendo, entretanto, entre os pretos que as idades 20, 30 e 40 se destacam, como visto no gráfico 2. Cabe lembrar que 95.8% desses pretos eram escravos e nesse ponto é que reside a explicação. A década de 1830 foi um momento de crescimento do tráfico transatlântico de africanos para a Província de São Paulo, bem como o tráfico interno, e se a idade dos próprios brancos e nascidos no Brasil já eram aproximadas, quando se fala dos escravos a questão é ainda mais profunda. Nota-se que existe um pico, no gráfico 2, de 180 pretos com 30 anos e que todas as idades ao seu redor (27, 28, 29, 31, 32 e 33) têm índices bastante baixos, não alcançando 50 sujeitos em média, mostrando de forma contundente o arredondamento das idades⁸³.

4.2 Origem da população de Itu: naturalidade dos livres

⁸³ Os gráficos foram elaborados a partir do *software* “OriginLab Graphing & Analysis 2017”. Para mais informações consultar www.originlab.com.

A partir da utilização dos maços de população, o historiador também pode discutir a naturalidade daqueles listados, entretanto, como visto acima, muitas listas não permitem o estudo de todas as pessoas, incluindo nesse quadro os africanos e agregados. Pelas transformações estabelecidas por Daniel Pedro Müller, felizmente, em Itu de 1836, é possível fazer essa análise. Primeiro falaremos dos livres e, no próximo tópico, dos escravos.

A historiadora Maria Luiza Marcílio (2000, p. 146) levanta a hipótese de existir uma “grande movimentação espacial da população paulista nos limites de seu próprio território (migração interna)”. Logo em seguida, se utilizando dos mapas gerais de população, encontrados no fim de cada maço de população, ela afirma que na província de São Paulo:

[...] ao contrário do que se poderia esperar, existiu estabilidade espacial da grande maioria da população paulista do início do século XIX. Se as famílias dos camponeses e dos fazendeiros se movimentavam no território da capitania, tal movimento limitou-se, em mais de sessenta por cento de todos os habitantes, ao território da própria vila (...)

Se isolasse de meus cálculos os escravos, africanos e crioulos as proporções de habitantes que não migravam para fora de sua vila seriam extraordinariamente elevados – 79% em 1808; 78% em 1816 e 75% em 1828. (MARCÍLIO, 2000, p. 148).

Com o intuito de confirmar ou contestar os dados encontrados por Marcílio na vila de Itu, a tabela 3 foi criada para entendermos a naturalidade dos livres em Itu. Observa-se que a configuração demográfica da província de São Paulo que a autora não esperava encontrar em seus dados repete-se na vila:

Tabela 3 – Naturalidade dos livres da Vila de Itu em 1836

Naturalidade	N.º de livres	%
Itu	1563	53.3
Província de São Paulo	942	32.1

África	13	0.4
Europa	9	0.3
Outros locais do Brasil	7	0.2
Sem Informação	398	13.6
Total	2932	100

Fonte: Lista nominativa de habitantes da vila de Itu de 1836

A maior porcentagem de livres em Itu, 53,3%, como se esperava, nasceu na própria vila. Ainda seguindo o viés de Marcílio, somando todos os moradores livres de Itu que não nasceram na própria província de São Paulo, obtém-se apenas 0,9% de todo o levantamento em 1836, no total de 29 livres – num ambiente de 2932 pessoas. Deve-se tomar nota, entretanto, do número de sujeitos sem informação sobre naturalidade, 398, os quais estão concentrados no distrito de Capivari de Cima, onde a lista nominativa foi levantada inicialmente, com o quarteirão de número um, datado de 1835. Isso posto, existe uma estabilidade espacial notável entre a população de Itu, ratificando a tese da autora. No entanto, dois quarteirões chamam a atenção.

Foi no distrito de Cabreúva, mais especificamente nos quarteirões um e seis, que esse padrão trazido por Marcílio e encontrado no âmbito geral da vila de Itu não se sustenta.

Tabela 4 – Naturalidade dos habitantes livres dos quarteirões 1 e 6 do distrito de Cabreúva da vila de Itu de 1836

Quarteirões	Total de habitantes	Naturais de Parnaíba	% naturais de Parnaíba
1	130	85	65,38
6	91	78	85,71
Total	221	163	73,75

Fonte: Lista nominativa de habitantes da vila de Itu de 1836

A alta porcentagem de indivíduos naturais de Parnaíba nesses quarteirões é um indicativo da mobilidade dentro da própria província. Para discutir rapidamente a mão de obra, existem em ambos os quarteirões apenas 28 escravos, um número baixo para os padrões de Itu, o que levanta a hipótese de serem espaços de pequenas lavouras. Além disso, esses quarteirões podem ter sido zonas de nova expansão, pois mesmo na lista de 1818 não se encontram tais pessoas e nem mesmo um grande índice de nascidos em Parnaíba.

Os casos de Antônio Pedrozo e Joaquim da Silva Roiz, moradores do quarteirão um, parecem bastante esclarecedores sobre este espaço. O primeiro possui seis filhos com as idades 26, 17, 13, 9, 6 e 4 anos. Já o segundo possui três filhos, com as idades 8, 7 e 4 anos. No total, esses dois fogos contêm 9 crianças, sendo que todas acima de 7 anos são nascidas em Parnaíba, enquanto as três crianças abaixo de 6 anos são nascidas em Itu. Logo, é possível inferir que boa parte dessas famílias tenha se mudado já na década de 1830 para a vila. Cabe reiterar que, para o quarteirão seis, a migração interna foi drástica e apenas 7 sujeitos são nascidos em Itu, todos com menos de 6 anos de idade.

Sendo assim, embora dois quarteirões tracem um perfil demográfico diferente, a vila de Itu, no geral, corrobora a tese de Marcílio, pois sua população livre é massivamente nascida na própria vila e, quando muito, nascida na própria província de São Paulo. Existe, então, uma grande estabilidade espacial de grande parte da população, a qual procurou em espaços vazios da própria capitania e até mesmo da mesma vila o lugar para se desenvolver.

4.3 De onde vinham e onde estavam: naturalidade e posse de escravos

A expansão da produção do açúcar paulista e o posterior avanço na cultura do café durante o século XIX tiveram como componente básico da força de trabalho

o escravo africano e afro-americano. Luna e Klein (2006, p. 167-168) afirmam que durante o XIX houve um processo de concentração da mão de obra escravizada sob a posse de grandes senhores, fenômeno encontrado em toda a província de São Paulo, principalmente no que concerne às vilas que plantavam de forma extensa a cana e o café.

No caso da vila de Itu, a África foi a principal origem dos cativos. A tabela 5 evidencia que, dentro do recorte dos vinte maiores planteis de escravos, 58,43% dos cativos eram nascidos na África – nesse caso não constava qual local ou etnia, excetuando-se quatro casos, todos da etnia *mina*. Temos também um número expressivo de crioulos, assim chamados de forma geral os escravos nascidos no Brasil e que, infelizmente, não sabemos sua origem específica pela lista nominativa⁸⁴.

Tabela 5 – Naturalidade dos escravos da Vila de Itu em 1836

Naturalidade	Plantel dos 20 maiores escravistas	%	Restante dos escravos	%
África	537	58.43	572	50.40
Itu	226	24.58	408	35.94
Crioulos	134	14.55	74	6.52
Província de São Paulo	21	2.20	67	5.90
Outros locais do Brasil	1	0.10	-	-

⁸⁴ Todos casos sem informação são originários do trecho que se refere ao distrito de Capivari de Cima.

Sem Informação	-	-	14	1.23
Total	919	100%	1135	100%

Fonte: Lista nominativa de habitantes da vila de Itu de 1826

Quanto ao tráfico interno, tirando os crioulos que não sabemos ao certo sua origem e 14 sujeitos sem essa informação, pode-se afirmar que esse não era um fenômeno que aconteceu no centro açucareiro de Itu até 1836, pois os escravos nascidos em outras vilas de São Paulo ou do Brasil eram um número baixíssimo, mais precisamente 89 numa totalidade de 2054 cativos.

Tabela 6 – Idade e plantel dos 20 maiores escravistas da vila de Itu em 1836⁸⁵

Distrito	Nº do quarteirão	Nome do chefe do fogo	Idade	Plantel de escravos
Indaiatuba	1	Alferes Fernando Paes de Barros	54	44
	2	Antônio Benedito de Castro	46	73
		Lourenço de Almeida Prado	40	29
	3	João Tibiriçá	33	84
		Capitão Bernardo Luís Gonçalves	47	34
		João Batista d'Amaral	39	29
		Fernando Dias Paes	58	78
		João Bueno de Camargo	48	42
		Alferes Antônio Galvão	60	38
	Cabreúva	8	Estanislao d'Amaral Campos	46
Capitão Venâncio Antônio da Rosa			S/I	31
Capivari de Cima	2	Dona Maria Joana	57	35
		João de Guerra Camargo	46	33
	3	Manuel de Campos Almeida	63	30
		Manuel Antônio Leite	50	46
	5	José Ferreira Alves	33	84
		Manoel de Guerra Camargo	41	55
		Manuel José Antunes Lobo	48	42
	6	Joaquim José de Araújo	50	43
6	Caetano José Gomes	66	35	

Fonte: Lista nominativa de habitantes da vila de Itu de 1836

⁸⁵ A grafia dos nomes não será atualizada, obedecendo rigorosamente a forma encontrada no maço de população.

É crucial ressaltar que estes escravos estavam em 1836, em sua maioria, entre as idades de maior exploração de seu trabalho, 16 a 50 anos. Constata-se isso a partir da tabela 2, a qual mostra que 69,47% dos pretos estão nessa faixa etária. Entretanto, não se deve imaginar que indivíduos escravizados com mais de 50 anos não trabalhavam. Eles não tinham, claro, o mesmo desempenho que escravos de 30 anos – vide toda a alta taxa de mortalidade entre eles, devido principalmente a violentos métodos de punição e a intensa exploração do trabalho –, mas poderiam exercer funções domésticas e outras de menor intensidade.

Para este artigo selecionou-se o plantel dos 20 maiores escravistas da vila de Itu em 1836, como observa-se na tabela 6. Sobre a naturalidade desses cativos em comparação com o resto da vila, não há grandes alterações no perfil da escravaria, ressaltando apenas uma porcentagem levemente superior em africanos e crioulos para os maiores escravistas⁸⁶. Já em relação à concentração de escravos, os vinte maiores fogos, 2,95% do total, correspondem a 44,74% do total da população escrava de Itu, mostrando que poucos sujeitos dominavam o grosso da mão de obra escrava. No entanto, é necessário frisar que a posse de escravos era disseminada entre a população e não raro se encontram famílias com um ou dois cativos, por vezes crianças ou idosos, pois sua posse não estava ligada apenas ao trabalho e ao resultado financeiro, também se relaciona com o *status* social do período.

Tabela 7 – Indicadores estatísticos sobre a idade dos 20 maiores escravistas da vila de Itu em 1836

Média	Moda	Mediana
49	46	47

⁸⁶ Para um olhar longitudinal sobre a escravidão no oeste paulista e o crescimento da mão de obra africana durante o século XVIII, recomenda-se Bacellar (2010).

Por último, se destaca que a média de idade dos senhores selecionados é alta⁸⁷, 49⁸⁸ anos, apontando que a posse de grandes planteis era uma conquista que se fazia ao longo da vida, mesmo porque a herança dos pais era, em geral, dividida entre muitos irmãos e o preço do escravo era muito elevado. Na tabela 7 é possível observar valores muito próximos entre a média, a moda e a mediana⁸⁹, o que é indicativo da idade avançada dos senhores que possuem as maiores escravarias de Itu. Entretanto, é interessante o fato de os dois maiores planteis da vila de Itu pertencerem a indivíduos particularmente jovens, João Tibiriçá e José Ferreira Alves, ambos com 33 anos de idade. Valeria um estudo longitudinal desses senhores para a compreensão da origem dessa posse e de suas estratégias, utilizando-se, por exemplo, de inventários e documentos de compra e venda de escravos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão do processo de formação e desenvolvimento de uma determinada sociedade se torna mais completo após a observação de suas variáveis demográficas e populacionais. Nos últimos anos, principalmente com o auxílio de trabalhos pioneiros realizados por Maria Luiza Marcílio, Eni de Mesquita Samara e Carlos de Almeida Prado Bacellar, lançou-se luzes sobre o processo

⁸⁷ A idade do Capitão Venâncio Antônio da Rosa não consta na lista, por isso foi ignorada nessa análise.

⁸⁸ Média arredondada de 48,8.

⁸⁹ A *média* de um conjunto de dados numéricos é obtida através da soma de todos os valores e a consequente divisão pela quantidade de dados. A *moda* é valor mais frequente de um conjunto de dados. Por fim, a *mediana*, é valor que ocupa a posição central dos dados após um ordenamento crescente ou decrescente, sendo que se estes somarem um valor par, faz-se a média dos dois valores centrais.

demográfico na região da capitania e província de São Paulo, especificamente sobre o importante centro açucareiro de Itu.

No entanto, é essencial que novos estudos e trabalhos busquem aprofundar e produzir novas análises e interpretações sobre o tema. As listas nominativas ou maços de população ainda são pouco explorados se comparados a seu potencial. Buscou-se nesta pesquisa levantar algumas informações demográficas de uma lista que ainda não tinha sido completamente transcrita, apesar de utilizada por outros pesquisadores – todavia com uma contagem final existente nos maços de população. É recomendável que, assim como almeja o projeto “História da família e regimes demográficos em uma vila colonial paulista: Itu, 1684-1890”, os pesquisadores busquem a transcrição completa das listas, pois se em seu âmbito de criação existiram diversos percalços a serem superados, a contagem final das listas também pode apresentar equívocos e problemas, que os historiadores só conseguirão superar com os dados completos.

O estudo mais aprofundado das estruturas sociais e econômicas, sob uma perspectiva demográfica, tem muito caminho pela frente e este trabalho não visou e nem poderia exaurir as possibilidades da lista nominativa da vila de Itu de 1836. Os dados aqui apresentados já começam a apontar alguns pontos que podem iluminar pesquisas futuras acerca da vila de Itu, a qual possui uma importância ímpar na história de São Paulo e apresenta um número considerável de maços de população para o trabalho do historiador.

FONTE E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fonte

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO [APESP], Maços de População, Vila de Itu, 1818: Caixa de n.º 78.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO [APESP], Maços de População, Vila de Itu, 1836: Caixa de n.º 86.

Referências Bibliográficas

BACELLAR, Carlos de A. P. A mulher em São Paulo colonial. Madrid: *Espacio, Tiempo y Forma*. Série IV, n. 3, 1990, pp. 367-386. Disponível em: <<http://espacio.uned.es/fez/eserv.php?pid=bibliuned:ETFSerieIV1990-2010&dsID=Documento.pdf>>. Visualizado em: 13/08/2017.

_____. Arrolando os habitantes no passado: as listas nominativas sob um olhar crítico. *Locus: revista de história*. Juiz de Fora, v. 14, n. 1, pp. 113-132, 2008. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/locus/files/2010/02/55.pdf>>. Acesso em: 06/07/2017.

_____. As listas nominativas da capitania de São Paulo sob um olhar crítico (1765-1836). *Anais de História de Além-Mar*. Vol. XVI: 313–338, 2015. Disponível em: <[https://run.unl.pt/bitstream/10362/19813/1/AHAM_XVI_\(2015\)_ISSN08749671.pdf](https://run.unl.pt/bitstream/10362/19813/1/AHAM_XVI_(2015)_ISSN08749671.pdf)>. Acesso em: 05/08/2017.

_____. Para conhecer os súditos d'El Rey: as listas nominativas de habitantes nas terras do Brasil. *Revista Estudos Amazônicos*. Vol. IX, n.º 1, pp. 32-57, 2013. Disponível em: <http://www.ufpa.br/historia/Carlos_Bacellar_2.pdf>. Acesso em: 16/07/2017.

_____. População e escravidão na vila de Itu, Oeste Paulista, 1698-1800. Trabalho apresentado no *XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, realizado em Caxambú–MG–Brasil, de 20 a 24 de setembro de 2010. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/2301/2255>>. Acesso em: 12/08/2017.

COSTA, Bruno Odair. *A vereda dos tratos: fiscalidade e poder regional na capitania de São Paulo, 1723-1808*. 2012. Tese (Doutorado), curso de História, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-17062013-121814/pt-br.php>>. Acesso em 22/07/2017.

JESUS, Nauk Maria de. *Na trama dos conflitos: a administração na fronteira oeste da América portuguesa*. Tese (doutorado), curso de História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Edusp, 2006.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista (1700-1836)*. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 2000.

MEDICCI, Ana Paula. *Administrando conflitos: o exercício do poder e os interesses mercantis na capitania/província de São Paulo (1765-1822)*. Tese (Doutorado), curso de História, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-08112010-112308/pt-br.php>>. Acesso em: 15/07/2017.

MONT SERRATH, Pablo Oller. *Dilemas e conflitos na São Paulo restaurada: Formação e consolidação da Agricultura Exportadora (1765-1802)*. Dissertação (Mestrado), curso de História, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-26022008-131516/pt-br.php> Acesso em: 21/06/2017.

MÜLLER, Daniel Pedro. *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de S. Paulo, ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837*, [3.^a ed. fac.], São Paulo, Governo do Estado, 1978.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella di. 500 Anos de direito administrativo brasileiro. *Revista Diálogo Jurídico*. Salvador, Centro de Atualização Jurídica, nº. 10, janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.direitopublico.com.br>>. Acesso em: 12/08/2017.

SILVA, Rodrigo da. *Sobre taipas e textos: um estudo sobre as narrativas a respeito da cidade de São Paulo*. 2009. Dissertação (Mestrado), curso de História, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-01022010-151707/pt-br.php>>. Acesso em: 22/07/2017.

SOUZA, Antônio C. de Mello e. *Os parceiros do Rio Bonito: estudos sobre o caipira paulista e as transformações dos seus meios de vida*. 2.^a ed. São Paulo: Duas Cidades, 1971.

SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

SAMARA, Eni de Mesquita. *Lavoura canavieira, trabalho livre e cotidiano: Itu, 1780-1830*. São Paulo: Edusp, 2000.

TORRÃO FILHO, Amilcar. *Paradigma do caos ou cidade em conversão? São Paulo na administração do Morgado Mateus (1765-1775)*. São Paulo: Annablume, 2007.

A RADICALIZAÇÃO LUTERANA DA HERANÇA ESCOTISTA E NOMINALISTA

THE LUTHERAN RADICALIZATION OF SCOTTISH AND NOMINALIST HERITAGE

Carolina PEGORARO*

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar algumas teorias escotistas e nominalistas salutares para a concepção da relação do imanente com o transcendente – homem e Deus - e analisar de que forma essas teorias foram retomadas e radicalizadas por Martinho Lutero, que a posteriori serviu de base para a formulação de sua nova teologia.

Palavras-chave

Martinho Lutero – Deus – Homem – Radicalização – Teologia.

Abstract

This paper has the goal to present some scotist and nominalist theories that are salutary to the conception of the relationship between the immanent and the transcendent – man and God – and analyze in which way these theories were retaken and radicalized by Martin Luther, which served as a basis for the formulation of his new theology.

* Graduanda em Licenciatura História- UFF/ Niterói - RJ

Keywords

Martin Luther – God – Man – Radicalization – Theology

Muitos historiadores já se debruçaram sobre o estudo da Reforma Protestante e muitos já se dedicaram a obras, excelentes, a respeito da vida de Martinho Lutero. Portanto, tendo em vista a concepção de uma vasta historiografia sobre esse assunto, irei me ater a um pequeno ponto desse grande oceano de trabalhos e obras já consagrados sobre esse fato tão pertinente da história moderna, que é também muito contemporâneo.

Antes de tudo, necessitaremos retomar a Baixa Idade Média (XI – XV) que foi um período de grandes transformações no meio teológico, do contato e descoberta dos escritos e teorias de Aristóteles, e isso resultou em uma nova visão na questão da relação do transcendente com o imanente (Deus e o homem), questionando, assim, ao platonismo tão enraizado na era medieval e principalmente no catolicismo. Etienne Gilson, autor da obra: “A Filosofia na Idade Média”⁹⁰, vai dizer que “*a história da filosofia cristã dos séculos XIII e XIV é essencialmente um debate vivo e intenso em torno das várias formas da filosofia aristotélica*”. Tendo em vista isso, iremos adentrar na escolástica, que foi um período, basicamente, de revolução nos estudos filosóficos, das universidades e uma transformação na estrutura acadêmica das universidades. Basicamente, o que a Escolástica trás de novo é a tentativa de conciliar os dogmas da fé cristã e as verdades reveladas nas

⁹⁰ GILSON, Etienne. *História da Filosofia Na Idade Média*. 3ª edição. São Paulo. Editora Martins Fontes, 2001.

Sagradas Escrituras com a filosofia, tendo como apoio as ideias de Aristóteles e não mais as de Platão. Essa “tentativa” nada mais é do que discutir certos temas teológicos, que na Escolástica passaram a ser pertinentes, como: a onipotência de Deus, a força da vontade, a onipresença de Deus, o infinito, o ser de Deus e o ser do homem, que na fé cristã são entendidos como temas óbvios e, portanto, indiscutíveis. Com a Escolástica, esses temas passaram a não serem problematizados, questionados de uma forma filosófica, e, portanto, passaram a ser discutidos, estudados, a fim de se alcançar uma resposta racional para manifestações divinas. Devemos lembrar que os filósofos escolásticos, antes de tudo, eram também teólogos e, portanto, não tinham a intenção de acabar com a doutrina judaico-cristã e muito menos com a igreja, e sim trazer explicações a temas tão pertinentes. João Duns Escoto (1266-1308), que foi um teólogo e filósofo e terá algumas de suas teses radicalizadas por Martinho Lutero, possui uma frase emblemática que resume muito bem a verdadeira intenção dos escolásticos da era medieval: *“Me dê forças para compreender aquilo que já aceito pela fé”*.⁹¹ Não podemos nos limitar a pensar que a Escolástica buscou, apenas, respostas para a questão teológica, até mesmo porque, elucidando algumas questões teológicas, que antes eram obscuras e o caminho era sempre os mistérios de Deus, com os estudos escolásticos houve a possibilidade de desvendar problemas racionalmente e desmitificar o problema que era designado como “espiritual” ou “vontade de Deus”.

E um dos escolásticos que romperam com o enraizamento platônico, foi o teólogo e filósofo João Duns Escoto, que nasceu no ano de 1266, em Maxton, condado de Roxburgh na Escócia. Quando dizemos que Escoto rompe com o enraizamento platônico, refiro-me a teoria platônica da reminiscência, que o

⁹¹ GILSON, Etienne. *História da Filosofia Cristã- Desde as Origens até Nicolau de Cusa*. 2ª edição. Petrópolis. Editora Vozes Ltda, 1970, p. 494.

cristianismo herda essa ideia, que é basicamente, uma crença que numa determinada dimensão o homem tinha um intelecto pleno, e, portanto, sua vontade nunca errava, ela (vontade) sabia quando escolher o certo e o errado, mas depois do pecado original, nosso intelecto fica incapacitado, nossa razão também fica danificada, e a crença nessa concepção é chamada de *Via Antiqua*. Na *via antiqua*, defendia-se a ideia de que entre Deus e o homem havia uma semelhança ontológica quanto ao ser de Deus e o ser do homem. Ou seja, Deus e o homem eram da mesma espécie, matéria e essência, a diferença era apenas de grau. Portanto, a partir dessa convicção de que existe semelhança entre Deus e o homem, é permitido provar, para os tomistas da *via antiqua*, que há uma mediação entre Deus e o homem, e esse contato pode ser via intelecto, vontade e afetos. Isso significa dizer que o intelecto humano é capaz de compreender a vontade de Deus e sentir dentro de si mesmo o que Deus deseja do homem aqui na terra e, portanto, segundo os defensores da *via antiqua*, o homem é capaz de compreender o que é o bem e desejar o bem. Essa possibilidade de relação entre o transcendente e o imanente, permite uma relação ontológica, ou seja, permite uma relação entre os seres, e que pela qual, cada ente é cognoscível e legível.

Como consequência imediata, partindo agora de uma dimensão antropológica, nos permite dizer que é um pensamento otimista da natureza humana, já que se acreditava que mesmo pós pecado original, o intelecto humano não perdeu toda sua capacidade de compreender a providência divina, ou seja, do que Deus deseja dos homens aqui na terra e que, portanto, o homem é capaz de se salvar.

Duns Escoto vai estabelecer uma radicalização dessa concepção *antiqua*, afirmando a absoluta alteridade de Deus. Para Escoto, Deus é um ser outro, não é semelhante ao homem, portanto, a natureza de Deus é outra do homem. E essa

alteridade absoluta de Deus, para Escoto, é o que garante a liberdade de Deus, que Ele não possui nenhuma necessidade, ao contrário de nós, seres humanos que somos marcados apenas por necessidades.

A liberdade absoluta de Deus é o que o torna *ex Nilo*, do nada. Aquele que cria do nada. Ou seja, não possui nenhuma causa que leve a Deus a fazer determinada ação, portanto, Deus é um ser indeterminado e livre.

Escoto também enfatiza a univocidade do ser, ou seja, que o ser tanto de Deus quanto do homem, tudo que existe é unívoco – não pode ter duas interpretações – ou seja, não há várias interpretações possíveis, as coisas são porque Deus as criou e elas possuem a natureza que Deus lhes deu. Escoto também vai afirmar que Deus também é alguma coisa, só que não podemos conhecer as coisas na dimensão do infinito, portanto, não podemos conhecer o ser de Deus. E a consequência imediata disso será que o homem não será conhecedor do bem, portanto não poderá fazer o bem.

Para Escoto, a infinitude é a primeira e mais importante diferença entre o ser de Deus e todos os outros seres. A visão de Escoto com a natureza humana é otimista, pois sua especulação doutrinal se baseia no amor infinito de Deus. O homem, segundo Escoto, carece da retitude original, que é a causa da mancha do pecado original, ou seja, o homem não perdeu a sua natureza originária, que é a liberdade que caracteriza a dimensão da vontade.

Guilherme de Ockham também foi um filósofo e teólogo, que nasceu em 1285, no Reino Unido e falece em 1347, na Alemanha. Ockham partilhará das ideias de Escoto e a partir das concepções escotistas, Ockham elabora o tema da inteligibilidade exclusiva da singularidade concreta. Exclusivamente, o homem pode conhecer aquilo que experimenta e o ser humano só experimenta coisas singulares e concretas. Isso desencadeará a ideia de que não existem sentimentos universais,

ou melhor, dizendo, o homem não pode ter a pretensão de dizer que a sua experiência vala para todos. Não podemos conhecer coisas universais e por isso, passa-se a questionar as leis, pois são baseadas em experiências particulares e, que, não poderiam ser tornadas universais.

Mediante a essas exposições de teorias distintas, quais são os efeitos dessas posições diferentes para a filosofia política? Tanto Ockham quanto Escoto vão afirmar que a natureza de Deus e do homem não são semelhantes, são seres diferentes. Segundo a tradição escotista e nominalista, Deus não é cognoscível e, portanto, o homem não pode, verdadeiramente, conhecer e desejar o bem. Isso é um pensamento totalmente pessimista, antropologicamente falando, pois na Patrística com as concepções platônicas, o homem ainda podia de alguma maneira se elevar até Deus e ser conhecedor do bem e do mal e decidir qual caminho trilhar, já com o escotismo e o nominalismo a natureza e o destino do homem se tornaram totalmente pessimistas.

É claro, que João Duns Escoto e Guilherme de Ockham não dedicaram suas vidas apenas nesses assuntos, mas esses se tornaram essenciais para o presente artigo, porque são essas teorias que Martinho Lutero resgata e radicaliza para firmar sua teologia da predestinação.

Martinho Lutero foi um monge agostiniano que nasceu em 1483, em Eisleben, na Alemanha e faleceu em 1546, em Eisleben. Lutero ficou muito conhecido por ser o grande inovador e percussor da Reforma Protestante, mas para além de fatos devidamente tratados, buscamos elucidar como se deu e quais eram as bases que o monge agostiniano resgatou para usar como alicerce de sua nova religião.

Logo acima, apresentamos as bases que foram usadas por Lutero, para a fim de usar como base para sua nova teologia. Mostramos seus autores e como essas teorias eram de fato, antes de serem radicalizadas por Lutero. O que Lutero faz é

resgatar a teoria da absoluta alteridade de Deus e radicalizá-la. Para entendermos melhor, vamos traçar uma hierarquia de teorias até chegar a Lutero.

Na via *antiqua* acreditava-se na analogia ente, ou seja, na semelhança ontológica do ser de Deus e do ser do homem. Portanto, o ser de Deus e do homem eram da mesma natureza, a diferença apenas era de grau, ou seja, Deus era sempre mais e o homem menos. Na via Moderna, que está situada na escolástica/nominalista, elabora-se uma nova teoria a partir da teoria antiga. Agora, a natureza do ser de Deus e do ser do homem é diferente, não é nem mais nem menos, são naturezas diferentes. Lutero parte dessa última concepção e diz que a natureza de Deus e do homem não possui nem diferença de grau (via *antiqua*) e nem diferença de natureza (via moderna), na verdade, para Lutero, elas são opostas e, portanto, uma anula a outra. É claro, que isso estabelece um pessimismo antropológico na natureza do homem, e através dessa concepção, Lutero vai acrescentar que se o homem é oposto de Deus, ou seja, deseja o mal e não almeja nada diferente, ele já está condenado ao inferno, a não ser que Deus conceda-lhe a sua misericórdia e o salve, libertando-o do fogo eterno. Lutero parte dessa premissa para fundamentar, antropologicamente, o pecado absoluto do homem.

Lutero vai dizer que a vontade do homem é tão cativa que está sujeita a Deus ou a Satanás.

“A vontade humana está colocada no meio, como um jumento. Se Deus está sentado nele, ele quer e vai como Deus quer. Se Satanás está sentado nele, ele quer e vai como quer Satanás, e não está em seu arbítrio correr para um dos dois cavaleiros ou procurá-lo; antes, os próprios cavaleiros lutam para obtê-lo e *possuir*”.⁹²

⁹² LUTERO, Martinho. *De Servo Arbitrio*. (Wittenberg, 1525, tradução brasileira, 1993), p. 49.

Lutero se vê envolto com o problema do mal, pois enxerga o pecado maligno e original como uma herança de Adão e Eva, que foi transmitido a toda a humanidade desde a sua concepção, vinculando, assim, a vontade do homem ao pecado, que a natureza justa de Deus permitiu como consequência da desobediência, embora Deus já tenha planejado a redenção da humanidade por meio de Jesus Cristo. Lutero, inicialmente, é adepto a corrente occamista, que defendia a ideia de que o homem poderia evitar todos os seus pecados mortais sem a graça, mas Lutero busca alcançar sua remissão dos pecados e nunca se sente livre de seus males espirituais, portanto, para Lutero o problema do mal se inicia em sua tentativa de alcançar, o que para ele era inalcançável conseguir sua própria salvação através das boas obras. O próprio Lutero vai dizer:

“Se algum dia um monge alcançou o céu pela vida monástica, eu lá chegarei também (...) se isso tivesse durado por mais tempo, me teria matado à força de vigílias, preces, leituras e outros trabalhos”.⁹³

Lutero entra em constante discordância com a teoria occamista, pois a grande questão era que Lutero ainda se sentia aflito por não saber se seus atos eram meritórios ou não, aos olhos de Deus. Em 1515 e 1516, Lutero passa a comentar as Epístolas aos Romanos, e é nesse período, que segundo Delumeau, Lutero encontra o tema central de sua teologia. O monge agostiniano se convence de que o homem permanece pecador e indigno toda a vida, e, portanto, incapaz de merecer

⁹³ DELUMEAU, Jean. *Nascimento e Afirmação da Reforma*. São Paulo. Editora Pioneira, 1989, pg. 86.

a felicidade eterna. Lutero vai dizer “*Os pecados nos são remidos não por causa de nossas obras, mas apenas pela misericórdia de Deus que não no-los imputa*”.⁹⁴

O monge inova com sua radicalização da natureza humana, instaura uma nova teologia baseada na predestinação, deixando de lado toda aquela, doutrina que a Igreja Católica fixava em seus fiéis de meritocracia de bênçãos e salvação. Apesar da visão pessimista a respeito da natureza humana, que a teologia de Lutero propõe, ainda assim foi libertadora para muito fiéis e até mesmo católicos, que se viram libertos de uma doutrina totalmente opressora e que estava longe de ser a Igreja de Cristo.

Considerações finais

Toda a trajetória de Martinho Lutero é travada pelo problema do mal moral, seja desde sua infância com uma educação abusiva de seus pais a respeito de se manter no caminho de Deus, como também no acidente no qual o raio o acerta e o faz mudar totalmente o rumo de sua vida. Desde muito cedo, Lutero travou uma espécie de duelo com o problema do mal moral (pecado) e que no futuro desenvolve uma teoria intelectual a respeito do pessimismo da natureza do homem. E a partir daí, o monge passa a escrever livros, sermões, disputa, desvincula-se do catolicismo e até mesmo cria uma nova religião baseada em toda a sua produção intelectual a cerca desse pessimismo antropológico. Toda essa discussão se torna relevante para se pensar no problema político: em como governar os homens impedindo suas dimensões destrutivas? Como fazer com que a sociedade não peque? Como fazer os homens que são caracterizados por Lutero, por uma

⁹⁴ DELUMEAU, Jean. *Nascimento e Afirmação da Reforma*. São Paulo. Editora Pioneira, 1989, p. 88.

natureza má, a trabalharem juntos para o bem comum? Todas essas perguntas são importantíssimas para se pensar na questão político-religiosa que está atrelada ao contexto da Reforma Luterana, mas são análises mais profundas e que deixo aqui como possíveis pesquisas a serem aprofundadas para além do presente artigo.

Bibliografia

LUTERO, Martinho. De Servo Arbítrio (Wittenberg, 1525, tradução brasileira, 1993).

DELUMEAU, Jean. Nascimento e Afirmação da Reforma. São Paulo. Editora Pioneira, 1989.

GREEN, V.H.H. Renascimento e Reforma. 1ª edição. Lisboa. Editora Dom Quixote, 1984.

FITZER, Gotfried. O que Lutero Realmente Disse. Vol 1. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira S.A, 1971.

VILLOSLADA, G, Ricardo. Martin Lutero I – El fraile hambriento de Dios. 2017. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/115705879/Garcia-Villoslada-Ricardo-Martin-Lutero-01-El-Fraile> Acesso: 05/06/2017.

GILSON, Etienne. História da Filosofia Cristã- Desde as Origens até Nicolau de Cusa. 2ª edição. Petrópolis. Editora Vozes Ltda, 1970.

GILSON, Etienne. História da Filosofia Na Idade Média. 3ª edição. São Paulo. Editora Martins Fontes, 2001.

CRISTÃS-NOVAS E OS CÂNTAROS DE ÁGUA JUDAIZANTES

New Christians and the Judaizing water pitchers

*Carolina Menegatto STOCK **

Resumo:

O Santo Ofício instituído pela Igreja Católica no século XVI tanto em Espanha como Portugal configurou uma leva de conversos ao cristianismo de forma muito característica, judeus foram forçados ao batismo e então reinseridos à sociedade com a nomenclatura de cristãos novos, trazendo sua constante marca de pertencer a mundos distintos, ao judeu e ao cristão. Muitas vezes este mundo judeu era carregado apenas pelo sangue, pois muitos se distanciaram da fé mosaica a partir da criminalização criada pela Inquisição, no caso portuguesa, de sua antiga religião, no entanto, as vivências destes neo conversos são plurais, desta forma, muitos deles mantinham um judaísmo adaptado em suas casas de forma clandestina, ou seja, eram acusados de judaizar pois de alguma forma se mantinha um criptojudaísmo, tanto pelo fato do distanciamento de tal fé, como também devido às condições de se manter costumes e rituais em segredo.

Esta configuração também é encontrada na colônia no século XVI, em especial nas capitanias da Bahia e do Pernambuco, ainda que de forma não tão separatista entre os cristãos velhos e os novos, muitas vezes costumes judaicos, como restrições alimentares e práticas funerárias eram mantidas por famílias neo conversas, seja intencionalmente, ou então por tradição de se seguir algo que se passou de geração a geração, sem possuir realmente as intenções finais de se manter a religião. O papel da mulher cristã nova nestas condições se faz essencial

* Graduanda em História pela UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” e orientada pelo Prof. Dr. Yllan de Mattos Oliveira.

e precursora para se manter um judaísmo doméstico transmitido de forma matriarcal, no documento “Confissões de Pernambuco – 1594 – 1595” há casos de mulheres ligadas em uma rede familiar e confessam suas peculiaridades de forma muito similar: todas elas ao se verem diante a morte derramam a água de seus cântaros.

Palavras chave: Inquisição portuguesa, Santo Ofício, colônia, cristãos-novos, mulheres, judaizantes, funeral, cântaros

Abstract:

The Holy Office instituted by the Catholic Church in the sixteenth century both in Spain and Portugal configured a number of converts to christianity in a very characteristic way, jews were forced to baptism and then reinserted into society with the nomenclature of new christians, bringing their constant brand of belonging to different worlds, to the jew and to the christian. Many times this jewish world was carried only by the blood, for many distanced themselves from the mosaic faith from the criminalization created by the Inquisition, in the portuguese case, of its old religion, nevertheless, the experiences of these neo converts are plural, in this way, many of them maintained a Judaism adapted in their houses of clandestine form, that is to say, they were accused of judaize because some way maintained a crypto-judaism, as much for the fact of the distance of such faith, but also due to the conditions of keeping customs and rituals in secret. This configuration is also found in the colony in the sixteenth century, especially in the captaincies of Bahia and Pernambuco, although not so separatist between old and new christians, often jewish customs such as food restrictions and funerary practices were maintained by families, or conversations, either intentionally or traditionally to follow something passed from generation to generation without actually having the final intentions of maintaining religion. The role of the new christian woman in these conditions becomes essential and precursory to maintain a domestic Judaism transmitted matriarchally, in the document "Confessions of Pernambuco - 1594 - 1595" there are cases of women connected in a family network and confess their peculiarities in a very similar way: all of them, when they see death, pour the water out of their pitchers.

A História de cristãos novos no Brasil é intrigante. No século XVI a Inquisição portuguesa passa a visitar o território brasileiro, especificamente a capitania da Bahia e do Pernambuco, maiores territórios açucareiros da colônia portuguesa, com um dos intuitos principais de encontrar e identificar práticas judaicas sefarditas, a partir de costumes e falas que remetiam à chamada gente da nação hebréia.

Sepharad, palavra do hebraico tardio, é o nome pelo qual os judeus da península Ibérica passaram a chamar a Hispânia. Algo próximo à “Terra Prometida”, como fora Sion ou Sião, na Palestina, lugar onde os antigos hebreus haviam erigido o Templo de Jerusalém, segundo a narrativa do Antigo Testamento (GRINBERG, 2005, p. 17).

O presente trabalho apresentará um breve contexto de como se deu o processo inquisitorial na Bahia, porém, o enfoque será na capitania de Pernambuco com a análise do documento “Confissões de Pernambuco” traçando a distinção do caráter das confissões de mulheres e homens neo-cristãos.

Os documentos referentes a estas visitas eram confidenciais emanados na Torre do Tombo até a década de 1970, a partir desta liberação a história colonial do Brasil passou por uma ressignificação ou então por mutações, pois se abriu uma janela para o passado do mundo moderno até então nunca destrancada. Desta forma, as tendências historiográficas referentes à inquisição no Brasil passaram por algumas fases que aqui será dividido em duas tendências abrangentes, a primeira delas seria os primeiros historiadores a trabalharem com os documentos inquisitoriais, o que é caracterizado por uma historiografia mais clássica, algum destes preconizam a vitimização dos acusados pelo Santo Ofício, seria uma historiografia militante, pois busca a justiça perante àqueles que sofreram com as acusações. Já a segunda se daria a partir de uma historiografia revisionista que se embasa tanto nas documentações tanto na historiografia clássica que se faz essencial para os estudos, em que se busca compreender as motivações dos

agentes desta instituição que buscava por criminosos, ou seja, compreender o pensamento e o agir do visitador.

Este artigo busca compreender o contexto da visitação do Santo Ofício na capitania de Pernambuco a partir das confissões de cristãos novos, visando suas falas para compreender o comportamento social dos mesmos, com o enfoque principal nas diferenciações que se encontra entre mulheres e homens, a unanimidade das cristãs novas foram acusadas de praticas judaicas a partir de um contexto doméstico e suas falas se caracterizam de forma muito semelhante, em contrapartida os homens se caracterizam de forma menos homogênea, pois encontram-se em um âmbito social distinto, porque explicitam suas opiniões de forma pública. Sabe-se que o privado e o público no período colonial português se caracterizavam de forma específica, onde o público e o privado misturavam-se, ou então não existia tal separação, porém a grande diferenciação é que enquanto mulheres são acusadas por suas práticas, os homens são acusados por suas falas, debruçaremos mais à frente sobre tal assunto.

É certo dizer que a partir da leitura de diversos autores e maior familiaridade sobre o assunto, é compreensível que para um maior entendimento deste contexto seria necessária a análise da fala do próprio visitador Heitor Furtado de Mendonça e seu papel jurídico em geral, desta forma, a fala do teórico JörnRüsen comprova esta situação:

Auto-reflexão, como retorno ao processo cognitivo de um sujeito cognoscente que se reconhece reflexivamente nos objetos de seu conhecimento, é por certo um assunto que pertence ao trabalho cotidiano de qualquer historiador. Basta olhar para a própria práxis para se ver onde e como se pode alçar acima dela, tomando-a como base, refletir sobre ela, lidar com ela – para constatar que a auto-reflexão é, como efeito, um elemento vital no dia-a-dia da ciência. Poder-se-ia quase dizer que a auto-reflexão se efetua tanto melhor quanto mais

completa for a apreensão da realidade pelo pensamento e sua interiorização. Justamente por ser assim é que o cotidiano do historiador constitui a base natural da teoria da história. Essa teoria não é mais que uma elaboração especial dessa constante reflexão do sujeito cognoscente sobre si mesmo. É em tal teoria que essa reflexão se efetiva, em correlação com o objeto primário do pensamento: a “história (RÜSEN, 2010, p. 26).

Sendo assim, devido ao difícil acesso a fontes, este estudo se postergará, o que contribuirá para uma trajetória consistente da atual pesquisa por buscar respostas que não poderão ser encontradas de forma mais elaborada neste artigo.

Retomando, portanto, aos primeiros historiadores, muitos possuíam a tendência de equiparar o processo inquisitorial com o período de perseguição aos judeus pelos nazistas, relativo à segunda guerra mundial, trazendo a ideia de um holocausto de identidade judaica no século XVI. Vale retificar que tais conceitos se caracterizam como anacrônicos, uma vez que se encontram em períodos e situações dispares, pois a inquisição investigava casos específicos e os acusados se caracterizavam como possíveis criminosos, diante a jurisdição inquisitorial, diferentemente de massacres ocorridos à partir de uma propaganda anti judaica distinta da Inquisição no contexto nazista.

É correto admitir que uma das grandes procuras do Santo Ofício eram práticas judaicas, uma vez que ameaçavam a cristandade imposta primeiramente pelos reis católicos em Espanha, onde muitos judeus migraram para Portugal e então, depois a Inquisição também é inaugurada no rênio português. Ocorreram diversos batismos coletivos de judeus, os chamados batizados em pé, para que então se tornassem neocristãos, ou então a expulsão de muitos dos judeus sefarditas dos reinos, sendo que muitos migraram para Holanda calvinista onde não se encontraria perseguições. Tais fatores impostos pela Inquisição

portuguesafizeram com que se rompessem questões sociais comuns aos recém convertidos ao catolicismo e outra configuração de seu engajamento no reino:

A missão essencialmente antijudaica da Inquisição portuguesa, manifesta na sua actividade e na sua propaganda aquando dos autos-da-fé, era evidentemente um poderoso factor de estigmatização dos cristãos-novos enquanto grupo social. Nesse clima de perseguição os judeo-portugueses deixaram completamente de ocupar postos na administração política do reino. Assim se deu igualmente o fim do século de ouro da ciência neo-cristã. Em 1564, o cardeal infante D. Henrique exigiu a exclusão dos cristãos-novos do colégio de São Paulo da faculdade de medicina de Coimbra. O laço tradicional que unia ao poder os financeiros e os intelectuais de origem judaica foi rompido. Ao mesmo tempo, a Inquisição contribuiu muito para criar solidariedade entre cristãos-novos, que se tratasse de grandes comerciantes ou de humildes artesãos (...). (WILKE, 2009, p. 85).

Os novos conversos caracterizavam uma grande parcela de pessoas influentes no reino anteriormente às ações da Inquisição, no entanto, é válido classificar que muitos deles possuíam altas posições em território colonial, por exemplo, muitos deles eram senhores de engenho, como José Antônio Gonsalves de Mello afirma:

Quando um visitador do Santo Ofício andou por Pernambuco em 1593, a capitania já contava com um grande número de engenhos. E na cidade de Olinda e no Recife [...] já habitava uma população variada: senhores de engenho em visita à cidade, padres, frades, cristãos-novos, mouros, negros. [...]. O governo da terra estava identificado como os interesses da classe agrária. O rei, por sua parte, havia conferido aos senhores de engenho privilégios, tais como o de isenção de pagamento de dízimos para os novos engenhos e canaviais, o de não lhes ser imposto um tributo novo, o da proibição de penhoras nos bens dos engenhos etc. Esses senhores de engenho parecem ter dominado desde o século XVI o sendo da Câmara de Olinda. Tinham assim a possibilidade de encaminhar a favor de sua classe o governo da capitania. Já então muitos deles eram grandes devedores; de onzenas cruéis do crítico-novo João Nunes, “pubtico onzeneiro” queixam-se vários, segundo se vê nas Denúncias do Santo Ofício em Pernambuco. (MELLO, 2007, p. 238 e 239).

Como também, afirma Carsten L. Wilke:

Foi o fazendeiro neo-cristão, Fernão de Noronha, que introduziu, a partir do início do século XVI (antes de 1515) a cana-de-açúcar no Brasil, o que transformou esse país ainda virgem numa bênção para Portugal (WILKE, 2009, p. 112).

Assim, os cristãos novos que se encontravam em território brasileiro deveriam exercer o papel de colonizador, assim como demais portugueses, refutando a ideia totalizante dos cristãos novos relacionados a vítimas, no entanto, parte destes neoconvertos vieram para o Brasil no mesmo momento em que a Inquisição passou a perseguir e segregar aqueles classificados de sangue infecto. Além do papel fundamental de senhores de engenho na faixa litorânea brasileira que se encontra a capitania da Bahia e do Pernambuco, outros papéis sociais eram também os cristãos-novos encarregados de outras tarefas, desde mercadores até artesãos. Esta maior liberdade que os cristãos-novos se encontravam, não apenas em seus negócios, mas também na vivência cotidiana com os demais habitantes, onde até mesmo matrimônios entre cristãos-velhos e novos era recorrente na colônia, que era em si uma extensão do reino português com uma configuração específica muito ligada à economia, se fragiliza no momento em que no reino passa a existir uma preocupação das práticas religiosas a ponto de enviar um visitador do Santo Ofício em 1591 para a Bahia e posteriormente para Pernambuco a fim de encontrar práticas que se destoavam dos ideais da igreja católica e desta forma passou a descaracterizar tal sociabilidade entre cristãos-novos e velhos, como Ronaldo Vainfase Angelo A. F. Assis apontam no capítulo “A esnoga da Bahia: cristãos-novos e criptojudaísmo no Brasil quinhentista” do livro “Os judeus no Brasil”:

O elevado índice de casamentos mistos e os negócios e sociabilidades entre cristãos-velhos e novos no limiar da colonização comprovam perfeitamente que os preconceitos anti-semitas, cada vez mais fortes no Reino, no Brasil se viram afrouxados. A Visitação estabelecida por Heitor

Furtado de Mendonça teria sido o momento de inflexão neste quadro de convivência, sociabilidade e relativa coesão e ter cristãos-velhos e novos, mas antes de tudo colonos (GRINBERG, 2005, p. 50).

Apresentado, portanto, o contexto em que cristãos-novos se encontravam tanto no reino como na colônia no âmbito social e econômico, é essencial trazer questões à cerca de suas práticas religiosas. Seria utópico dizer que todos os cristãos-novos permaneciam a praticar um judaísmo dentro de suas casas de forma clandestina, uma vez que muitos abraçavam o cristianismo por motivos vários, um deles como forma de inserção social. As situações são plurais, e muito se relacionam com as especificidades familiares dos novos conversos.

Anita Novinsky em sua obra “Os cristãos novos na Bahia” já no primeiro capítulo “Um problema de historiografia” trata de questões pertinentes frente à construção imagética do judeu, uma vez que muitos autores clássicos portugueses, como João Lúcio de Azevedo, partiam da premissa de que todo o cristão novo era necessariamente judaizante, o que não condiz com a realidade de muitos cristãos-novos do período que, de fato, não permaneceram ligados à fé que outrora se mantinham, como Novinsky afirma:

Entre os cristãos novos portugueses ainda próximos da geração que recebera o batismo forçado, encontravam-se sem dúvida pessoas nostálgicas das velhas práticas que os pais e os avós tinham sido obrigados a abandonar, pois no longo governo de D. Manoel se admitira a manutenção dessas práticas. Não resta a menor dúvida, porém, que o critojudaísmo existente no país, se viu reforçado com a criação do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição, que levou de volta à velha fé, algumas vezes com verdadeira obsessão, muitos dos que dela guardavam apenas vagas reminiscências (NOVINSKY, 1972, p. 37).

O papel do tribunal inquisitorial na busca incessante de um suposto judaísmo enraizado em todo novo cristão, muitas vezes encarcerados aprendiam os ritos judaicos para poderem se confessar enquanto judaizante, sem de fato cumprir estes ritos e costumes em seu cotidiano. Anita classifica a vida do cristão novo como “controvertida realidade interna” (p. 141), partindo desta afirmação abre-se a discussão da identidade judaica, seja ela uma herança absorvida, práticas realmente mantidas ou então apenas ligação de sangue. Muitas vezes o cristão-novo e a sociedade de forma geral partiam da classificação do que viria a ser um judeu a partir daquilo que a Igreja dizia ser, fazendo então com que o cristão novo pairasse sob diversas definições de como ele era e como deveria se comportar.

O artigo não apresentará tais concepções que engessavam os cristãos-novos, embora essenciais nas pesquisas à cerca dos mesmos, ou então propor uma dicotomia entre os reais conversos ao cristianismo e aqueles que praticam o judaísmo de forma clandestina, pois suas realidades são plurais e complexas, para tanto, analisaremos o documento “Confissões de Pernambuco” que mostrará elementos que abrangem questões cotidianas dos cristãos-novos no século XVI.

Um exemplo de especificidade encontrada em cada caso que muito se desenvolve em âmbito familiar, são as macabeias de Matoim, na capitania de Pernambuco no século XVI. Ana Rodrigues foi uma matriarca que judaizava de forma clandestina em sua casa, guardando os sábados, tendo restrições familiares e outros ritos ligados por exemplo à questões funerárias, uma forma corriqueira de se encontrar criptojudeus. Ângelo a considera uma verdadeira rabinha em seu lar, pois suas filhas também praticavam rituais do judaísmo, lembrando que sua família de forma geral tinha grande influência social na cidade e seus filhos se casaram com cristãos velhos.

Em seu lar existia uma esnoga onde outros judaizantes também se juntavam à eles, seu marido tomava a posição de rabino e após a sua morte, Ana passou à dispor deste papel, fazendo leitura da torá e entre outras formas de se manter alguma forma de judaísmo dentro de seus costumes, fazendo de todas essas práticas de seu cotidiano, que aconteciam de forma simples, como até mesmo a forma de se varrer a casa – de fora pra dentro – que caracterizavam sua vida como uma forma de resistência por si só.

No entanto, o caso de Ana Rodrigues, um dos mais expressivos da colônia, não pode ser tomado como generalizante, pois como já dito, as condições dos cristãos novos são plurais, porém, pode ser tida como um exemplo de matriarca que faz com o que o judaísmo permanecesse de alguma forma em seu âmbito familiar, mostrando desta forma a importância da mulher em uma religião rabínica, onde os homens predominantemente retêm o conhecimento em seu meio, que se distancia do meio da mulher, que é o doméstico, uma vez o judaísmo considerado crime, sua forma mais expressiva se dá dentro das casas às escondidas.

Carsten trás à tona tais aspectos do judaísmo nos cristãos-novos femininidade forma esclarecedora:

(...) este marranismo normal reproduz os traços da piedade feminina no judaísmo rabínico. De facto, abandona quase todos os ritos masculinos (estudo e recitação da Torá, oração em hebraico, circuncisão, abate ritual dos animais, etc.), mas mantém vários ritos reservados às mulheres: o acender dos candelários, a preparação do pão do Shabbate das bolachas da Páscoa. Da mesma forma, eram na Idade Médica práticas femininas a devoção à rainha Ester e o costume das orações em tradução vernácula. As histórias familiares reconstituídas até o presente confirmam a importância da transmissão pelas mulheres, sobretudo no momento da cisão crucial que marcou a segunda geração, sob o tormento das primeiras perseguições (WILKE, 2009, p. 95).

A partir da leitura do documento Confissões de Pernambuco 1594 a 1595, há confissões de cinco mulheres cristãs novas, sendo que quatro delas confessaram à cerca do mesmocrime, a cerca de uma questão funerária de origem judaica, segundo Ronaldo Vainfas:

O judaísmo que mais aparece nos processos inquisitoriais a partir do fim do século XVI é um judaísmo ritual, ligado a cultos funerários, interdições alimentares e formas de benzer heterodoxas, e nele as mulheres parecem desempenhar papel fundamental (GRINBERG, 2005, p. 51).

De fato, segundo uma análise quantitativa, as mulheres cristãs novas são as que confessam este tipo de práticas em seus interrogatórios se comparadas às confissões dos homens cristãos novos que não envolvem nenhum tipo de ritual realizado em seus lares, mas sim a partir de falas ditas em um meio social mais aberto, muitas vezes criticando a igreja católica e não por motivos judaizantes, como essa lista ilustra, a partir do documento “Confissões de Pernambuco: 1594 – 1595”:

Simão Pires Tavares cristão novo blasfêmia p. 23

Estevão Cordeiro cristão novo blasfêmia p. 26

André Pinto cristão novo blasfêmia p. 30

Brás Fernandes cristão novo bulas p. 33

Cristovão Luís não se sabe se cristão velho ou novo luteranismo p. 51

Beatriz Mendes cristã nova jogar água p. 102

Branca Ramires cristã nova jogar água p. 106

Guiomar Soeira cristã nova jogar água p. 108

Violante Pacheca cristã nova jogar água p. 117

Isabel Fernandes cristã nova blasfemia P. 118

Gabriel da Costa cristão novo heresia p. 147

Para além desta diferença das confissões entre homens e mulheres, ao analisar o documento verifica-se que as quatro mulheres são ligadas em parentesco, o que exploraremos tais aspectos mais à frente. Este ritual funerário registrado pelo santo ofício consiste em jogar água de potes quando há um defunto dentro de casa, tal costume pode ser explicado a partir de uma passagem do livro de números, ou então *bamidbama* tradição judaica que faz parte da Torá, ou então na tradição cristã como fazendo parte do Pentateuco, sendo o quarto dos primeiros cinco livros

Aquele que tocar um cadáver, qualquer que seja o morto, ficará impuro sete dias. Purificar-se-á com esta água, no terceiro e no sétimo dias, e ficará puro. Todo aquele que tocar um morto, o corpo de alguém que morreu, e não se purificar, contamina a Habitação de lahweh; tal homem será eliminado de Israel, visto que as águas lustrais não foram aspergidas sobre ele, e está impuro, e a sua impureza ainda permanece nele. Esta é a lei a respeito de um homem que morre numa tenda. Quem quer que entre na tenda e quem quer que aí se encontre ficará impuro sete dias. Está igualmente impuro todo o recipiente aberto que não tenha sido fechado com uma tampa ou com uma atadura (Livro de Números, capítulo 19, versículos 11-15, "Bíblia de Jerusalém", 6ª impressão, 2010).

Compreende-se, portanto, que jogar a água fora dos potes é uma questão de higienização presente no judaísmo, considerada uma lei, que está totalmente ligado à purificação tanto do ambiente quanto das pessoas que estiveram em contato com o defunto. Esta lei se fazia valer em espaço separado para reuniões comuns aos

judeus, uma vez estes espaços proibidos, pois a religião em si era considerada um crime no contexto da realidade de cristãos novos, as leis se faziam valer dentro de seus lares, seja nas famílias que de fato judaizavam, ou então naqueles que cumpriam certas leis sem ter um real conhecimento a respeito, mas que seguiam certos costumes. Se os espaços separados para reuniões judaicas, como as esnogas, eram no interior de suas casas, as leis se adaptavam a estes lugares, sendo assim, o jogar água fora dos potes quando se alguém morria pode ser considerada uma questão de limpeza do próprio ambiente.

Outros pontos a respeito do jogar água fora das casas são explicitados por Angelo A. Faria de Assis, trazendo também citações de outros autores:

Outro hábito envolvendo o luto, bastante comum e praticado por vários dos Antunes, era o esvaziamento dos potes de água existentes em casa. De acordo com a tradição judaica, explica Asheri:

Constitui costume amplamente praticado que quando ocorre uma morte numa casa, toda a água dos copos, jarras, panelas etc. deve ser despejado na rua. O propósito desse costume é fazer com que as pessoas saibam que alguém faleceu, permitindo a vinda dos vizinhos para confortar os parentes enlutados e para que os cohanimsaibam que não podem entrar naquela casa.

Para Uterman, alguns costumes populares utilizados durante o luto tinham a “intensão de proteger a família do morto das forças demoníacas”: deve-se, assim, jogar fora toda a água existente na casa de alguém que tenha falecido, “pois o veneno da espada do Anjo da Morte pode ter caído nela”. Elias Lipiner lembra que o monitório de 1536 determinava que aqueles que “derramavam e mandavam derramar a água dos cântaros e potes quando alguém ou alguma morre, dizendo que as almas dos defuntos se vêm aí banhar, ou que o Anjopercutiente lavou a espada na água” deveriam ser denunciados como judaizantes (ASSIS, 2012, p. 254).

Tais aspectos anteriores, como a questão do Anjo da Morte mais se assemelha com crenças em superstições, mas não deixa de configurar as

motivações de tal rito, no entanto, a seguir se tem questões mais embasadas nas leis judaicas, além de também, as motivações dos próprios inquisidores ao se atentar à tal rito:

O costume de vazarem a água dos cântaros e potes “era considerado pelos inquisidores como principal rito judaico, e por meio dele costumava a população dos cristãos-velhos identificar os cristãos-novos”. A prática, contudo, parecia ser mais complexa: o costume, afirma Lina Gorenstein, “estava ligado à questão da pureza, e quando alguém morria, era necessário tirar não somente a água de casa, mas também os alimentos e limpar tudo com que o morto havia tido contato (ASSIS, 2012, p. 254).

Levando em consideração que se jogar fora a água de cântaros e potes das casas quando havia uma morte era o principal meio de se encontrar judaizantes entre os cristãos-novos pela Inquisição, pode-se retomar a questão de que muitos dos cristãos-novos de fato não tinham o conhecimento dos ritos judaicos e aprendiam entre si, uma vez que a partir da separação destes frente aos cristãos-velhos e muitos privilégios foram tomados, passou a existir uma solidariedade entre os neo-conversos. Uma vez denunciados muitos deles se confessavam para não serem levados à fogueira, então confessavam coisas atribuídas ao judaísmo, mas que não levariam a sofrer consequências maiores.

No entanto, os casos apresentados pelas Confissões de Pernambuco das quatro mulheres que vazaram as águas de seus cântaros trata-se, na verdade, de uma rede familiar, onde a matriarca Breatiz Mendes vaza a água de seus cântaros quando há uma morte em sua casa e transmite tal rito ou habito para as outras mulheres da família, sua filha Maria Álvares, que não há sua confissão, suas netas Branca Ramires e Guiomar Soeira, e Violante Pacheca, ambas filhas de Maria Álvares e Simão Soeiro e Violante Pacheca, mãe de Antônia de Almeida, uma segunda mulher de Simão Soeiro, não sabendo se posterior ou anterior ao casamento com Maria.

Breatiz Mendes:

E confessando disse que haverá quinze ou dezesseis anos, sendo inda seu marido vivo, que nesta vila deu uma doença de bexigas pelos escravos e negros brasis, de que morriam muitos, da qual doença lhe morreram a ela muitos escravos. E um dia em que lhe morreram dois em casa, que foram os derradeiros que lhe moreram daquela doença peçonhenta e nojenta, depois que os levaram da casa para enterrar, mandou ela confessante lançar fora a água de dois potes que tinha na Cantareira, de que bebia, por uma sua escrava e lavá-los e tornar a trazê-los de água fresca para casa, o que assim fez por seu mandado a dita sua escrava Lianor, ora já defunta. E que ora, ouvindo publicar os editos e papéis do Santo Ofício, ouviu fazer menção deste caso, pelo que se confessou logo e o confessor lhe mandou que se viesse a esta mesa, pelo que ora vem confessar isto, o qual ela fêz sem nenhuma tenção e sim somente pelo nojo e asco dos ditos negros que lhe moreram, que fediam muito, de que lhes causou o asco dos ditos potes, que posto que estavam na sala e os negros morriam em uma casinha em um quintal seu, logo junto, e que nunca soube que botar água fora quando havia defuntos era cerimônia judaica, senão agora, ouvindo os papéis do Santo Ofício. E que nunca ela outras vezes, morrendo-lhe escravos e marido e pessoas em casa, fez nem mandou fazer tal, senão só a dita vez pelo dito modo (Confissões de Pernambuco, p. 102 e 103).

Confissão da neta de Breatiz, Branca Ramires:

E confessando disse que depois de ela ser casada, haverá ora seis anos, que em sua casa, em um corredor da sua sala, lhe morreu um seu escravo brasil inda pagão, de câmaras de sangue. E depois dele morto, estando ele inda em casa, antes de o levarem a enterrar, ela mandou vazar fora a água dos potes da Cantareira da sala, donde ela confessante bebia. E assim, por seu mandado, vazou os ditos potes fora e os tornou a trazer de água fresca uma sua escrava que tem de Guiné chamada Maria e que isto fêz a dita só vez e nunca antes nem depois em outro tempo algum, nenhuma outra vez tal fêz nem mandou fazer. E que o fêz somente por nojo e casco que teve e tomou de ver morrer o dito escravo e não já com outra nenhuma ruim intenção judaica, porque ela nunca soube que botar água fora quando morria alguém era cerimônia judaica, senão depois que veio esta visitaçã do Santo Ofício. E perguntada quem lhe ensinou a ela lançar água fora, respondeu que antes dela casar, estando em casa de seu pai e sua mãe viu uma ou duas vezes que morrendo em casa escravos a dita sua mãe, Maria Álvares, mandou lançar água fora dos potes, dizendo que tinha nojo e asco daqueles defuntos, e que dali lhe ficou a ela, confessante, fazer o

memso. E que também viu, sendo moça, em casa de sua avó Breatiz Mendes, que morrendo-lhe um escravo em casa, a dita sua avó mandou também lançar fora a água dos potes da Cantareira, dizendo também por asco e nojo do defunto (Confissões de Pernambuco, p. 106).

Irmã de Branca, Guiomar Soeira:

E confessando disse que depois de ser casada, haverá ora oito anos, lhe morreu em sua casa uma negra brasileira ora oito anos, lhe morreu em sua casa uma negra brasileira chamada Cecília e depois de a levarem a enterrar, logo como a levaram mandou ela confessante vazar fora a água dos potes da Cantareira da sua câmara, de que ela confessante bebia, e mandou trazer água fresca da fonte. E assim, por seu mandado, vazaram os ditos potes e trouxeram água fresca outras suas escravas, e que isto só fez a dita vez, e a fez com nojo que tinha de um grande fedor que ficou da dita negra que morreu em um corredor da sua sala e que não teve tenção ruim, nem sabia que era cerimônia de judeus e agora o soube depois que veio esta visitação do Santo Ofício. E por não dizer mais, foi perguntada de quem aprendeu ela botar água fora, respondeu que o aprendeu de sua Maria Álvares, a qual ela viu três ou quatro vezes, morrendo-lhe escravos em casas, tanto que os levavam para enterrar, mandar vazar a água dos potes e trazer água fresca das fontes, dizendo que havia nojo dos defuntos (Confissões de Pernambuco, p. 108).

Violante Pacheca:

Confessou mais que haverá 3 ou 4 anos que morando na Paraíba lhe morreram dois filhos, Antônio de nove anos, de comer terra, saindo-lhe umas empoças que presumiam ser boubas, e Fernando, menino de seis anos, de boubas, que faleceria um dia depois do outro algum 15 ou 20 dias. E quando lhe morreram, os dias em que os levaram a enterrar, lançou ela fora a água dos potes e quebrou os púcaros que estavam nos mesmos potes, mas que isto fez sem nenhuma ruim intenção, porquanto o dito seu marido lhe disse que tinha nojo daqueles púcaros pela enfermidade dos defuntos. E que outrossim, haverá 13 ou 14 anos, morando na Bahia de Todos os Santos, lhe morreu uma filha sua moça de 8 anos, ou estando ela amortalhada em casa, ou sendo já levada a enterrar, vazou também ela confessante a água dos potes e deu os potes aos negros e pôs outros novos de água fresca, mas também o fez sem ruim tenção, somente por nojo asco, porque algumas vezes tinha visto que os negros, dando de beber à dita enferma, tornavam a lançar nos potes a água que lhe ficava no púcaro (Confissões de Pernambuco, p. 117).

A partir da fala de todas estas cristãs-novas percebe-se que suas confissões são muito similares, se referindo à morte de escravos ou de pessoas da família, sempre os motivos por questões de nojo e asco do cheiro dos mortos, sem ter consciência de que esvaziar os potes fazia parte da religião judaica, nenhuma destas mulheres foram levadas às consequências finais da Inquisição, mas sempre foram advertidas a não retornarem a praticar tal ato que as classificava como judias.

Não há como se comprovar que tais mulheres sabiam que estavam praticando um rito funerário ou não, mas pode-se compreender que tal costume fora transmitido de geração a geração a partir de um sistema familiar matriarcal, a não ser isolando o caso de Violante onde não se há mais informações de seus precedentes. Partindo do pressuposto de que a família mantinha um criptojudaísmo em seus lares é certo que este rito funerário não era o único costume que havia se mantido e, a partir da similaridade de suas confissões poderia ter existido um tipo de acordo entre estas de se confessarem sobre as mesmas coisas para que fossem perdoadas pelo Santo Ofício de um crime que supostamente não estavam cientes.

No entanto, não se deve generalizar que todas as famílias neo conversas mantinham um judaísmo adaptado às suas condições de proibição, o que se tem enquanto evidencia é de que tal costume era passado de forma matriarcal, o que se assemelha com o caso já citado de Ana Rodrigues que também passava os costumes judaicos para o restante de sua família, em especial as mulheres, no entanto, as novas gerações não cumpriam com todas as demandas do criptojudaísmo, por uma questão de afastamento com a religião. Neste sentido, até mesmo Breatiz esta passível à ter mantido tal costume confessado porque fora em algum momento ensinada e o propagou com um sentido de laço familiar, sem a

intenção de manter o judaísmo na família, diferentemente de Ana Rodrigues, considerada por Ângelo como uma verdadeira rabiná.

No que diz respeito ao judaísmo com fortes raízes rabínicas, este ao longo do tempo proibitivo da religião judaica pelo Santo Ofício perdeu o seu espaço, que se caracterizava como público e principalmente masculino, como por exemplo com as leituras da Torá nas sinagogas, diferente do papel das mulheres na religião que se dava dentro do ambiente doméstico, como o ascender de velas do *shabbate* entre outras coisas, como o cerimonial funerário de higienização das casas. Motivo este que configura o protagonismo das mulheres condenadas por judaizar em Confissões de Pernambuco e em outros documentos inquisitoriais, como os da visitação da Bahia. Os homens cristãos-novos que se confessaram na capitania de Pernambuco não o fizeram pelo tido crime de se caracterizar com os judeus, mas sim de proclamar blasfêmias contra o catolicismo.

FONTES

Confissões de Pernambuco: 1594 – 1595. Edição e notas de José Antônio Gonsalves de Mello.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Angelo Adriano Faria de. *Macabeias da Colônia*, São Paulo: Alameda, 2012.

GRINBERG, Kelia (org.). *Os judeus no Brasil*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileiro, 2005.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. (1947), *Tempo dos Flamengos*, Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

NOVINSKY, Anita. *Cristãos novos na Bahia: 1624 – 1654*, São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*, Brasília: Editora Universidade da Brasília, 2010.

WILKE, Carsten L. (1962), *História dos Judeus Portugueses*, Lisboa: Edições 70, 2009.

A ORIGEM DO HIV/AIDS: ASPECTOS HISTÓRICOS, POLÍTICOS E SOCIAIS DA EPIDEMIA NO BRASIL E NO MUNDO

The Origin of HIV/AIDS: Historical, Political and Social aspects of the epidemic in Brazil and the world.

Marlon Vinicius dos Santos dos ANJOS *

Resumo:

O presente artigo é resultado de pesquisa bibliográfica inicialmente proposta para subsidiar o primeiro capítulo de meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “O trabalho do Serviço Social junto à equipe multiprofissional dos Serviços de Assistência Especializada em DST’s/Hiv/Aids (SAE’s), na região administrativa de Franca/SP”. Este trabalho traz aspectos históricos, políticos e sociais da epidemia de HIV/AIDS no mundo e no Brasil, assim como alguns fatores importantes para se entender o reconhecimento internacional positivo do Brasil no combate ao HIV/AIDS. O artigo perpassa pelos primeiros casos de HIV/AIDS no mundo e as principais discussões e hipóteses acerca destes acontecimentos, assim como os primeiros casos no Brasil e seus principais aspectos epidemiológicos, políticos e sociais, por fim são trazidas algumas características históricas, internacionais e sociopolíticas acerca da Política de Combate ao HIV/Aids no Brasil.

* Graduando do 4º ano de Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus Franca/SP, orientando da Prof.ª Dra. Edvânia Ângela de Souza Lourenço – E-mail para contato: marlon_vinix123@hotmail.com.

*

Palavras-chave: Hiv/Aids; Saúde e Serviço Social; Saúde Pública.

Abstract:

The following article is the result of bibliographic research initially proposed to subsidize the first chapter of my Course Conclusion Essay (TCC) entitled “Social Service’s work along with the multiprofessional team of Specialized Assistance Services on STD’s/HIV/Aids (SAE’s), in the administrative region of Franca/SP”. This work brings historical, political and social aspects of the epidemic of HIV/AIDS in the world and in Brazil, along with important factors to understand the positive international recognition in the combat of HIV/AIDS. The article passes through the first cases of HIV/AIDS in the world and the leading discussions and hypothesis around these events, as well as the first cases in Brazil and its main epistemological, political and social aspects, lastly, some historical, international and sociopolitical characteristics are brought about the Combat Policies of HIV/AIDS in Brazil.

Keywords: Hiv/Aids; Health and Social Service; Public Health.

1. Introdução

Segundo Grmek (1995) e Rutherford (1997) os primeiros casos de HIV/AIDS foram detectados no fim da década de 1970 em regiões dos Estados Unidos e do Continente Africano – estudos retroativos apontam que os primeiros casos ocorreram no continente Africano entre 1950 e 1960 –, e desde os primeiros casos

diagnosticados muitas hipóteses e teorias circundam a respeito da origem do vírus HIV causador da Imunodeficiência Adquirida (AIDS).

É de suma importância para melhor compreender a temática, aqui abordada destacar, que muitos teóricos da genética, biologia, infectologia e epidemiologia ao longo dos seus estudos sobre o HIV/AIDS realizados na primeira década após a sua descoberta vieram a substituir o termo “*nova doença*” inicialmente usado para designar a epidemia pelo termo “*doença emergente*” como é explicado por Grmek (1995):

Não há vírus patogênico totalmente novo. Nenhum deles surge ex nihilo. Ele vem de um ancestral que devia ter características genéticas vizinhas e perpetuava-se em algum lugar, numa população humano ou animal. Esse ancestral não era necessariamente patogênico, ou então muito pouco, em relação à população animal ou humana original (GRMEK, 1995, p. 229).

A mudança de terminologia de acordo com os estudos de Forattini (1993) e Germek (1995) ocorreu por dois principais fatores, o primeiro fator seria a existência de um vírus estritamente semelhante ao HIV humano no organismo de algumas espécies de primatas africanos denominado de vírus SIV, o segundo fator que poderia ter ligação com o primeiro é o fato de haver ocorrido mortes humanas atribuídas ao HIV/AIDS já em meados da década de 1950, tais constatações ocorreram a partir de análises de amostras congeladas, os resultados de tais análises indicaram grande similitude entre o vírus das amostras e o vírus causador da epidemia na atualidade.

Ponderando a seguinte teoria da existência do HIV/AIDS antes mesmo de seus primeiros diagnósticos, Forattini (1993) aponta outros questionamentos – derivados dos fatores apresentados anteriormente – acerca da origem da epidemia, se o vírus causador da doença já existia em primatas, como ocorrerá a transmissão

deste para os seres humanos e se já existia em humanos por que só na década de 1970 que tal vírus se tornou tão violento. É partindo destes questionamento que outras hipóteses surgem; sobre a possibilidade da origem do HIV humano vir do vírus SIV existente em primatas, Gallo (1991, apud GRMEK, 1995) aponta para a teoria de que por muitos anos anteriormente à epidemia o vírus já estava presente em primatas e o mesmo era de intensidade benigna para estes e que no Continente Africano – onde foram constados os casos mais antigos – por muito tempo se caçaram tais primatas para subsidiar a alimentação de muitas tribos, seria essa uma das possibilidades: a de transmissão pela ingestão e contato com a carne mau cozida e infectada de primatas portadores do vírus SIV, e também testes médicos mau executados em primatas e humanos para a criação de vacinas contra outras doenças infecciosas; já em relação a existência anterior do vírus em humanos e esse ser o causador de mortes anteriormente à epidemia atual é apresentado como possibilidade o fato de que a possível erradicação de algumas doenças infecciosas como por ex. a varíola que de alguma maneira inibiam o vírus do HIV no organismo humano tornou o organismo deste propício à maiores ações do vírus como é ressaltado por Forattini (1993):

Porém, não deixa de ser interessante ponderar que, no tempo, à erradicação mundial da varíola sucedeu a pandemia de AIDS. E, no espaço, aquela tenha sido supostamente extinta por último, na África, e esta tenha se originado, por primeiro, no mesmo Continente. Em outras palavras, poderia ter-se dado o caso de que o vírus SIV, pré-existente e relativamente inócuos, estivessem “aguardando” essa oportunidade (FORATTINI, 1993, p. 154).

Detalhadas tais possibilidades é possível confirmar que o vírus do HIV não fora fruto de algum tipo de mutação genética entre vírus totalmente distintos ou mesmo tenha surgido ao acaso, o que justifica adequadamente a denominação de *doença emergente*, porém é fato que a violência com que o vírus passou a atuar no

corpo humano trata-se de um processo biológico considerado novo, como cita Grmek (1995):

Nada se opõe à hipótese segundo a qual cepas não patogênicas ou pouco virulentas do HIV teriam parasitado o homem desde há muito tempo. Entretanto, mesmo que um ancestral do HIV tenha tido caráter endêmico nas populações humanas, antes da epidemia atual, o aparecimento de cepas virulentas é, com certeza, um acontecimento biológico novo (GRMEK, 1995, P. 231).

Além dos fatores biológicos apontados como possíveis causadores da epidemia da AIDS, Grmek (1995) ressalta que esses fatores não se valem por eles somente, os fatores sociais também estão estritamente ligados ao agravamento da epidemia – o fator biológico não está desconectado do social e vice-versa –, entre os fatores sociais apontados estão o aumento da concentração urbana desenfreada pós segunda guerra mundial, a maior liberação sexual, o uso de drogas injetáveis em grande proporção, os avanços da transfusão de sangue e entre outros, todos aconteceram com pequenos intervalos de tempo de diferença, porém outro fator além de todos estes citados até o momento é ressaltado como importante e presente progressivamente que seria o avanço da medicina como é melhor detalhado por Grmek (1995):

Todos os acontecimentos mencionados não se condicionam mutuamente, porém, todos eles, decorrem de uma fonte comum: resultam do progresso da medicina ou, mais geralmente, das revoluções tecnológicas do mundo moderno, foi graças a tal progresso das ciências e das técnicas que os homens venceram a varíola, descobriram os meios de estudar os retrovírus e abriram caminho para as devastações provocadas por um germe, com o qual, até então, conviviam sem maiores problemas (GRMEK, 1995, p. 233).

Existem múltiplas teorias em torno da origem do vírus do HIV/AIDS, porém as apresentadas até o momento são as consideradas mais possíveis entre os

especialistas da área até os dias atuais, porém a cada nova investigação novas peculiaridades são descobertas sobre o vírus.

O HIV/AIDS, desde o início da sua epidemia até os dias de hoje, infectou milhões de pessoas, porém é importante ponderar a violência do vírus nas duas primeiras décadas (1980/1990), após os primeiros casos, que marcam de modo aterrador o histórico da doença, Rutherford (1997) apresenta-nos alguns dados importantes da Organização das Nações Unidas (ONU) acerca das infecções notificadas no mundo até 1996:

No final do ano de 1996 o programa de AIDS da Organização das Nações Unidas (ONU) estimou que cerca de 29,4 milhões de pessoas tenham sido infectadas pelo HIV desde o início da epidemia. No total, estima-se que o HIV tenha infectado aproximadamente 15,5 milhões de homens, 11,3 milhões de mulheres e 2,6 milhões de crianças. Estima-se, ainda, que dos 29,4 milhões de infectados, cerca de 8,4 milhões tenham desenvolvido AIDS e 6,4 milhões, incluindo 1,4 milhão de crianças, tenham evoluído para o óbito (RUTHERFORD, 1997, p. 6).

Apesar de esses números já serem alarmantes, estima-se que esse contingente seria muito maior considerando a extrema dificuldade na época de notificações das infecções e mortes causadas pelo vírus. Rutherford (1997) apresenta ainda que em 1996 o Continente Africano concentrava 60% dos casos de infecção pelo HIV/AIDS – dado este que se mantém até a atualidade – e a epidemia neste continente era configurada como “heterossexual e perinatal”, em proporção mundial Rutherford (1997) aponta que em 1996 entre os adultos 75% das infecções eram entre heterossexuais e 10% entre homossexuais considerando a transmissão por via sexual, pois de acordo com Rutherford (1997, p. 7) “Aproximadamente 85 de cada cem infecções por HIV são transmitidas sexualmente, através do coito vaginal, anal ou oral [...]” e a porcentagem restante se distribuía entre o uso de drogas injetáveis, transmissão perinatal (ou vertical) e transfusões sanguíneas, o grande número de

óbitos registrados entre crianças no Continente Africano estava associado à principalmente a transmissão perinatal do HIV.

No continente Americano – que fora um dos primeiros continentes fortemente atingidos pelo vírus do HIV/AIDS – tratava-se de transmissões bem concentradas em grupos diversos “Nos EUA a epidemia do HIV se espalhou rapidamente em duas comunidades – entre homens homossexuais e bissexuais [...] (RUTHERFORD, 1997, p. 8)”. Em relação aos países Latino-americanos, de acordo com Rutherford (1997), a transmissão inicialmente se deu fortemente nos mesmos grupos citados como os mais infectados nos EUA e, posteriormente se proliferou com maior frequência entre os heterossexuais e chegando aos países da América do Sul com foco de infecção nos usuários de drogas injetáveis principalmente no Brasil.

Partindo-se de uma perspectiva geral sobre a transmissão Rutherford (1997) e outros teóricos associam outras doenças sexualmente transmissíveis como grandes vilãs no momento da infecção, pois os companheiros e companheiras que tiveram ou tinham alguma doença sexualmente transmissível principalmente as que causam formação de úlceras, como é o caso da sífilis e herpes simplex teriam uma maior probabilidade de serem infectados (as) pelo vírus do HIV, assim de acordo com os altos números de infecções por outras doenças sexualmente transmissíveis divulgados em 1996, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), Rutherford (1997) faz a seguinte consideração:

As doenças sexualmente transmissíveis são um grande problema de saúde pública em muitas partes do mundo, tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento. A OMS, para 1995, estimou que aproximadamente 333 milhões de novos casos de doenças sexualmente transmissíveis tenham ocorrido. Por esta razão, o controle das doenças sexualmente transmissíveis será um dos melhores métodos de controle do HIV pela próxima década (RUTHERFORD, 1997, p. 7).

Considerando o estudo de Rutherford (1997) em especial, o destaque para o controle das demais doenças sexualmente transmissíveis, com vistas a exercer um papel importante no controle e combate ao HIV/AIDS, nas décadas seguintes a publicação de seu trabalho (1997), é possível entender-se como se configuram os programas de combate ao HIV/AIDS no mundo.

O histórico do HIV/Aids, desde seus primeiros casos, é acompanhado por estigmas e exclusão social, já que os primeiros casos que repercutiram fortemente na mídia eram mais predominante entre os homossexuais e bissexuais masculinos chegando a ser chamado inicialmente pela mídia de “peste gay” ou “câncer gay”, e também atingiu fortemente profissionais do sexo o que segundo Da Rocha (2016) sucedeu a criação dos termos “grupos de risco” e “fatores de risco”. Assim quando usado o termo “fator de risco” acaba-se enquadrando alguns grupos mais vulneráveis da sociedade pelo fato de este termo estar ligado à comportamentos considerados “desviantes” dos padrões tradicionais, o que separa essas pessoas em “grupos de risco” que seriam os mais suscetíveis à infecção.

Toda essa falta de conhecimento a respeito da epidemia em seu germe ainda alimenta diversos preconceitos atualmente, pessoas em todo o mundo perderam empregos, moradias, amigos, familiares sendo alocados à margem da sociedade, ou se já estão, sendo ainda mais marginalizadas. Neste sentido, quando se fala em exclusão, e estigma social provocados pela contaminação do vírus e consequente necessidade de os governos implementarem políticas de saúde que de fato irão atender minimamente a população atingida pelo HIV, é considerado que tais ações fortalecerão os direitos sociais, assim começam a fazer parte das políticas sociais do país, como cita Martins, Kerr, Kendal e Mota (2014):

Além do impacto da epidemia na saúde, o HIV funciona como uma lente que amplia os males da sociedade e as deficiências de nossos sistemas sociais. Desta forma a resposta a epidemia pelos governos dos

países tem proporcionado uma oportunidade para fortalecer o tecido social, melhorar a justiça social e reforçar os sistemas que prestam serviços essenciais aos segmentos mais vulneráveis das comunidades (MARTINS, KERR, KENDAL E MOTA, 2014, p. 4).

Esse fortalecimento social apresentado ocorre principalmente pelo fato de que a grande maioria dos infectados estão em algum tipo de situação de vulnerabilidade ligadas a privações de direitos sociais básicos, assim explicitando a má execução e elaboração das políticas sociais (saúde, educação, etc.) dos países.

2. Primeiros casos de HIV/Aids no Brasil e os rebatimentos na Política de Saúde

Os primeiros casos de HIV/Aids no Brasil foram diagnosticados oficialmente em 1982, porém, de acordo com Marques (2002), estudos retroativos realizados no país considerando o tempo desde a infecção pelo vírus HIV até a evolução deste (sem o tratamento com antirretrovirais) para Imunodeficiência Adquirida (AIDS) – tempo este de 8 à 10 anos – é possível que o vírus tenha chegado ao Brasil no início da década de 1970. Esses primeiros casos ocorreram marcadamente nas grandes metrópoles (Rio de Janeiro e São Paulo) e foram majoritariamente identificados entre homens homossexuais e bissexuais, além de, usuários de drogas injetáveis, hemofílicos e poli transfundidos denominados equivocadamente na época de “grupos de risco”.

No início do século XXI considerando-se a situação mundial do HIV/Aids na época se estabeleceram algumas tipologias para cristalizar a situação epidemiológica do HIV/Aids, sendo a mais utilizada delas dividida por três tipos de

epidemia; epidemia *nascente*, epidemia *concentrada* e epidemia *generalizada* como é apresentado por De Brito, De Castilho e Szwarcwald (2000):

A epidemia de AIDS mostra-se bastante complexa e configura-se como verdadeiro mosaico de subepidemias regionais. Na tentativa de descrever as principais características da dinâmica epidemiológica da AIDS no mundo, várias tipologias têm sido propostas. A mais recente, e que melhor traduz o atual momento da epidemia, define três tipos: epidemia nascente (ou baixo nível) – corresponde a países onde a prevalência da infecção pelo HIV mostra-se menor do que 5% em todas as subpopulações com comportamento de alto risco à exposição ao vírus; epidemia concentrada – referente a países onde a prevalência da infecção pelo HIV é superior a 5% em uma ou mais subpopulações com comportamento de alto risco, mas a prevalência entre gestantes atendidas em clínicas de pré-natal revela-se menor do que 5%, e epidemia generalizada – ocorrendo nos países onde a infecção pelo HIV deixou de ser restrita as subpopulações de comportamento de risco, que apresentam elevadas taxas de prevalência da infecção, e a prevalência entre gestantes em clínicas de pré-natal mostrou-se igual ou superior a 5% (DE BRITO, DE CASTILHO E SZWARC WALD, 2000, p. 207-208).

Seguindo os parâmetros apresentados que seguem o estabelecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) de acordo com Martins *et al* (2014) a epidemia no Brasil desde seu surgimento em 1982 até os dias atuais é configurada como *concentrada*, como é destacado pelas autoras:

*A epidemia no Brasil é do tipo concentrada considerando os parâmetros estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde, que nomeia nesta situação países cuja a prevalência da infecção por HIV é de menos de 1% entre parturientes de 15 a 49 anos, e mais de 5% em subgrupos da população sob maior risco, sendo este o caso do Brasil cuja prevalência da infecção pelo HIV na população em geral está em torno de 0,6%, em 5,9% entre usuários de drogas ilícitas, 14,2% entre os homens que fazem sexo com homens e 4,9 entre mulheres profissionais do sexo (MARTINS *et al*, 2014, p. 5).*

E ainda de acordo com De Brito *et al* (2000) as regiões Sul e Sudeste na primeira década da epidemia no Brasil concentravam a maior incidência de casos

de infecção pelo vírus, porém com o passar dos anos esses números foram ficando cada vez mais estáveis nessas regiões apesar de ainda se tratarem de regiões com a maioria dos casos, algo similar ocorreu com o grupo de “Homens que fazem sexo com Homens” (homossexuais e bissexuais), que no início da epidemia fora o grupo mais atingido – na época reforçando preconceitos e estigmas sociais – porém com as primeiras décadas da epidemia no Brasil o cenário epidemiológico foi se transformando e trazendo o que De Brito *et al* (2000) chama de “heterossexualização” da epidemia, assim como a “feminização, interiorização e pauperização” da mesma.

Essa mudança epidemiológica ocorreu principalmente pela maior preocupação do grupo de homossexuais e bissexuais em assumir práticas sexuais mais seguras e ainda segundo os autores a maioria de tal grupo era composta por pessoas de classe média e com um nível de escolaridade mais alto, já os usuários de drogas injetáveis desde as primeiras décadas da epidemia constituem preocupação por parte da saúde por conta de índices de infecção altos e constantes neste grupo (sendo grande parte destes indivíduos com baixo nível de escolaridade).

Segundo De Brito *et al* (2000), na primeira década pós surgimento do HIV/Aids no país, a chamada “heterossexualização” da epidemia estava intimamente ligada à “interiorização” (que seria a maior incidência de casos em municípios não metropolitanos) da mesma, já que houve a intensificação da proliferação da epidemia de HIV/Aids nos municípios de pequeno porte (com população igual ou menor à 50 mil habitantes), assim, sendo o grupo mais atingido os de heterossexuais e destes “57% eram de donas de casa, em todos os níveis de escolaridade, na faixa etária de 20 a 39 anos” (DE BRITO *et al*, 2000, p. 210). Com isso ocorreu conseqüentemente a “feminização” da epidemia por diversos fatores sociais

e culturais, assim ocasionando o aumento da transmissão perinatal ou vertical – quando o vírus do HIV é transmitido da mãe para o bebê durante o parto ou amamentação.

Os primeiros casos de HIV/Aids, em 1982, foram identificados em indivíduos com escolaridade de nível médio completo ou superior, porém a partir de 1985 tal perfil começou a se modificar. De Brito *et al* (2000) – usando do nível de escolaridade como critério socioeconômico – aponta para a “pauperização” da epidemia, pois do total de infectados, em 1985, 24% eram analfabetos ou com ensino fundamental incompleto e, em 1999/2000, esse percentual subiu para 74% do total de infectados, o que marcou fortemente a mudança de grupos atingidos pelo HIV no Brasil.

Estudos realizados em 2005 apresentados por Pinto, Pinheiro, Vieira e Alves(2007) reafirmam os dados apontados por de Brito *et al* (2000) de aumento da “feminização e heterossexualização”, que no caso das mulheres a maioria infectada era de jovens com baixa escolaridade, a ainda nos apresenta que a incidência de infecções por HIV/Aids entre homossexuais jovens(de 20 à 34 anos) tem aumentado, o que absolutamente descarta a existência de “grupos de risco”, pois a epidemia é extremamente instável, em determinado momento atinge fortemente um grupo e anos depois atinge outro grupo, pode-se afirmar que existam comportamentos de risco⁹⁷ como apontam diversos autores.

⁹⁷ Relação sexual (homo ou heterossexual) com pessoa infectada sem o uso de preservativos; compartilhamento de seringas e agulhas, principalmente, no uso de drogas injetáveis; reutilização de objetos perfuro cortantes com presença de sangue ou fluidos contaminados pelo HIV (BRASIL, DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DAS IST, DO HIV/AIDS E DAS HEPATITES VIRAIS, 2017).

3. Histórico de respostas políticas e sociais frente ao HIV/Aids no Brasil

Faz-se extremamente necessário contextualizar – mesmo que sucintamente – a situação política e social do Brasil de 1970 até o início dos anos 1980 – momento de surgimento dos primeiros casos oficiais de HIV/Aids – para que seja possível compreender melhor as transformações políticas e conquistas sociais pós surgimento da epidemia, assim como entender os princípios que norteiam a política de saúde até os dias atuais. Essa década que antecede o surgimento do HIV/Aids no Brasil é denominado por Berridge (1996, apud MARQUES, 2002, p. 49) como “pré-história” do HIV/Aids, sendo este período composto por diversos aspectos sociais, culturais e políticos importantes para caracterizar as futuras respostas do país frente a epidemia.

A década de 1970 no Brasil foi um período de grandes cobranças ao Estado por parte da sociedade civil que reivindicara uma nova estrutura política no país – considerando que o país se encontrava em um regime militar rigoroso -, junto a tais reivindicações ocorreu-se também o movimento pela reforma sanitária que teve importante influência sobre as transformações políticas e sociais no Brasil, principalmente no campo da saúde, que posteriormente influenciou fortemente na garantia de direitos frente à epidemia de HIV/Aids.

O ano de 1974 de acordo com Fiori e Kornis (1994, apud MARQUES, 2002, p. 50) é marcado pelo início de forte crise econômica e política, sendo considerado como período de crise do regime militar causada por divisões políticas internas, proporcionando assim situação favorável para que os movimentos sociais se fortificassem e ainda que ocorresse a conquista – mesmo que com muita dificuldade – de uma considerável mudança no sistema de saúde brasileiro. E, é, em 1982, em *Revista Ensaios de História*, v. XVIII, n. 1/1, 2013-2017

meio a essa efervescência política e social, que são diagnosticados os primeiros casos de HIV/Aids no país.

Essa década (1970 -1980) foi marcada por insatisfação social já que o sistema político da época se encontrava em uma situação insustentável, tanto de privações de direitos e liberdades quanto em aspectos econômicos, o movimento de reforma sanitária se intensificou neste período diante da dificuldade do atendimento amplo em saúde, que na época estava subordinado ao vínculo empregatício o que não estava de acordo com parâmetros propostos por tal movimento (equidade, integralidade e universalidade do atendimento em saúde.).

As primeiras respostas frente a epidemia de HIV/Aids no Brasil se deram a partir de 1983, quando os primeiros casos foram de fato reconhecidos pela sociedade brasileira, com isso iniciou-se um movimento de respostas imediatas ao vírus, porém tais respostas partiram de movimentações sociais compostos pela sociedade civil em geral, tendo como pioneiro o estado de São Paulo, que fora o estado que registrou os primeiros casos e que exerceu grande papel social na cobrança de respostas à epidemia, conforme novos casos surgiam em outros estados e municípios estes lidavam com a situação de acordo com as possibilidades políticas, econômicas e sociais de cada um, caracterizando assim as primeiras respostas ao HIV/Aids como heterogêneas.

De acordo com Marques (2002) o primeiro sistema oficial de vigilância epidemiológica a nível nacional é criado em agosto de 1985, e em seus primeiros cinco meses de funcionamento registrou 1.012 casos de Aids distribuídos por 20 estados, ainda segundo a autora a criação de tal resposta nacional frente ao HIV/Aids se deu principalmente pelo crescente número de casos em São Paulo (estado forte em movimentações sociais) e principalmente pelo fato de existir vários profissionais frente às secretarias de saúde identificados com os princípios

norteadores da reforma sanitária. É ainda, em 1985, que o governo federal reconhece oficialmente a epidemia como é apontado por Marques (2002):

Em 1985, quando centenas de casos de Aids já tinham sido detectados no Brasil, o Ministério da Saúde finalmente veio a público reconhecer a gravidade do problema para a saúde pública brasileira. No dia 2 de maio daquele mesmo ano, através da portaria 236, o ministro da Saúde criou o Programa Nacional da Aids e estabeleceu as primeiras diretrizes e normas para o enfrentamento da epidemia no país, assumindo a Aids como um problema emergente de saúde pública (MARQUES, 2002, p. 53).

Com essa portaria são estruturadas as primeiras diretrizes norteadoras para o enfrentamento do HIV/Aids no país, e a coordenação do Programa Nacional de Aids foi designada à Divisão Nacional de Dermatologia. A atuação de tal programa focou-se em três dos chamados “grupos de risco” como prioridade da atenção por parte desta política de saúde; “os homossexuais e bissexuais masculinos, os hemofílicos e poli transfundidos e os usuários de drogas injetáveis, institucionalizando assim esse conceito” (MARQUES, 2002, p. 53), anteriormente a oficialização das ações por parte do governo federal as mesmas seguiam sendo articuladas pelos estados, sendo o Estado de São Paulo referência no enfrentamento da epidemia.

O período de 1987 à 1989 apresentou grande interesse por parte do governo federal em atuar de acordo com os princípios que norteiam a política de saúde, propostos pelo movimento de reforma sanitária, que vieram a ser instaurados em 1988 com a Constituição Federal, porém a efetivação de tais intencionalidades viu-se atravancada de acordo com Marques (2002) principalmente pelo trabalho conjunto dos ministérios da Saúde e da Previdência Social e Assistência Social que não se configurava em atuações integrais, enquanto um coordenava a política de saúde o outro coordenava a assistência médica, o que não tornava os programas de saúde efetivos.

Foi no período referente a “Era Collor” (1990-1992) que o campo das políticas sociais encontrou-se fragilizado, a política de HIV/Aids se viu frente a um retrocesso, perdendo muito do pouco que até o momento se havia conquistado, tal governo realizou diversas alterações no Programa Nacional de Aids, como a mudança de sua equipe principal e nas ações programáticas do combate à epidemia, tal período foi marcado por controversas, já que as mudanças na estrutura do programa dificultava a efetivação do mesmo, mas também é neste mesmo período que é a autorizado pelo governo federal a distribuição gratuita de antirretroviral para o tratamento ao portador do vírus de HIV – tal medicamento já existia no país, porém não de forma gratuita o que configurou muita luta pelos movimentos sociais; “o acesso universal ao tratamento antirretroviral” –, a distribuição gratuita deste medicamento foi marcada como grande avanço.

Entretanto, é importante destacar que apesar da liberação gratuita do tratamento aos portadores do vírus, as alterações negativas realizadas pelo governo neste período causaram o que Marques (2002) denominou de “hiato” no diálogo entre governo federal junto a ONGs e outras instituições municipais e estaduais, que atuavam com HIV/Aids, tais alterações se caracterizavam por ações centralizadas e entre outras dificuldades como é relatado por Marques (2002) sobre as entrevistas realizadas pela autora com representantes destas instituições e ONGs:

Nos depoimentos de nossos entrevistados, pudemos aferir a relação tumultuada instaurada nesse período entre a coordenação do programa Nacional de DST/Aids no Ministério da Saúde do governo Collor e setores das organizações não-governamentais e programas estaduais de Aids. Em sua quase totalidade, as falas apontaram para ações centralizadas e distantes a serem implantadas no período, o que ia na contramão dos princípios e diretrizes até então reivindicados por todos os envolvidos no combate do HIV/Aids no país (MARQUES, 2002, p. 56).

Apesar desse período de tormenta nas políticas de saúde no combate ao HIV/Aids, em 1993 – posteriormente à renúncia do presidente Fernando Collor de Mello em 1992 – iniciou-se um novo período marcado por acordos internacionais de cooperação em saúde com forte interesse do governo nacional, acordos estes principalmente focados no combate efetivo do HIV/Aids no Brasil. Segundo Marques (2002) os citados acordos internacionais tiveram como principal colaborador o Banco Mundial (BM), e foram facilitados em tempo recorde pela antiga coordenação (que voltará à frente do programa) do Programa Nacional de Aids que contava com equipe multiprofissional e especializada, além da coordenação houve substancial participação nas negociações com o BM as ONGs brasileiras e os programas estaduais em HIV/Aids.

O principal acordo fechado entre Brasil e o Banco Mundial foi denominado “Aids I”, e tratava-se de uma proposta de empréstimo que envolvia milhões de dólares no combate ao HIV/Aids no Brasil, mais especificamente de acordo com os Documentos do Banco Mundial (1993, apud MARQUES, 2000, p. 58-59) tratava-se de um montante emprestado ao Brasil pelo Banco Mundial de US\$160 milhões enquanto o governo brasileiro deveria arcar com outros US\$ 90 milhões resultando em US\$ 250 milhões que deveriam ser aplicados no combate ao HIV/Aids durante os cinco anos propostos para a aplicação do projeto, os US\$ 160 milhões deveriam ser pagos ao Banco Mundial em 15 anos.

Ademais, Marques (2002) nos apresenta que de acordo com o Banco Mundial (1993) os objetivos norteadores do projeto “Aids I”:

Os principais objetivos do programa, apontados igualmente no documento citado, eram: reduzir a incidência e transmissão de HIV/Aids e Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs); fortalecer instituições públicas e privadas responsáveis pelo controle de DSTs e HIV/Aids no Brasil. Como estratégias para o alcance de tais objetivos, o projeto propunha definir um programa básico de prevenção para HIV e DSTs e

identificar que intervenções nesse sentido seriam as mais eficazes; desenvolver um quadro de profissionais de saúde adequadamente treinados e equipados, capazes de diagnosticar, tratar e levar serviços importantes aos infectados pelo HIV e pacientes de Aids; estabelecer serviços de pesquisa e monitoramento do HIV/Aids e problemas de saúde consequentes (DSTs, tuberculose etc.); finalmente, o projeto apontava a necessidade de os municípios e estados brasileiros estarem envolvidos na execução do mesmo (MARQUES, 2002, p. 59).

No ano de 2002 o projeto foi renovado pelo Banco Mundial, este emprestando US\$ 165 milhões ao governo brasileiro, e o governo nacional acrescentando US\$ 135 milhões resultando no montante de US\$ 300 milhões destinados ao “Aids II”, que seguia os mesmos preceitos propostos no “Aids I”.

Partindo dos objetivos acordados no programa entre o governo brasileiro e o Banco Mundial é possível entender a conjuntura de combate as demais DST's vinculada ao combate do HIV/Aids não somente nacional, mas internacionalmente – como fora citado anteriormente neste trabalho.

Por mais que, desde 1993 até à atualidade, a Política Nacional de Combate ao HIV/Aids e às demais doenças sexualmente transmissíveis tenham se configurado em uma política de excelência reconhecida a nível internacional é importante ressaltar o extremo atraso do governo brasileiro de reconhecer à epidemia de HIV/Aids que emergia no país, vindo a realizar tal reconhecimento depois de centenas de casos registrados e ainda sob pressão de movimentos sociais e governos municipais e estaduais.

4. A contribuição dos Movimentos Sociais no fortalecimento das respostas ao HIV/Aids no Brasil

No histórico do HIV/Aids no Brasil muitas das conquistas alcançadas foram frutos de diversas movimentações sociais vindas de múltiplas esferas da sociedade, porém faz-se necessário destacar os movimentos que pressionaram por respostas do governo brasileiro ao HIV/Aids e quais os princípios que os norteiam.

Grangeiro, da Silva e Teixeira (2009) descrevem tais atuações sociais como “verdadeiro ativismo” já que que fora de maneira imediata que diversos setores da sociedade se viram comprometidos por lutarem pelo mínimo para os doentes de Aids na época do surgimento da epidemia.

Tais movimentações sociais cobravam das autoridades governamentais – principalmente a nível nacional – um plano de atenção básico à saúde dos infectados, estratégias de prevenção e de combate à epidemia. Participaram dessas cobranças diversos grupos sociais; *“igrejas, setor privado, comunidade científica e organizações não governamentais (ONGs)”* (GRANGEIRO, DA SILVA E TEIXEIRA, 2009, p. 88).

O movimento de reforma sanitária teve papel medular junto a outros movimentos sociais na conquista de direitos na saúde, esse movimento emergiu na década de 1970, tendo como atores principais as universidades e secretarias de saúde, majoritariamente dos estados das região Sudeste do Brasil mais tarde abrangendo outros estados, foi em meio a ditadura militar que o movimento de reforma sanitária se destacou, pois viu-se diante de restrições na área da saúde, ou seja, o acesso a serviços de saúde eram limitados ao vínculo empregatício, além da existência de vários sistemas de saúde (municipais, estaduais e federal), que sofriam sob o crescimento da participação do setor privado na atenção à saúde gerando altos gastos para suprir tal serviço que era ineficiente e calcado em ações assistencialistas.

Entretanto o movimento de reforma sanitária teve seu apogeu com a 8ª Conferência Nacional de Saúde, em 1986, quando fora proposto, por tal movimento,

o Sistema Único de Saúde (SUS) e que se concretizou em 1988, na Constituição Federal deste mesmo ano, e fora nesta Constituição que foi instaurado a saúde como direito de todos e obrigação por parte do Estado, sendo a nova política de saúde “*fundamentada nos princípios de universalidade, equidade, integralidade e controle social*” (GRANGEIRO *et al*, 2009, p. 88) propostos pelo movimento de reforma sanitária.

Ademais do movimento de reforma sanitária, faz-se necessário acrescentar outros importantes atores para as conquistas da saúde em específico na construção do atual Programa de DST/Aids brasileiro, como já apontado neste trabalho, o estado de São Paulo teve grande influência nas cobranças feitas ao governo federal inclusive se tornando referência para outros estados no enfrentamento ao HIV/Aids, fora por meio cobranças feitas pelo grupo de homossexuais – na época do surgimento do HIV/Aids um dos grupos mais atingidos pela epidemia – que se estruturou o novo programa de Aids do Estado de São Paulo e tal programa seguiam objetivos considerados importantes para este grupo como aponta Grangeiro *et al* (2009):

A estrutura do novo programa articulou quatro estratégias: serviços de referência assistencial e laboratorial, vigilância epidemiológica, informação e educação à população e mobilização e participação social. Entre as diretrizes, se destacam o combate à discriminação, a garantia do acesso universal ao tratamento e promoção da equidade para os grupos sociais mais afetados no acesso aos recursos disponíveis (GRANGEIRO et al, 2009, p. 88).

Inicialmente o programa foi implementado junto à “Divisão Sanitária e Hansenologia do Instituto de Saúde” do Estado de São Paulo, fora essa mesma divisão responsável pela organização de tal programa de Aids, oferecendo serviços epidemiológicos e preventivos, assim como serviços de assistência, atendiam por meio de um “disque-aids” assessorado por uma equipe multidisciplinar pertencente

ao ambulatório voltado aos portadores de hanseníase, assim, se tornando o primeiro serviço de referência em HIV/Aids no estado de São Paulo.

Assim como em São Paulo outros estados foram criando respostas imediatas à epidemia de HIV/Aids, no Rio Grande do Sul correu em 1983, também sendo o Serviço de Dermatologia Sanitária responsável pelo HIV/Aids neste estado; no Rio de Janeiro as respostas institucionais acontecerem em 1989 pelo governo do estado, porém desde 1984 já haviam acontecido as primeiras respostas à epidemia por parte da sociedade organizada com alguns médicos. Com a criação – apesar de tardia – do programa nacional de enfrentamento à Aids fora possível criar um diálogo em rede entre as instituições estaduais, municipais e ONGs trazendo o que Grangeiro *et al* (2009) chama de “nacionalização da resposta à epidemia”.

Grangeiro *et al* (2009) ainda apresenta-nos como fatores importantes para o enfrentamento do HIV/Aids as transformações sociais referentes a sexualidade:

Os anos 1960 e 1970 foram marcados pela contestação dos valores tradicionais e pela reivindicação das liberdades individuais. Foram anos de conquistas relacionadas às liberdades sexuais e à quebra de tabus, como por exemplo, o questionamento do casamento como condição de união entre casais. Esse movimento de contestação dos valores então vigentes se iniciou nos Estados Unidos e nos países da Europa Ocidental e logo assumiu proporções consideráveis na sociedade brasileira, principalmente entre a classe média urbana e intelectual (GRANGEIRO et al, 2009, p. 89).

Com os questionamentos sobre os padrões sexuais o grupo de homossexuais ganharam visibilidade política principalmente nas metrópoles Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo, o ideal político de tal grupo estava focado em romper com estigmas, preconceitos e violências por meio da naturalização das diferenças e defesa de direitos homossexuais, neste período, foi criado o Jornal Lampião da Esquina, com forte papel político no Rio de Janeiro, também fora criado, nesta

época, o Grupo Somos em São Paulo e mais tarde no Rio de Janeiro, por diferenças políticas o Grupo Somos São Paulo e Rio de Janeiro se ramificaram em grupo Outra Coisa (São Paulo) e grupo Auê (Rio de Janeiro), é, nesse período, de separação do Grupo Somos que nasce o Grupo Gay da Bahia (GGB), com substancial papel político na cena homossexual até os dias atuais, “[...]nos anos seguintes, foi difícil distinguir a militância do movimento homossexual da militância do movimento de luta contra a aids” (GRANGEIRO *et al*, p. 90), já que se trata de um dos grupos fortemente atingidos com o surgimento da epidemia de Aids em 1982.

Muitos dos infectados pelo HIV no início identificavam-se com as reivindicações dos grupos políticos homossexuais já que esses estavam ligados aos cuidados afetivos e materiais para lidar melhor com a doença, como muitos casais perdiam seus companheiros (as) para a Aids e se viam em uma situação de desproteção social por parte do governo encontravam apoio para lutar politicamente junto aos grupos homossexuais, assim ficou segundo Grangeiro *et al* (2009) difícil distinguir o movimento político homossexual do movimento de enfrentamento ao HIV/Aids.

No ano de 1985, surge em São Paulo como primeira articulação oficial da sociedade civil o Grupo de Apoio e de Prevenção à Aids (GAPA), primeira ONG em HIV/Aids no Brasil, “[...]era composto em sua maioria por homossexuais, profissionais de saúde, doentes de aids e seus familiares” (GRANGEIRO *et al*, 2009, p. 90), já no Rio de Janeiro, em 1985, um grupo de homossexuais sucintamente iniciou acolhimento de infectados, mas foi, em 1986, com a criação do GAPA-Rio e da Associação Interdisciplinar de Aids (ABIA) que as ações contra a Aids foram intensificadas.

Grangeiro *et al* (2009) ressalta o papel importante da ABIA:

[...]ABIA teve grande destaque entre as ONG-aids por suas contribuições no plano político e de produção do conhecimento, entre as quais se destacam o ativismo para uma nova regulamentação do uso do

sangue, a organização de instituições não governamentais em rede e a elaboração de propostas preventivas inovadoras (GRANGEIRO et al, 2009, p. 90).

Como já citado neste trabalho fora em 1983, que a sociedade tomou conhecimento da epidemia de Aids que emergia no Brasil, porém foi por meio da mídia – no caso a mídia sensacionalista – que tais casos foram divulgados, inicialmente, por meio dessas divulgações foi vinculado ao doente de Aids uma figura esquelética, com suas funções debilitadas e dependentes de uma cama de hospital, assim surgindo neste contexto o termo “aidético”, que ainda hoje por ignorância parte do vocabulário de uma parcela da população.

Com a propagação dessa imagem é que se fortifica o estigma social do doente de Aids, gerando o afastamento dos infectados do resto da sociedade, e em meio a isso, nasceram as casas de apoio para os infectados, com o intuito – muitas vezes solidário ou pessoal – de dar aos doentes uma vivência social mínima, tem grande destaque entre essas casas de apoio a casa de apoio Brenda Lee, sendo a pioneira na prestação desse serviço criada no início dos anos 1980, em São Paulo, pela travesti Brenda Lee, que buscava acolher travestis com aids, a casa de apoio existe até os de hoje e atende todo o público LGBT com diferentes projetos, posteriormente a criação dessa primeira casa de apoio outras foram sendo criadas com no decorrer da década de 1989.

Os grupos compostos por infectados pelo HIV foram ganhando força política por meio de Herbert Daniel, que deu início a um movimento denominado de “(des)construção da aids como morte civil”, tem-se como derivados desse movimento a criação em 1989 do Grupo pela Vida do Rio de Janeiro, criado por Herbert Daniel e o grupo Incentivo à Vida (GIV) criado por José Roberto Peruzzi em 1990, na cidade de São Paulo, a criação destes grupos trouxe o termo “viver com

HIV e aids”, e tal identidade permitiu às pessoas vivendo com HIV e aids influenciar de forma decisiva na formulação e manutenção de políticas públicas para o HIV/Aids.

5. A eficiência da Política de Saúde Brasileira no combate ao HIV/Aids e seu status de referência e excelência internacional

O processo de conquista do atual Programa de DST/Aids desde suas primeiras ações não se deu de uma maneira fácil e até os dias atuais existem lacunas a serem preenchidas no processo de efetivação do atendimento integral à Pessoa Vivendo com HIV/Aids (PVHA) de maneira que se possa garantir direitos básicos às mesmas de acordo com o que é proposto pelas diretrizes da política de saúde no Brasil.

Apesar das dificuldades ainda encontradas na efetivação do atendimento integral em saúde dentro de tal programa é importante entender que trata-se de um serviço de saúde com status de excelência dentro da política de saúde brasileira com reconhecimento internacional, mostrando-nos ao longo dos anos desde seu cerne avanços no que diz respeito ao combate do HIV/Aids.

O Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais (2012) por meio de Relatório acerca das ações no combate ao HIV/Aids no Brasil nos objetiva alguns dos citados avanços, segundo o mesmo, a epidemia entrou em um novo estágio, já que desde 2004, as taxas de prevalência do vírus na população em geral se encontram baixas (0,6%), estando estas taxas mais altas em alguns subgrupos em situação de maior vulnerabilidade, as taxas de prevalência na população feminina é de 0,4% e de 0,8%

na população masculina, ainda segundo o Departamento a taxa de aids caminha para a estabilização.

No período de 2009/2010 os grupos com taxa de prevalência do vírus ainda são os usuários de drogas (5,9%), os Homens que fazem sexo com outro homens (HSH) (10,5%) e mulheres profissionais do sexo (4,9%), as taxas de prevalência entre os HSH jovens subiu de 0,6% para 1,2% no período 2002/2007, já as taxas de aids entre a população feminina vem diminuído em grande proporção porém a região Sul e Nordeste permanecem com números proporcionalmente elevados de casos, o que segundo o Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais (2012) sugere o aperfeiçoamento e criação de novas ações mais eficientes focadas nestes grupos e regiões.

O uso de preservativos se configurou ao longo da história da epidemia de HIV/Aids como meio mais seguro de prevenção contra a infecção pelo vírus, e partindo-se dessa constatação *“a partir de 2008, o Brasil passou a produzir preservativos masculinos de látex natural, na fábrica de Xapuri (100 milhões por ano)”* (DEPARTAMENTO DE DST, AIDS E HEPATITES VIRAIS, 2012, p. 6). Tal ação reduziu custos na aquisição de tais preservativos, assim como proporcionou a maior distribuição do mesmo, deste modo, tais ações têm substancial importância na regressão do HIV/Aids no Brasil.

Destacam-se também como fatores que contribuíram para a regressão do HIV/Aids no país a efetivação de planos voltados à grupos de HSH (homossexuais e bissexuais masculinos), travestis e mulheres – já que esses grupos são considerados mais vulneráveis à infecção pelo vírus –, assim como a articulação de ações integradas junto ao Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASI) e a intensificação das ações de prevenção no sistema prisional.

E ainda tem grande destaque a implementação da Profilaxia Pós-Exposição Sexual ao HIV (PEP)⁹⁸ como é apontado pelo Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais (2012):

Em outubro de 2010, foram publicadas diretrizes para o emprego da profilaxia pós-exposição sexual ao HIV, para evitar a transmissão após exposições sexuais desprotegidas. Desde então, foram realizadas mais de 2.000 dispensações da profilaxia em mais de 200 serviços distribuídos pelo país, buscando garantir os direitos sexuais de populações em situações de maior vulnerabilidade e de pessoas que vivem com HIV/aids (PVHA) (BRASIL, DEPARTAMENTO DE DST, AIDS E HEPATITES VIRAIS, 2012, p. 6).

A PEP é usada até os dias atuais e tem papel importante na prevenção ao HIV/Aids, ainda é importante destacar a mais recente implementação do governo brasileiro para a prevenção ao HIV/Aids que é a Profilaxia Pré-Exposição (PrEP)⁹⁹,

⁹⁸ A Profilaxia Pós-Exposição, ou simplesmente PEP, é um tratamento com terapia antirretroviral (TARV) por 28 dias para evitar a sobrevivência e a multiplicação do vírus HIV no organismo de uma pessoa. Ela é indicada às pessoas que podem ter tido contato com o vírus em alguma situação, tais como: violência sexual; relação sexual desprotegida (sem o uso de camisinha ou com rompimento da camisinha); acidente ocupacional (com instrumentos perfuro-cortantes ou em contato direto com material biológico). Para funcionar, a PEP deve ser iniciada logo após a exposição de risco, em até 72h. Você deve procurar imediatamente um serviço de saúde que realize atendimento de PEP assim que julgar ter estado em uma situação de contato com o HIV. É importante observar que a PEP não serve como substituta à camisinha. Muito pelo contrário: o uso de preservativos masculinos e femininos são ainda a principal e mais eficiente maneira de se evitar o HIV (BRASIL, DEPARTAMENTO DE DST, AIDS E HEPATITES VIRAIS, *O que é PEP?* Disponível em <http://www.aids.gov.br/o_que_e_pep>. Acesso em: 28 de jul. 2017).

⁹⁹ A **Profilaxia Pré-exposição (PrEP)** ao vírus da imunodeficiência humana, o HIV, é uma estratégia de prevenção que envolve a utilização de um medicamento antirretroviral (ARV), por pessoas não infectadas, para reduzir o risco de aquisição do HIV através de relações sexuais. O medicamento ARV irá bloquear o ciclo da multiplicação desse vírus, impedindo a infecção do organismo.

Há duas formas principais de PrEP: a **PrEP Oral** em forma de comprimido e a **PrEP Tópica** em forma de gel. Os resultados iniciais dos ensaios clínicos de PrEP Oral indicam que essa estratégia de prevenção pode ser extremamente útil para a mudança de cenário necessária no combate a infecção pelo vírus HIV.

a PrEP em formato oral começou a ser implementada no Brasil no segundo semestre de 2016 enfocando-se em grupos em situação de maior vulnerabilidade (HSH, mulheres transexuais e profissionais do sexo).

O Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais (2012) ainda aponta para a ampliação da cobertura da testagem para o HIV, que passou de 28% para 37% no período 2004/2008, sendo mais comum entre mulheres pela exigência da testagem durante o período pré-natal, “a oferta de teste de HIV pelo SUS passou de 3,3 milhões em 2003 para 5,1 milhões de unidades em 2011.” (DEPARTAMENTO DE DST, AIDS E HEPATITES VIRAIS, 2012, p. 7), até 2012 a quantidade de Centros de Testagem e Aconselhamento para DST e Aids (CTA’s) era de 515 – onde se podem realizar a testagem para o HIV e outras DST’s –, além das Unidades Básicas de Saúde (UBS’s), e também o governo federal tem investido fortemente no teste rápido para HIV¹⁰⁰, que de acordo com o mesmo abrange o acesso à testagem.

No tratamento e assistência à PVHA, a oferta de medicamentos antirretrovirais (ARV), no Brasil, está sempre se ampliando e, a cada ano, 30 mil

A **PrEP Oral** baseia-se no uso de medicamentos ARV para a prevenção da aquisição do HIV e sua eficácia parcial foi demonstrada entre homens que fazem sexo com homens (HSH) e heterossexuais. Intervenções de prevenção biomédica, como a PrEP, têm um grande potencial, especialmente se combinadas a testagem anti-HIV ampliada (mensal ou trimestral), diagnóstico e vinculação ao tratamento daqueles identificados como infectados pelo HIV. (PREP PROFILAXIA PRÉ EXPOSIÇÃO BRASIL. *Entendendo a PrEP*. Disponível em <<http://prepbrasil.com.br/entendendo-a-prep/>>. Acesso em: 28 de jul. 2017).

¹⁰⁰ No Brasil, temos os exames laboratoriais e os testes rápidos, que detectam os anticorpos contra o HIV em até 30 minutos, colhendo uma gota de sangue da ponta do dedo. Esses testes são realizados gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS), nas unidades da rede pública e nos Centros de Testagem e Aconselhamento - CTA. Os exames podem ser feitos inclusive de forma anônima. Nesses centros, além da coleta e da execução dos testes, há um processo de aconselhamento, antes e depois do teste, para facilitar a correta interpretação do resultado pelo paciente. Também é possível saber onde fazer o teste pelo Disque Saúde (136) (BRASIL, DEPARTAMENTO DE DST, AIDS E HEPATITES VIRAIS. *Porque fazer o teste rápido?* Disponível em <<http://www.aids.gov.br/pagina/por-que-fazer-o-teste-de-aids>>. Acesso em: 28 de jul. 2017).

peças iniciam a terapia antirretroviral (TARV) no país, em 2010, o número de Serviços de Atenção Especializado em DST's/HIV/Aids (SAE's) era de 712 – o qual se trata de um serviço de saúde essencial para o acompanhamento da PVHA – , e, em 2009, a quantidade de hospitais-dias (HD) era de 95, onde é possível ser realizado diversos procedimentos de acordo com as necessidades das PVHA, ademais “[...]existem no país 90 laboratórios que realizam exames de CD4¹⁰¹ e 80 de carga viral¹⁰².” (BRASIL, DEPARTAMENTO DE DST, AIDS E HEPATITES VIRAIS ,2012, p. 9).

As ações até aqui apresentadas configuram-se nas principais ações da política de combate ao HIV/Aids atualmente no Brasil, esse conjunto de ações tem sido efetivos na diminuição das taxas de incidência de novas infecções e casos de aids, assim como também estabilizado e diminuído a taxa de prevalência do vírus na população em geral e em alguns grupos mais vulneráveis, e ademais muitas outras estratégias estão sendo encaminhadas e em fase de planejamento, assim caracterizando a política de combate ao HIV/Aids no Brasil como de excelência nacional e internacional.

6. Fatores condicionantes para o status de excelência internacional da Política Brasileira de combate ao HIV/Aids

¹⁰¹ **Teste de CD4** - é o melhor indicador de como está funcionando o sistema imunológico. (BRASIL, DEPARTAMENTO DE DST, AIDS E HEPATITES VIRAIS. *Acompanhamento médico*. Disponível em <<http://www.aids.gov.br/pagina/acompanhamento-medico>>. Acesso em: 30 de jul. 2017).

¹⁰² **Teste de carga viral** - o resultado mostra se o vírus está se reproduzindo no organismo (quantidade de HIV que circula no sangue). (BRASIL, DEPARTAMENTO DE DST, AIDS E HEPATITES VIRAIS. *Acompanhamento médico*. Disponível em <<http://www.aids.gov.br/pagina/acompanhamento-medico>>. Acesso em: 30 de jul. 2017).

No que diz respeito ao combate ao HIV/Aids, o Brasil, aos olhos de outras nações pelo mundo, é reconhecido por possuir uma excelente política de combate à epidemia, é importante conhecer como se deu as atuações internacionais do Brasil para compreender muitas das conquistas na política interna de combate ao HIV/Aids, assim como entender por que o país é referência para outros países nessa área.

A maioria dos autores que estudam a temática do HIV/Aids apontam como principal fator para a consagração do status brasileiro de excelência e referência internacional o pioneirismo do país na distribuição gratuita de medicamentos para o tratamento do HIV/Aids, assim também como o acesso universal à saúde garantido pela constituição de 1988. A distribuição dos medicamentos ARV teve início em 1993, entretanto, fora em 1996 regulamentada pela lei federal nº9.313/96 sancionada sob o governo de Fernando Henrique Cardoso, e ainda posteriormente a distribuição da Terapia Antirretroviral (TARV) é importante salientar a produção local de preservativos.

Entretanto, para lograr a distribuição gratuita dos ARV, o Brasil precisou impor-se internacionalmente, iniciou sua participação internacional em temas sobre a epidemia de HIV/Aids na Organização Pan-Americana da Saúde, onde promovia encontros para discutir a respeito da situação epidemiológica nas américas, assim como pensar possibilidades de cooperação entre os países participantes para o enfrentamento da doença.

Segundo Grangeiro *et al* (2009), o Brasil efetivou a distribuição gratuita dos antirretrovirais (ARV) por via da lei de patentes brasileira, que permitiu o uso compulsório da produção dos medicamentos proporcionando situação favorável à fabricação destes em forma genérica nacionalmente, diminuindo drasticamente os custos de aquisição de tais medicamentos pelo SUS, ademais incentivou outros

países a fazerem o mesmo por meio da “[..]resolução proposta pelo Brasil na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, que declara os medicamentos antirretrovirais um direito fundamental do cidadão.” (GRANGEIRO et al, 2009, p. 91).

Ainda de acordo com Grangeiro et al (2009) os Estados Unidos se colocou contra tal lei brasileira chegando a “registrar queixa” à Organização Mundial do Comércio (OMC), o Ministério da Saúde brasileira em sua defesa usou de veículos midiáticos norte-americanos para propagar a importância da distribuição gratuita de medicamentos ARV na garantia integral dos direitos humanos, posteriormente os Estados Unidos “retirou sua queixa” contra o Brasil.

Ademais o Brasil conquistou uma agenda internacional substancial junto à Organização Mundial da Saúde (OMS) e em um programa conjunto com as Nações Unidas para Aids (UNAIDS).

Graças a essa grande influência internacional do Brasil, “[..]cerca de 3 milhões de pessoas estavam recebendo tratamento antirretroviral ao final de 2007, o que representa um aumento de 7,5 vezes em 4 anos” (GRANGEIRO et al, 2009, p. 92), e ainda o Brasil estabeleceu acordos de cooperação horizontal pautados em solidariedade junto a países Africanos como é apontado por Grangeiro et al(2009):

Concomitantemente à atuação no contexto dos organismos internacionais, o Brasil estabeleceu um processo de cooperação bilateral com países africanos e latino-americanos, transferindo tecnologias e doando medicamentos para a implantação de programas de acesso aos antirretrovirais. (GRANGEIRO et al, 2009, p. 92)

Além da forte participação internacional do Brasil que lhe proporcionou status de excelência na luta contra o HIV/Aids, outros teóricos apontam para mais conquistas nacionais neste tema que fortaleceram a rede entre os diversos atores contra a epidemia no país.

Greco (2015) traz diversos avanços positivos sobre as três primeiras décadas de combate ao HIV/Aids no Brasil, ressalta a atuação precoce do país no combate ao HIV/Aids comparado à outras nações, o fortalecimento das relações políticas entre estado, sociedade civil e a academia em defesa integral dos direitos humanos como foi estabelecido com a instauração da Constituição Federal de 1988 (CF/88) com a promulgação do SUS, logrando impactos econômicos, sociais e éticos para a sociedade brasileira principalmente no âmbito da saúde em específico no combate ao HIV/Aids.

Entretanto, Greco (2015) faz algumas ressalvas, aponta para a questão da crescente desigualdade social no Brasil que vem deixando grande parte da população em estado de vulnerabilidade e mais expostos ao vírus do HIV, o autor ainda aponta para alguns retrocessos nos últimos anos por parte do Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais no que concerne a defesa dos Direitos Humanos principalmente nas questões relacionadas a liberdade sexual e até mesmo educação sexual, que é inócua nas escolas, reduzindo as discussões sexuais à questões meramente reprodutivas.

7. Referências bibliográficas

BARROS, Nathalia Batista; GUIMARÃES, Celma Martins; DE SOUSA BORGES, Ohary. Políticas de Saúde e Prevenção ao Hiv/Aids no Brasil 1982-2012. Estudos, v. 39, n. 4, 2012, p. 537-546.

BARTOLOMEU GRECO, Dirceu. Trinta anos de enfrentamento à epidemia da Aids no Brasil, 1985-2015. Ciência & Saúde Coletiva, v. 21, n. 5, 2016, p. 1564-1553.

BRITO, Ana Maria de et al. AIDS e infecção pelo HIV no Brasil: uma epidemia multifacetada. 2001.

DA ROCHA CARVALHEIRO, José. EPIDEMIOLOGIA DA AIDS: GARIMPANDO NOVOS PARADIGMAS. VERAS, RP. *et al.*, orgs. *Epidemiologia: contextos e pluralidade* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1998, p. 19-27.

DA ROCHA, Marcell Diana Helfenstein Albeirice. HISTÓRIA SOCIAL DA AIDS NO MUNDO: A VULNERABILIDADE DOS SUJEITOS, *Revista Científica do ITPAC, Araguaína*, v.9, n.1, Pub.8, Fevereiro 2016, p. 1-5.

FORATTINI, Oswaldo Paulo. AIDS and its origin. *Revista de Saúde Pública*, v. 27, n. 3, 1993, p. 153-156.

GRANGEIRO, Alexandre; SILVA, Lindinalva Laurindo da; TEIXEIRA, Paulo Roberto. Resposta à aids no Brasil: contribuições dos movimentos sociais e da reforma sanitária. 2009. p. 87-94.

GRMEK, Mirko. O enigma do aparecimento da Aids. *Estudos Avançados*, v. 9, n. 24, 1995, p. 229-239.

MARQUES, Maria Cristina da Costa. Saúde e poder: a emergência política da Aids/HIV no Brasil. *Hist. cienc. saúde-Manguinhos*, v. 9, n. supl., 2002, p. 41-65.

MARTINS, Telma et al. Cenário Epidemiológico da Infecção pelo HIV e AIDS no Mundo. *Fisioterapia & Saúde Funcional*, v. 3, n. 1, 2014, p. 4-7.

PINTO, Agnes Caroline S. et al. Compreensão da pandemia da aids nos últimos 25 anos. *Jornal Brasileiro de Doenças Sexualmente Transmissíveis/ Sociedade Brasileira de Doenças Sexualmente Transmissíveis*, v. 19, n. 1, 2007, p. 45-50.

RUTHERFORD, George W. A Epidemiologia da AIDS no Mundo. *Jornal Brasileiro de Doenças Sexualmente Transmissíveis/ Sociedade Brasileira de Doenças Sexualmente Transmissíveis*. Rio de Janeiro, 1997, p. 6-11.

A PENÍNSULA COREANA NO PÓS-GUERRA FRIA (1991-2001) THE KOREAN PENINSULA IN THE POST-COLD WAR (1991-2001)

Rafaela Schuindt SANTOS*

Resumo: O foco deste trabalho é a relação entre a República da Coreia e a República Popular Democrática da Coreia no período que compreende do fim da Guerra Fria até os incidentes do 11 de Setembro de 2001, nos Estados Unidos. Tem como objetivos identificar a influência da queda da União Soviética nas relações intercoreanas, explorar os fatores que contribuíram para a aproximação e posterior distanciamento entre as duas Coreias. Além de apontar eventuais influências políticas dos Estados Unidos e da China na península coreana no período abordado. O método utilizado para a realização desse trabalho se apoia em uma análise histórica, bibliográfica e documental, baseando-se em fontes como artigos científicos e jornalísticos, tratados e acordos internacionais, declarações, teses, dissertações e livros pertinentes ao assunto. Desde a divisão da península em 1945, a relação entre as duas Coreias é marcada por períodos de proximidade e distanciamento. Considera-se que o período abordado neste trabalho foi o de maior aproximação diplomática entre os dois países devido à queda da URSS, a busca norte-coreana por ajuda econômica e energética, os acordos e declarações assinados e a *Sunshine Policy* do presidente sul-coreano, Kim Dae Jung. Ademais, considera-se também que o desenvolvimento nuclear norte-coreano e o governo do presidente estadunidense, George W. Bush, que adotou uma política conservadora quanto à questão coreana, foram fatores que desestabilizaram o cenário de aproximação das duas Coreias e contribuíram para o aumento das tensões na região asiática.

Palavras-chave: Ásia, Península Coreana, Pós-Guerra Fria.

Abstract: The focus of this paper is the relationship between the Republic of Korea and the Democratic People's Republic of Korea in the period from the end of the Cold War to the September 11, 2001, incidents in the United States. Its objectives are to identify the influence of the fall of the Soviet Union on the inter-Korean relations, to explore the factors that contributed to the approach and later detachment between the two Koreas. In addition to pointing out possible political influences of the United States and China on the Korean peninsula in the period

* Graduanda do curso de Relações Internacionais na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP – E-mail para contato: rafaela_schuindt@hotmail.com

covered. The method used to carry out this work is based on a historical, bibliographic and documentary analysis, based on sources such as scientific and journalistic articles, international treaties and agreements, statements, theses, dissertations and books pertinent to the subject. Since the division of the peninsula in 1945, the relationship between the two Koreas is marked by periods of proximity and remoteness. It is considered that the period covered in this work was the one of closer diplomatic relations between the two countries due to the fall of the USSR, the North Korean quest for economic and energy aid, the agreements and declarations signed and the Sunshine Policy of the South Korean president, Kim Dae Jung. In addition, it is considered that North Korean nuclear development and the US President George W. Bush's government, which adopted a conservative policy on the Korean issue, were destabilizing factors in the approach of the two Koreas and contributed to the increased tensions in the Asian region.

Keywords: Asia, Korean Peninsula, Post-Cold War.

Introdução

A península coreana é considerada um dos principais focos de tensão do Nordeste Asiático, pois gera uma instabilidade securitária na região desde a sua divisão em 1945. A história da Coreia, pós-Segunda Guerra Mundial, é marcada por períodos de proximidade e distanciamento, fato que mantém as tensões na península. Esta conjuntura causa preocupação e insegurança aos países vizinhos e à comunidade internacional. O desenvolvimento de armas nucleares e mísseis balísticos pela Coreia do Norte também contribuem para este cenário.

Com o colapso da URSS, a Coreia do Norte perdeu seu principal parceiro político e estratégico e enfrentou uma profunda estagnação econômico, devido a esta situação, os norte-coreanos tiveram que buscar cooperação com países como a Coreia do Sul e os EUA. No decorrer da década de 90, vários acordos e declarações foram assinados pelas partes envolvidas na questão coreana. Entretanto, todo o cenário de aproximação diplomática não foi suficiente para se chegar a um acordo de paz efetivo entre as duas Coreias, tendo em vista que o armistício assinado em 1953, no pós-Guerra da Coreia, não representa um tratado de paz formal.

O desenvolvimento nuclear norte-coreano no final da década de 90 e início dos anos 2000 e o governo do presidente George W. Bush, nos Estados Unidos, com seu discurso do “eixo do mal”, no qual a Coreia foi incluída, foram fatores que desestabilizaram a aproximação das duas Coreias.

Antecedentes Históricos da Península Coreana

Devido ao seu posicionamento estratégico entre o Japão, a China e próximo a Rússia, a península coreana sempre foi alvo de disputas pelas potências. Foi palco da Guerra Sino-Japonesa (1894-1895) e da Guerra Russo-Japonesa (1904-1905), na qual o Japão saiu vitorioso em ambas e anexou o território coreano como sua colônia em 1910.

Entre 1910 e 1945, surgiram diversos movimentos contrários a presença japonesa no território coreano. Houve um grande fluxo de coreanos em direção ao nordeste da China, estes fundaram o Governo Coreano Provisório. Além disso, segundo Cumings (2008), alguns militantes coreanos se exilaram na China e na URSS e tiveram contato com grupos de resistência nacionalistas e comunistas. Em 1945, com a derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial, a Coreia foi dividida no paralelo 38° em duas áreas de influência. O norte da península ficou sob a influência da URSS com o estabelecimento da República Popular Democrática da Coreia sob a liderança de Kim Il-Sung, enquanto no sul, sob a influência dos EUA foi estabelecida a República da Coreia governada por Syngman Rhee.

Desde a divisão da península, cada lado buscou ampliar o seu sistema político e econômico ao outro, levando dessa forma, a Guerra da Coreia (1950-1953). Este conflito envolveu direta, e indiretamente, as principais potências da época e serviu como um teste para a evolução da Guerra Fria¹⁰³. Cumings (2010) divide esta guerra em três fases: a guerra em direção ao sul da península; em seguida, a guerra em direção ao norte com o apoio das tropas dos EUA sob a bandeira da ONU; e enfim, a intervenção do exército da China. Cumings¹⁰⁴ ressalta que esta guerra “foi uma guerra civil, uma guerra travada pelos coreanos, para os objetivos coreanos”. Todavia, segundo Vizentini¹⁰⁵ “a guerra intercoreana converteu-se em um conflito entre a China Popular e os Estados Unidos, e entre os dois blocos.”

Em 27 de Julho de 1953, foi assinado o Armistício de Panmunjon, que encerrou os ataques, porém não representou um tratado de paz formal. Este armistício dividiu de vez a Coreia e estabeleceu uma zona desmilitarizada entre as duas no paralelo 38°. Cumings¹⁰⁶ aponta que “a longevidade e insolubilidade do

¹⁰³ BRITES, Pedro Vinícius Pereira. *A Crise na Península Coreana e a Segurança Regional do Leste Asiático*, 2014.

¹⁰⁴ CUMINGS, Bruce. *North Korea: Another Country*. New York: The New Press, 2004, p. 06.

¹⁰⁵ VIZENTINI, P. G. F. *A Coreia e as grandes potências: Estados Unidos, China, Rússia e Japão*. In: GUIMARÃES, S. P. *Coreia: Visões Brasileiras*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2002, p. 180.

¹⁰⁶ CUMINGS, Bruce. *North Korea: Another Country*. New York: The New Press, 2004, p. 03.

conflito coreano é o melhor exemplo no mundo do quão fácil é entrar em uma guerra e o quão difícil é sair.” Novos diálogos entre as duas Coreias só foram possíveis na década de 70, porém elas falharam em acordar uma solução política. A década de 80 é marcada pela aproximação da Coreia do Sul com a China e a URSS, os dois principais aliados da Coreia do Norte.

A década de 90, com o fim da Guerra Fria e o colapso da URSS, foi marcada por significativas mudanças na política externa dos países envolvidos na península coreana. Com a queda da URSS, a Coreia do Norte perdeu seu maior parceiro estratégico e para evitar o colapso optou por cooperar com outros países. Ademais, as relações intercoreanas durante o período de 1991 a 2001 foi marcada por diálogos e conflitos, porém, foi uma época de grande aproximação diplomática que gerou expectativas de que a paz na região seria alcançada.

O colapso da URSS e as relações intercoreanas na década de 90

As relações intercoreanas sofreram impacto direto com a queda da URSS e com o fim da Guerra Fria. Ademais, para as Coreias, nos anos 90 a ideia de *“reconciliação e reunificação subitamente se tornaram possibilidades realistas”*¹⁰⁷.

Segundo Melchionna¹⁰⁸ *“o colapso do bloco soviético foi, de fato, catastrófico para a Coreia do Norte, tanto em termos políticos como econômicos.”* Desde a divisão da Coreia, em 1945, a URSS foi o principal parceiro estratégico, patrocinador e fornecedor de grãos e combustíveis para os norte-coreanos. Estes enfrentaram também graves problemas energéticos, sérias consequências na balança comercial do país e grande impacto na produção agrícola do país. Devido a esses problemas, a Coreia do Norte chegou à beira de um colapso. Esta situação levou os norte-coreanos a buscarem cooperação com países como a Coreia do Sul e os Estados Unidos. Quinones (2001) ressalta que o principal fator que levou a Coreia do Norte a buscar diálogos com outros países foi o sentimento de insegurança após o colapso da URSS.

Ademais, após a queda da URSS, a China tem sido o principal parceiro da Coreia do Norte, pois para os chineses a sustentação do regime norte-coreano é de grande importância, tendo em vista que, segundo Brites:

¹⁰⁷ QUINONES, Kenneth C. *South Korea's Approaches to North Korea: A Glacial Process*. In: PARK, Kyung-Ae, KIM, Dalchoong (Ed.). *Korean Security Dynamics in Transition*. New York, Palgrave, 2001, p.37.

¹⁰⁸ MELCHIONNA, Helena Hoppen. *A questão nuclear da Coreia do Norte sob as perspectivas da China e dos EUA*. Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharelado em Relações Internacionais, UFRGS, 2011, p. 31.

Essencialmente, a manutenção do regime norte-coreano serve como uma zona tampão entre a fronteira chinesa e a presença militar estadunidense e sul-coreana. Além disso, um eventual colapso do regime norte-coreano implicaria em um grande fluxo de refugiados em direção à fronteira chinesa, fator desestabilizador para a região nordeste do país. Outra eventual decorrência de um colapso norte-coreano que afetaria a política chinesa para a região é a possibilidade de uma Coreia unificada – especialmente se for sob o jugo estadunidense. Assim, a China aumentaria seu isolamento no Leste Asiático.¹⁰⁹

Em 1991, ambas as Coreias foram aceitas como membros plenos da Organização das Nações Unidas (ONU). Em dezembro do mesmo ano, ambas assinaram o “Acordo de Reconciliação, Não-Agressão e Cooperação e Intercâmbios entre a Coreia do Norte e do Sul”. Neste acordo, o Norte e o Sul concordaram em remover o estado de confronto político para atingir uma reconciliação nacional na península. Em 1992, a China estabeleceu relações diplomáticas com a Coreia do Sul, fato que foi visto como uma traição pela Coreia do Norte. De qualquer forma, segundo Melchionna (2011), os chineses pressionaram os norte-coreanos a se aproximarem do Japão, Coreia do Sul e EUA, para evitarem uma situação de isolamento que pudesse levar ao colapso do regime. Ainda no mesmo ano, as duas Coreias assinaram a “Declaração Conjunta para a Desnuclearização da Península”, na qual ambas concordaram em buscar uma forma de eliminar a possibilidade de uma guerra nuclear na península.

Os diálogos entre as duas Coreias e os acordos e declarações não foram suficientes para evitar os desentendimentos que ocorreriam nos anos seguintes. Foram encontradas evidências, pelos norte-americanos, de que a Coreia do Norte estaria desenvolvendo capacidades nucleares no país, logo os EUA passaram a pressionar os norte-coreanos, resultando assim, em uma crise diplomática que impulsionou as tensões na região.

A primeira crise nuclear coreana e o Acordo Quadro

Em 1992, a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) encontrou evidências de que a Coreia do Norte estava reprocessando bastões irradiados em dois reatores no país. Este fato levantou suspeitas de que os norte-coreanos

¹⁰⁹ BRITES, Pedro Vinícius Pereira. *A Crise na Península Coreana e a Segurança Regional do Leste Asiático*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, 2014, p.101.

estavam desenvolvendo capacidades nucleares para a construção de bombas atômicas.

A AIEA solicitou “inspeções especiais” nas instalações norte-coreanas, entretanto, a Coreia do Norte negou a permissão para estas inspeções, o que gerou ainda mais suspeitas do desenvolvimento nuclear norte-coreano. Com as pressões do EUA e da AIEA, a Coreia do Norte ameaçou retirar-se do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP). Os EUA chegaram a propor no Conselho de Segurança da ONU uma rodada de sanções econômicas aos norte-coreanos. Porém, a China mostrou-se contrária a qualquer sanção econômica imposta à Coreia do Norte. De acordo com Kim (2001), há duas principais razões para a China adotar tal postura. Em primeiro, as sanções internacionais aplicadas por um país capitalista (EUA) à um regime comunista poderia enfraquecer o regime da China. Em segundo, os chineses estavam preocupados com a possibilidade de que um conflito armado ocorresse na península coreana, pois isto geraria consequências políticas, econômicas e sociais inevitáveis para a China.

Em 1994, depois de diversas negociações, os EUA e a Coreia do Norte assinaram o Acordo Quadro, no qual os norte-americanos se comprometeram a substituir as instalações nucleares norte-coreanas por instalações com reatores de água leve, enquanto a Coreia do Norte propôs a interrupção do seu programa nuclear. Foi criada a Organização para o Desenvolvimento de Energia da Península Coreana (KEDO), este consórcio era composto pelos EUA, Japão e Coreia do Sul, que ficaram encarregados de financiarem e exercerem as medidas necessárias para o cumprimento do acordo.

Durante a década de 90, a China manteve uma posição discreta em relação ao desenvolvimento nuclear norte-coreano, pois o país não queria confrontar-se contra os EUA para proteger a Coreia do Norte, porém não deixou de fornecer os subsídios necessários a este país. Segundo Synder (2011), a crise nuclear norte-coreana poderia gerar novos conflitos na região que influenciariam no desenvolvimento econômico da China. Desta forma, os chineses buscaram desenvolver uma política que abarcasse os seus interesses e reduzisse as confrontações na península coreana sem modificar o *status quo* desta. Segundo Oliveira:

A China tem evidente interesse na continuação do *status quo* na península coreana, sendo a única das grandes potências do Nordeste Asiático a desfrutar estreitos laços políticos e econômicos com as duas Coreias. (...) Graças à sua condição de membro permanente do Conselho de Segurança, com direito a veto, a China tem sido o principal

obstáculo as tentativas de impor sanções à Coreia do Norte, pelas alegadas atividades proliferadoras de Pyongyang.¹¹⁰

Dentro deste contexto, a Coreia do Norte enfrentou a morte do seu líder, Kim Il-Sung, em 8 de Julho de 1994. A morte do “Grande Líder” trouxe incertezas sobre o futuro do regime norte coreano, porém, Kim Jong-Il assumiu o governo e manteve o regime político e econômico do país. Ademais, nos anos seguintes, os norte-coreanos enfrentaram uma série de desastres naturais que enfraqueceram ainda mais a economia do país.

A *Sunshine Policy* de Kim Dae Jung

Kim Dae Jung tornou-se presidente da Coreia do Sul em 1997, sua principal política, a *Sunshine Policy*, estava centrada na busca pela paz na península coreana a partir da cooperação e reconciliação com a Coreia do Norte. Desta forma, ele tinha como meta tranquilizar o regime norte-coreano sem forçar a unificação.

Ambas as Coreias concordaram em buscar um processo lento para a reunificação. Para tal, Kim Dae Jung dividiu esse processo em três etapas. Na primeira etapa, haveria dois sistemas diferentes, dois estados e duas políticas externas. Na segunda, ocorreria uma reunificação formal com uma nação, um sistema político e com dois governos regionais diferentes. E na terceira etapa, haveria de fato uma unificação com um governo central.

Para a evolução desse processo, Kim Dae Jung estruturou sua administração em cinco conjuntos de atividades. O primeiro estava relacionado com a retomada dos diálogos entre as duas Coreias. O segundo conjunto buscava aumentar as relações econômicas entre elas. O terceiro tinha como foco a realização de intercâmbios entre as famílias separadas na Guerra da Coreia. O quarto centrava-se no fornecimento de ajuda humanitária e alimentícia à Coreia do Norte. E por fim, o quinto conjunto tinha como meta incentivar a cooperação internacional para reduzir as tensões na península.¹¹¹

Inicialmente, a Coreia do Norte desconfiou das intenções de Kim Dae Jung, porém em 1999, os norte-coreanos passaram a considerar a *Sunshine Policy* como uma grande mudança na atitude dos sul-coreanos (CUMINGS, 2004). Sendo assim,

¹¹⁰ OLIVEIRA, Amaury Porto de. *A política coreana na Ásia: aspectos políticos e militares*. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Coreia: Visões Brasileiras*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2002, p.149.

¹¹¹ LEVIN, Norman D., & HAN, Yong-Sup. *Sunshine in Korea: the South Korean debate over policies toward North Korea*. Rand Corporation, 2013.

essa política contribuiu ainda mais para a aproximação diplomática das duas Coreias nesse período.

A Súmula Intercoreana dos anos 2000

O século XXI iniciou-se com o histórico encontro dos dois líderes coreanos, Kim Dae Jung (sul-coreano) e Kim Jong Il (norte-coreano) na Súmula Intercoreana em Pyongyang, capital da Coreia do Norte, em 2000. Ambas assinaram a “Declaração Conjunta do Norte e Sul”, na qual elas se comprometeram a resolver a questão da unificação a partir de iniciativas próprias do povo coreano, além de estabelecer uma confiança mútua. Ademais, Kim Dae Jung convidou o líder norte-coreano para uma visita à Coreia do Sul em uma ocasião apropriada. Este encontro gerou esperanças de que a paz na península estava próxima de ser atingida.

Han S. Park (2001) ressalta que esse encontro possui diversas interpretações equivocadas. Dentre elas, a ideia de que esse encontro representava o sucesso da *Sunshine Policy*, entretanto, esta afirmação está errada, visto que não houve a concretização dos objetivos dessa política. Outro erro foi afirmarem que a Coreia do Norte aceitou participar desse evento, pois buscava se inserir no mercado capitalista, contudo, os norte-coreanos nunca demonstraram tal interesse. Segundo Park (2001), os dois líderes coreanos aceitaram a realização dessa súmula pois ambos queriam fortalecer suas próprias reivindicações de legitimidade.

Para Kim Dae Jung, esse encontro poderia representar o sucesso da sua política, e dessa forma, daria legitimidade à democracia capitalista, Kim esperava também que os norte-coreanos seriam forçados a abrir as portas para os investimentos estrangeiros e a entrada de pessoas no país, logo, isto poderia acarretar em mudanças sociais. Enquanto para Kim Jong Il, esse encontro poderia legitimar o regime político da Coreia do Norte. Sung Joo-Han (2001) ressalta também que os norte-coreanos queriam demonstrar que poderiam manter seu regime internamente sem alterações mesmo procurando por ajuda externa.

Desde os primeiros anos da década de 90, a península coreana aparentava caminhar lentamente para um processo de coexistência pacífica até chegar, enfim, a reunificação. Mesmo com toda a aproximação diplomática entre as duas Coreias nesse período, elas não conseguiram elaborar um tratado efetivo de paz para a península.

O governo de George W. Bush e a questão nuclear da Coreia do Norte

Após a Súmula Intercoreana esperava-se que as duas Coreias continuariam os diálogos e negociações até assinarem um tratado de paz entre elas e que ocorresse um processo de reunificação pacífica. Porém, alguns fatores desestabilizaram o

cenário de aproximação diplomática que vinha acontecendo desde os anos 90. Dentre esses fatores, podemos apontar: a questão nuclear norte-coreana e o governo do presidente norte-americano, George W. Bush, que não deu continuidade aos diálogos com a Coreia do Norte.

Em 2002, o Secretário de Estado Assistente dos Estados Unidos, James Kelly, depois de uma visita à Coreia do Norte, afirmou que os norte-coreanos estavam desenvolvendo um projeto nuclear secreto de enriquecimento de urânio. O governo norte-coreano negou várias vezes a existência desse programa nuclear, mesmo assim, os norte-americanos e a AIEA continuaram pressionando o país. Esse contexto levou a Coreia do Norte e os EUA a embarcarem em uma crise, a KEDO chegou a suspender os carregamentos de petróleo pesado para a Coreia do Norte, assim, esta acusou os EUA de não cumprirem com o Acordo Quadro. Logo, a Coreia do Norte adotou uma postura mais agressiva quanto aos norte-americanos.

Ho-Yeol Yoo (2006) afirma que mesmo com todas as realizações, o grande problema nas relações intercoreanas após a Súmula era que a segurança e paz da península não estava progredindo visto que os norte-coreanos não tinham a intenção de cessar o desenvolvimento de armas de destruição em massa.

Desta forma, a China estava em um dilema entre defender ou condenar o desenvolvimento nuclear norte-coreano. Segundo Melchionna:

De qualquer forma, parece inegável que a China se encontra em uma posição bastante delicada a respeito da questão nuclear norte coreana. Por um lado, como uma das grandes potências do mundo, o país teria 'responsabilidade' perante a comunidade internacional, de opor-se à nuclearização da República Popular Democrática da Coreia, sob pena de prejudicar sua imagem, já bastante controversa. E, neste sentido, mesmo uma atitude ambígua por parte da China poderia resultar em seu isolamento na comunidade internacional. Por outro lado, uma oposição rela da China ao programa nuclear norte-coreano, com corte de subsídios e embargos econômicos ao regime, poderia ser fatal para a sobrevivência da Coreia do Norte, o que, por sua vez, traria uma onda de instabilidade e incerteza ainda maior para a região.¹¹²

Ainda, devido aos incidentes das Torres Gêmeas, em 11 de Setembro de 2001, nos Estados Unidos, a questão do terrorismo ganhou grande espaço nos assuntos internacionais. E em Janeiro de 2002, o presidente norte-americano, George W. Bush, realizou um dos seus mais famosos discursos, no qual ele colocou a Coreia do Norte como um dos países pertencentes ao “Eixo do Mal”, junto com o

¹¹² MELCHIONNA, Helena Hoppen. *A Política Externa da República Democrática Popular da Coreia e o papel estratégico da China (1945-2011)*. 2011, p. 135-136.

Iraque e Irã. Para Bush, esses eram os países que patrocinavam o terrorismo no mundo e que promoviam uma instabilidade no sistema internacional. Nessa situação, os norte-coreanos decidiram diminuir as relações diplomáticas com os EUA. Ademais, segundo Pollack (2003) após os atentados terroristas de 11 de Setembro, os EUA reafirmaram a diminuição da sua política para a Coreia do Norte e reforçaram a ideia dos norte-coreanos como inimigos e não como parceiros de negociações.

Com os crescentes desentendimentos entre a Coreia do Norte, os EUA e a Coreia do Sul, em 2002, os norte-coreanos reativaram suas instalações nucleares de reprocessamento de plutônio, além também expulsaram todos os oficiais da AIEA que eram responsáveis pelo monitoramento dessas instalações, e em 2003, a Coreia do Norte retirou-se do TNP. Desta forma, Melchionna¹¹³ aponta que “o clima de reconciliação, portanto, foi definitivamente interrompido quando o governo de George W. Bush alterou significativamente a política dos Estados Unidos para a Coreia do Norte, incluindo o país no chamado ‘eixo do mal’.”

Conclusão

Desde a divisão da península em 1945, ambas as Coreias procuraram estender o seu modelo político, social, econômico e cultural para o outro lado de forma agressiva, a ideia de cooperação ou reunificação pacífica eram considerados impossíveis por ambas as Coreias. Porém, com o fim da Guerra Fria e a queda da URSS, o cenário modificou-se e o que era considerado impossível passou a ser meta de vários acordos e encontros internacionais.

Com a queda da URSS, a Coreia do Norte não teve escolhas a não ser reajustar sua política externa. Dessa forma, para evitar o colapso do sistema norte-coreano, esses buscaram normalizar suas relações com a Coreia do Sul e os EUA. Ademais, no decorrer da década de 90, foram realizadas várias negociações, houve a assinatura de vários acordos e declarações, que a seu modo contribuíram para a manutenção do diálogo e diminuição das tensões na região.

Nesse contexto de aproximação, a década de 90 foi marcada também pela primeira crise nuclear coreana entre a Coreia do Norte e os EUA, que afetou as relações intercoreanas. Esta gerou grandes preocupações aos países vizinhos e à comunidade internacional, tendo fim apenas com a assinatura do Acordo Quadro.

Kim Dae Jung e a sua *Sunshine Policy* também tiveram um papel muito importante na aproximação intercoreana, visto que esta era a primeira vez que um presidente sul-coreano se mostrou disposto a buscar uma coexistência pacífica

¹¹³ MELCHIONNA, Helena Hoppen. *A questão nuclear da Coreia do Norte sob as perspectivas da China e dos EUA*. 2011, p. 50.

entre as Coreias, sem forçar um processo de reunificação. A realização do encontro entre os líderes coreanos em 2000 fez aumentar as esperanças de que a península estava caminhando para a paz, entretanto, as duas Coreias falharam em assinar um tratado efetivo de paz entre elas.

O governo de George W. Bush e a segunda crise nuclear norte-coreana foram fatores que contribuíram diretamente para a quebra dos diálogos intercoreanos que se mantinham desde o início da década de 90. Nesse contexto, a Coreia do Norte retornou com sua postura ostensiva e o cenário que parecia se encaminhar para a paz da península foi desestruturado.

É evidente também o papel dos EUA e da China nas relações intercoreanas. Os EUA possuem grande influência nas políticas e decisões sul-coreanas em relação a Coreia do Norte, visto que o Sul conta com o apoio militar norte-americano. Já a China, como uma grande potência regional, enfrenta um dilema entre defender o regime norte-coreano ou condená-lo pelo desenvolvimento nuclear. Ademais, para os chineses, a Coreia do Norte serve como uma zona “tampão” contra as forças militares norte-americanas presentes no território sul-coreano. Sendo assim, os EUA e a China permanecem constantemente envolvidos na situação coreana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRITES, Pedro Vinícius Pereira. *A Crise na Península Coreana e a Segurança Regional do Leste Asiático*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, 2014. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10183/103904>> Acesso: 10 de Janeiro de 2017.

CUMINGS, Bruce. *A Korean War: A History*. New York. Modern Library, 2010.

_____. *Historical Setting*. In: WORDEN, Robert L. (Ed). *North Korea: a country study*. 5th ed. Federal Research Division, Library of Congress, 2008, p. 4-58.

_____. *North Korea: Another Country*. New York: The New Press, 2004.

HAN, Sung Joo. *The Inter-Korean Relationship and Regional Security*. In: PARK, Kyung-Ae, KIM, Dalchoong (Ed.). *Korean Security Dynamics in Transition*. New York, Palgrave, 2001, p.191-204.

KIM, Samuel S. *The Making of China's Korea Policy in the Era of Reform*. In: LAMPTON, David M. (Ed.). *The Making of Chinese Foreign and Security Policy in*

the Era of Reform, 1978-2000. Stanford: Stanford University Press, 2001, p. 371-408.

LEVIN, Norman D., & HAN, Yong-Sup. *Sunshine in Korea: the South Korean debate over policies toward North Korea*. Rand Corporation, 2013.

MELCHIONNA, Helena Hoppen. *A Política Externa da República Democrática Popular da Coreia e o papel estratégico da China (1945-2011)*. Dissertação (Mestrado) – Estudos Estratégicos Internacionais da UFRGS, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/96683>> Acesso em: 10 de Abril de 2017.

_____ *A questão nuclear da Coreia do Norte sob as perspectivas da China e dos EUA*. Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharelado em Relações Internacionais, UFRGS, 2011. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10183/40259>> Acesso: 2 de Fevereiro de 2017.

OLIVEIRA, Amaury Porto de. *A política coreana na Ásia: aspectos políticos e militares*. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Coreia: Visões Brasileiras*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2002, p.133-156.

PARK, Han S. *The Nature and Evolution of the Inter-Korean Legitimacy War*. In: PARK, Kyung-Ae, KIM, Dalchoong (Ed.). *Korean Security Dynamics in Transition*. New York, Palgrave, 2001, p.3-18.

POLLACK, Jonathan D. *The United States, North Korea, and the end of the Agreed Framework*. *Naval War College Review*, Summer 2003, Vol. LVI, N°3.

QUINONES, Kenneth C. *South Korea's Approaches to North Korea: A Glacial Process*. In: PARK, Kyung-Ae, KIM, Dalchoong (Ed.). *Korean Security Dynamics in Transition*. New York, Palgrave, 2001, p.19-48.

SNYDER, Scott. *The Rise of U.S. – China Rivalry and Its Implications for the Korean Peninsula*. In: PARK, Kyung-Ae, KIM, Dalchoong (Ed.). *Korean Security Dynamics in Transition*. New York, Palgrave, 2001, p.119-131.

VIZENTINI, P. G. F. *A Coreia e as grandes potências: Estados Unidos, China, Rússia e Japão*. In: GUIMARÃES, S. P. *Coreia: Visões Brasileiras*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2002, p.175-198.

YOO, Ho-Yeol. *The Sunshine Policy and the Inter-Korean Relations in the 21 st Century*. In: *Cooperation and Conflict in Northeast Asia: the Korean Role*, Institute of International Studies, University of Chile, Santiago, Chile, 2006, p. 1-17.

**ENTRE A PRÁTICA E A DOCTRINA: UM BALANÇO CRÍTICO. DE
PESTALOZZI ÀS EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS DE MATRIZ KARDECISTA
NO BRASIL NO INÍCIO DO SÉCULO XX**

**BETWEEN PRACTICE AND DOCTRINE: A CRITICAL BALANCE. OF
PESTALOZZI TO THE EDUCATIONAL EXPERIENCES OF KARDECISTA
MATRIX IN BRAZIL AT THE BEGINNING OF THE 20TH CENTURY**

Gabriel Cavalari CORTILHO*

Resumo: Este artigo pretende analisar as práticas pedagógicas de matriz kardecista partindo das experiências do pedagogo suíço Johann Heinrich Pestalozzi e a posterior reverberação de suas idéias dentro do movimento espírita brasileiro. Para tanto, selecionamos educadores que expressassem esta nova proposta de educação, bem como três experiências significativas no Brasil. Tutor de Rivail – criador da doutrina espírita e conhecido pelo pseudônimo Allan Kardec – Pestalozzi acolheu os órfãos de guerra na cidade de Stans, em 1798, devido às invasões napoleônicas. Ao dar maior atenção à formação integral dos seres ser do que à aquisição de conhecimentos, tornou-se reconhecido na história da Pedagogia por uma trajetória em defesa da educação quando estudar constituía-se um privilégio absoluto. Com relação às experiências vivenciadas no Brasil, no início do século XX, abordaremos os trabalhos de Eurípedes Barsanulfo (Sacramento-MG), Anália Franco, fundadora de mais de setentas lares-escolas para crianças órfãs no estado de SP, e o casal Novelino (Franca-SP), situações que se caracterizaram como as primeiras experiências pedagógicas com base nas idéias pestalozzianas de matriz kardecista, inseridas no contexto político-educacional da década de 1940 quando a educação brasileira sofreu um impacto significativo com as propostas e diretrizes dos escolanovistas.

Palavras-chave

* Discente no curso de História, graduação em bacharelado e licenciatura. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, UNESP. Franca, SP – Brasil. E-mail: velhoriobaldo@gmail.com

Pestalozzi; Pedagogia Espírita; Eurípedes Barsanulfo; Anália Franco; Casal Novelino.

Abstract

This article analyzes the pedagogic practices inspired by kardecism built on ideas of the swiss educator Johann Heinrich Pestalozzi and the reverberation of his ideas in the brazilian spiritist movement. For this purpose, we selected educators who expressed this new proposal of education, just like three significant experiences in Brazil. Tutor of Rivail - creator of the spiritist doctrine and known by the pseudonym Allan Kardec – Pestalozzi sheltered the war orphans in the city of Stans in 1798 due to the napoleonic invasions. To give greater attention to the integral formation of human beings than the acquisition of knowledge, became known in the history of pedagogy by a trajectory in defense of education when studying constituted an absolute privilege. Then can say that with Euripedes Barsanulfo (Sacramento-MG), Analia Franco - founder of more than 70 home-schools for orphans seventies and, finally, Tomás and Maria Novelino (Franca-SP) delineate up the first teaching experience based on Pestalozzi ideas and Kardecism inserted into the political and educational context of the 40s when the brazilian education has undergone a significant impact with the proposals and guidelines of Manifesto of the Pioneers of Educação Nova.

Keywords: Pestalozzi; Spiritist Pedagogy; Eurípedes Barsanulfo; Anália Franco; Casal Novelino

1. Introdução

Este trabalho tem como objeto de estudo as práticas pedagógicas de matriz kardecista, bem como alguns dos pontos mais importantes para a compreensão dos seus valores e métodos educativos. Pestalozzi é entendido como precursor das experiências educacionais aqui estudadas: Anália Franco, Eurípedes Barsanulfo e o Casal Novelino.

Para tanto, nosso estudo será construído a partir da pedagogia social de Johann Heinrich Pestalozzi, no século XIX. Em um primeiro momento, abordaremos sua trajetória como educador no contexto da revolução francesa, iniciada em 1789,

e a sua relação próxima como professor e mestre de Allan Kardec no instituto de Yverdon, na Suíça. Em um segundo momento, contextualizaremos a década de 1930 e 1940 no Brasil após a divulgação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em agosto de 1932, que propôs que o Estado seria o verdadeiro responsável por assegurar à população uma educação laica e de qualidade como direito fundamental dos indivíduos, não cabendo à Igreja católica ou à família como centro do processo educativo. Nesse contexto político-cultural surge o Colégio Pestalozzi e, posteriormente, a Fundação Educandário Pestalozzi na cidade de Franca (SP). Por fim, concluímos, através de um balanço crítico, as contribuições e as limitações teóricas presentes no pedagogo suíço e nas experiências de matriz kardecista no Brasil no início do século XX.

2. A pedagogia social de Pestalozzi

Pestalozzi nasceu na cidade de Zurique, em 1746, e faleceu na região do Cantão da Argóvia, em Brugg, em 1827. Após ler Emílio, importante obra de Rousseau sobre educação, tentou desenvolver as idéias lidas no livro com seu filho. Durante 1775 e 1780, dirigiu uma escola profissional voltada à educação de jovens e pobres. Em seguida, desenvolveu escritos literários importantes: *Os Crepúsculos de Um Eremita*, *Como Gertrudes Ensina Seus Filhos* e, em 1782, desenvolveu o seu livro mais aprimorado, conhecido como *Minhas investigações sobre o curso da natureza no desenvolvimento da raça humana*. Defendeu a educação como um fator determinante para a reforma social e influenciou governantes a pensarem na importância da educação. Aos cinquenta anos, tornou-se mestre escola em Yverdon, função que exerceu durante vinte anos.

Assim como Froebel, o criador dos “jardins de infância”, constitui-se como uma das contribuições pedagógicas à história da educação. Filho do seu tempo, o século XVIII, esteve conectado com os princípios liberais e burgueses da revolução francesa, defendendo-a e participando de seus desdobramentos. O pedagogo suíço deu primazia à intuição e à individualidade dos seus educandos. Formou classes mistas e propôs a abolição dos castigos corporais e das notas como forma de recompensa — o que era muito incomum para o período. Desse modo, adotou uma pedagogia própria e voltada aos afetos que faz com que a sua escola esteja próxima daquela concebida por outros educadores modernos.

Inserido num momento histórico e revolucionário como foi a Revolução Francesa, marcada pelo elogio da razão humana e por dar continuidade ao êxito do “século das luzes”, Pestalozzi acreditava que apenas o amor seria capaz de libertar a humanidade. Esteve ligado à religião cristã e ao protestantismo e via nos sentimentos, sobretudo no afeto do ambiente familiar, a razão de ser do processo educativo. Concebeu uma educação voltada à formação espiritualista dos indivíduos, pois educar, segundo Pestalozzi, era o “desenvolvimento harmonioso dos poderes anímicos do ser”, ou seja, o amor e a sensibilidade dos educandos seriam os verdadeiros responsáveis por deflagrar a construção da autonomia das crianças, que se desenvolveriam “de dentro para fora”, não devendo, portanto, serem um mero depósito de informações e conteúdos dos professores.

A escola pestalozziana, nesse sentido, além de ser uma extensão do lar, oferecendo segurança aos alunos, preocupou-se com a religiosidade para uma formação moral e integral do ser. O aprendizado dependeria, então, de uma trajetória interior mais do que a simples aquisição dos conhecimentos obtidos. Com ênfase em três dimensões humanas, a cabeça, a mão e o coração, preocupou-se com uma formação intelectual, física e moral. O método de estudo deveria se reduzir ao som, à forma e ao número. Após o aprimoramento da percepção entraria a preocupação com o universo da linguagem para encontrar, dentro de si, a liberdade e a autonomia.

Numa época em que a educação estava marcada pela utilização de métodos autoritários, aboliu a palmatória e adotou o método da “doce severidade” como forma de agir incisivamente sobre os indivíduos sem recorrer, de modo algum, aos castigos físicos. Difundiu a idéia, absorvida pela pedagogia moderna, do “aprender fazendo” e comparou o ofício do professor ao do jardineiro. Preocupou-se com a experimentação dos saberes através da vivência prática e sensorial do conhecimento, do conhecido ao novo e do concreto ao abstrato. Desse modo, o desenvolvimento das habilidades e dos valores tornava-se mais importante que o conteúdo propriamente dito. Outro aspecto importante é a Natureza, que deveria ser lida e contemplada pelos educandos como o local onde o método pedagógico deveria se inspirar, pois as sementes, para Pestalozzi, guardavam a potencialidade das árvores.

Após as invasões napoleônicas, quando Suíça e França entraram em confrontos políticos e militares, Pestalozzi foi responsável por acolher jovens órfãos e pobres, alijados pelo sistema econômico, na cidade de Stans. Tal experiência foi determinante na consecução de uma pedagogia voltada às classes populares num

momento em que a educação constituía-se como um privilégio absoluto das classes mais abastadas, pois o espaço escolar, desde o seu germen, foi concebido para formar os filhos da classe dominante.

Segundo Alessandra Arce (2002), entretanto, Pestalozzi e Froebel representam “a ideologia liberal aplicada ao discurso educacional”. Sobre a preocupação em aproximar o espaço de ensino do ambiente familiar e dos cuidados maternos, no artigo intitulado “Os Pedagogos da Primeira Infância: Pestalozzi e Froebel – uma análise de suas obras educacionais” a autora nos diz que:

[...] com as propostas educacionais de Pestalozzi e Froebel vemos a transmissão de conhecimento ser cada vez menos aquilo que define a identidade profissional do professor, vemos sua tarefa apresentar-se cada vez menos como uma tarefa intelectual e cada vez mais se aproximar da maternidade mistificada [...] Não por acaso, como já afirmamos anteriormente, teremos o casamento, na teoria de nossos autores, entre mulher e educação, criadas para viver no âmbito privado, para lidar com o cotidiano doméstico e prover os cuidados necessários para com as crianças (ARCE, 2002, p. 5)¹¹⁴

A partir da obra *A Pedagogia na ‘Era das Revoluções’- uma análise do pensamento de Pestalozzi e Froebel* é possível identificar, no suíço, um espírito profundamente romântico, uma vez que entendia a educação e o amor como as forças motrizes libertadoras da humanidade. Tal visão de mundo, analisando contemporaneamente, é entendida como romântica, pois, inserida no século em que o romantismo se desenvolveu, compreende que, em algum momento do longo processo histórico, um sentimento humano será capaz de cessar todas as intempéries, maldades inerentes ao ser humano que se enovelam na complexidade do capitalismo, com classes sociais que possuem interesses distintos. Um aspecto importante na pedagogia do pedagogo, nesse sentido, está centrado no acolhimento de educandos que provinham de camadas sociais menos favorecidas, daí a idéia de uma pedagogia efetivamente de caráter social, mas é válido ressaltar que:

¹¹⁴ SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

A preocupação *pestalozziana* de focar o “pobre” não revela, nem de longe, uma “proletarização” da pedagogia. Ao contrário, Pestalozzi esteve consoante, no plano educativo, à dinâmica do modo de produção capitalista, presente na transição do século XVIII ao XIX. Se ele opera com a pobreza, é eminentemente em caráter assistencialista, sem questionar as bases econômicas da produção da miséria (ARCE, 2002)¹¹⁵

Na segunda metade do século XIX, o espiritismo firmou-se como doutrina religiosa e no universo cultural europeu. Após a Renascença, o humanismo de Newton, Michelangelo ou Galileu colocou em um segundo plano o pensamento teocêntrico, mas somente com o Iluminismo, no século XVIII, que *conhecimento científico* e *conhecimento metafísico* passaram a ser dissociados. Buscando uma afinidade com a noção de progresso e cientificidade, o espiritismo de Kardec, aluno de Pestalozzi, esteve concatenado com o imaginário de sua época, aproximando seus pressupostos de uma suposta visão científica de mundo em simbiose com positivismo comteano, que propunha um método objetivo para análise da sociedade e suas leis: característica importante que o diferencia do catolicismo, pois este não se pretende objetivo, tampouco uma ciência. Segundo Dora Incontri (2001), “o espiritismo é uma doutrina que, segundo seus adeptos, foi codificada — o que vale dizer, organizada, sistematizada, porém não inventada — por Allan Kardec”. Desse modo, o discípulo de Pestalozzi, na educação francesa, por trinta anos ajudou a divulgar o método pestalozziano de ensino.

3. História das idéias pedagógicas no Brasil: da Pedagogia Tradicional à Pedagogia Nova

É válido ressaltar a importante contribuição do filósofo da educação Demerval Saviani¹¹⁶ na sistematização de quatro períodos importantes para compreender o desenvolvimento da história das ideias pedagógicas no Brasil. O primeiro é marcado pela Pedagogia Tradicional, de 1549 até 1750, quando prevaleceu o monopólio

¹¹⁵ Idem, p. 53

¹¹⁶ SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

educacional da vertente religiosa católica associada ao atraso do desenvolvimento capitalista em Portugal. Foi quando, inicialmente, se pensou na elaboração do *Ratio Studiorum*, método jesuítico para a conversão da população indígena. Em um segundo momento, desenvolveu-se, de 1759, com a expulsão dos jesuítas pelo Marques de Pombal, até 1932 a coexistência das vertentes religiosa e leiga dentro da Pedagogia Tradicional. Mas foi em 1932, contudo, que ocorreu um ponto de inflexão importante: a divulgação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. De 1932 até 1969, a Pedagogia Tradicional conviveu com a Pedagogia Nova, mas depois cedeu lugar a ela.

Entre 1932 e 1947 as idéias pedagógicas no Brasil foram marcadas por um equilíbrio entre a pedagogia tradicional – representada predominantemente pelos católicos – e a pedagogia nova. Nas palavras de Saviani houve um “equilíbrio tenso” entre as duas correntes que hegemonizaram a educação brasileira. Tal documento, nesse sentido, “*circulou em território nacional com a finalidade de oferecer diretrizes para uma política da educação pública e representar simultaneamente um plano de ação nacional em busca da estruturação de um sistema educacional*”³. Segundo Saviani:

O manifesto apresenta-se, pois, como um instrumento político [...]. Expressa a posição do grupo de educadores que se aglutinou na década de 20 e que vislumbrou na Revolução de 1930 a oportunidade de vir a exercer o controle da educação no país. O ensejo para isso se manifestou por ocasião da IV Conferência Nacional de Educação realizada em dezembro de 1931, quando Getúlio Vargas, chefe do governo provisório, presente na abertura dos trabalhos ao lado de Francisco Campos, que se encontrava à testa do recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública, solicitou aos presentes que colaborassem na definição da política educacional do novo governo (SAVIANI, 2004, p. 34).

Nesse sentido, foi um “documento de discussão e reflexão sobre o ambiente escolar”³, o que gerou um impacto muito significativo, provocando o rompimento entre os renovadores e o grupo católico na ABE (Associação Brasileira de Educação). Na década de 1930, os católicos combateram a laicização do ensino. Religião e pedagogia, para eles, mantinham uma relação indissolúvel, ou seja, “tanto a laicidade como o monopólio estatal do ensino atentavam contra a ordem

natural e divina”³. Quatro dias após a publicação do manifesto, Alceu Amoroso Lima, uma importante liderança católica no século XX, articulou a reação católica, o que gerou, em 1933, a fundação da Confederação Católica de Educação.

Influenciados pelas práticas educacionais de Anália Franco e Eurípedes de Barsanulfo, é nesse contexto de alta efervescência político-cultural, na transição da pedagogia tradicional para a pedagogia nova, que se desenvolveram as experiências pedagógicas do casal Novelino, na cidade de Franca, no interior de São Paulo, com a fundação do Colégio Pestalozzi.

4. Experiências Educacionais de Matriz Kardecista no Brasil no início do século XX

Nesta parte do trabalho serão apresentadas as experiências de ensino com matriz kardecista no Brasil, bem como suas propostas pedagógicas.

4.1. Anália Franco e os lares-escola

Anália Franco foi muito influente no movimento espírita brasileiro, nasceu em 1853, em Resende (RJ), e faleceu devido ao surto de gripe espanhola em São Paulo, em 1919. Esteve ligada ao Partido Republicano no contexto da abolição da escravidão e seu nome tornou-se importante à frente da AFBI (Associação Beneficente Instrutiva), centro educacional que fez surgir, posteriormente, no estado de São Paulo, cerca de 110 escolas maternais, asilos, creches, liceus femininos, além de escolas noturnas para alfabetização. Fundou os chamados lares-escolas, onde jovens órfãos e pobres eram acolhidos. Republicana, abolicionista e feminista destacou-se pela defesa das mulheres e dos negros, marginalizados no processo histórico, num intenso envolvimento no meio filantrópico e educacional.



FIG. 1: AFBI FUNDADA POR ANÁLIA FRANCO. PRÉDIO TOMBADO PELO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DA CIDADE DE SÃO PAULO.

4.2. Eurípedes Barsanulfo e o Colégio Allan Kardec

Eurípedes foi um educador espírita e uma das lideranças mais importantes dentro do movimento espírita brasileiro. Nasceu na pequena cidade de Sacramento, no interior de Minas Gerais, em 1880, e faleceu na mesma cidade, em 1918. Embora não tivesse tido contato direto com teoria de Pestalozzi, Eurípedes utilizava processos de ensino semelhantes. Acolheu jovens pobres em seu espaço de ensino e ofereceu a eles uma formação integral. Entretanto, antes de incorporar o espiritismo como religião, esteve muito ligado ao catolicismo, sendo muito respeitado por membros da Igreja local. Atuou como jornalista na *Gazeta de Sacramento* durante alguns anos e, não podendo exercer o curso de medicina, dedicou-se à homeopatia; fundou, então, uma farmácia para atender a população da cidade.

Eurípedes desenvolveu nos educandos o gosto pelo aprendizado e pela astronomia. Aos 22 anos, foi responsável por fundar, em 1902, antes de ser adotado o nome Colégio Allan Kardec, o Liceu Sacramento, que se constituiu como a primeira experiência educacional atrelada à pedagogia espírita no Brasil. Os professores eram voluntários e os cursos eram gratuitos.



FIG. 2: FUNDADO EM 1907, ATUALMENTE ESPAÇO TRANSFORMOU-SE EM CENTRO ESPÍRITA E MUSEU, CONSERVANDO A MEMÓRIA DE EURÍPEDES.

O ambiente, descrito por Tomás Novelino, era dividido em três espaços de acordo com as idades: a) curso primário para as crianças menores, acompanhadas dos cuidados de D. Maria Gonçalves; b) o irmão de Eurípedes, Watersides Wilson, era encarregado pelo “curso médio”; c) Eurípedes encarregara-se do “curso superior”. Adotou classes mistas, o que gerou um escândalo na população da época e, na linha de Rousseau e Pestalozzi, não incorporou castigos físicos, valendo-se da “doce severidade” pestalozziana para estabelecer o seu método educativo:

...como Pestalozzi em Yverdon, que dialogava amorosamente com as crianças sobre qualquer problema de comportamento, também Eurípedes adotava tal postura, cujos efeitos eram palpáveis, dada sua autoridade moral e o fortíssimo vínculo afetivo com os alunos (INCONTRI, 2001, p.215)

4.3. O casal Novelino e o Colégio Pestalozzi

Em agosto de 1944 foi fundada a Escola Pestalozzi em Franca, no estado de São Paulo, pelo casal Tomás Novelino e Maria Aparecida Rebêlo Novelino. Ele

Revista Ensaios de História, v. XVIII, n. 1/1, 2013-2017

médico e ela professora da rede estadual de ensino. Ambos tinham a profunda convicção de que a educação seria o verdadeiro meio para a redenção da humanidade. Conheceram-se após uma palestra espírita na cidade de Ribeirão Preto, quando Maria atuava como voluntária da Escola e Biblioteca dos Pobres, quando conheceu Tomás, através de uma palestra ministrada pelo paranaense Gustavo Marcondes, colaborador da União Espírita e do Centro Espírita Eurípedes Barsanulfo. Casaram-se em 1936, quando passaram a residir em Franca.

Em 1943 ocorreu um fato que gerou muita indignação para o casal e que, nesse sentido, foi crucial para o surgimento do Colégio Pestalozzi: em uma escola leiga de Franca um aluno foi por motivos religiosos. Tal fato tornou-se um “estopim” para desencadear o sonho do casal de fundar uma escola que aliasse o processo educacional ao processo assistencialista. Firmaram, então, a idéia de fundar uma escola que tivesse por base a filosofia espírita, mas que respeitasse a crença filosófico-religiosa de seus assistidos. Nos anos iniciais de fundação, disse Dr. Novelino:

Quando me casei, a minha companheira era formada professora e já tinha essa ideia que também era a minha. E esse ideal ganhou corpo quando nos deparamos com a intolerância religiosa, aqui em Franca, envolvendo alguns estudantes espíritas de Rifaina. Na cidade, havia o tal Alburitel, que depois de sair do seminário, fundou uma escola no centro da cidade, num sobrado, que tinha retratos de santos por toda parte. E ele queria, a todo custo, submeter aqueles estudantes espíritas aos ensinamentos religiosos da igreja católica, que ali na sua escola eram obrigatórios. Então, se levantou em defesa daqueles estudantes, a Maçonaria, que se associou a nós. Fundamos, no dia 1º de agosto de 1944, uma escolinha onde funcionavam os cursos pré-primário, alfabetização de adultos e admissão ao antigo ginásio. (GOBI, 2000, p. 3).

Tomás muito cedo perdeu o pai e, aos seis anos, ficou órfão de mãe. Anália Franco e Eurípedes Barsanulfo foram dois mestres importantes durante sua juventude e faleceram devido ao surto da crise espanhola (1918-1919)³. Após o falecimento de sua mãe, Tomás foi direcionado, junto de seus irmãos, ao Asilo Anália Franco na cidade de São Paulo. Aos doze anos, retornou para cidade onde nasceu, Delfinópolis (MG) e, aos catorze teve contato com Eurípedes Barsanulfo, quando estudou, na cidade de Sacramento, no Colégio Allan Kardec. Nesse sentido,

em maio de 1945, nasceu a Fundação Educandário Pestalozzi. As etapas da história desta instituição dividiram-se em três etapas: a) nos anos 1940 e 1950: a base foi a dedicação de seus fundadores, inclusive financeiramente; b) anos 1960 e 1970: auto-suficiência econômica, expansão das atividades, primeira crise econômica; c) nos anos 80 e 90 houve uma nova expansão das atividades. É válido, portanto, ressaltar o que nos diz Lucileida Castro:

...da convivência de Tomás com dona Anália Franco, na condição de interno, ficaram pelo menos três influências: a convicção de que era necessário acudir aos pobres através de obras assistenciais, a obstinação pela ideia que os lares-escola mantidos pela Fundação Educandário Pestalozzi primassem pelas boas instalações físicas e pela qualidade dos serviços prestados e, finalmente, um grande respeito pelo potencial intelectual e realizador das mulheres, certeza que o levou a admirar a capacidade empreendedora de sua esposa, contando com ela, em condições de paridade, no processo de estruturação e condução da Fundação (CASTRO, 2010, p. 36)



FIG. 3: COLÉGIO PESTALOZZI, FRANCA (SP)

5. Conclusão: um balanço crítico

Portanto, apesar de nutrir uma concepção burguesa de mundo, de família e de educação, Pestalozzi e o movimento espírita brasileiro, que articulou posteriormente, na primeira metade do século XX, as ideias pestalozzianas de

ensino, representaram contribuições importantes à história da pedagogia, uma vez que, para o período em que eram realizadas, suas práticas romperam com métodos arcaicos e autoritários de educação: a favor de uma pedagogia que valorizasse as potencialidades humanas. Como defendida pelo espiritismo, a idéia de que *sem caridade não há salvação*, contudo, não leva em consideração uma formação crítica dos educandos que seja capaz de fomentar uma visão transformadora da sociedade, pois, como dizia Paulo Freire, a justiça social deve ser reivindicada antes dos atos de caridade. Nesse sentido, a partir de uma análise histórico-crítica às visões educacionais de Pestalozzi e Froebel, contemporâneos da revolução francesa são, para Alessandra Arce (2002), “a ideologia liberal aplicada ao discurso educacional”. No artigo intitulado “Os Pedagogos da Primeira Infância: Pestalozzi e Froebel – uma análise de suas obras educacionais” Arce nos diz que:

Não desconsideramos que Pestalozzi e Froebel, através da observação de seus alunos, realizaram descobertas importantes para a época, como por exemplo, à importância da brincadeira no desenvolvimento infantil, a inutilidade dos castigos físicos, a necessidade de discussão entre os professores sobre o trabalho que esteja sendo realizada, a importância do desenvolvimento infantil que torna a criança um ser diferente do adulto. Todavia essas descobertas e os princípios defendidos a partir delas, acabaram não contribuindo para que o trabalho educativo realmente levasse à humanização, ao contrário sob a capa de inovações, esses princípios trazem em seu seio nada mais do que a ideologia liberal aplicada ao discurso educacional. O conservadorismo e a perpetuação da sociedade de classes são apresentados envoltos nas palavras que sintetizavam ideais tão perseguidos pelo povo durante as Revoluções: liberdade, igualdade e fraternidade. Já que não se iria levar às últimas conseqüências estes ideais, passá-los para a educação através de sua transformação numa concepção que os reduzia aos limites impostos pelo cotidiano alienado, os transformava num recurso ideológico de manutenção das relações de exploração. Pestalozzi e Froebel criticaram as definições vazias ensinadas pela escola de sua época e não perceberam que a liberdade pregada por sua pedagogia também havia se transformado numa definição vazia de conteúdo social real (ARCE, 2002, p.6)

No final dos anos 60, contudo, a Pedagogia Tecnicista começou a se articular e de 1969 até 2001 configurou-se uma concepção produtivista de ensino. Os estudos críticos reprodutivistas de Pierre Bordieu e Baudelot-Establet, nesse sentido, em seu papel de arma teórica nos anos 1970 e nos seu aporte para a compreensão dos limites da ação escolar, dimensionaram a escola como espaço de reprodução das desigualdades sociais, pois, segundo Saviani, a concepção pedagógica produtivista parece ser, de fato, a hegemonia das idéias e práticas pedagógicas, desde 1969 até os nossos dias sendo que nos anos 1990 teria havido um surto efficientista em que a racionalidade econômica prevaleceu sobre a racionalidade pedagógica.

Nesse sentido, as instituições de ensino, ao longo dos séculos XIX e XX não acolhiam as classes populares, alijadas do sistema econômico, em seus espaços. Portanto, uma vez que elaboradas para os filhos das classes dominantes, cabiam às pedagogias inovadoras proporem outros métodos de ensino. Há que se considerar a importância da pedagogia espírita, a partir das ideias pestalozzianas, de Eurípedes Barsanulfo, Anália Franco e do casal Novelino, pois trouxeram a perspectiva da inclusão social em suas propostas pedagógicas, ainda que concebendo certas idealizações do fazer pedagógico e da educação como as únicas forças libertadoras da humanidade sem o comprometimento em reiterar os antagonismos de classe no seio da sociedade capitalista.

6. Referências Bibliográficas

ARCE, Alessandra. A Pedagogia na 'Era das Revoluções'- uma análise do pensamento de Pestalozzi e Froebel – Campinas: Autores Associados. 2002

CAMURRAI, Luciana; TERUYA, Teresa. Escola Pública: Manifesto dos Pineiros da Educação Nova e o direito à educação. 1º Simpósio Nacional de Educação. XX Semana da Pedagogia. 2008.

GIL, Marcelo Freitas. A inserção do espiritismo no universo cultural europeu: uma análise panorâmica. In: Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH, Ano II, n. 6, Fev. Maringá. 2010

INCONTRI, Dora. Pedagogia Espírita: um Projeto Brasileiro e suas Raízes Histórico-Filosóficas. São Paulo: Feusp, 2001.

PESTALOZZI, J.(1801) – Como Gertrudis enseña a sus hijos – (preparación del texto

7 castellano Prof. Domingo Tirado Benedi) – 2º ed. - México: Luiz Fernández G. S. 1959

PESTALOZZI, J. The Education of Man – Aphorisms – Connecticut-USA/

Greenwood Press, 1969.

PESTALOZZI, J. Cartas sobre Educación Infantil – (Traducción de José M. Q.Cabanas) – Madrid: Editorial Tecnos, 1988.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

SAVIANI, Dermeval. História das idéias pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. In: SAVIANI, Dermeval (et. al.). O legado educacional do século XX no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

NOVELINO, Tomás. Escritos espíritas: uma militância pedagógica. Editora Comenius, 2001.